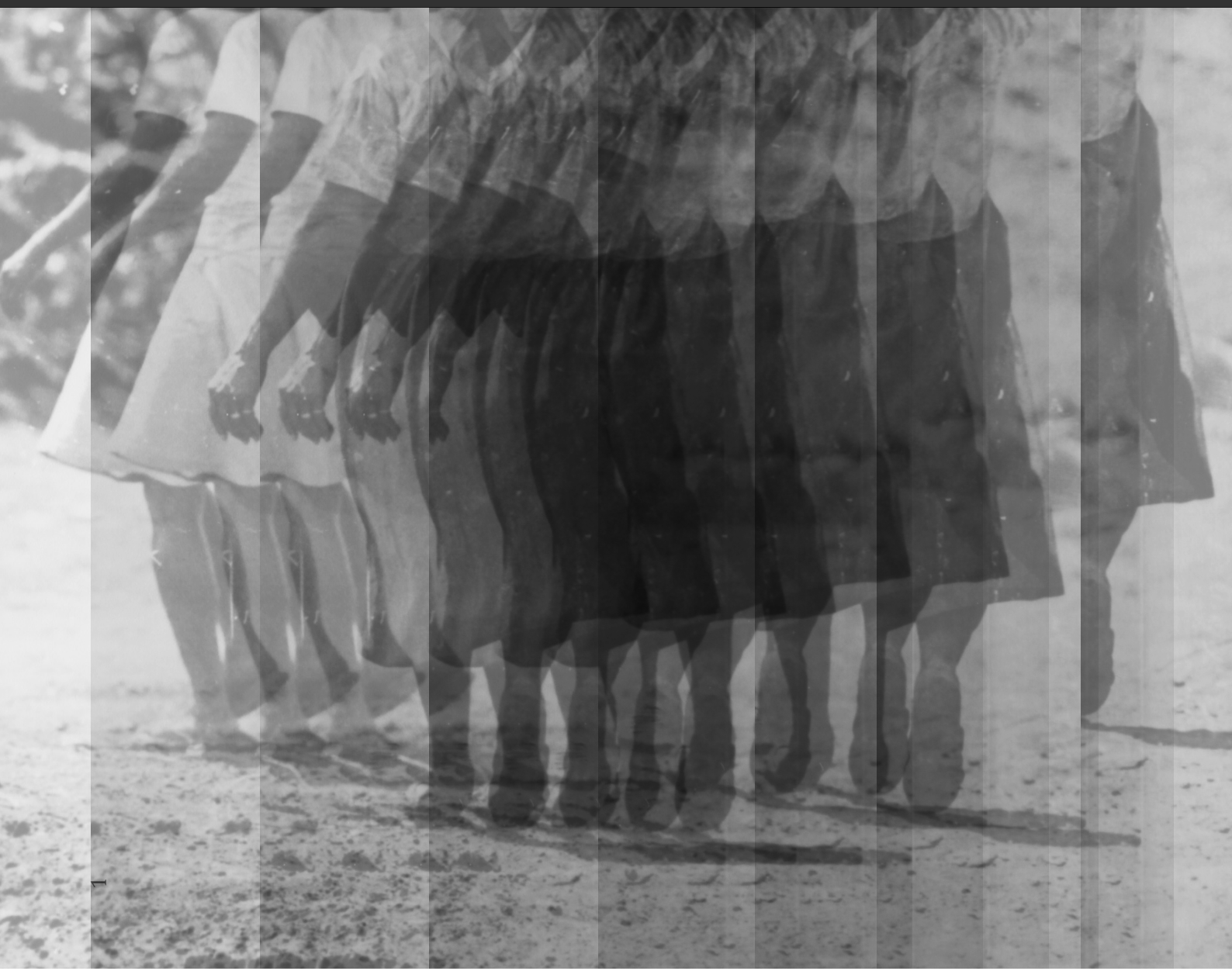


LEILA SAADS

REMONTAGENS URBANAS

experimentações histórico-cartográficas
sobre a vila e a Cidade Estrutural





UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
TEORIA, HISTÓRIA E CRÍTICA

remontagens urbanas:

Experimentações histórico-cartográficas
sobre a vila e a Cidade Estrutural

LEILA SAADS PEREIRA MARTINS

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.a. Dra. Luciana Saboia

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof.a. Dra. Luciana Saboia Fonseca Cruz
Universidade de Brasília – UnB

Prof.a. Dra. Josianne Francia Cerasoli
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

Prof. Dr. Carlos Henrique Magalhães de Lima
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria (suplente)
Universidade de Brasília – UnB

Às minhas alunas e alunos do CED 01 da Estrutural, por terem me encantado com suas histórias e fabulações sobre a cidade. Este trabalho não existiria sem vocês.

AGRADECIMENTOS

Não há trabalho que não seja influenciado pelo universo doméstico. Considerando que este, em especial, foi um trabalho de pesquisa atravessado pela eclosão da pandemia de Covid-19 e pelas consequentes medidas de distanciamento social adotadas para contê-la, as sobreposições espaciais entre casa, biblioteca, escritório, academia, consultório psicanalítico e escola, dentre tantas outras (como lua, praia, caverna, floresta – para citar apenas alguns exemplos), contribuíram para demonstrar o caráter ficcional da divisão entre os dois universos. Por isso, abro meus agradecimentos com três pessoas que tornaram viável a produção e conclusão da presente tese, ainda que não do ponto de vista de seu conteúdo. João Guilherme Jatobá, agradeço o companheirismo, a paciência diante de tanta ausência de minha parte, a cerveja gelada em momentos de intenso desespero, o incentivo e, principalmente, os tantos sábados e domingos nos quais você ficou com as crianças para que eu pudesse me dedicar, por horas a fio, à feitura deste trabalho. Agradeço à Alice Saads e ao Caíque Saads também a paciência, o ensinamento de que nossa casa tem lugares incríveis prontos para serem inventados, as brincadeiras e abraços e conversas e leituras que tanto me nutriram e, principalmente, a compreensão de que a presença do meu corpo em casa não necessariamente significa disponibilidade. Amo vocês.

Também agradeço imensamente a uma sólida rede de apoio que, além de me alimentar de incentivos e afeto, cuidou e divertiu minhas crianças para que eu pudesse realizar este trabalho: minha mãe, Silvana Teresa Saads, que tanto amo; meu irmão, Felipe Saads, parceiro de vida; e a família que tão bem me acolheu: Andréa Torres de Mello, Jorge Jatobá, Luciana Jatobá e Pedro Viana – obrigada pelo apoio.

À Maria Abadia Teixeira, agradeço as tantas vezes em que me lembrou de um outro mundo possível e do poder transformador dos livros; agradeço também as muitas conversas sobre a Estrutural e, em especial, a generosidade de confiar a mim parte do acervo do Ponto de Memória da Estrutural. À Dona Geralda, agradeço as portas abertas de sua casa e de sua história, as lembranças de minha tia-avó divididas comigo, os cafés coados com bolo e as mensagens de esperança. Agradeço também às moradoras, pesquisadoras, colecionadoras e admiradoras da história da Estrutural que abriram seus acervos e suas memórias para mim ou para o Ponto de Memória, tornando possível a confecção desta tese: Dona Vanda, Dona Lia, Dona Isabel, Valdevino, Suzano, Luís, Ismael, Duda, Webson Dias, Silmara Küster e Felipe Nisiyama.

Não foi tarefa simples, após cinco anos afastada da academia, voltar à universidade para cursar o doutorado em outro departamento. O desafio, no entanto, foi em grande parte mitigado pela recepção acolhedora que encontrei no PPG-FAU/UnB. À minha

orientadora, Luciana Saboia, agradeço a total liberdade para criar, sem a qual um trabalho como o que apresento aqui não seria possível. Às professoras Maribel Aliaga e Carolina Pescatori, agradeço o convite para integrar a equipe da pesquisa "Cartografias da Covid-19" que, sem dúvida, foi fundamental para me devolver o gosto pelo pesquisar, mesmo em meio ao período mais desafiador da pandemia. À Júlia Bianchi agradeço por ter mergulhado comigo na tarefa de cartografar depoimentos de moradoras da Estrutural e por ter emprestado seus talentos técnicos, os quais pouco possuo, para desenvolver uma das principais etapas da presente pesquisa, bem como para diagramar a tese. Agradeço também ao professor Carlos Henrique Magalhães que, além de compor as bancas intermediária e final da tese, foi um interlocutor constante durante os anos de doutoramento, tendo me apresentado referências bibliográficas fundamentais para a confecção do presente trabalho. Agradeço também à amiga de longa data, hoje professora da FAU, Ana Clara Giannecchine, as conversas tranquilizadoras, trocas e a disponibilidade para ler o prólogo desta tese.

Posso ter deixado, por ora, o Departamento de História, mas não deixei de ser historiadora. Por isso, a interlocução com integrantes da minha área de conhecimento se mostrou imprescindível, especialmente nos momentos de maior insegurança em relação à escrita. Ao professor do PPGHIS, Daniel Faria, agradeço a leitura cuidadosa do projeto de qualificação, do segundo capítulo e, em especial, as tantas referências teóricas e literárias compartilhadas comigo; elas abriram caminhos para que a escrita desta tese pudesse se desenhar. À Líbia Rany e Willian Pereira (Biu) agradeço os debates em torno do meu projeto de qualificação, eles me deram tranquilidade para seguir em frente com este trabalho que muito se inspira na nossa paixão compartilhada pela literatura. À Scarlett Dantas e Pedro Eduardo Batista, agradeço por me oferecerem ajuda nas tantas vezes em que precisei, me alimentando com bibliografia de apoio, ouvindo meus receios, antecipando possíveis críticas, lendo partes da tese e por respeitarem meu trabalho como historiadora, mesmo sendo ele um tanto diferente do de vocês. À Bárbara Mangueira, agradeço o companheirismo de ter compartilhado comigo, além das agruras e delícias do processo de doutoramento, sua sensibilidade artística e sua sabedoria como historiadora das imagens; agradeço também os comentários reconfortantes sobre o primeiro capítulo. Por fim, agradeço à professora Josianne Cerasoli a sua presença nas bancas intermediária e final da tese e os apontamentos que tanto inspiraram este trabalho, em especial o seguinte conselho, aqui parafraseado, mas levado por mim ao pé da letra: "no seu projeto você escreve muito sobre o que quer fazer, minha dica é: vá lá e faça."; pois é, eu fiz.

RESUMO

SAADS, Leila. *Remontagens urbanas: experimentações histórico-cartográficas sobre a vila e a Cidade Estrutural*. Brasília: Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2024.

A presente tese, pensada como um espaço de experimentação histórico-cartográfico, foi desenvolvida através da articulação entre três eixos: [1] escrita da história, [2] montagem e [3] vila e Cidade Estrutural. Toda a coleta e análise de fontes primárias tiveram como foco a *vila* – uma pequena ocupação de catadoras que se desenvolveu próxima ao Lixão do Jóquei e cujos começos remontam a década de 1960 –, e a *Cidade Estrutural* – núcleo urbano do Distrito Federal cujos começos, por sua vez, localizam-se no final de 1994, com o início da ocupação da área onde hoje se encontra a Cidade do Automóvel. A proximidade entre as duas ocupações, bem como a sobreposição de seus territórios a partir de uma ação empreendida pelo governo de Cristovam Buarque, em 1996, fomentaram a construção e perpetuação de uma narrativa histórica que une, de forma inequívoca, o passado da pequena vila ao presente da Cidade Estrutural. Esta tese busca investigar, portanto, a historicidade dessas localidades e propor, a partir de um diálogo com variados tipos de fontes, modos múltiplos de dar a ver processos históricos e acontecimentos que tornaram possível, na dinâmica espacial do Distrito Federal, a emergência da Cidade Estrutural como território cognoscível. A busca por multiplicar os modos de dar a ver essas histórias constituiu-se a partir de um intenso trabalho de experimentação historiográfica; trabalho este que mobilizou variadas formas de escrita como a transcrição, a fotografia, a poesia e a cartografia deleuzo-guattariana. Aliada à questão da escrita está a montagem, compreendida aqui, como escreveu Georges Didi-Huberman (2018), tanto como *ensaio* – no sentido da experimentação –, quanto como *forma* – no sentido do corpo específico a partir do qual a pesquisa se inscreve e se torna visível ao público. Por fim, esta tese se alia ao que Félix Guattari (2011) definiu como *paradigma estético* de implicações *ético-políticas*; estético no sentido de criatividade, de criação, e ético-políticas pelo compromisso que o processo criativo estabelece com a riqueza do possível e com a produção de múltiplicidades.

Palavras-chave: Metodologia da história. História urbana. História de Brasília. Escrita da história. Montagem.

ABSTRACT

SAADS, Leila. *Urban (re)montage: historical-cartographic experiments about the Estrutural City and the village*. Brasília: Doctoral Thesis. Postgraduate Program in Architecture and Urbanism, University of Brasília, 2024.

This thesis was designed as a space for historical-cartographic experimentation and developed through the articulation among three axes: [1] historical writing, [2] montage, and [3] the Estrutural City and the village. The entire gathering and subsequent analysis of primary sources focused on the village and the Estrutural City. The former was a small occupation of garbage collectors, which developed close to Lixão do Jóquei in the 1960s. The latter was an urban nucleus of the Federal District and originated in late 1994, occupying the area where Cidade do Automóvel can be found nowadays. The proximity between the two occupations and the overlapping of their territories, following an action undertaken by the Cristovam Buarque government in 1996, encouraged the construction and perpetuation of a historical narrative that unequivocally unites the past of the small village to the present of the Estrutural City. This thesis, therefore, seeks to investigate the historicity of such locations and propose, based on a dialogue with different types of sources, multiple ways of revealing the historical processes and events that made possible the emergence of the Estrutural City as a cognizable territory in the spatial dynamics of the Federal District. The search to multiply the ways of showing such stories was based on an intense work of historiographical experimentation. This work mobilized various forms of writing, such as transcreation, photography, poetry, and Deleuze-Guattarian cartography. Hand in hand with writing is montage, understood here, as Georges Didi-Huberman (2018) wrote, both as an essay—in the sense of experimentation—and as a form—in the sense of the specific body from which the research is inscribed and becomes visible to the public. Finally, this thesis is closely connected with what Félix Guattari (2011) defined as an aesthetic paradigm with ethical-political implications. On the one hand, it is aesthetic due to its sense of creativity and creation. On the other, it is ethical-political due to the commitment that the creative process establishes with the richness of the possible and the production of multiplicities.

Keywords: Historical methodology. Urban history. History of Brasília. Historical writing. Montage

LISTA DE IMAGENS

CAPA

IMAGEM 1: montagem com fotografia “caminhada”. Júlia Bianchi, 2024.

EPÍGRAFE

IMAGEM 2: Brinquedo encontrado no aterro. Felipe Nisiyama, 2023.

IMAGEM 3: Manilha no aterro. Felipe Nisiyama, 2020.

INTRODUÇÃO

IMAGEM 4: Cidade Estrutural e outras localidades do Distrito Federal. Júlia Bianchi, 2020.

IMAGEM 5: Alguns marcadores espaciais da antiga vila e da Estrutural. Júlia Bianchi e Leila Saads 2024.

IMAGEM 6: Alguns marcadores espaciais atuais da Cidade Estrutural. Júlia Bianchi e Leila Saads 2024.

PRIMEIRO CAPÍTULO

IMAGEM 7: Dona Isabel. Júlia Bianchi e Leila Saads, 2023.

IMAGENS 8, 9: Suzano I e II. Júlia Bianchi e Leila Saads, 2023.

IMAGEM 10: Luís. Júlia Bianchi e Leila Saads, 2023.

IMAGEM 11: Dona Lia. Júlia Bianchi e Leila Saads, 2023.

IMAGENS 12, 13, 14: Dona Vanda I, II, III. Júlia Bianchi e Leila Saads, 2023.

IMAGENS 15, 16, 17: Dona Geralda I, II e III. Júlia Bianchi e Leila Saads, 2023.

IMAGENS 18, 19, 20: Transcrição I, II e III. Leila Saads, 2024.

IMAGENS 21, 22: Estudo para o mapa de Dona Isabel I e II. Júlia Bianchi, 2023.

IMAGEM 23: Estudo para o mapa de Suzano. Júlia Bianchi e Leila Saads, 2023.

IMAGENS 24, 25: Estudo para o mapa de Luís I e II. Júlia Bianchi, 2023.

IMAGENS 26, 27, 28: Estudo para o mapa de Dona Lia I, II e III. Júlia Bianchi e Leila Saads, 2023.

IMAGENS 29, 30, 31: Estudo para o mapa de Dona Vanda I, II e III. Júlia Bianchi, 2023.

IMAGEM 32: Um olhar sobre o Atlas Ambulante. Leila Saads, 2024.

IMAGEM 33: Mesa de trabalho. Leila Saads, 2024.

SEGUNDO CAPÍTULO

IMAGENS 34, 35, 36, 37: Catadores de lixo I, II, III e IV. Wilson Pedrosa, 1979.

IMAGEM 38: Boca do lixo. Francisco Gualberto, 1983.

IMAGEM 39, 40: Lixo I e II. Gilberto Alves, 1986.

IMAGEM 41: Sem título. Ivanildo Cavalcante, 1989.

IMAGEM 42: Mapa base 1964. Leila Saads, 2022.

IMAGEM 43: Mapa base 1975. Leila Saads, 2022.

IMAGEM 44: Caminhos – 1964. Leila Saads, 2022.

IMAGEM 45: Caminhos – 1975. Leila Saads, 2022.

IMAGEM 46: Caminhos – 1986 Leila Saads, 2022.

IMAGEM 47: Cartograma. Distrito Federal; Codeplan, 1972.

IMAGEM 48: Cartograma – detalhe. Distrito Federal; Codeplan, 1972. (detalhe)

IMAGEM 49: Área de antigos depósitos de lixo. Terracap; Progea, 2003.

IMAGEM 50: Gráfico VIII. Distrito Federal; Codeplan, 1972.

IMAGEM 51: Centro da Estrutural. Leila Saads, 2022.

IMAGEM 52: Quadro. Leila Saads, 2023. / Wilson Pedrosa, 1979.

IMAGEM 53: Descanso. Leila Saads, 2023. / Wilson Pedrosa, 1979.

IMAGEM 54: Colchão. Leila Saads, 2023. / Wilson Pedrosa, 1979.

IMAGEM 55: Caminhada. Leila Saads, 2023. / Wilson Pedrosa, 1979.

IMAGEM 56: Conversa. Leila Saads, 2023. / Gilberto Alves, 1986.

IMAGEM 57: Menino. Leila Saads, 2023. / Gilberto Alves, 1986.

IMAGEM 58: Gesto. Leila Saads, 2023. / Gilberto Alves, 1986.

IMAGEM 59, 60, 61: Aparição I, II e III. Leila Saads, 2023. / Aduino Cruz, 1976.

IMAGEM 62: Faz de conta. Leila Saads, 2023. / Gilberto Alves, 1986.

IMAGEM 63: Duas mesas de trabalho. Leila Saads, 2023.

TERCEIRO CAPÍTULO

IMAGEM 64: Vila e Lixão – 1986. Leila Saads, 2023.

IMAGEM 65: Vila e Lixão – 1991. Leila Saads, 2023.

IMAGEM 66: Fotografia aérea da Baixa Estrutural. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 67: Fotografia aérea da Baixa Estrutural. Wanderlei Pozzebom, 1996.

IMAGEM 68: Vila Velha – 1997 – detalhe. Leila Saads, 2023.

IMAGEM 69: Cidade Estrutural – 2013 – detalhe. Leila Saads, 2023.

IMAGEM 70: Foto aérea da Baixa Estrutural. Sem autoria, 1996.

IMAGEM 71: Foto aérea da Alta Estrutural desocupada. Sem autoria, 1996.

IMAGEM 72: Escorregador. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 73: Frete. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 74: Lateral do supermercado. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 75: Roda. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 76: Sinuca. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 77: Olhares I. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 78: Fuga I. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 79: Olhares II. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 80: Estrutura Móveis. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 81: Passeio. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 82, 83, 84: Caminhão-pipa I, II e III. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 85, 86, 87, 88: Madeireira Estrutural I, II, III e IV. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 89, 90, 91, 92: Visita I, II, III e IV. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 93: Açougue. Sem autoria, 1996.

IMAGEM 94: Mercado Ceará. Sem autoria, 1996.

IMAGEM 95: Mercado e padaria Potiguar. Sem autoria, 1996.

IMAGEM 96: Carro de som. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 97: Segurança. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 98: Festa: Sem autoria, sem data.

IMAGEM 99: Posto de Saúde. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 100: Inscrições. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 101 a 108: Invasão I, II, II, IV, V, VI, VII, VIII. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 109 e 110: Caixa d'água I e II. Sem autoria, sem data.

IMAGEM 111: Livros e versões. Leila Saads, 2024.

IMAGEM 112: Parede do quarto. Leila Saads, 2023.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agefis – Agência de Fiscalização do Distrito Federal
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal
Ascol – Associação Comunidade do Lixão
Asmoes – Associação de Moradores da Estrutural
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CDS – Centro de Desenvolvimento Social
CEB - Companhia Energética de Brasília
CED 01 – Centro Educacional 01 da Estrutural
Cedoc – Centro de Documentação do Correio Brasiliense
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal
Codeplan – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DF – Distrito Federal
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EIA/RIMA Vila Estrutural – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental da Vila Estrutural
EPAC - Estrada Parque Acampamento
EPCL – Estrada Parque Ceilândia
EPTG – Estrada Parque Taguatinga
FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
GDF – Governo do Distrito Federal
Ibram – Instituto Brasileiro de Museus
Idhab – Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
JK – Juscelino Kubistchek
LP – Long Play
MECE – Movimento de Educação e Cultura da Estrutural
Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PIVE - Projeto Integrado da Vila Estrutural
PL – Projeto de Lei
PM – Polícia Militar

PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNB – Parque Nacional de Brasília
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RA – Regiões Administrativas
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento
SESC – Serviço Social do Comércio
Siv-Solo – Serviço de Vigilância Integrada do Solo
SHIS – Sociedade de Habitação de Interesse Social
SLU – Serviço de Limpeza Urbana
UnB – Universidade de Brasília
Unesco - Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura
ZEIS - Zona Especial de Interesse Social
ZHISP – Zona Habitacional de Interesse Social

16	PRÓLOGO
	PRIMEIRO CAPÍTULO
46	s.d. o que se escuta, o que se vê
48	experimentações histórico-cartográficas
102	notas de fim
104	notas metodológicas: nos interstícios do espaço/tempo
	SEGUNDO CAPÍTULO
134	~1960-1990 catação de imagens
193	notas de fim
198	notas metodológicas: entre palavras e imagens
	TERCEIRO CAPÍTULO
207	1990-1998 rodapé
208	primeiro par de imagens ou considerações indiciárias
218	segundo par de imagens ou o que fazer com uma imagem na ausência de palavras?
233	um último par de imagens ou políticas do esquecimento
247	fotografias de uma cidade em processo
259	notas de fim
262	notas de fim
267	notas metodológicas: um capítulo errante
276	EPÍLOGO
282	REFERÊNCIAS
282	bibliografia
287	filmografia
287	fontes primárias



arqueologia do Lixão

visível da Via Estrutural, sentido Plano Piloto, um enorme elevado de terra ergue-se por detrás da cidade ainda em expansão. espaço morto, vazio – dizem uns; potencial investimento para o futuro – creem outros. alheio aos debates, um par de mãos maneja o vazio: mede, estuda, escava – sente; compõe com ele; percebe, no solo vermelho, possibilidade estética para além do aniquilamento em imagem. quem falha em vê-lo esquece o óbvio: todo o aterro, por definição, é multiplicidade. o par de mãos não esquece; faz uso de seu aparato técnico para coletar, naquele espaço, tempos soterrados. o dispositivo mecânico põe-se a trabalhar; após algumas tentativas, chega a camadas intermediárias de resíduos compactados. entre massas indistintas, fragmentos de sacolas plásticas e pedaços de objetos vários, uma forma se destaca. o par de mãos logo se empenha em remover a sujeira e a terra nela acumuladas, até tornar visíveis os dizeres: • GENUÍNO YO-YO RUSSEL • *Beba Coca-Cola*. não há incerteza: naquele instante, é mesmo o rosto do menino de meados da década de 1990 que se abre em sorriso largo.

IMAGEM 2 . NISIYAMA, Felipe. Brinquedo encontrado no aterro. Fotografia digital. Cidade Estrutural, 2023. Fonte: acervo pessoal do autor.

IMAGEM 3 . NISIYAMA, Felipe. Manilha no aterro. Fotografia digital. Cidade Estrutural, 2024. Fonte: acervo pessoal do autor.



PRÓLOGO

*que é um inconsciente que nada mais faz do que “acreditar”
em vez de produzir?*

Gilles Deleuze e Félix Guattari, 2011c.

*Palavras
em frangalhos
como se também a língua
tivesse passado
pelo domínio de Eros
que dilacera
[...] e da fala
estilhaçada
restasse
um arquipélago.*

Ana Martins Marques, 2023.

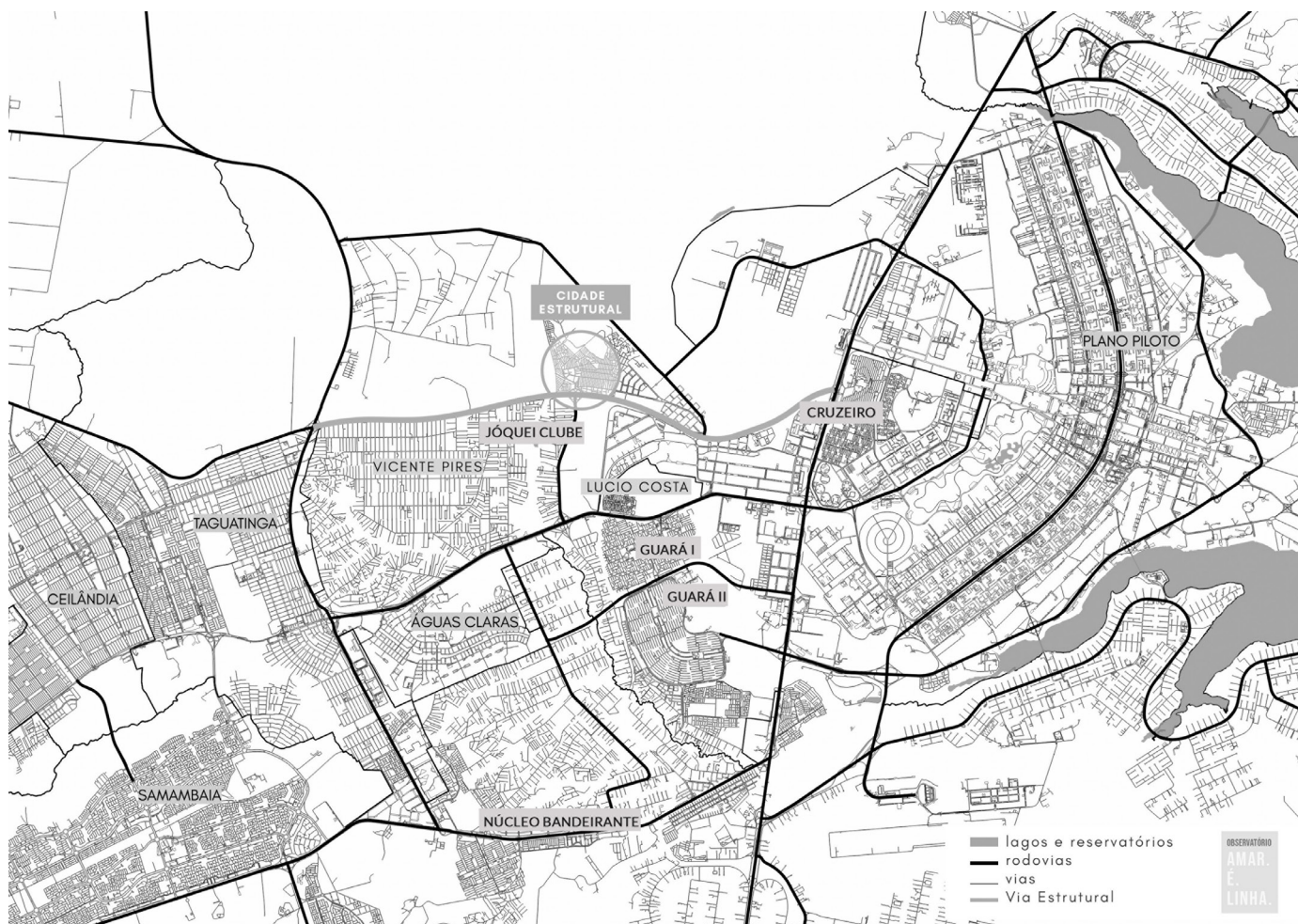


IMAGEM 4 . BIANCHI, Júlia. Cidade Estrutural e outras localidades do Distrito Federal. Mapa. Base originalmente produzida para o Observatório Amar.é.linha. Brasília, 2020. Fonte: acervo pessoal da autora.

São muitas as possibilidades de se adentrar uma cidade¹ a partir de sua história. Entre elas, há o promissor caminho do *avesso*; através dele a cidade é dada a ver como produto daquilo que deveria ter sido e não foi; sua existência, portanto, é tecida no contraste com o modelo – uma estratégia narrativa bastante utilizada pela historiografia crítica do Distrito Federal – DF, em especial quando esta trata da formação de núcleos urbanos que não o Plano Piloto.² Existe também o caminho comparativo, que se propõe a dar a ver duas ou mais cidades por meio do mapeamento e da análise do que nelas se assemelha e difere. Há ainda o caminho calcado no sempre latente desejo pela origem, no qual uma pesquisa se esforça por localizar, no marco zero da história de um fenômeno, o ponto inicial da narrativa a ser percorrida. Nenhuma dessas possibilidades, entretanto, foi aquela que sedimentou os caminhos abertos e percorridos por esta pesquisa.

A presente tese foi tecida a partir e durante uma investigação histórica sobre a ocupação da Estrutural, mas, mais especificamente, sobre uma pequena vila de catadoras³ de materiais recicláveis que, por décadas, existiu nas adjacências do Lixão do Jóquei⁴ –

1 Nesta tese, se assume a ambiguidade que acompanha a nomeação cotidiana das Regiões Administrativas – RAs, subdivisões territoriais do Distrito Federal, criadas a fim de descentralizar e organizar administrativamente a gestão executiva e os serviços públicos da capital. Atualmente, existem 35 RAs e a do SCIA-Estrutural, criada em 2004, é a 25ª delas. Embora produções acadêmicas recentes utilizem-se da nomenclatura cidade-satélites, enfatizando o caráter planejado de determinados núcleos urbanos do DF para além do Plano Piloto, considero que a Cidade Estrutural não partilha das mesmas gêneses de localidades como Ceilândia, Taguatinga, Sobradinho etc. Isso acontece tanto pelo recente de sua “criação” e o modo não planejado pelo qual ela se formou, quanto pela curta distância que a separa do Plano Piloto. Embora a nomenclatura “cidade” também não esteja em grande conformidade com as relações que perpassam o território da Estrutural, especialmente pelo fato de que, no DF, as RAs não têm independência política e econômica, “cidade” é o termo mais utilizado no decorrer desta tese, por ser assim que suas moradoras se referem à localidade. Cf.: DERNTL, Maria Fernanda. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. In: *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*. v. 27, n. 1. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019b. pp. 11-34; TREVISAN, Ricardo. et. al. Cidades-satélites: o 2º cinturão de Brasília. In: *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: atualização crítica*. Salvador: UFBA, 2021.

2 Brasília foi inaugurada oficialmente em 21 de abril de 1960 e teve o seu conjunto urbanístico considerado Patrimônio Mundial da Humanidade, em 1987, pela Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura – Unesco. A cidade é mundialmente conhecida por sua arquitetura moderna: seu formato de avião (ou cruz), seus largos edifícios sobre pilotis, monumentais avenidas sem cruzamentos, pelo zoneamento lógico e racional das atividades cotidianas. A Brasília tombada, no entanto, se refere a uma área proporcionalmente restrita do Distrito Federal e na qual vivem cerca de 225 mil pessoas, quando o conjunto total formado pela população do DF ultrapassa as três milhões de habitantes.

3 Esta tese faz uso do “feminino genérico”.

4 A palavra Lixão quase sempre é grafada com o “l” em maiúsculo ao longo da tese, pois se refere a um território específico dentro da vila e da Estrutural e não a um lixão genérico.

local próximo de onde hoje se encontra a Cidade Estrutural. Uma vila sobre a qual quase não há registros oficiais, que não possui um nome unívoco que lhe faça referência e que pouco alimenta os arquivos da capital de documentação visual e escrita que dê conta de sua existência. A escassez de fontes que tratam diretamente sobre a vila, no entanto, não impediu que sua presença histórica se impusesse sobre uma pesquisa que, entre seus meados e seus começos, tendeu a resignar-se à narrativa tão bem sedimentada de que *a Cidade Estrutural nasceu do Lixão*.

A Cidade Estrutural nasceu do Lixão. Há algumas décadas essa afirmação tem sido contada, recontada e inscrita nos mais diversos suportes textuais: dissertações e artigos acadêmicos, páginas de jornais locais, documentos oficiais cuja função primeira é destrinchar os dados presentes de uma cidade cujo passado, sob muitos aspectos, permanece uma incógnita. A certeza da origem pacífica desse desconhecimento, desvia o olhar do descontínuo, das fraturas que fazem parte de qualquer processo histórico. A linha que une o ponto irrefutável da origem à cidade edificada do presente é límpida; sobre ela reside a certeza de que tudo aquilo que não sabemos, todas as batalhas que conhecemos, os percalços, as dificuldades do caminho, tudo isso nos conduziu até aqui. A linha tranquiliza porque ela ordena o caos; ela organiza os eventos – dos microscópicos aos mais cinematográficos –, garantindo a cada um deles, até àqueles que desconhecemos, o seu lugar de direito na sucessão de causas e efeitos que, desde sua origem, tornou a cidade aquilo que ela é hoje.

Mas, em uma pesquisa historiográfica, é a pragmática do arquivo que se impõe. No caso desta pesquisa em específico, além do fato de que ambas se desenvolveram quase no mesmo local, não foi possível encontrar uma fonte produzida antes do ano de 1995 que me permitisse relacionar, indubitavelmente, a Cidade Estrutural à existência pregressa da vila. Mesmo os depoimentos de moradoras antigas, tanto da vila quanto da Estrutural,⁵ embora muitas vezes se atravessem e se encontrem sob a dubiedade

5 Penso ser relevante informar neste ponto que, quando iniciei o doutorado em 2019, a intenção era realizar uma extensa pesquisa de campo que englobava tanto a produção de entrevistas com antigas moradoras da Cidade Estrutural, quanto a realização uma pesquisa-ação dentro de sala de aula no Centro Educacional 01 da

de uma nomenclatura única – afinal, como já foi dito, a vila não fora dotada de um nome próprio que a identificasse para o externo a si –, fazem transbordar em muito as marcas de suas diferenças. Ruído semelhante perpassa as reportagens de jornais locais produzidas depois do surgimento da Estrutural; nelas, a tentativa de alinhar o passado de uma ao presente da outra esbarra nas entrelinhas do que dizem as aspas atribuídas às moradoras de ambas as ocupações, bem como nas informações que foram publicadas em suas próprias páginas ao longo das décadas de 1970 e 1980.⁶ Foram justamente essas pequenas rachaduras, multiplicadas a cada encontro com as fontes e algumas moradoras, que, aos poucos, fragilizaram a nitidez de uma linha narrativa calcada na certeza da origem, impossibilitando que a construção desta pesquisa se fizesse sobre suas bases.

Tal impossibilidade apresentou à pesquisa dois caminhos: [1] eu poderia direcionar meu olhar para a Estrutural, sobre a qual transbordam fontes, fazendo da vila uma nota de rodapé ou reservando à sua história algumas poucas páginas ou parágrafos, como o fizeram pesquisas anteriores;⁷ [2] ou poderia mergulhar nesses cortes, nessas ranhuras, naquilo que das fontes não orais escapa ao Lixão ou à Cidade Estrutural e que me permitem ver, mesmo que num lampejo, a existência da vila em sua historicidade. O segundo caminho foi aquele pelo qual decidi seguir; nele, cada arranhão percebido na

Estrutural – CED 01, onde atuei como professora de História no Ensino Fundamental II entre 2014 e 2017. Com a eclosão da pandemia, em 2020, o distanciamento social e os impactos gerados pela emergência sanitária no cotidiano das estudantes das escolas públicas do DF (as unidades de ensino permaneceram fechadas entre março de 2020 e agosto de 2021), tornou-se inviável manter o planejamento original. Portanto, todo o projeto de pesquisa foi alterado e, na nova configuração, as principais fontes que me serviram de base não foram produzidas em campo, mas sim coletadas em variados arquivos. Entre esses arquivos está o do Ponto de Memória da Estrutural, que, através de Maria Abadia Teixeira, guardiã do acervo, me forneceu nove das dez entrevistas utilizadas como fontes na presente pesquisa. A única moradora entrevistada por mim foi a Dona Geralda, assunto que será mais bem detalhado no primeiro capítulo da tese.

6 As reportagens publicadas pelo *Correio Braziliense* entre 1970 e 1990, que serviram de fontes para o segundo capítulo, foram localizadas no acervo disponibilizado pela Hemeroteca Digital. Já as reportagens publicadas por este e outros periódicos, utilizadas como fontes no terceiro capítulo, foram localizadas e coletadas em pesquisa ao acervo físico da Hemeroteca da Biblioteca do Senado Federal, na qual todas as edições do *Correio Braziliense* publicadas entre 1994 e 1998 foram consultadas, bem como algumas matérias publicadas em outros periódicos.

7 Não busco, com esta crítica, deslegitimar o trabalho dessas pesquisadoras, que foi essencial para que esta tese pudesse existir. No entanto, existem questões que atravessam o fazer da historiadora que, no geral, não atravessam os fazeres de outras áreas – e vice-versa. Por isso, a necessidade de se multiplicar os olhares para a cidade partindo de várias disciplinas. Registro aqui o meu agradecimento, em especial, a Caroline Santos, Juan Fernando Orrego e a Silmara Küster por me terem aberto caminhos através de suas pesquisas sobre a Cidade Estrutural.

superfície de reportagens publicadas pelo jornal *Correio Braziliense* entre 1970 e 1990 – que tinham o Lixão como foco e a desumanização das catadoras como prática recorrente –, ganhou contornos de grande importância. O mesmo se deu com cada imagem recolhida nos arquivos do Centro de Documentação do Correio Braziliense – Cedoc,⁸ onde encontrei fotografias que não haviam sido publicadas nas páginas do jornal; até mesmo aquelas que integravam as reportagens, sempre acompanhadas de legendas que esvaziavam de possibilidades a leitura das imagens, se abriram em novos visíveis quando acessadas no arquivo e descoladas dos textos. Já o acervo do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF, mostrou-se menos benevolente; nas minhas visitas a ele encontrei apenas um documento com referência ao Lixão do Jóquei produzido antes da década de 1990 – sobre a vila em si, não localizei nada.⁹

Devido à pouca quantidade de fontes coletadas que tratem diretamente sobre a vila, cada documento utilizado na pesquisa assumiu papel de destaque, independentemente do suporte no qual estivesse inscrito. Para o historiador Dominick LaCapra, em um modelo documental de historiografia, “a base da pesquisa são os fatos “duros” derivados da triagem crítica das fontes”, e o seu propósito “é tanto fornecer descrição narrativa, quanto “descrição densa” dos fatos documentados ou submeter o registro histórico a procedimentos analíticos de formação de hipóteses, testes e explanação”.¹⁰ Esse *modus operandi*, ainda segundo o historiador, restringe a imaginação histórica ao preenchimento verossímil das lacunas existentes nos registros ou à descoberta de informações até

8 No Cedoc busquei, em especial, fotografias que não foram publicadas pelo jornal, mas que haviam sido produzidas durante as visitas dos fotojornalistas ao Lixão.

9 Existem vários documentos produzidos durante o mandato de Cristovam Buarque como governador do DF (1995-1998) que tratam da vila, alguns deles foram utilizados como fontes no terceiro capítulo da tese. As pesquisas no acervo digital e na base de dados giraram em torno de algumas palavras-chave como “Jockey Club(e)”, “Jóquei Clube”, “Aterro”, “Lixão”, “Vila + Jóquei” etc.

10 Livre tradução do trecho: “In a documentary model, the basis of research is “hard” fact derived from the critical sifting of sources, and the purpose of historiography is either to furnish narrative accounts and “thick descriptions” of documented facts or to submit the historical record to analytic procedures of hypothesis-formation, testing, and explanation. The historical imagination is limited to plausibly filling gaps in the record, and “throwing new light” on a phenomenon requires the discovery of hitherto unknown information.” Cf.: LACAPRA, Dominick. *History & Criticism*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1996, p. 18.

então desconhecidas; assim, as fontes acabam sendo tratadas “em termos estritamente documentais, ou seja, em termos da proposição factual ou referencial que delas pode ser extraída”. O olhar “objetivo” para as fontes tende a produzir uma hierarquia entre elas, na qual tipos de fontes que aparentemente apresentam à historiadora informações mais diretas e “objetivas”, elevam-se em importância, enquanto documentos considerados mais lacunares, dúbios e pouco objetivos podem vir a ser utilizados de forma secundária e complementar na análise histórica. Assim, imagens e depoimentos orais, por exemplo, tendem ainda a ser utilizados com desconfiança por parte de historiadoras, servindo mais como ilustrações do que como fontes de informação histórica.

Na presente tese, busquei trabalhar com variados tipos de fontes sem perder de vista as especificidades que as atravessam, mas, ao mesmo tempo, sem operar uma hierarquização entre elas, uma vez que tal escala de valoração tende a privilegiar a formação de um *corpus* documental que impossibilita que certos grupos e lugares tornem-se foco de uma pesquisa histórica, já que seus rastros pouco habitam os arquivos. Como escreveu Saidiya Hartman, “quem se dedica a historicizar a multidão, as pessoas despossuídas, subalternas e escravizadas, se vê tendo de enfrentar o poder e a autoridade dos arquivos e os limites que eles estabelecem com relação àquilo que pode ser conhecido, à perspectiva de quem importa e a quem possui a gravidade e a autoridade de agente histórico.”¹¹ Assim, no intuito de dar a ver a vila através da análise de fotografias, depoimentos, imagens de satélite, reportagens de jornais e de alguns poucos documentos oficiais, optei por desenvolver a pesquisa a partir de três eixos. O primeiro deles, como já deve estar nítido neste ponto do texto, é a própria *vila* e a *Cidade Estrutural* – já que investigar a historicidade desta mostrou-se também fundamental para entender algumas questões que atravessaram a vila.

O segundo eixo é o da *montagem*, entendida aqui, nos termos de Georges Didi-Huberman, tanto como *ensaio*, no sentido da experimentação, quanto como *forma*, no

11 HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais*. São Paulo: Fósforo, 2022, p. 11.

sentido da criação estética.¹² A montagem é aqui percebida como uma prática que, assim como a cartografia deleuzo-guattariana, pressupõe um movimento, por parte da pesquisadora, de porosidade e composição em relação ao campo a ser cartografado e/ou em relação aos elementos a serem dispostos e relacionados a partir da montagem.¹³ Ou seja, a montagem e a cartografia¹⁴, quanto práticas de pesquisa, exigem da pesquisadora uma abertura para o sensível que só é passível de ocorrer quando saímos das bordas do campo e mergulhamos nele, tornando-nos vulneráveis às sensações, estranhamentos e encontros que porventura venham a acontecer; não no intuito de tornarmo-nos o campo, é importante sublinhar – processo este que descomplexifica os encontros entre distintos territórios na medida em que silencia as diferenças entre eles –, mas sim compondo *com*

12 A concepção teórica sobre montagem aqui utilizada baseia-se, sobretudo, nos dois primeiros volumes da série *O olho da história*, de Didi-Huberman. Cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tomam posição: o olho da história I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017; Idem. *Remontagens do tempo sofrido: o olho da história II*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

13 COSTA, Luciano da. A cartografia parece ser mais uma ética (e uma política) do que uma metodologia de pesquisa. *Paralelo 31*. Edição 15, dez. 2020. Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal de Pelotas, 2020.

14 Salvo quando informado, o termo cartografia será utilizado em sua concepção deleuzo-guattariana. Segundo a construção teórica dos dois pensadores, as pessoas, as coisas, as ideias etc., são compostos de linhas – compostos de linhas e não atravessados por linhas, é importante frisar. Na intenção de tornar a questão mais didática, Félix Guattari e Gilles Deleuze dividiram essas linhas em três tipos: [1] as linhas de segmentaridade dura operam no nível molar e dizem respeito a um sistema desobrecodificação; elas seriam linhas de controle, de normatização, cujos fluxos trabalham no sentido de ordenar, afastar e manter fora aquilo que é considerado inadequado sob determinada concepção de mundo e/ou organização social; [2] já as linhas de segmentaridade relativamente flexíveis são, em certo nível, moleculares e dizem respeito a um entrelaçamento de códigos e territorialidades; elas são mais maleáveis e possuem certa porosidade que – a depender das possibilidades e acontecimentos que atravessam as nossas vidas e, também, do nosso olhar sensível para eles – abre caminho para trocas, encontros, contaminação por vizinhança e proximidade a partir dos quais variações podem se criar e multiplicar; diferentemente das linhas duras, elas operam e compõem de modo mais rizomático, formando conexões horizontais; [3] as linhas de fuga são moleculares, são linhas de ruptura, definidas por seu potencial de descodificação, desestratificação e desterritorialização; elas dizem respeito àquilo que vaza, àquilo que escapa às organizações binárias, às estratificações. Não há, no entanto, na concepção de Guattari e Deleuze, um tipo de linha que seja, por natureza, boa ou má já que cada uma possui suas próprias potências e perigos. Bom, se somos feitos de linhas – ou seja, de fluxos –, há uma geografia em todas as coisas e, portanto, tudo é passível de ser cartografado; e a cartografia é justamente o estudo dessa geografia a partir de um processo de composição e criação. No entanto, se “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo”, uma das implicações dessa imagem do pensamento é que o produto de uma cartografia, nesses moldes, será sempre aberto por definição, pois não há modo de se mapear todas as linhas que compõem um território em um dado momento. Acerca dessa complexidade, ainda sobre as três linhas, assim escreve Deleuze: “as três linhas são imanentes, tomadas umas nas outras. Temos tantas linhas emaranhadas quanto a mão. Somos complicados de modo diferente da mão. O que chamamos por nomes diversos – esquizoanálise, micropolítica, pragmática, diagramatismo, rizomática, cartografia – não tem outro objeto que não o estudo dessas linhas, em grupos ou indivíduos.” Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2011a. p. 28; DELEUZE, Gilles; PATERNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998, p. 146.

o campo, afetando e sendo afetada por ele.

Um outro ponto importante é que, na concepção compartilhada pela presente tese, a confecção do produto da pesquisa, ou seja, seu processo de escrita, faz parte do próprio fazer da cartógrafa e/ou montadora. Em outras palavras, um fazer-pesquisa que se utiliza da cartografia e da montagem nas etapas de coleta de fontes, levantamento bibliográfico e análise, mas não o faz na etapa de escrita, por mais que faça uso de ambas quanto “método”, não produz uma cartografia ou uma montagem, já que, nesse caso, o corpo da pesquisa – aquilo que se faz visível à leitora – não carrega as marcas dessas práticas. É por isso que estas são também práticas estéticas, não por pressuporem uma vinculação com o campo filosófico de estudos da estética, mas por se assentarem no que Félix Guattari nomeou de “paradigma estético”, ou seja, por se utilizarem da criatividade, no sentido de criar novos e múltiplos universos de referência, em contraponto ao ímpeto homogeneizador do sistema capitalista.¹⁵ Por isso, tanto a cartografia quanto a montagem estão aqui sendo percebidas também como práticas éticas e políticas, uma vez que assumem o compromisso de fazer “proliferar a multiplicidade”.¹⁶

Essa afirmação abre caminho para a apresentação do terceiro eixo que sustenta esta tese: a *escrita da história* ou, como talvez seja melhor nomear, a *experimentação historiográfica*. Sendo este um trabalho que se insere nas áreas história e teoria da cidade e do urbanismo e de metodologia da história, a questão de como as práticas

15 Como escreveu Félix Guattari: “Produzir novos infinitos a partir de um mergulho na finitude sensível, infinitos não apenas carregados de virtualidade, mas também de potencialidades atualizáveis em situação, se demarcando ou contornando os Universais repertoriados pelas artes, pela filosofia, pela psicanálise tradicionais: todas as coisas que implicam a promoção permanente de outros agenciamentos enunciativos, outros recursos semióticos, uma alteridade apreendida em sua posição de emergência – não xenófoba, não racista, não falocrática –, devires intensivos e processuais, um novo amor pelo desconhecido...”. Cf. GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 132.

16 “Mude-se então o problema, mudar-se-á a forma da resposta: contra as Grandes Partilhas, uma antropologia menor fará proliferar as pequenas multiplicidades – não o narcisismo das pequenas diferenças, mas o antinarcisismo das variações contínuas [...]. Sublinho: *proliferar multiplicidade*. Pois não se trata, como lembrou oportunamente Derrida (2006), de pregar a abolição da fronteira que une-separa “linguagem” e “mundo”, “pessoas e coisas”, “nós” e “eles”, “humanos” e “não-humanos” – as facilidades reducionistas e os monismos de bolso estão tão fora de questão quanto as fantasias fusionais –; mas sim de “irreduzir” e “imprecisar” essa fronteira, contorcendo sua linha divisória (suas sucessivas linhas divisórias paralelas) em uma curva infinitamente complexa.” Cf. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu Editora, n-1 edições, 2018, p. 28.

cartográficas e de montagem influenciariam a produção historiográfica da pesquisa tornou-se fundamental. Considerando que a pergunta *como escrever história a partir de tais práticas?* não possui uma resposta única, a articulação deste com os dois eixos anteriores fomentou um processo de escrita calcado em uma intensa experimentação. Dessa forma, como veremos nos capítulos que se seguem, a tradicional “narrativa de eventos”¹⁷ que, segundo Paul Veyne definiria a história, não foi modelo que guiou os processos de escrita da presente pesquisa; estes foram buscar na poesia, na fotografia, na cartografia crítica, na cultura visual, no ensaio e na literatura em geral pontos de referência e inspiração para uma prática historiográfica mais alinhada ao compromisso ético, estético e político de criação de multiplicidades mencionado anteriormente.

As seguir, tecerei alguns apontamentos sobre cada um dos três eixos, começando pela escrita da história, passando pela montagem até chegar à vila e à Cidade Estrutural. Por fim, apresentarei brevemente a estrutura da tese e alguns caminhos possíveis para sua leitura. O intuito deste prólogo é justamente o de prover você, leitora, de certas ferramentas e reflexões que contribuam para uma maior fluidez na leitura e compreensão dos capítulos que se seguirão.

apontamentos sobre a questão da escrita

A escrita acadêmica das ciências humanas – e aqui me refiro, em especial, à escrita historiográfica – buscou, a partir do século XIX, traçar linhas que separassem suas práticas daquelas usualmente atribuídas à literatura. A profissionalização do ofício do historiador foi acompanhada, segundo Luiz Lima, “por uma concepção documentalista, em que um empirismo ingenuamente objetivo”,¹⁸ não abria espaço para uma teorização acerca do próprio fazer historiográfico. O apagamento das conexões entre a história e literatura tinha, como um de seus intuitos, comprovar a legitimidade científica da

17 VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992, p. 11.

18 LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 17.

história, acrescentando ao rigor metodológico no trato das fontes, certa estética científica na construção do texto historiográfico. Aqui, portanto, temos um primeiro vislumbre de como as escolhas estéticas das historiadoras, em seus exercícios de escrita, influenciam não apenas a inteligibilidade de uma pesquisa, mas a legitimidade desta enquanto saber científico. Na medida em que essas escolhas se tornaram pressupostos, elas passaram a ser, em certa medida, sub-reptícias ou inconscientes – recorrendo aqui a um vocabulário psicanalítico –, conectando o valor científico de uma pesquisa a um determinado modo de narrar seus percursos e resultados.

Apesar de muito ter se passado nos debates historiográficos desde o século XIX, percebe-se a relativa permanência de um paradigma estético científicista no âmbito da escrita historiográfica.¹⁹ Isso acontece porque historiadoras, em grande medida, conforme argumenta Dominick LaCapra, “continuam a confiar num modelo “documental” ou “objetivista” de conhecimento que é tipicamente cego à sua própria retórica.”²⁰ Talvez a questão de fundo seja justamente essa: o fato de a ligação estabelecida entre a tal “objetividade científica” e um certo “modelo de escrita científica” ter se tornado tão intrínseca, a ponto de uma confundir-se com a outra. Assim, por mais que a questão do papel desempenhado pela escrita ou narrativa na produção de conhecimento histórico – e da ligação desta com a arte – tenha alimentado amplos debates nas últimas décadas,²¹ ainda é possível detectar “uma certa timidez quando se trata de experimentos narrativos historiográficos propriamente ditos (“experimentação” no sentido científico ou literário do termo, como se quiser)”, como descreveu Daniel Faria.²² O maior dos sintomas de tal

19 Sobre as relações entre narrativa e história ao longo do tempo ver, por exemplo: LACERDA, Sônia. História, narrativa e imaginação histórica. In.: SWAIN, Tânia. *História no plural*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. pp. 09-40.

20 Livre tradução do trecho: “...they continue to confide in a “documentary” or “objectivist” model of knowledge that is typically blind to its own rhetoric.” Cf. LACAPRA. 1996, op. cit., p. 19.

21 Cf.: LACAPRA. 1996, op. cit.; KUUKKANEN, Jouni-Matti. *Filosofia posnarrativista de la historiografia*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2019; WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008; JABLONKA, Ivan. *A história é uma literatura contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

22 FARIA, Daniel. Anamorfose de um dia: o tempo da história e o dia 11 de dezembro de 1972. In: *História da historiografia*. n. 17. Ouro Preto: Edufop, 2015, p. 22.

timidez talvez seja a dependência da historiografia em relação ao formato textual já que, por exemplo, apesar de fotografias e mapas serem considerados fontes históricas, não são usualmente utilizados como suporte para a inscrição de narrativas historiográficas.

Neste ponto, faz-se necessário estabelecer, em linhas gerais, o que aqui está sendo entendido como historiografia. Embora o termo também seja utilizado em referência a uma “história da escrita da história”, nesta tese ele assume um segundo sentido, conforme explica Jouni-Matti Kuukkanen: “deixemos que “história” se refira a eventos e processos passados, isto é, aos próprios fenômenos históricos. Assim, a historiografia pode se referir aos resultados de investigações sobre a história, que quase sempre assumem forma textual. Se quiséssemos expressar brevemente o que é a historiografia sem usar termos técnicos, diríamos que ela é a escrita da história.”²³ Parto do pressuposto de que esta escrita, ainda que “quase sempre” assuma uma forma textual, não deveria se restringir a ela. Afinal, como “a apresentação faz parte da argumentação de uma obra historiográfica”,²⁴ a depender das pretensões de uma determinada pesquisa na área de história, a utilização de outras linguagens que não a textual pode se apresentar como estratégia de comunicação mais eficiente na composição e explanação de um argumento ou ideia. Tal abertura é especialmente útil para o campo da história urbana, uma vez que este se propõe, por definição, a articular as dimensões temporal e espacial na construção e análise de seus “objetos” de estudo e, por isso, a exploração do potencial historiográfico da cartografia, da fotografia ou de outras linguagens na construção do produto de uma pesquisa na área, pode produzir resultados interessantes, a depender das pretensões da pesquisadora.

A potencialidade da utilização de tais recursos estéticos – e de outros ainda – para a prática historiográfica, no entanto, não terá lugar se os parâmetros utilizados para medir sua “eficácia” forem os mesmos com os quais se avalia uma produção acadêmica

23 Tradução livre do trecho: “Hagamos que «historia» aluda a los acontecimientos y procesos pasados, esto es, a los fenómenos históricos en sí. Así, la historiografía puede referirse a los resultados de las indagaciones sobre la historia, que casi siempre adoptan forma textual. Si quisiéramos expresar brevemente lo que es la historiografía sin emplear términos técnicos, diríamos que es la escritura de la historia.” Cf. KUUKKANEN, 2019, op. cit., p. 36.

24 Idem, 2019, p. 38.

textual tradicional. Nesse sentido, os critérios de objetividade, tão perseguidos por historiadoras adeptas a um “modelo objetivista” de produção de conhecimento acadêmico, podem ser lidos como insuficientes para se avaliar, especialmente no âmbito da escrita, a plausibilidade e “seriedade” de *todas* as produções passíveis de emergir no campo historiográfico. Isso significa que, para fazer “proliferar a multiplicidade” a partir de “práxis geradoras de heterogeneidade e complexidade”,²⁵ nesta disciplina em específico, tornar-se-á fundamental a multiplicação de seus próprios parâmetros e instrumentos avaliativos, bem como, em certa medida, também seus critérios de verificabilidade – o que está longe de significar critério algum.

Para Bernard Lepetit, uma disciplina científica se constitui como “um conjunto de regras teóricas e práticas que possibilitam a troca de experiências e conhecimento entre os indivíduos que as partilham”.²⁶ Se partirmos de sua definição, no que tange a questão dos limites disciplinares, resta-nos operar ou no sentido proposto por ele de “defender a conservação das identidades disciplinares”,²⁷ ou movimentarmo-nos nas contingências de nossas disciplinas, compondo com áreas diversas, inclusive não acadêmicas ou científicas (como as artes), outros territórios possíveis de produção de conhecimento que também podem (vir-a-)ser considerados acadêmicos, caso se deseje disputar esse território. Essa postura é não apenas enriquecedora, mas também necessária, na medida em que contribui para complexificar a produção de conhecimento, alterando os modos como construímos e enxergamos os nossos próprios “objetos” ou campos de estudos e, em especial, na medida em que cada vez mais uma maior multiplicidade de sujeitos tem passado a compor, questionar e disputar o campo acadêmico e científico.²⁸

25 GUATARRI, 2011, op. cit., p. 125.

26 LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2016, p. 74.

27 Idem, p. 76.

28 Grada Kilomba, em *Memórias da Plantação*, questiona a ideia de “objetividade científica” sob o argumento de que, uma vez que esta é fruto de uma convenção entre pares, o fato de os ambientes acadêmicos serem majoritariamente compostos por pessoas brancas impacta na construção de tais parâmetros. Nesse sentido, argumenta a autora, “conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão ligados ao poder e à autoridade racial”, que confundem branquidade com neutralidade e universalidade, enquanto (des)classificam os saberes “das margens” como sendo demasiado subjetivos, emotivos e específicos para serem considerados científicos. Reflexões sobre as ligações entre saber e poder no âmbito acadêmico têm se multiplicado, em especial a partir

Operar nas contingências disciplinares, no entanto, não significa renunciar ao cuidado no trato com as fontes e com a escrita, nem um distanciamento em relação aos debates e reflexões teóricas e historiográficas – “nesse aspecto específico” – me utilizo aqui das palavras escritas por Daniel Faria em um artigo acadêmico um tanto quanto controverso – “esse trabalho segue linhas bem tradicionais.”²⁹ Tal rigor, no ponto de vista da presente tese, traduz-se não na escolha e utilização de um método pré-concebido específico no qual se ancora todo o processo de pesquisa, mas sim na transparência diante da leitora, na exposição dos procedimentos e caminhos adotados e percorridos durante o processo de pesquisa. Ou seja, penso no rigor mais como um movimento ético de mapeamento dos percursos e compartilhamento de referências e ferramentas de pesquisa e análise, do que em termos de criação e utilização de um conjunto específico de procedimentos técnicos passível de ser replicado. Como dito anteriormente, a montagem e a cartografia são aqui tomadas como práticas, não métodos, e seus caminhos se fazem por meio da errância, experimentação e, principalmente, por meio de um movimento de porosidade da pesquisadora em relação às fontes e ao campo; ou seja, uma pesquisa que se valha de tais práticas perpassa, necessariamente, dimensões subjetivas³⁰ da construção do conhecimento e, portanto, não tem como ser replicada. Ainda assim, seus procedimentos e percursos podem – e desejo que o façam – compor

de uma perspectiva que entrelaça raça e gênero; são pesquisas que tensionam os limites do saber-científico, multiplicando as possibilidades de compreendê-lo ou questionando as bases nas quais se ele se assenta. Cf. KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 51; SILVA, Denise da. *Homo Modernus: para uma ideia global de raça*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022; HOOKS, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2020; GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negra*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

29 FARIA, Daniel. A história de uma história: terrorismo extraterrestre a favor do governo, Brasil 1968. In: *História da historiografia*. vol. 12., n. 31. Ouro Preto: Edufop, 2019, p. 211.

30 A subjetividade não é entendida aqui como domínio do sujeito, uma vez que ela não se ancora em nenhuma identidade preponderante ou pré-concebida. Utilizo, portanto, a concepção de subjetividade conforme formulada por Félix Guattari, para quem: “a subjetividade, de fato é plural, polifônica, para retomar uma expressão de Mikhail Bakhtin. Ela não conhece nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca.” Diante do empenho homogeneizante de produção de desejos e subjetividades no capitalismo tardio, Guattari defende que “cabe à função poética recompor universos de subjetivação artificialmente rarefeitos e ressingularizados.”, de modo a ser “assim tornada possível uma reapropriação, uma autopoiese, dos meios de produção da subjetividade.” Para o autor, portanto, “estamos diante de uma escolha ética crucial: ou se objetiva, se reifica, se “cientificiza” a subjetividade ou, ao contrário, tenta-se apreendê-la em sua dimensão de criatividade processual.” Cf. GUATTARI, 2011, op. cit., pp. 11, 34 e 23.

com outras pesquisas por meio da inspiração, aproximação, contaminação.

Há, no entanto, uma prática amplamente disseminada no fazer historiográfico, ou um saber calcado – assim se espera – no processo de formação de uma historiadora, que precisa ser citado por ter sido aqui largamente utilizado e, em especial, por este trabalho habitar uma área fronteira entre disciplinas, podendo então chegar a leitoras não familiarizadas com ele. Essa prática ou saber, lenta e pacientemente adquirida durante uma graduação em história, recebe de Marc Bloch o nome de método, mais especificamente: *método crítico*. Aqui pensaremos nele mais como uma *relação* específica que aprendemos a travar com as fontes. Essa relação não é nem ingênua, no sentido de aceitar completamente o que dizem os documentos, nem cética, no sentido de duvidar de antemão de todos eles, mas sim *crítica*. Como escreveu Bloch, “o verdadeiro progresso veio no dia em que a dúvida se tornou, como dizia Volney, “examinadora””. Assim, ainda que apoiado no pressuposto da objetividade, Bloch compartilha com suas leitoras determinada postura diante das fontes que não é de dúvida, nem de certeza, mas interrogativa – postura esta que permeou todo o trato com as fontes utilizadas na presente pesquisa.

Mas existem variadas formas de se estabelecer uma relação crítica com as fontes, bem como uma tipologia bem ampla de produtos que podem emergir a partir de tal relação. Partindo do pressuposto de que nenhum documento carrega em si a totalidade do passado sobre o qual pesquisamos e que, ao mesmo tempo, a história é produção de “conhecimento mediante documentos”, como bem definiu Paul Veyne, ocorre que nos defrontamos em nossa prática sempre com um limite e “esse limite é o seguinte: em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mas, sempre, incompleta e literalmente, por documentos ou testemunhos, ou seja, por *tekmeria*, por indícios.”³¹ Na busca por se aproximar o máximo possível de tal limite, parte das historiadoras tende a formular critérios por vezes demasiado “objetivos” para analisar fontes que talvez não sejam tão objetivas assim;

também buscam, em relação ao conhecimento produzido, uma validação generalizada (ou universal?) entre os pares que tende a excluir possibilidades experimentais e diversificadas de construção do conhecimento histórico, especialmente quando a ideia de “objetividade” opera uma cisão entre o *conhecer* e o *sentir*. Digo isso porque, como vimos, tanto a cartografia quanto a montagem são práticas que se constroem no entrelaçamento entre essas dimensões.

Com isso em mente poderíamos crer, como sugeriu Veyne, que dado o caráter sempre lacunar dos documentos, seria preciso acrescentar à tal definição de história uma outra, qual seja: “a história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso.”³² Assim, continua o autor, “como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a nossa memória, quando evocamos os últimos dez anos”. Mas será que a síntese (e a memória – mas dela trataremos no terceiro capítulo da tese) é mesmo assim, tão espontânea? Será que a história – ou a historiografia, conforme a distinção de Kuukkanen – funciona como um selo que uma pesquisa só conquista quando apresenta a si mesma como uma narrativa de eventos que, conforme sugere a comparação com o romance, os interliga em um texto com começo, meio e fim ou, pelo menos, com certa aparência de unidade? Como alguns indícios e referências apresentados no presente prólogo já apontam, esta não é uma tese guiada por tal concepção de história ou historiografia. A escolha da montagem para confeccionar este trabalho, por si só, já demonstra a desfiliação da presente pesquisa de tal prerrogativa. Além disso, faz-se aqui uso de recursos narrativos diversos,³³ inclusive imagéticos, entendendo muitos deles como

32 Idem, p. 11.

33 É complicado falar em “estratégias narrativas” uma vez que a presente tese faz uso de formas textuais consideradas no geral não-narrativas, como a poesia, bem como experimenta escritas historiográficas não-textuais. Além disso, tendo a concordar, em parte, com a afirmação de Daniel Faria de que “o texto histórico é, convencionalmente, um relato elaborado segundo métodos e conceitos a partir de confrontos com vozes ou discursos exteriores ao próprio texto e, por isso, não é, apenas, uma narrativa.”. Digo em parte, porque, uma vez que discursos e vozes exteriores ao texto aparecem neste, passam a fazer parte do texto; mas também porque um texto literário pode igualmente partir de tais confrontos, bem como ser um relato elaborado segundo métodos e/ou conceitos – embora, no geral, sejam métodos e conceitos que não aqueles que permeiam o fazer historiográfico. De qualquer forma, a percepção de que o texto histórico não é somente uma narrativa me parece interessante. Por outro lado, também podemos usar a estratégia de ampliar o conceito de narrativa de tal forma

práticas historiográficas, uma vez que, entre outros aspectos, foram produzidos a partir da análise crítica e diálogo entre de múltiplas fontes, de procedimentos de interpretação, além de descansarem sobre intensa reflexão teórico-metodológica – ainda estejam inscritas em suportes pouco usuais ou apresentem-se em formas textuais mais comuns às práticas literárias.

Faz-se necessário ainda um adendo: mais do que entender a escrita como confecção do corpo da pesquisa – ou seja, do substrato material sobre o qual uma pesquisa se inscreve e se apresenta ao mundo –, o *processo* de escrita foi aqui percebido e utilizado como ferramenta de compreensão e análise, e não apenas como transposição de uma concepção já pronta para um discurso compartilhável. É por isso que a ideia de experimentação se fez tão cara, pois experimentar em termos de forma significou, ao mesmo tempo, uma experimentação no âmbito da análise, influenciando a construção da própria pesquisa em diversos níveis, até mesmo na definição de seu “objeto”. Por exemplo, foi através do processo de experimentação da escrita que a vila foi emergindo e se delineando como foco central da tese; e foram justamente os gestos de experimentação que, conforme espero que fique nítido ao longo dos capítulos, me convidaram a encarar inúmeras vezes a mesma fonte – sempre com um olhar diferente – me possibilitando

que ele englobe essas, digamos, formas dissidentes do que se espera de uma narrativa. É o que faz, por exemplo, Corinne Square ao iniciar seu artigo *O que é narrativa?* com uma “definição muito ampla de narrativa como uma cadeia de signos com sentidos sociais, culturais e/ou históricos particulares, e não gerais. Esta definição significa que narrativas podem implicar conjuntos de signos que se movimentam temporalmente, causalmente ou de alguma outra forma socioculturalmente reconhecível e que, por operarem com a particularidade e não com a generalidade, não são reduzíveis a teorias. Nesta definição, a narrativa pode operar em várias mídias, inclusive em imagens imóveis.” Assim, portanto, defende a autora, “as marcas visíveis que os objetos carregam mostram suas narrativas até certo ponto, independentemente das outras histórias em torno deles.” A expressão até certo ponto pouco ameniza o incômodo gerado pela afirmação de que objetos mostram em si, independentemente de outras histórias, narrativas (trataremos melhor do assunto, mais especificamente sobre as marcas da passagem do tempo nas cidades, no capítulo três). Isso porque concordo com a afirmação de Deleuze e Guattari de que “a linguagem não é estabelecida entre algo visto (ou sentido) e algo dito, mas vai sempre de um dizer a um dizer. Não acreditamos, a esse respeito, que a narrativa consista em comunicar o que se viu, mas em transmitir o que se ouviu, o que um outro disse.” De qualquer forma, a ampla definição de narrativa de Corinne, apesar das tantas ressalvas, me parece suficiente para os fins da presente tese – embora dificilmente se sustentasse caso esta fosse uma pesquisa realmente interessada em disputar os debates em torno do conceito de “narrativa”. Por ora, entender narrativa como um movimento deliberado de signo para signo com “um significado social, cultural e histórico reconhecível” me parece suficiente, pois, dessa forma, certas imagens também podem ser compreendidas como narrativas uma vez que produzidas a partir de tais ações deliberadas. Cf. FARIA, Daniel. Anamorfose de um dia: o tempo da história e o dia 11 de dezembro de 1972. In *História da historiografia*. n. 17. Ouro Preto: Edufop, 2019, p. 22; SQUARE, Corinne. O que é narrativa? In. *Civitas*, v. 14, n. 2. Porto Alegre, 2014, p. 272.

assim o encontro com outros indícios, outros possíveis.

apontamentos sobre a questão da montagem

O dia é 22 de setembro de 1989. No balcão do Comitê Central do Partido Comunista Romeno, em Bucareste, acompanhamos um discurso de Nicolae Ceausescu – ele que em breve se tornaria o último ditador do Partido Comunista da Romênia. Abaixo do balcão, na Praça Gheorghe Gheorghiu-Dej – hoje nomeada Praça da Revolução –, milhares de pessoas presenciam o evento. Por vezes a câmera se esquece do rosto de Ceausescu para focar em uma parte da multidão; são imagens nas quais o vermelho das bandeiras e das vestimentas se impõe e, a vibração das pessoas às palavras de Ceausescu, deixa no ar a impressão de que ali, ao menos naquela praça, o consenso impera. Essa sequência de *Videogramas de uma Revolução*, documentário de Andrei Ujică e Harun Farocki lançado em 1992,³⁴ mostra imagens produzidas pela emissora estatal de televisão da Romênia – a TVR1, única em atividade no país à época; por isso, sua boa qualidade e excelente enquadramento. Apesar da nitidez, ainda há algo ali que nossos olhos não captam; e é justamente esse algo que, de repente, irrompe na tela sem poder ser visto: Ceausescu cessa a sua fala por um momento, pede silêncio, ordena calma, tenta recompor o discurso e reconduzir a multidão à normalidade; mas o ruído aumenta até que, enfim, a transmissão é cortada. A voz em *off* que nos acompanha durante todo o filme, ao fim desta sequência, nos indaga: *o que aconteceu?* Ela também nos faz um convite: retornar às mesmas imagens em busca de novos indícios, quantas vezes for preciso. A sequência então recomeça e nosso olhar, dessa vez mais atento às sutilezas dos detalhes, acompanha as pausas acrescidas pelos diretores, bem como os questionamentos realizados pela voz feminina. Nossa atenção se volta então para micro acontecimentos antes despercebidos: Ceausescu discursa, mas logo seus olhos captam algo, sua voz treme, a multidão grita – *o que aconteceu?*, pergunta novamente a voz feminina em *off*.

34 VIDEOGRAMAS de uma Revolução. (Videogramme einer Revolution). Direção de Harun Farocki e Andrei Ujica. Harun Farocki Filmproduktion. Alemanha, 1992. (106 minutos).

Tal voz poderia, simplesmente, nos oferecer uma interpretação em forma de narrativa apta a amarrar as imagens que vemos aos eventos que sabemos terem ocorrido naquele inverno romeno. Mas, ao invés de uma narrativa pacificadora ancorada no que sabemos, ela nos convida a olhar para as imagens despindo-nos de um contexto pré-conhecido; convida-nos, portanto, a pensar os eventos *a partir* das imagens – e não o contrário. E, ainda que as câmeras da emissora estatal de televisão não ofereçam mais do que os esparsos indícios já apontados, os diretores optam por não encobrir, com uma narrativa em *off*, o silêncio entre as fontes utilizadas nessa sequência. A solução encontrada foi bastante distinta: multiplicar os olhares sobre o mesmo evento utilizando, para isso, filmagens de origens das mais variadas. Multiplicar os olhares e não cobrir os silêncios, movimentar-se entre o visível e o invisível de cada uma das fontes. Nesse jogo entre o que se mostra e o que se esconde – que também é o dos diretores, afinal, são eles que decidem quais imagens serão apresentadas ou suprimidas de seu filme –, não se perde de vista o acontecimento. Longe de ser negado por sua complexidade – como se aquilo que não pudesse ser apreendido como totalidade não pudesse adquirir *status* de realidade –, o acontecimento é trabalhado por Ujicã e Faroki a partir de sua multiplicidade.

São justamente os intervalos, os embates entre as imagens – tão explorados por Ujicã e Farocki – que evidenciam o fato de que esses são fragmentos heterogêneos apresentados ao público pela ação de quem seleciona, edita e lhes dá uma posição dentro de um conjunto mais amplo de possibilidades de agenciamento. Evidenciam também, que a montagem é forma de dar corpo a um conjunto fragmentário, incoerente e lacunar de fontes, sem que este corpo necessite fechar-se sobre si mesmo para produzir sentidos. Como escreveu Georges Didi-Huberman sobre as obras de Farocki: “A legibilidade advém da montagem: a montagem considerada como forma e como ensaio. A saber, uma forma pacientemente elaborada, mas não fechada em sua certeza (sua certeza intelectual: “isto é o verdadeiro!”, sua certeza estética: “isto é o belo!”, ou sua certeza moral: “isto é,

o bem!”).”³⁵

Nesta frase, Didi-Huberman aponta para aspectos que fundamentaram o desenvolvimento da presente pesquisa desde suas primeiras concepções, ainda imaginárias, à sua materialização nas páginas que se seguem. São aspectos que interligam este fazer-históriográfico sobre a vila e a Cidade Estrutural, ao fazer-cinematográfico de Ujicã e Farocki sobre a Revolução Romena de 1989, ao fazer-literário de Bertold Brecht em seu *ABC* sobre a guerra, ao fazer-jornalístico-literário de Svetlana Aleksievitch sobre a União Soviética e ao fazer-cartográfico de Félix Guattari e Gilles Deleuze sobre o contexto capitalista e a possibilidade de revoluções moleculares – dentre tantos outros fazeres que, de algum modo, atravessaram a pesquisa que agora apresento. A montagem é ensaio porque ela é uma ação, uma performance, uma experimentação travada a partir das fontes e da relação que cada pesquisadora constrói com essas fontes. E ela é forma porque é no campo estético que a dimensão ensaística da montagem se realiza e, também, que certa forma de inteligibilidade da história – uma forma proliferadora de multiplicidades – se apresenta à leitora. Afinal, me parece não haver crítica mais contundente a um determinado padrão historicista, dedutivo e elucidativo de legibilidade da história, do que a construção, produção e exposição de outras legibilidades históricas possíveis.

Em termos práticos, a questão da montagem perpassou a feitura da tese de muitas maneiras. A primeira delas e talvez a mais fundamental, é que a prática me apresentou um modo viável de produção historiográfica que não depende da invenção de uma unidade narrativa, nem restringe a imaginação histórica “ao preenchimento verossímil das lacunas”³⁶ existentes nas e entre as fontes históricas. Tal preenchimento, como vimos, não foi intenção desta tese fazer; nela preferi manter certos espaços entre os capítulos, entre os blocos de texto, entre as imagens, como um convite para que a

35 DIDI-HUBERMAN, 2018, op. cit., p. 110.

36 LACAPRA. 1996, op. cit., p. 19

leitora abra “o sentido (a significação) aos sentidos (às sensações)”,³⁷ no intuito de que a vila e a Cidade Estrutural emergjam, do conjunto formado por tantos fragmentos, como mosaicos de realidades heterogêneas e multifacetadas, nunca passíveis de serem apreensíveis em uma totalidade. Assim, a tese dá a ver à leitora, através da montagem, alguns percursos possíveis criados a partir de determinados conjuntos de fontes postas em relação umas com as outras sem pretender, com isso, oferecer uma interpretação pronta e unívoca sobre elas e sobre os processos históricos aos quais elas remetem. Afinal, como bem explicou Didi-Huberman: “A exposição pela montagem, ao contrário, renuncia antecipadamente à compreensão global e ao “reflexo objetivo”. Ela dis-põe e recompõe, interpretando por fragmentos, em vez de tentar explicar a totalidade. [...] Dis-põe e recompõe, expõe criando novas relações entre as coisas, novas situações. Seu valor político é, em consequência, mais modesto e, ao mesmo tempo, mais radical, porque mais experimental: esse valor seria, estritamente falando, o de tomar posição quanto ao real, modificando, justamente, de maneira crítica, as respectivas posições das coisas, dos discursos, das imagens.”³⁸ Valor, portanto, de criação e de abertura – não de fechamento.

apontamentos sobre a vila e a Cidade Estrutural

Foi em meados de 1960 que a família de Vanda de Jesus, considerada a moradora mais antiga da região, mudou-se para as adjacências do Lixão no intuito de trabalhar com a reciclagem. A localização temporal dá ideia de quão antiga é ocupação da área quando em comparação à construção da capital, uma vez que a mudança da família é quase contemporânea ao rito de inauguração de Brasília, ocorrido em 21 de abril de 1960. Mas, enquanto qualquer tentativa de reflexão sobre a história de Brasília passa, necessariamente, por nomes como os de Juscelino Kubitschek, Lucio Costa e Oscar Niemeyer, não há nome próprio que condense o gesto “fundador” da Cidade Estrutural – e menos ainda o da vila. Não por falta de tentativas, diga-se de passagem, já que

37 DIDI-HUBERMAN, 2018, op. cit., p. 133.

38 Idem, 2017, op. cit., p. 101.

alguns personagens políticos e lideranças influentes na região tentaram ocupar tal lugar em variados momentos e contextos. Também não foi por falta de agência de sua população; o que não falta são relatos de personagens tecendo em coletivo a trama histórica das duas localidades. Sim, Dona Vanda, mulher preta retinta, é conhecida como a primeira moradora da região; mas, ainda que essa seja uma história sabida, ainda que seu depoimento conste nos arquivos do Ponto de Memória da Estrutural, não há referência nominal a ela ou à sua família no ponto que dá *origem* à linha narrativa da “história da Cidade Estrutural” sobre a qual falamos na primeira parte deste prólogo.³⁹ Diferentemente do que ocorre com a Brasília tombada, a “origem” da Estrutural se torna etérea, anônima, e faz referência mais a um lugar de despejo e de trabalho, do que à agência de quem resolveu fazer dali a sua morada: *a Estrutural nasceu do Lixão*.

A despeito da pouca distância que separava a vila do Plano Piloto,⁴⁰ o pequeno número de pessoas habitando a região até o início da década de 1990, bem como sua proximidade com o Lixão – local que pouco despertava o interesse de governantes da época –, garantiram que sua permanência por ali se desse sem grandes ameaças de despejo. Tal equilíbrio na relação entre moradoras e Estado passou a sofrer alterações quando, em 1991, três Projetos de Lei – PL, foram apresentados à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF: o PL 10/91 e o PL 57/91 – que reservavam áreas relativamente próximas à vila, às margens da Via Estrutural,⁴¹ para assentamento de famílias de baixa renda –, e o PL 13/91 que, por sua vez, reservava área do outro lado da mesma via para fins de expansão urbana com foco na classe média. Juntos, os três projetos formariam o

39 Nenhum dos documentos oficiais consultados menciona o nome de Dona Vanda ou de sua família em suas partes reservadas ao “contexto histórico” da Cidade Estrutural.

40 São aproximadamente 15 quilômetros de distância entre o Terminal Rodoviário do Plano Piloto – localizado exatamente no ponto de intersecção entre os dois eixos sobre os quais se espraia o Plano Piloto de Brasília – e o Terminal Rodoviário da Cidade Estrutural – localizado, por sua vez, na entrada da cidade. Para os padrões do DF, essa é considerada uma distância relativamente curta.

41 A Estrada Parque Ceilândia – EPCL, mais conhecida como Via Estrutural, é uma rodovia do DF que liga três das cinco RAs mais populosas da capital: Ceilândia, Taguatinga e Plano Piloto. As obras para sua construção se iniciaram, segundo o jornal *Correio Braziliense*, no primeiro semestre de 1977. Cf.: VIA Estrutural totalmente desmatada. *Correio Braziliense*, Brasília, 27 maio 1977. Cidade, p. 17.

que passou a ser chamado de “complexo da Cidade Estrutural”.⁴²

A partir desse ponto, relatos de antigas habitantes da vila entrevistadas pelo Ponto de Memória da Estrutural⁴³ dão conta de um aumento substancial no número de moradoras na região, bem como de um crescente interesse de políticos e governantes da capital sobre o território – assunto que será aprofundado no terceiro capítulo. Tal crescimento demográfico, no entanto, pouco se compara àquele registrado entre o final de 1994 e o início de 1995, quando a chamada “Ocupação da Estrutural” – ou “Invasão da Estrutural”, a depender da fonte consultada – teve início. O local no qual a ocupação primeiro se desenvolveu, a aproximadamente dois quilômetros de distância da vila, estava destinado a abrigar o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA;⁴⁴ ali hoje se encontra a Cidade do Automóvel [ver imagem 06 ao final deste subtítulo].

De acordo com reportagens publicadas pelos jornais da capital, em meados de 1995 a Estrutural já havia se tornado uma das maiores “ocupações irregulares” do Distrito Federal, ultrapassando o número dos 1.200 barracos construídos – isso poucos meses depois de seu surgimento.⁴⁵ Mas, foi somente em 1996 que a Estrutural e a vila passaram a ocupar uma área relativamente coincidente, estando separadas apenas por uma ampla estrada de terra; foi em janeiro deste ano que Cristovam Buarque, então governador do DF, optou por remover parte das moradoras do local reservado ao SCIA para realocá-las “provisoriamente” em uma área mais próxima à vila – onde até hoje

42 Os três projetos foram apresentados pelo deputado José Edmar Cordeiro. Como veremos no primeiro e terceiro capítulos, junto a outros nomes da política local, como Luiz Estevão de Oliveira Neto e Tadeu Filippelli, e à líder comunitária Marlene Mendes, José Edmar exerceu grande influência na ocupação da Estrutural desde o seu surgimento até, pelo menos, o fim do governo de Cristovam Buarque, em 1998. Cf.: DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. *Ata da 79ª sessão ordinária de 15 de maio de 1991*. Brasília, 1991a, p. 44.

43 Segundo o site do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, o “Programa Pontos de Memória reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. Tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura.” Infelizmente, no caso do Ponto da Estrutural, parte do acervo foi perdida pelo fechamento de sua sede devido à falta de recursos e a consequente inviabilidade de conservação, organização e proteção adequadas das fotografias, gravações e documentos no geral. O que restou do acervo se encontra sob a guarda de Maria Abadia Teixeira, líder comunitária da Estrutural. Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto Brasileiro de Museus. *Pontos de Memória*. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/pontos-de-memoria> Acesso em: 30 fev. 2024.

44 O SCIA foi um projeto criado por Joaquim Roriz durante o seu primeiro mandato como governador do DF, em 1989. Desde então, tanto o espaço reservado ao futuro empreendimento, quantos suas áreas adjacentes, tornaram-se alvos de interesse do governo em questão bem como de setores do empresariado brasileiro.

45 LOMBACH, Fernanda. Técnicos condenam a Cidade Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 maio 1994. Cidade, p. 12.



IMAGEM 5 . BIANCHI, Júlia. SAADS, Leila. Alguns marcadores espaciais da antiga vila e da Estrutural. Mapa. Brasília, 2024. Fonte: acervo pessoal das autoras.



IMAGEM 6 . Idem. Alguns marcadores espaciais atuais da Cidade Estrutural. Brasília, 2024. Fonte: acervo pessoal das autoras.

se encontra a Cidade Estrutural.⁴⁶ No novo local, a ocupação passou a ser chamada de Baixa Estrutural – em oposição à anterior, agora nomeada de Alta Estrutural. Da mesma forma, uma nomenclatura foi tecida para distinguir a Estrutural (Vila Nova) da vila (Vila Velha).

Embora as duas localidades tenham coexistido por aproximadamente uma década, a primeira delas, conforme veremos ao longo dos capítulos que integram esta tese, já não mais persiste. Algumas das marcas de sua existência, no entanto, o fazem; estas podem ser vistas, ouvidas e coletadas nos interstícios das raras fontes visuais e escritas produzidas sobre o Lixão do Jóquei que integram acervos de arquivos oficiais, nos depoimentos de suas antigas moradoras, em imagens de satélite fabricadas ao longo de décadas e, como não poderia deixar de ser, nas rasgaduras espaciais provocadas pelos vestígios de sua ausência sobre o tecido urbano atual da Cidade Estrutural. As políticas de esquecimento que produziram tal ausência, no entanto, foram de tal maneira eficazes, que a historicidade da vila tendeu a ser absorvida pela história da Cidade Estrutural no geral e, dessa forma, sua existência passou a ser lida e interpretada como prenúncio da cidade que viria a ser.

por fim, alguns apontamentos sobre a estrutura da tese

O presente trabalho se organiza em três capítulos, com cada um deles mobilizando, prioritariamente, um grupo de fontes em sua composição e inspirado, em termos de forma, em uma ou mais produções acadêmicas e/ou artísticas. Portanto, talvez seja prudente iniciar esta seção com a seguinte informação: esta tese não é apresentada como um texto homogêneo, já que cada um de seus capítulos foi escrito a partir de diferentes escolhas estéticas. Apesar da posição que cada um deles ocupa na tese ter sido pensada para garantir certa experiência de conjunto à leitura, um não é o encadeamento do outro, ou seja, eles não fazem parte de uma mesma linha narrativa. Tais escolhas e suas motivações não são, creio eu, autoexplicativas; portanto, a fim de explicitar os caminhos que culminaram em suas feitura, cada capítulo termina com um subtítulo chamado “notas metodológicas”. Nele, você vai encontrar, além de explicações e referências que levaram a tais opções estéticas e não outras, alguns debates teórico-metodológicos que

46 A Cidade Estrutural é hoje um núcleo urbano consolidado do DF, com mais de 35 mil habitantes. A cidade está às margens da Estrada Parque Ceilândia – EPCL, a DF-095, conhecida pelas moradoras do DF como Via Estrutural – daí o seu nome. Seus limites são: o Setor complementar de indústria e abastecimento – SCIA, a leste; o córrego Cabeceira do Vale a oeste; o Parque Nacional de Brasília, ao norte; e a Via Estrutural, ao sul. Cf. DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. *Pesquisa Distrital Por Amostras de Domicílios SCIA / Estrutural – 2018*. Brasília, 2019.

buscam demonstrar que tais opções não se ancoram no desejo de uma experimentação apenas pela experimentação, mas relacionam-se a preocupações epistemológicas de ordem ética e política, como já mencionado neste prólogo. Há a possibilidade de iniciar a leitura de cada capítulo por suas notas metodológicas embora, nesse caso, a experiência de leitura tenda a ser outra, uma vez que os meandros da feitura do texto já estarão descortinados.

Dois sistemas de referência foram utilizados ao longo dos capítulos: [1] o numérico junto às notas de rodapé, em sequência de números arábicos, e [2] o numérico junto às notas de fim, em uma sequência de números romanos. O segundo deles foi utilizado na parte principal dos capítulos, a fim de possibilitar que as leitoras se concentrem prioritariamente no texto. Já o primeiro foi utilizado apenas na seção metodológica dos capítulos, justamente porque esta é uma parte que está como que “fora” do texto principal; ela funciona quase como um adendo, um anexo – aquela “observação” depois que uma carta já foi escrita. Assim, manter a continuidade numérica do texto principal na parte metodológica produziria um descompasso. Além disso, parte dos debates teórico-metodológicos desses subtítulos habitam as notas de rodapé, fazendo delas uma segunda camada do texto. O mesmo sistema, de referências nas notas de rodapé, inclusive, é utilizado no prólogo e na conclusão da tese, pelo mesmo motivo. A opção pelo sistema numérico, tanto um quanto o outro, não foi arbitrária. A intenção, ao não usar o esquema de referências entre parênteses, é de “limpar” o texto de ruídos, tornando mais fluida a leitura, mas sem abrir mão de explicitar de onde as fontes e informações nas quais a tese se sustenta foram coletadas. Já sobre as referências das imagens, optei por deslocá-las para o canto inferior da página quando estas são apresentadas de forma independente do texto. Assim como ocorre com o texto, o intuito é de “limpar” as imagens de ruídos, de modo que a leitora consiga se concentrar melhor nelas, sem tanta interferência das informações técnicas que as acompanham.

Em relação aos capítulos, o primeiro deles, intitulado *s.d. – o que se escuta, o que se*

vê,⁴⁷ introduz a leitora à temática da tese, apresentando determinados acontecimentos, relações territoriais, experiências, personagens e enredos relevantes para a compreensão da historicidade da vila e da Estrutural – às quais retornaremos nos outros dois capítulos. A forma escolhida para montá-lo, no entanto, em muito foge à roupagem da cronologia à qual geralmente recorrem tais contextualizações, a começar pela escala principal a partir da qual o capítulo se constrói, que é a do corpo. Isso porque, o conjunto central de fontes utilizado para a produção tanto de sua parte textual quanto visual, é formado por oito depoimentos orais de moradoras ou ex-moradoras das localidades sobre as quais trata esta tese.⁴⁸ Cada um desses depoimentos serviu de base para o processo de escrita de uma transcrição – conceito emprestado da teoria da tradução, conforme veremos na parte metodológica do capítulo – e, também, para uma produção cartográfica visual de inspiração deleuzo-guattariana. No intuito de propor uma forma historiográfica para a análise das entrevistas, que não a análise de discurso ou uma costura das fontes através de uma narração em terceira pessoa – ou mesmo em primeira, mas na qual a narradora se confunde com a autora do trabalho acadêmico –, recorri à transcrição. Nela, foi mantido o texto em primeira pessoa, mas esta faz referência ao nome próprio de quem cedeu a entrevista – ainda que a transcrição, como veremos, não se confunda com a fonte primária. A escolha por tal forma foi profundamente inspirada nos livros da jornalista e escritora bielorrussa Svetlana Aleksievitch, por isso, cada transcrição foi

47 “S.d.” significa “sem data”. Como este é um capítulo escrito a partir de depoimentos de histórias de vida, o arco temporal abarcado por ele é mais elástico do que o dos outros capítulos. Apesar da tese não se apresentar de forma cronológica e linear, os intervalos temporais, anunciados nos títulos do segundo e terceiro capítulos, têm o intuito tanto de facilitar a leitura e apontar o período de produção ou referência das principais fontes mobilizadas em cada um deles, quanto de tornar explícito certo movimento de inflexão observado na historicidade da vila a partir dos anos 1990. É necessário enfatizar, no entanto, que tal divisão temporal não é rígida e que os capítulos, por vezes, extrapolam estas datas.

48 Sete deles (os de Dona Lia, Dona Isabel, Dona Vanda, Suzano, Luís, Valdevino e Ismael) fazem parte do acervo do Ponto de Memória da Estrutural e foram produzidos no ano de 2012. Apenas um deles (o de Dona Geralda), que na verdade são dois, uma vez que houve dois momentos de entrevista, foram produzidos por mim, em 2022 e 2023. As especificidades de cada um, bem como suas devidas referências, serão delineadas no primeiro capítulo. Faço aqui apenas um adendo: como as entrevistas foram, no geral, extremamente pessoais, e abordam alguns temas delicados, optei por divulgar apenas o primeiro nome das pessoas entrevistadas. Isso por entender que, por mais que autorizemos a divulgação de um depoimento pessoal nosso em determinado momento, podemos, com o passar do tempo, nos arrepender da decisão, ou não nos reconhecer naquilo que falamos tantos anos antes. Como as oitos entrevistadas são pessoas que já foram expostas a muitas violências institucionais, penso que a escolha por expô-las menos no âmbito acadêmico pode mitigar tal possibilidade.

exposta individualmente, ainda que faça parte de um conjunto. A cartografia também foi utilizada, neste capítulo a partir de seu potencial historiográfico, uma vez seu produto é tomado como resultado de um processo de análise crítica das fontes, no qual o diálogo teórico-metodológico e com outros documentos se fez intensamente presente.

O segundo capítulo, intitulado *~1960-1990 – catação de imagens*, por sua vez, aborda, sobretudo, as relações entre palavra e imagem a partir da análise de reportagens publicadas no *Correio Braziliense* entre as décadas de 1960 e 1990. São reportagens que, em sua maioria, têm como foco o cotidiano de trabalho de catadoras de material reciclável no chamado Lixão do Jóquei. Fotografias produzidas por fotojornalistas do mesmo veículo de comunicação, coletadas no acervo do Cedoc, também foram utilizadas como fonte e, em alguns casos, como suporte para uma escrita historiográfica. Um segundo conjunto de imagens também teve seu lugar na mesa de montagem que serviu de base para este capítulo; são imagens técnicas (algumas produzidas por satélite, outras publicadas em fontes oficiais) recolhidas no ArPDF ou no GeoPortal.⁴⁹ Como nenhuma dessas fontes trata da vila em si, pois têm como foco o Lixão e/ou o trabalho das catadoras, o desafio do processo de pesquisa foi encontrar pontos de fratura nos documentos nos quais a vila, ainda que num lampejo, emerge. Dessa forma, o capítulo busca dar a ver o território da vila a partir de tais fragmentos, na tentativa de mapear um outro *corpus* documental sobre ela, para além dos depoimentos orais de suas moradoras. A escrita do capítulo, ainda que de certa forma ensaística, segue um formato mais tradicional do que os outros dois; nela, as experimentações estéticas – inspiradas nos trabalhos de Saidiya Hartman, Bertold Brecht, Tuca Vieira e Junia Mortimer –, se concentraram mais no campo imagético atuando, especialmente, na relação entre legendas e imagens.

Chegamos então ao terceiro capítulo, intitulado *1990-1998 – rodapé*. Dada as múltiplas camadas que compõem o capítulo e a natureza diversificada das fontes nos quais ele se apoia, me inspirei em Susan Buck-Morss e optei por dividir suas páginas

49 O GeoPortal é um site, mantido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – Seduh, que disponibiliza informações cartográficas e urbanísticas sobre o Distrito Federal. Cf.: <https://www.geoportaldf.gov.br/geoportaldf/> Acesso em: 20 abr. 2024.

em dois níveis. O primeiro deles, localizado na metade superior, é o texto principal; um par de imagens abre cada um de seus subtítulos e é a partir dele que, no diálogo com outras fontes, as transformações na organização socioespacial da vila no período são dadas a ver. Já na metade inferior, encontram-se dois hipertextos que se relacionam com o texto principal, mas não de maneira acessória; eles funcionam mais como uma segunda camada que abre as possibilidades interpretativas do texto de cima. O capítulo dá especial atenção às relações territoriais estabelecidas entre a vila e a ocupação da Estrutural que, como vimos, surgiu e consolidou-se entre 1994 e 1995 e, em 1996, foi realocada em área próxima à da vila. Por isso, o primeiro hipertexto tem como foco justamente a Estrutural, abordando temas como os debates em torno dos Projetos de Lei 10/91 e 10/57 na CLDF, as possíveis relações entre políticos de Brasília e a emergência da ocupação e, também, episódios que tratam da gestão do território da Estrutural durante o governo de Cristovam Buarque, entre os anos de 1995 e 1998. O segundo hipertexto, por sua vez, trava um debate teórico em torno de temas como memória, lembrança e história oral, investigando e tensionando limites e possibilidades de uso dos depoimentos orais em pesquisas na área de história e, mais especificamente, de história urbana.

Por fim, a tese se encerra com um pequeno epílogo, no qual a instrínseca relação entre a feitura desta pesquisa e a sala de aula – que é para onde pretendo que ela retorne – é descortinada.

S.D. | O QUE SE ESCUTA, O QUE SE VÊ

SUMÁRIO INTERNO

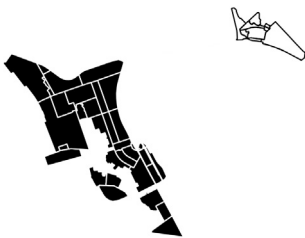
	6
experimentações histórico-cartográficas	
	6
um pé de manga colado na grade	
	14
tá gravando?	
	19
no exato lugar onde eu permaneço	
	24
valente é aquele que corre	
	29
o queijo e o doce cortadinhos na mesa	
	39
nem uma balinha de ninguém	
	43
nós, no meio desse cerrado	
	48
um barraco todo arrumadinho	
	55
notas de fim	
	57
notas metodológicas: nos interstícios do espaço/tempo	

EXPERIMENTAÇÕES HISTÓRICO-CARTOGRÁFICAS

1.1 um pé de manga colado na grade

Vou contar pra vocês o causo da minha vida... eu sou da Bahia, da cidade de Senhor do Bonfim. Nasci na fazenda, me criei na fazenda, me casei na fazenda. Minha vida lá era cuidar de animal, plantar na roça... eu não estudei não; que nesse tempo, estudo era coisa muito pouca; ainda hoje sou analfabeta, nunca dei conta de aprender a ler e a escrever. E fui vivendo minha vida, vivendo muito... com 25 anos me casei por lá; depois de dez anos de casada, eu vim pra Brasília. Eu, meu esposo e nossos quatro filho chegemo aqui, em **Taguatinga Sul**, em seis de novembro de 1967. Vendi minhas coisa tudo lá na Bahia e vim pra cá muito desgostosa – não vim com gosto nenhum não; vim com tanto desgosto que, quando cheguei aqui, quase morri... não sei nem como eu tô viva. Eu tinha tudo lá na Bahia, tudo; podia até ser fraca de recurso, mas tinha tudo e vendi minhas coisa lá por pouco mais que nada. Cheguei e vi aquelas casa de madeirite que eu nunca tinha visto antes... fiquei toda contrariada, fiquei muito contrariada; eu não gostava da cidade, gostava mais de ficar lá na fazenda, nos mato... cheguei aqui e logo comecei a pagar aluguel – eu, que nunca nem sabia o que era um aluguel. Fiquei naquele lugarzinho... numa casa tão ruim que, quando a chuva vinha lá no céu, era já que tava caindo uns pingo dentro de casa.

Fui lutando com meu esposo... lutando. Com o tempo ele conseguiu um emprego, mesmo sem ter tanto estudo. Até que um dia, depois de quase três anos pagando aluguel, o dono da casa pediu ela de volta pra poder vender; pra não criar problema com ele, nós mudemo – porque toda a vida é assim, minha filha, nós sofre pra não arrumar problema pros outro. Aí fomos morar num clube perto de onde meu esposo trabalhava, ainda em Taguatinga Sul. Ah, mas foi aí que eu sofri, minha filha, sofri demais. Era um beco assim [*mostra com as mãos a pequenez da casa*], só com dois quartos. A caminha dos meus filho... eu botava a caminha dos meus filho ali e eles, pra entrar pra dentro do quarto, precisava subir por cima da cabeceira... precisava pular por cima da cama. Naquele clube era festa a noite inteira... aquele barulho e eu ali, naquele barraquinho de madeirite, sem conseguir dormir.



Taguatinga

10 km até a Estrutural

Às seis horas da manhã meu esposo ia pro serviço e eu ia lavar roupa pros outro. Lá tinha uma bica, uma mina d'água no fundo da casa... todo dia eu lavava umas 200 peça de roupa dos outro, minha filha, dos outro; naquele tempo eu sofria... era assim: ou era aquela chuva que não dava tempo nem de enxugar as roupa, ou era aquela poeira da seca. Aquelas camisa de povo que trabalha em escritório, sabe? Eles dava pra eu lavar e eu estendia bem cedinho pra ver se secava antes da poeira chegar... mas quando eu ia tirar essas camisa do varal, tava aqueles trilho de poeira nelas. Tinha uma colega que trabalhava comigo e ela só xingava; mas eu não xingava não – eu sei que a gente não pode xingar as coisa de Deus. Ela xingava e xingava... e eu fazia era chorar... eu pensava na minha situação e começava a chorar; aí eu ia, lavava as camisa de novo e botava pra secar. Meus filho... tudo ainda pequeno – a maior tinha dez, o segundo oito e um outro tinha sete anos... eles é que devolvia as roupa pra mim na casa do povo. Na vinda, quando chovia, eu pegava aquelas trouxa de roupa e trazia pra casa embaixo d'água; eu ficava tão molhada, mas tão molhada, que, quando ia tirar minha própria roupa pra tomar banho, meu corpo dava choque. E tudo isso era pra ajudar meu marido... ele ganhava tão pouquinho...

Depois fizeram um outro barraquinho pra mim, mais pra cima do clube. Um barraquinho acanhado... aquelas mala de roupa dos outro, tudo misturado... mas pelo menos não tinha mais barulho de festa. Foram 20 anos morando nesse lugar, lá pela quadra 16 de Taguatinga Sul, até que a gente se mudou pra Estrutural, em dezembro de 1987. Naquele tempo, a Estrutural era só mato, capim de boi e mamoneira. Até tinham uns morador, mas era pouquinho. Era aqui e acolá que tinha um morador – um povo pioneiro que ficava onde hoje tem as casinhas. O primeiro Lixão da Estrutural ficava perto de onde eu morava, mas era velho já, tava acabando; da minha casa, do meu barraco, eu ainda conseguia ver o povo trabalhando no Lixão. Com o tempo é que ele foi chegando mais pra lá, mais pra lá... agora ele tá bem mais em cima, mas antes ficava ali, na Quadra 17.

No berço da pista, onde hoje é a passarela, morava o Suzano; morava também a Zélia com o Seu Francisco e, por perto, morava o Seu Pedrinho – cada qual tinha ali seu bar. Quando eu vinha de Taguatinga Sul pra cá, entrava no rumo daqueles bar e descia por dentro dos caminhos que tinha; eu descia, descia e ia lá pra onde é a 17... era lá que ficava minha terra. Antes, essa chácara era de um amigo do meu filho, mas ele mudou pra Águas Lindas e, como a terra ia ficar sem ninguém, ofereceu ela pro meu filho. Em Brasília eu já tinha morado de favor, tinha morado de aluguel, agora tava nesse barraquinho no clube... aquela situação; aí a gente resolveu aceitar... fui-me embora pra Estrutural. O primeiro barraquinho lá era tão ruinzinho, tão pequeno...

de resto era só capim de boi e mamoneira. Depois de um tempo, meus filho fizeram um barraco grande pra mim e toda a vida que fiquei na Estrutural morei ali. Nós cerquemo o terreno... todo mundo que tinha chácara lá cercou, mas tinha que ser cerca pequena pra Terracap não derrubar. Aí a gente foi arrumando a chácara, foi arrancando o capim, foi plantando... tudo o que eu ganhava ia investindo ali.

Quando eu fui embora da Estrutural, minha chácara tinha 33 mil metro, era toda formada, plantada... hoje, quem quiser ter a prova é só ir na Vila Olímpica, lá tem um pé de manga grande grudado no gradil da Vila Olímpica. Minhas planta tudo era daquele jeito: grande e bem cuidada. Eu não comprava fruta nem verdura – eu tinha era pra vender. Quando derrubaram minha chácara, no dia 5 de agosto, os pé tava assim de limão e de banana [*mostra com as mãos que estavam cheios*]. Nossas plantações eram o sustento da casa: vendia banana, vendia limão, vendia manga, vendia jaca, vendia as verdura tudo – até romã eu vendia.

Fazia oito anos que eu morava nessa chácara quando o povo da Estrutural chegou. Eles me atentaram muito no começo: jogavam lixo e faziam fossa pra dentro da chácara, às vezes tentavam invadir meu terreno. Mas nós não brigava... eu conversava com eles, tratava eles como se trata um vizinho. Meu pai me ensinou que, vizinho, é a pessoa que a gente trata mais bem; é ele que, em caso de precisão, você primeiro chama pra lhe socorrer – justamente por ser aquele que tá mais perto de você. Então a gente respeita o vizinho – eu me criei nessa escola que o meu pai me deu. Meu pai era analfabeto, minha mãe também, mas quando eles falava alguma coisa pra nós... eles só falava as coisa certa.



Antes do povo da Estrutural descer, o Roriz veio aqui e... olha o tanto que esse governo enganou nós. Nesse tempo tinha umas 520 famílias já, mas não era esse pessoal novato não, era quem foi chegando devagar: fazia um barraco aqui, outro barraco acolá e a ocupação ia aumentando aos poucos. Foi quando o Roriz mandou cadastrar todo mundo... mas o governo é enganador de gente, minha filha. Nesse tempo já tinha o colégio da Izolete¹ ali... eu me lembro como se fosse hoje a gente indo pro colégio e o Roriz descendo de avião naquele campinho que tinha perto da associação. Nesse dia, ele falou pra gente que era pra cadastrar todo mundo – mesmo que fosse um barraquinho que só tivesse a telha; cadastraram todos os barraco que tinha ali e deu isso: 520 família. E o Roriz falava: *oh, que mulheres sofridas, estas coitadas [risos], mas eu vou dar... vou trazer uma alegria pra vocês; olha o trator ali em cima daquele carro, ele vai limpar tudo, vai fazer as ruas e botar vocês tudo no lugarzinho de vocês*. Nossa senhora, mas nós ficamo alegre demais! Meu filho ainda tentou me avisar: *mamãe, não fica alegre não que isso é*



'pra cá' - Núcleo Rural Monjolo

25,7 km até a Estrutural

coisa de governo, isso não vai acontecer.

Dito e feito! O Roriz fez a rua da Quadra 4 e fez uma rua que saiu da Quadra 17 – não sei nem onde ela começava, mas passava atrás da minha chácara... só que aí chegava o Ibama e não sei mais quem e embargavam tudo, diziam que não era pra construir nada ali. Pouco tempo depois, colocaram as máquina em cima de uns caminhão e foram embora... e assim, de repente, pararam com todas as obras. Não foi preciso muito... algumas noites depois disso, a gente começou a ouvir barulho de carro e martelo – era só o que a gente escutava; isso era a Marlene e o José Edmar levando o povo pra lá. Quando nasceu o dia, minha filha... quando nasceu esse dia, pra todo o lugar que a gente olhava era barraco. Essa foi a primeira remessa da Estrutural que chegou por ali. Ela tomou conta das ruas, tomou conta de tudo, derrubou os mato, construiu em tudo quanto foi lugar; tomaram nossas estrada – já não tinha mais estrada.

Quando o Cristovam chegou, aí pronto... queria acabar de vez com a vila. Ele mandou medir aquelas rua ali da Quadra 4, mandou tirar o povo de lá de cima tudinho e desceu todo mundo pra onde a gente tava. Foi tirando o povo, tirando o povo e enchendo a Estrutural. Encheu tanto que chegou bem perto da minha chácara – perto de todas as chácaras dali. Até que tinha um pessoal que ficava mais pra cima: o Seu Anísio, a Dona Lia... mas como eu não conhecia tanto eles, não tinha trânsito pra poder ir pra lá. Aí, minha filha, chegaram bem junto da minha cerca e eu me vi muito atacada... chegaram lá já querendo invadir. A Marlene chamou aquele menino... aquele que morreu esses dias... o Elias, e mandou ele e o Reginaldo medir minha chácara. Eles saíram medindo tudo, mediu até a cancela da minha chácara; foi quando meu filho ameaçou de passar com o caminhão por cima deles pros dois aprender a respeitar o direito da gente. A Marlene então chamou o meu esposo pra tentar negociar a chácara, disse que dava oito lotes ali pra ele, mas ele não aceitou: *não é você que tem a terra pra me dar, é o governo que tem; eu negocio com ele, não com você.*

Ameaçavam a gente, falavam que iam invadir nossa chácara à noite... e eu chorava, ficava preocupada – eu não era acostumada com esse tipo de coisa. Aí chamei meu filho, chamei os amigo que morava por aqui e, de noite, nós acendia uma fogueira e esperava pra ver se alguém vinha invadir. Nós ficava com medo de ser gente ruim, mas, graças a Deus, eles se afastaram de mim; a Marlene não tentou mais nada depois que meu esposo conversou com ela. Mas não fomos nós que vencemos não, foi Deus... como é que pode, duas família contra um monte? Falavam direto pra nós: *nós vamos parcelar sua chácara, nós vamos comprar de vocês.* Tinha gente que chegava com dois mil reais – cansaram de chegar com dinheiro... *pra você vender um lote aí dentro*

da sua terra. E nós falando: a terra não é minha, é do governo, como é que eu vou vender? minha chácara é pra morar eu mais minha família, eu quero morar aqui com minha família, não quero vender... assim a gente foi vencendo. Foram 23 anos na Estrutural, minha filha, e só hoje eu vejo o quanto a gente lutou – aquilo ali foi luta, foi briga, foi sofrimento.

O Cristovam, pelo menos pra mim, fez um ótimo governo. Quando o Cristovam entrou, nós tivemos calma na Estrutural. O povo reclamava do major que ele colocou – eu não reclamava. O Cristovam tinha suas vantagens... se você quisesse sair da Estrutural, ele mandava um trator pra derrubar seu barraco e já levava as coisa pra um lote marcado no Recanto das Emas. Mas, se você não quisesse sair, ele não te obrigava – quem era mais velho na Estrutural tinha o direito de ficar. Agora nosso direito acabou, mas naquele tempo ninguém mexia com nós, os antigos da Estrutural. Já o Roriz deixou correr frouxo, à vontade...

Um dia chamaram a gente na Secretaria de Agricultura: *ah, Dona Isabel, você vai ter que sair... aqui é uma área onde ninguém pode ficar, a senhora nunca vai ter um documento daqui porque essa área não pode ser legalizada. Aquelas conversa deles, sabe? A senhora vai sair daqui e a gente vai te dar uma chácara de 20 mil metros e uma casinha; vai ter documento, água e luz... falavam que ali onde eu tava era uma área de risco e que, por isso, nós não podia morar lá. Mas, se lá era área de risco, por que a Vila Olímpica foi construída no mesmo lugar? Falaram pra eu escolher: um lote de 60 metros na Estrutural ou uma chácara no Recanto com uma casinha. Aí você avalia... perguntei se eles ia me dar uma indenização pela minha chácara, mas eles disseram que não, que ali era terra pública e que, por isso, eu não tinha direito a uma indenização. Mas não achei isso justo, pedi pelo menos três lote na Estrutural e mais a chácara no **Recanto**... eles foram bonzinhos, escreveram tudo o que eu pedi, tudo bonitinho. Aí, no dia de entregar a chácara eu perguntei sobre os meus lotes: *a senhora não vai ganhar seus lotes, ninguém pode receber dois benefícios do governo, mas os lotes dos seus filhos a gente dá.* Eu fiquei triste, mas o que eu podia fazer, minha filha?*

Chegou o dia... cinco de agosto de 2008. Eram mais de 20 pessoas na porta da minha chácara – até a Eliane Pedrosa² foi lá me falar que o lugar pra onde eu ia era muito bom, muito melhor. Mas como podia ser melhor se eu não queria ir? Nem os lote dos meus filho na Estrutural eles tinham dado ainda... e eu com um neto de três meses no colo, *três...* um bebê. Como eu ia trazer um bebê pra esse escuro? Aqui agora é uma cidade, mas na época não tinha luz – era só mato, mosquito mordendo. Não tinha uma geladeira, não tinha nada... como é que eu vinha com esse bebê pra cá? Chegaram lá na minha porta... pediram pra eu abrir a cancela pra deixar o trator entrar na minha chácara; *derruba pra entrar,*

ué, vão passar por cima de tudo aqui mesmo – eu respondi. Derrubaram minhas coisa, meteram fogo, passaram o trator... foi embora bananeira, um pezão bonito de palmeira que eu tinha plantado, foi embora tudo.

Minhas coisa se acabaram na mudança pra cá. Eu tinha madeira boa de fazer casa, tinha telha, eu tinha tanta coisa, minha filha. Quebraram quase tudo. Eu tinha coisa lá em casa que ninguém pensava que gente pobre podia ter... fiquei só com as coisa que cabia na casinha. Por causa desse meu neto bebê, eu não quis vir logo pra cá; então me ofereceram um aluguel social. Mas dava problema, a gente tinha que ficar lutando pra receber. Aí acabei ficando uns tempo numa casinha que tinha na minha chácara antiga – mesmo com o povo em cima falando pra eu sair, dizendo que ali não ia ter lote pra morar. Só que a gente sabia que ali ia ter lote sim – meu filho tinha conseguido um mapa que mostrava isso. Até prometeram separar os lotes dos meus filho lá dentro da chácara depois que a gente mostrou esse documento... mas teve uma hora que não aguentei mais a pressão e saí de lá antes de resolver isso. E aí, minha filha, sabe o que aconteceu? Invadiram tudo... tudo invadido e eu fiquei sem meus lote.

Ser honesto... ser honesto é muito bom pra *outra* vida, mas pra essa *aqui* não vale nada – digo isso por mim. Se eu não tivesse sido honesta, hoje eu não tava sofrendo aqui. Eu zelei por tanta terra naquela Estrutural – 33 mil metros de terra... é muita terra. O pedaço que não era plantado de manga, jaca ou de banana era onde eu plantava mandioca, feijão e milho pras minhas galinha. Se não sou eu e o Paulo Garcia naquela área, enfrentando a barra pesada que enfrentamo, o governo hoje não tinha onde fazer Vila Olímpica. Porque a intenção dos que chegaram depois era ter encostado a cidade no Parque Nacional – só não emendou tudo por causa de mim e do Paulo. Agora fizeram lá aquele ginásio enorme da Vila Olímpica... ele ficou no lugar da minha cozinha de fogo à lenha; isso é uma coisa que eu sinto... se eles me dão uma casinha na Estrutural mais essa chácara aqui, eu tava satisfeita. Você vê... meu netinho nasceu na Estrutural, mas não teve direito de fazer parte da área de esportes, não teve direito de frequentar a Vila Olímpica... e eu zelei tanto por aquela terra [*se emociona*].

Meus filho não tiveram direito ao lote deles, eu sinto muito isso. Minha casa lá era boa, era de tijolo... minha casinha lá era toda na cerâmica. Aqui eles me deram só um terreno. Eu sou ciente de que não morava na minha terra, eu sou ciente de que morava no terreno do governo, mas eu tive respeito... tive *muito* respeito com aquela terra. Eu não sou contra o governo fazer a Vila Olímpica, uma área de esporte é um investimento – tira muitas pessoa do caminho errado. Mas eu queria ter tido mais apoio... eu tenho idade e na hora que mais precisei não tive apoio nenhum.

Hoje tem uns 30 lotes lá onde era minha chácara e eu... por que eu não tive o meu lote? Você pensa... ainda hoje meu posto de saúde é o lá da Estrutural – eu não troquei não, nem vou trocar –, minha igreja era lá, o mercado que eu era acostumada a ir... foram 23 anos de Estrutural. E até hoje nós não tem o documento dessa chácara aqui – até hoje. Tem gente do governo que olha pra mim e diz: *ah, eles tão felizes, ganharam até uma chácara*, mas eu não chamo isso aqui de chácara. Eu ganhei um terreno, e só – chácara era o que eu tinha na Estrutural. Só não fico mais triste porque gosto muito de floresta – e tô no meio da floresta; os passarinhos são meus amigos, é o que muda minha vida; os passarinhos logo cedo eles cantam... eu escuto, me levanto, olho pras minhas planta e vou levando a vida. Mas a Estrutural...

[Isabel]³

Legenda do mapa:

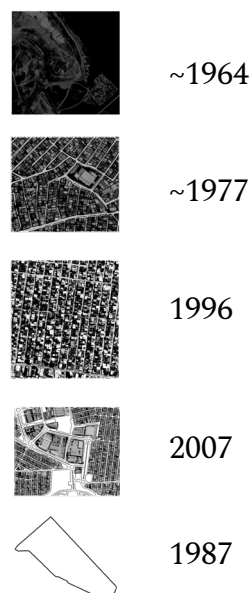
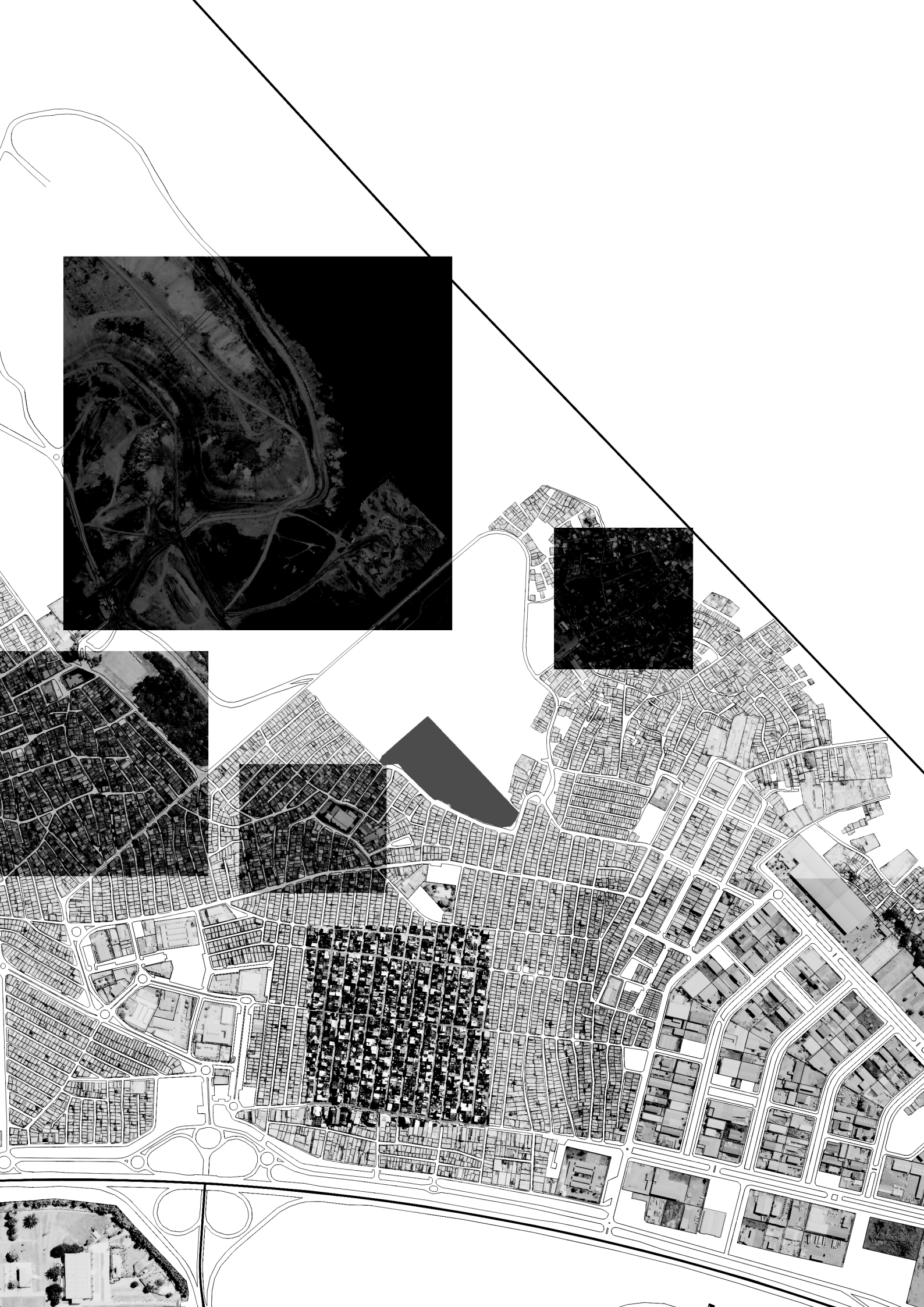


IMAGEM 7 . BIANCHI, Julia; SAADS, Leila. *Dona Isabel*. Montagem digital com imagens de satélite. Brasília, 2023. Fonte das imagens de satélite: GeoPortal-DF.





1.2 tá gravando?



Brazlândia

36,6 km até a Estrutural



Guará

6 km até a Estrutural



Sobradinho

29 km até a Estrutural



Granja do Torto

17 km até a Estrutural

Muito boa tarde a todos e todas, estamos aqui para mais uma entrevista e eu gostaria de falar um pouco de mim. Meus pais são de Patos de Minas e vieram pra Brasília em 1957 – ele veio trabalhar na construção da cidade e ela como faxineira. Até que um dia, Ismael nasceu... era 29 de setembro de 1971, no Hospital de Base do Distrito Federal. Desses tempos pra cá, a gente morou em algumas cidades-satélites aqui de Brasília como **Brazlândia**, a invasão do **Guará**, **Sobradinho**, **Granja do Torto**... depois que formei família morei em **Formosa**, em **Planaltina**, invadi uma área ali no **Colônia Agrícola Samambaia**...

Nessa época, a Estrutural já tava em ebulição... as pessoas se aglomerando, construindo barraco. Meu pai contava pra gente que aqui, por causa do Lixão de Brasília, já existiam alguns aglomerados de família há muito, muito tempo. Meus irmãos já moravam na invasão da Cidade do Automóvel, mas eu mesmo nunca tinha vindo aqui antes de 1994. Eu tava vivendo com aquela dificuldade toda né... vai praqui, vai prali, mora de favor, mora de aluguel, foi quando eu falei: *deixa eu ir lá ver como é esse negócio de Estrutural*. Tinha uma parte aqui que já existia desde o nascimento de Brasília, desde 1960 por aí, que o pessoal chamava de Vila Velha. Mas a parte que a gente começou a aglomerar era mais acima, onde hoje é a Cidade do Automóvel. Logo que cheguei, em 1994, comecei ter envolvimento com a organização da localidade, que era a Associação de Moradores da Estrutural – a Asmoes. Era uma associação nova porque, antes dela, já existia a Associação Comunidade do Lixão – Ascol, presidida pela Dona Geralda... mas essa era só pro pessoal antigo que morava mais pra baixo. A Asmoes era presidida pela Marlene e o esposo dela na época, o Joaquim – que moravam em um barraco ali na Cidade do Automóvel na época.

Para entrar pra Asmoes todo mundo tinha que pagar uma taxa, mas eu me recusei a fazer isso. Quando vieram me cobrar eu já fui falando: *aqui não é fazenda da presidenta da associação pra eu pagar taxa pra ela... eu nasci em Brasília, não vou pagar taxa pra alguém que nem dona da terra é* – eu falei quando vieram me cobrar. Apesar disso, depois de um tempo, eu comecei a fazer parte do grupo de elite da associação... só entrava na cidade quem a gente queria, entendeu? Se a pessoa construísse seu barraco aqui, mas não pagasse a taxa, ela ia ser retirada. Se ela insistisse em ficar, ia um grupo de membros da Asmoes lá e retirava a pessoa à força mesmo; botava fogo no barraco dela, fazia umas loucuras... eu presenciei cenas assim, mas não cheguei a fazer coisas desse tipo. O valor cobrado não era alto... 17 reais mais

a carteirinha de associado – que custava 60 reais. Pra que servia esse dinheiro? Olha, ele não era pra nada... Porque a gente já pagava uma carroça pra recolher o lixo da gente e jogar no Buracão, onde hoje foi construído o colégio, pagava quando usava o telefone da associação. Dizendo eles que o dinheiro era pra pagar advogado, mas não sei. Na realidade, benefício a gente não tinha, porque lá tudo era pago, tudo tinha que pagar. Naquela época, só tinha um celular na Estrutural, todo mundo que precisava ligar tinha que ir na Associação e pagar pra usar o telefone.



Formosa

84,9 km até a Estrutural



Planaltina

49 km até a Estrutural



Colônia Agrícola Samambaia

11 km até a Estrutural

Na Alta Estrutural, era tudo um barraco colado no outro, não tinha divisão de lote nem nada... era como se fosse favela mesmo, entendeu? O que você fizesse de um lado da parede, todo mundo do outro lado ouvia. Sempre tinha as investidas de remoção... tanto o Cristovam quanto o Roriz e o Valmir Campelo tinham se comprometido a fazer uma cidade aqui caso se elegessem; o Roriz chegou até a abrir algumas ruas, a desenhar um traçado de cidade. Na campanha eleitoral, o Cristovam veio na associação da Dona Geralda e prometeu que faria um assentamento aqui, mas depois que se elegeu não cumpriu a promessa... isso aqui foi uma verdadeira ditadura. No governo dele não tinha isso de criança brincar na rua, era todo mundo entocado. E não foi só um ou dois anos assim não, foi o tempo *todo*. Logo depois da vitória do Cristovam o pau quebrou e foi assim por quatro anos. Além disso tudo, ainda tinham as campanhas publicitárias contra nós... quando você falava que morava na Estrutural, não conseguia nem emprego, não era atendido em hospital. A campanha de difamação que a gente sofreu foi uma campanha de Estado mesmo, entendeu?

Mas na época, além das tentativas de remoção, também tinham os defensores daqui na Câmara Legislativa: o Luís Estevão, o José Edmar e o Tadeu Filipelli – o chamado “time da moradia. Nessa tensão, o que de fato determinou a permanência desta cidade aqui, foi um documento assinado e celebrado pelo José Edmar, a Marlene e, se não me engano, a secretária de habitação na época... esse Termo de Acordo,⁴ determinava que naquela parte da Alta Estrutural as pessoas não poderiam mais ficar, porque ali seria a Cidade do Automóvel. Por isso houve a transferência, em meados de 1996, pra cá pra baixo onde está a Estrutural hoje.

Só que aí houve uma quebra do acordo. O pessoal, incentivado por algumas pessoas... até pelo próprio José Edmar, entendeu? Um pessoal acabou ocupando de novo a área da Alta Estrutural. Foi quando o governo do Cristovam fez uma operação de remoção enorme, com a participação de uns três mil policiais – era tropa de choque mesmo, entendeu? Aproveitando o ensejo da quebra do acordo, o governo do Cristovam começou a investir mais pesado pra limpar toda a área e

não deixar ninguém aqui. Foi instituída então uma administração militar na Estrutural, comandada pelo Major Volney. Muita loucura aconteceu por aqui... nós fomos cercados com cerca de arame, o abastecimento de água foi cortado e passou a ser feito por carro-pipa, as pessoas não tinham direito nem de entrar com mercadoria. Volta e meia tinha liminar de retirada e o deputado José Edmar recorria – por vezes ganhava, por vezes perdia. Ao mesmo tempo, tinham os embates corpo a corpo: população contra a polícia; nenhum lugar de Brasília tinha tanta polícia como na Estrutural: a pé, a cavalo, com cachorro, entendeu? Então era 24 horas por dia essa pressão, pra gente se mudar. De vez em quando saía caminhão de mudança daqui... a promessa era que quem fosse removido iria pra uma área do **Riacho Fundo II**... como até hoje têm assentados lá que saíram da Estrutural... no **Recanto das Emas** e em Planaltina também. Mas, ao mesmo tempo em que pessoas eram removidas, outras sempre iam chegando.

Nessa história de quebrar o acordo com o governo, houve um rompimento na articulação entre o José Edmar e a Marlene. Depois da reunião que decidiu pela retomada, o José Edmar saiu direto pra Praça Central falando: *quem tá comigo tá comigo; quem não tiver comigo tá contra mim*. Foi um racha, o movimento se dividiu em dois. Eu tive que tomar uma posição... acabei ficando do lado do José Edmar – naquela época, eu confesso, a gente recebia uma cesta básica pra fazer a frente de enfrentamento, né? Eu recebia essa cesta básica porque tava sem trabalho, não tinha condições...

Isso chegou um ponto em que... quando já estava em época de campanha eleitoral, o governo determinou a remoção total dos moradores. Foi quando os ex-ministros do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio e o Mário Velloso expediram um documento que determinava que o GDF deveria se abster de remover qualquer barraco do lugar. Também em 1998, teve um dia que a polícia entrou pra valer aqui. Foi depois que houve a morte de um policial na Estrutural. Isso foi em seis de agosto de 1998, na chamada Operação Tornado... a polícia entrou aqui rasgando tudo *mesmo*, no meio da noite, invadindo as casas das pessoas, batendo. Disseram eles que a intenção era desarmar a população... na realidade, eles queriam mesmo era remover todo mundo daqui. Nessa época, a campanha já tava na rua; eu e mais algumas pessoas estávamos perto do viaduto de Taguatinga, amarrando um *banner* da campanha do Zé Edmar, quando vimos dois helicópteros circulando aqui por cima da Estrutural. Veio a ligação... toda a hora chegava uma ligação: *ah, porque tão quebrando tudo aqui, tão arrastando as pessoas, tão batendo*. Quando a gente chegou na Estrutural pra ajudar, tiraram a gente do carro... e foi pra mais de duas horas de tortura, eles batendo na gente, quebraram até meus dentes com a lanterna deles.



Riacho Fundo II

22 km até a Estrutural



Recanto das Emas

22,8 km até a Estrutural

Até hoje, ninguém sabe onde estão algumas pessoas... não foram só oito ou seis que sumiram... que foram assassinadas – como se conta até hoje. Dizem que a polícia veio atrás de algumas pessoas já marcadas pra morrer, pessoas que tinham problemas com a justiça... essa era uma estratégia, né? Desse jeito não ia ter investigação. Pegaram o Azul, mataram o Cristiano e também o finado Miltinho. Teve mais um, um tal de Joaquim – encontraram ele só depois, lá no trilho do trem... teve um outro corpo que encontraram no córrego... você só ouvia gente falando: *sumiu fulano de tal, sumiu fulano de tal, sumiu fulano de tal*. Tem gente que tá sumida até hoje, ninguém sabe o paradeiro.

A gente acha que essa operação foi uma armação do governo ou até dos próprio... muita coisa era armada pelas próprias pessoas que diziam apoiar a gente, entendeu? Então assim... tem coisa que a gente sabe, mas que a gente não fala... essa morte do policial mesmo, era uma desculpa pra entrar aqui e causar mais terror... causar terror e as pessoas quererem ir embora. Já era época de eleições também... o Roriz queria queimar o filme do Cristovam, diziam que tinha que ter derramamento de sangue na Estrutural pro PT perder as eleições. Foi quando eu percebi que esse povo mata a mãe pra ganhar a eleição. Tanto é que, na noite anterior à invasão, eu quebrei o protocolo e falei pro Cristovam num evento que teve: *não bota polícia dentro da Estrutural; se o senhor quiser ganhar as eleições, não bota PM lá dentro porque já tá tudo combinado* – mas ele não me ouviu. Eu tava na reunião em que combinaram o que ia acontecer, eu tava lá...

A proposta do Cristovam era que a gente escolhesse um lugar fora da Estrutural pra morar – ficar aqui não era uma opção. Mas aí, nas eleições de 1998, veio a vitória: Roriz foi eleito. Aí foi aquele alvoroço: mais de três mil pessoas na pista comemorando a vitória de quem disse que faria tudo pela Estrutural. E na realidade aconteceu que... como eu acompanhava tudo de perto e ficava observando e ouvindo as coisas que eles falavam, eu pensei: *nós vamos ter que brigar demais pra ver as coisas melhorarem*. Eu votei nele também... votei no Roriz, no Fernando Henrique, votei no Luiz Estevão pra senador, no Filippelli pra deputado federal e no José Edmar pra deputado distrital. Votei em todos eles, mas eu sabia que eles não iam fazer nada pela Estrutural. A polícia foi retirada daqui, parou de vigiar a gente, mas, ao mesmo tempo, a bandidagem tomou conta. Ou seja, a gente saiu do fogo e caiu na brasa. Todas as promessas que o “time da moradia” fizeram eles não cumpriram... ficavam enganando a gente com parquinho; queriam que isso aqui fosse sempre o curral eleitoral deles, então a gente começou a se mobilizar de novo: fechamos pista, chamamos manifestações... as mesmas reivindicações que a gente tinha na época do Cristovam, continuou a ter no governo do Roriz: água, asfalto, escola... mesmo que

algumas lideranças da cidade tenham se aliado ao novo governo.

Isso foi até a época da campanha pra reeleição do Roriz, quando ele começou a fazer umas reuniões na casa dele: *vamos combinar um negócio, eu preciso de vocês... então vou arrumar a Estrutural e depois vou pedir votos; só que o Ministério Público me engessa, não me deixa fazer nada ali... então vamos fazer assim, vocês chamam as manifestações, fecham a pista e, por causa da pressão, eu vou lá e consigo fazer o que vocês querem.* Segundo ele, era o José Edmar que não queria fazer nada pela gente... *esse José Edmar chama o povo dos interior do Goiás, Bahia e tudo o mais e joga em Brasília, dá uma lona pra eles e depois eu que tenho que ir lá resolver a situação* – o Roriz falava pra gente. Depois dessa combinação, pronto, a gente tinha um dinheirinho pra comprar foguete, comprar água, imprimir panfleto, fazer faixa... quando era 4h da manhã, em dia de manifestação, a gente estourava o primeiro foguete; depois ia estourando outros na sequência, até 5h30 da manhã. Todo mundo descia estourando e *pá, pá, pá*, logo já travava o trânsito na Estrutural. Era tudo combinado mesmo. Ninguém sabia... ninguém entendia como eu organizava tudo aquilo, fechava pista e não era preso... não acontecia nada comigo.

Tem muita coisa que a gente ainda não conseguiu conquistar, mas é isso, a Prefeitura Comunitária continua na batalha. Sabe, tem uma coisa que eu queria deixar bem gravada e vocês vão mostrar isso pro Brasil inteiro: se Deus quiser, eu serei o futuro governador... o primeiro governador negro do Distrito Federal eleito por voto – tá gravando? Já tá escrito, mas vai demorar um pouquinho... pode escrever de caneta
isso aí.

[Ismael]⁵

1.3 no exato lugar onde eu permaneço

Eu sou do interior de Goiás, de uma cidadezinha chamada Mimoso – nasci em 13 de agosto de 1958. De Mimoso me mudei pra Padre Bernardo, também no Goiás, e foi lá que eu fiquei sabendo sobre o movimento de catação... sobre a reciclagem no Distrito Federal. Eu tinha uns conhecidos que moravam em Brasília e que, sempre que visitavam Padre Bernardo, incentivavam a gente a se mudar: *vamos, lá é bom de se ganhar dinheiro, é melhor do que aqui...* e a gente sempre procura uma melhora na vida, né? Então eu me mudei pra cá, era o dia 27 de agosto de 1978... vim pra trabalhar dentro do Lixão – e logo gostei daqui. Cheguei e fiquei *neste* lugar, neste *exato* lugar onde permaneço até hoje.

Passei um tempinho morando na casa desses conhecidos, me costumando com o trabalho de catação. E achei muito bom... é uma renda bem mais melhor do que quando eu trabalhava no interior do Goiás e, de lá pra cá, ela foi só aumentando. Um pouco depois que cheguei, fiz meu barraco – que é *este* barraquinho aqui... adquiri uma família e tô com ela até hoje, vivendo esse dia a dia aqui da Estrutural.

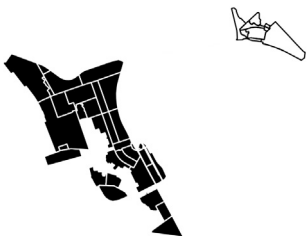
Era tudo cerrado daqui pra baixo... não tinha as chácaras ainda, ninguém morava na beira do córrego. Esse era um córrego bem limpo, com a água cristalina, cristalina. Era uma beleza! Não tinha sujeira nenhuma, a nascente era limpinha. Tinha só um funcionário da CAESB que fez uma barragem lá – era a única pessoa que já morava lá embaixo. Tudo era mato pelas margens... daí foi chegando o pessoal das chácaras, tomando conta da beirada do córrego.

Quando eu me mudei, aqui moravam só sete pessoas – Dona Vanda era uma delas. Era uma família: irmãos, parentes, todos morando juntos. Eles tinha uns barracozinho de lona... de madeirite mesmo e todo mundo trabalhava no lixo. O Lixão da Estrutural sempre teve um lixo bem melhor, um lixo bom – quem trabalha aqui tem uma renda maior do que quem trabalha com catação em outros lugares. Por isso, com o tempo, o movimento aqui foi aumentando... o pessoal vinha do Lixão de Taguatinga pra cá, começava a ter uma renda melhor e logo trazia outros colegas... assim foi indo, foi crescendo. Depois o lixão de lá acabou... ele foi fechado e ficou só esse daqui. Foi aí que cresceu rápido mesmo... o pessoal de lá vieram todo mundo pra cá – sendo que lá trabalhava muito mais gente. Era um avisando o outro: *o Lixão lá é bom pra ganhar dinheiro; o Lixão lá é bom pra ganhar dinheiro...* tinha até gente que morava no **Guará** e vinha trabalhar na Estrutural; gente que morava em **Taguatinga** e vinha trabalhar na Estrutural... vinham,



Guará

6km até a Estrutural



Taguatinga

10 km até a Estrutural

trabalhavam e iam embora quase todas as tardes. Ou então, como a maioria fazia, iam embora só no final de semana.

Tinha gente que morava ali na **Cidade do Automóvel** nesse começo também, mas era pouca... e bem perto dali, onde hoje tá o Setor de Oficinas, ficava o Lixão – pode cavar lá que é cheio de lixo. Depois ele foi pra onde tá Quadra 12 – tudo lá embaixo é lixo também... eu falo porque foi um dos lugares onde eu trabalhei. Depois o lixo foi andando mais pra trás, andando... até chegar ali onde agora é o Setor de Chácara Santa Luzia – ele *todo* tem lixo embaixo: todo, todo, todo... isso eu falo e garanto, é uma experiência *minha*; não adianta falar que não tem lixo porque tem. Inclusive, onde construíram esse colégio aqui – tem uns 30 metros de lixo pra baixo. Onde fizeram o posto policial não tem, mas onde fica o colégio, a oficina e aquele galpão... tudo ali embaixo é lixo. Nessa parte do centro, antigamente, ficava um buraco de onde o pessoal tirava terra; por causa da fundura desse buraco que fizeram, acabaram achando ali uma mina d’água bem cristalina. Mas aí jogaram lixo em tudo. Acho que isso foi em 1984, se não me engano... choveu muito por uns três meses, os caminhão de lixo não conseguia chegar até o Lixão pelas estradas de terra e, por isso, começaram a jogar tudo nesse buraco aí.

Quando eu cheguei, algumas pessoas chamavam aqui de “Lixão do Jóquei Clube”, mas ninguém chamava de cidade, de vila... não tinha um nome mesmo. Aqui era só estrada de chão, daqui pro guará era tudo estrada de terra. E essas estradas que tinham eram as que os caminhão de lixo usavam pra passar. Só depois surgiu a Via Estrutural – aí sim eles colocaram o nome de Lixão da Estrutural... e depois, mais depois ainda, é que surgiu a Cidade Estrutural. No começo, entravam uns oito caminhões de lixo por dia aqui – hoje quantas toneladas não chegam todos os dias?

A gente chamava aqui de chácara antes porque era uma área bem grande que eu tinha cercado; mas a família vai crescendo... a gente vai deixando um se acomodar de um lado, o outro se acomodar do outro lado... aí o espaço vai reduzindo, né? Também tiraram um pouco do meu terreno na época da regularização. Eu reservei uma parte pros meus filhos e, outra parte, foi pra algum beneficiário do governo. Mas essa é uma coisa que... eu acho que todo mundo tem direito à moradia. Eu consegui, meus filhos conseguiram... por isso eu agradeço e peço, de coração, que outras pessoas também possam ser acolhidas com um lugar pra morar.



Cidade de Automóvel

0 km até a Estrutural

Teve uma época que o governo deixava a gente mais tranquilo... era como uma árvore velha e firme: o morador mais antigo sempre tinha prioridade, recebia mais apoio. Só que o governo também não gostava

que chegasse muita gente pra morar aqui, não queria que a ocupação virasse um enxame: *olha, vamos legalizar vocês, mas não vamos aceitar que aumente mais...* veio a época do Cristovam... aí qualquer coisinha, qualquer problemzinho que acontecia... teve até catador que dormiu em pé, amarrado em um poste ali onde fica o escritório da “Quebec” hoje em dia. Eles pegavam o catador que entrava no Lixão à noite pra trabalhar... foi por isso que esses dois catadores foram amarrados; pegaram eles lá à noite, sendo que só deixavam a gente trabalhar no Lixão durante o dia. Era discriminação *mesmo* com a comunidade. Agora que tá melhorando... mas, no começo, se a pessoa fosse entregar um currículo em qualquer empresa e escrevesse lá um endereço da Estrutural, não conseguia o serviço.

Foi mesmo uma conquista o povo ficar aqui... o pessoal da Estrutural são uns guerreiros. E agora tem a Santa Luzia...⁶ a pessoa que tá ali é porque necessita. Seria bom que o governo desse prioridade pra eles... ainda tem espaço no Setor de Chácaras Santa Luzia, tem como fazer uma área de lazer pras crianças dali, fazer um espaço de esporte. Lá ocupou, foi desocupado e tão ocupando de novo... o culpado disso tudo é o próprio governo. O governo não fez nada com a área depois que desocupou, nem fiscalizou... aí começou a encher de novo. Depois que a ocupação cresce, se estrutura naquele lugar, vem o governo de novo fazer um massacre contra o pessoal? Eu sou contra isso.

[Suzano]⁷





1.4 valente é aquele que corre

Eu vim de uma família que tem uma maldição... uma maldição hereditária. Ela começou com os meus avós: os dois eram separados. Depois veio minha mãe: ela também não deu certo com o marido, só arrumou filhos. Minhas tias e tios – irmãs e irmãos da minha mãe –, a maioria se separou, foram só uns dois que se casaram até que a morte separou.

Quando meu irmão mais velho tava adulto já, com seus 18 anos, saiu do Piauí e veio pra cá construir Brasília. Veio pra abrir estradas, levantar ministérios... essas coisas. Isso era 1964 e, quando foi uns dois anos depois, ele mandou me chamar. Eu vim de pau-de-arara também – não tinha isso de ônibus na época. Não sei se alguém aqui conhece pau-de-arara... eram uns caminhões que tinham uma cobertura, tipo aqueles caminhões da Novacap que tem aquela lona com abertura do lado. Dentro deles tinha uns banco e a gente vinha sentado ali o caminho todo. Gastei *oito dias*, tá? *Oito dias* de Parnaíba até Brasília num pau-de-arara.

Meu irmão morava com nossa tia e o marido dela, então também fui morar no barraco dela quando cheguei. Ele ficava ali, na quarta avenida do **Núcleo Bandeirante**. Eu não pagava nada pra ficar na casa dessa minha tia, mas precisei trabalhar pra juntar dinheiro e trazer minha mãe e meus irmãos pra Brasília também. A tia Tereza anotava num caderno tudo o que eu ganhava, não usava o dinheiro pra nada; depois de uns seis meses vendendo picolé na rua consegui mandar dinheiro suficiente pra eles virem. Quando ela chegou a gente arrumou um barraco ali numa invasão atrás do cinema do Núcleo Bandeirante. E meus irmãos também foram conseguindo vender um picolé, alguma outra coisa e nós fomos se levantando. Depois de um tempo, fomos pra uma outra invasão, na **Vila do IAPI**, perto de um colégio de freiras... hoje ali tem um condomínio fechado. Lá fizemos um barraco muito bom, meu irmão mais velho fez um pra ele e a esposa e nós fizemos um pra minha mãe. E a coisa foi evoluindo, foi mudando, foi melhorando. Depois de um tempo, o governo tirou a invasão de lá e deu casa em **Ceilândia**; meus irmãos todos têm casa por causa disso, graças a Deus.

Quando eu tava com meus 18 anos, me deu vontade de ir pra São Paulo. Eu não tinha parente lá nem nada, mas queria ver se arrumava minha vida por lá. Logo arrumei um emprego num boteco e fiquei uns dois anos trabalhando lá – tudo fichado, bonitinho. Foi então que conheci uma menina de Minas Gerais e me casei com ela. Juntos nós tivemos cinco filhos. A vida foi melhorando: eu aprendi a profissão de



Núcleo Bandeirante

15 km até a Estrutural



Vila do IAPI

13,5 km até a Estrutural



Ceilândia

19,2 km até a Estrutural

garçom, trabalhava em restaurantes, hotéis de primeira linha, cinco estrelas mesmo... minha vida foi mudando. Eu consegui um lote numa invasão da prefeitura... invasão não, que em São Paulo eles não chamam de invasão, lá é *favela*. Arrumei um lote na favela: limpei, fiz uma casa, botei luz, água... tudo direitinho.

Mas eu e minha esposa não demos certo, separamos – por isso eu falei que parece uma maldição hereditária, desde os avós. Foi um reboiço tremendo, um sofrimento. Um tempo depois, lá em São Paulo ainda, arrumei uma prima que gostava de mim e a gente juntou. Tivemos um filho, mas ele... ele nasceu deficiente dos pés, das mãos e do rosto. Eu comecei a ter muita dificuldade de tratar ele por lá, então lembrei que em Brasília tem o Sarah⁸ – um hospital referência em ortopedia. Voltei pra cá com essa prima e meu filho. Esperei um ano por uma vaga no Sarah, mas, graças a Deus, consegui e ele foi operado.

Passei um tempo na casa da minha mãe na Ceilândia, mas logo ouvi sobre a invasão da Estrutural. Direto tinha fala do deputado José Edmar na televisão e no rádio; ele também distribuía uns panfletos ali na Ceilândia, convidava toda a comunidade que não tivesse moradia pra construir seu barraco na Estrutural. Ele foi um grande incentivador por povo vir aqui pra invasão, ele lutou muito. Eu queria um lar, minha casa, queria sair da casa da minha mãe, espapar do aluguel. Então decidi vir pra cá, mesmo sem conhecer ninguém aqui. Como essa minha prima não quis vir, a gente se separou e eu vim sozinho. Eu vim direto pra onde hoje é a Estrutural – todo mundo já tinha descido pra cá. Nessa época, mais ou menos 1998, a invasão era pequena, tava no início... até tinha umas casa lá pra cima, mas aqui [*pra baixo*] tinha mais era chácara.

Assim que eu cheguei, fui tomar conta de uma igreja na Quadra 17 – uma igreja evangélica. Tinha um barraquinho do lado dela e o pastor falou que eu podia morar nele. Era um barraquinho muito humilde, pequenininho... tinha só uma caminha e um fogãozinho. Naquela época, não tinha energia... nossa luz era de motor. A água das chácaras era de poço, mas dentro da área dos barracos era caminhão-pipa, tambor. E eu não trabalhava, vivia só da obra de Deus mesmo, pegava uns panfleto e passava o dia visitando aquele povo sofrido que tava invadindo. Eu levava o Evangelho pra eles, orientando, né, falando que Deus ia dar a vitória aqui dentro desta cidade pra todos. Porque o homem não quer, mas Deus quer... e a terra... a Bíblia diz que a terra é de Deus, que Ele fez a terra pro povo habitar ela, pra encher a terra. E o homem foi estudando, foi tendo sabedoria, formando as leis. Hoje as terra é do governo, mas não é do governo mesmo, a terra é *nossa* – a Bíblia diz que ela é *nossa*.

Depois fui trabalhar pra uma outra igreja, aqui na Avenida José Edmar. Ali passei uns dois anos. Minha situação foi melhorando... até que um dia eu pensei: *chegou a hora de conseguir o meu lote*, foi aí que eu invadi uma área. Tinha uma mulher aqui, uma grande líder que se chama Marlene e lutou muito pelo povo. Era ela que cortava as terras, negociava com os chacareiros pra poder ser essa cidade que é hoje – ela com o Zé Edmar, sempre na luta. Também tinha o Joaquim, marido da Marlene, essa grande guerreira... ele tava sempre do lado dela, lutando. Mas o governo Cristovam queria tirar o povo de qualquer forma, tirar o povo pobre daqui. Só que isso aqui é um projeto de Deus, é um projeto. Deus queria mesmo que viesse o pobre pra cá, porque o pobre não tem onde morar... o rico pode comprar lá na Asa Sul, Asa Norte... onde ele quiser ele pode comprar um lote, uma fazenda. Mas aqui não, aqui é pra quem não tem dinheiro, aqui é uma invasão mesmo.

Então foi uma luta tremenda, morreu até gente aqui. Eu não cheguei a apanhar de polícia porque eu... diz que *o valente é aquele que corre* – tem um ditado que diz isso. Então a gente tem que se humilhar; são os humilhados que serão exaltados depois. Muitas vezes eu saí fora mesmo; eles vinha e eu obedecia, porque a Bíblia manda obedecer as autoridades da Terra e eu, como conhecedor da Palavra, obedecia. Jamais eu ia enfrentar eles... enfrentei assim... eles me tiravam e eu voltava depois. Mas quando eles vinham tirar eu não brigava com eles não... que eu não ia apanhar também né – eu não nasci pra apanhar de polícia.

Foi muita luta. Derrubaram onde eu tinha feito meu barraco, ali na Chácara Santa Luzia... derrubaram todos os barracos lá. Então fui pra Ceilândia de novo, mas passei só duas semanas por ali e tornei a voltar. Trouxe um carro... eu tinha um corcelzinho com um bagageiro em cima que eu enchi de madeira. Quando eu cheguei, tava tomado de polícia aqui; tudo cercado, tudo cercado – toda a área da Estrutural. Não entrava nem saía ninguém, até gás de cozinha pra entrar aqui era difícil. Eu sei que fui bem no meio do mato com o carro e fiz um barraco pra mim já na beira da pista, lá na [Avenida] Luiz Estevão, num lugar bem em frente à parada de ônibus. Eu já tinha cama, tinha roupa, tinha fogão... e fiz tudo de novo, comprei a madeira tudo novinha. A Marlene tinha montado um depósito – ali onde vai ser o banco comunitário –, era um depósito de material de construção. Lá vendia madeira, prego, telha... mas não tinha nada de tijolo, que aqui não podia ter casa de alvenaria. Foi com a Marlene que comprei minhas madeira.

Fiquei só uma semana ou duas no barraco. Um dia fui levar meu filho no Sarah e lá na televisão do hospital apareceu a notícia: *a polícia tá entrando na Estrutural pra tirar a invasão*. Quando eu cheguei aqui, tava só o lugar onde eu tinha feito meu barraco. Construí um

outro ali na Quadra 06, que logo foi derrubado também. É... foi uma luta mesmo. José Edmar chegava orientando o povo pra fazer seus barracos... depois vinha a polícia... até nele bateram, prenderam... tem foto dele sendo preso lá no Museu [do Sangue]⁹ até hoje, foto da história da Estrutural todinha, das pessoas apanhando da polícia. Aqui teve até criança que morreu quando o trator passou por cima do barraco durante uma derrubada. Tiveram pessoas que ficaram deficientes, que perderam perna, braço apanhando da polícia. Mas como eu falei, isso aqui é um projeto de Deus, conquistado com muito sangue.

Essa época da invasão foi sofrida, a gente era muito discriminado. Às vezes, a pessoa ia procurar um emprego fora da Cidade Estrutural – que não era cidade na época né, era invasão –, aí fazia a ficha tudo direitinho, mas na hora da entrevista era reprovado... descobriam o endereço do cidadão. Não dava o trabalho por razão dele morar na Estrutural, na invasão. *São os bandidos da Estrutural* – a gente era considerado bandido. Hoje isso mudou, eles sabem que aqui é uma cidade que foi conquistada com muita luta. Não queriam a gente aqui, essa era pra ser uma cidade pra classe média e alta, não pra pobre. A gente jamais esperava que ia acontecer da Cidade Estrutural ficar tão linda como tá agora. Hoje nós somos cidadãos. Acho que o mais difícil nós conseguimos, que é pelo menos poder chegar em qualquer local, em qualquer cidade-satélite de Brasília e falar: *eu moro numa cidade*.

[Luís]¹⁰



1.5 o queijo e o doce cortadinhos na mesa

Eu tô aqui molhando minhas planta... e você, você não se importa de andar no sol, não? Porque eu passo o dia todinho no sol, não ligo pra isso não. Quando tava chovendo, eu botava umas caixa, aí parava a água da chuva nelas pra molhar as plantas, sabe? Porque eu gosto de plantar, onde eu tô eu planto. Mas a chuva parou e as plantinha começou a querer morrer. Aí meu genro ligou... emendou o cano que vem lá do hidrômetro pra cá... eu fico com dó de deixar morrer. Tem planta de remédio ali, cidreira, pimenta, tem berinjela, minhas plantinha de chá... tudo na minha hortinha tem. Eu deixo de comer, mas não deixo de molhar minhas plantinha [risos].

Bom, e nasci em 22 de ab... 22 de agosto de 1945. Comecei a trabalhar bem pequena, que no Nordeste não tinha essa moleza de menino ficar brincando não. Meu pai mexia muito com olaria, esse negócio de tijolo... a gente mexia aquele barro com as mãos e tinha que trabalhar aquilo tudo, até o processo de queimar... eu batia mil tijolo até 11 horas todos os dias – eu era uma pestinha pra trabalhar. Quando eu tinha uns 17 anos, meu pai foi embora... ele largou minha mãe. Eu fiquei muito... eu descii *muito*, sabe? Fiquei *lá embaixo*, porque eu gostava dele demais. Eu ia fazer 18 anos, faltava quatro meses pra chegar a eleição e eu interessada pra votar – era meu sonho votar [risos], mesmo sem saber ler... eu só sabia assinar. Não estudei não, minha filha, meu estudo foi muito pouquinho... hoje eu faço alguma coisinha: leio a Bíblia, leio alguma coisa assim... aqueles nome... aprendi tudo sozinha.

Aí foi quando apareceu esse moço lá, que foi meu esposo. O irmão dele era nosso vizinho de casa – uma casa germinada, ele morava na segunda e nós na primeira. Muito assim... uma pessoa respeitada... chegando lá ele veio se interessar pra namorar comigo. E eu era brava, minha filha, brava e ignorante – eu era mermo, sei lá... o povo do Nordeste sempre foi... eu era muito terrível, minha filha, era valente [risos]. Fiquei pensando assim: *é mesmo, meu pai já foi simhora, então acho que vou me casar... namorar e casar*. Eu me casei com ele acho que no dia cinco... não, seis de junho de 1965 – foi quando nós se casou. Ainda fiquei lá mais uns seis anos, mas perdi três menino ali. Eles adoecia e... não tinha condição de tratar. Eu levava no médico, o médico passava um remédio, passava outro e nada, nada servia. Eles parava de... o problema era de... devia ser rins. Hoje eu entendo que é rim, né, porque teve um aqui em Brasília que teve o mesmo problema – esse fez o tratamento e sarou. Mas lá não tinha isso. Aí quando morreu o terceiro... esse já era grandinho, foi no dia que ele fez um ano de idade,

minha filha. Já andava, já falava – um menino. Aí eu fiquei desgostosa, decidi ir embora de lá.

Nove dias depois que eu enterrei o neném eu vim embora. Fiquei aqui por Brasília até 1970, que foi quando morreu o irmão do meu marido ele quis voltar pra lá. Voltemo só pra quebrar a cara mesmo, vou te dizer, porque lá só vive quem tem dinheiro e nós sem dinheiro, sem nada. Nessa época eu já tinha a Beta, a Marli e o Valdemir – meu redondo [risos]... o meu amado. Ah, eu amo meus filho demais, sabe? sei lá... pra mim não cresceu nenhum, é tudo pequenininho ainda. Bom, o resultado é que eu cheguei lá e meu filho passou mal, ficou doente. Mas eu já tava mais sabidinha [risos], o médico perguntou o que ele tinha e eu respondi: *não sei, doutor, o senhor pega e faz um exame pra descobrir aí porque eu não sei...* mas ele disse que não tinha jeito de fazer exame ali. Lá, nesse interior, não tinha nem agulha pra aplicar soro em criança, aquelas mangueirinha, sabe? Aí eu peguei meu filho e andei com ele 14 légua sozinha, peguei ele foi no braço mesmo: *uma hora dessas eu chego lá, já morreu três nessa terra, esse não vai morrer aqui não.* Chegou lá, ele ficou internado três dias, tomou soro e sarou. Assim que ele saiu do hospital eu falei pro meu marido: *vamo simhora que eu não vou ficar aqui não, vou voltar pra Brasília* – eu tinha aprendido.

Churrascaria do Júlio

9km até a Estrutural



Guará

6 km até a Estrutural



Luziânia

60,3 km até a Estrutural

Cheguei aqui de novo e morei nove anos beirando a EPTG. Não sei se você já ouviu falar da “**Churrascaria do Júlio**”. Seu Julião era gaúcho e meu marido era o churrasqueiro dele. Nessa época ele ainda não bebia, o pessoal lá gostava demais do meu marido, ele trabalhava direitinho. Eu morava vizinha da churrascaria, numa chácara chamada “Três Marias” que era da minha cunhada – nós ficamos nove anos mexendo naquele pedacinho de terra. Aí aconteceram muitas coisas, né... meu marido começou a beber, foi uma luta muito grande. Eu tive que começar a trabalhar. Trabalhava no **Guará** fazendo faxina e deixava minhas filha maior se revezando pra tomar conta dos pequeno – quando uma tava na escola, a outra cuidava. O dia que eu não tava fazendo faxina, tava com um carrinho-de-mão cheio de verdura pra vender de porta em porta. Só que era 1973 ou 1974 e, na época, o povo que morava no Guará ainda era tudo pobre – o governo construiu ali umas casa pela SHIS¹¹ e botou uns servidores da Novacap¹² pra morar nelas. Ali eu vendia era mandioca, era abobrinha, era tudo... trocava por quilo de feijão, por quilo de banha...

E eu com aquela luta ali eu criei meus filho – aquelas benção ali, graças a Deus. Quando foi em 1979, eu já tinha mais menino [risos]... já era a Beta, a Marli, o Valdemir, o Joaquim e nasceu a Betânia... não tinha ainda a Marlei, a moreninha – parecia uma índia, a bonitinha. Foi quando os fiscal chegaram, arrancaram meu barraco e me levaram pra **Luziânia**. Foi uma luta, perdi meus emprego tudo... perdi meus

trabalho de faxina, de passagem de roupa que eu tinha no Guará. A Betânia tinha só três meses. Aí eu vim pra Luziânia, pra um lote que só tinha sapo [risos] – e eu morro de medo de sapo [risos]. [Parte da família chega e a entrevista é interrompida brevemente, vários cachorros também começam a latir] aqui são meus neto e bisneto, olha o monte aí. Olha essa indiona aqui, olha que lindona, que negona da vovó! Tenho dez bisneto e 10 neto, a família cresceu né? [risos]

[Continua] Aí, minha filha, o resultado... quando eu chego lá em Luziânia, *cadê o serviço?* A comida acabou e *cadê o trabalho?* Eu falei pro meu marido: *vamo voltar pra Brasília, não vai dar pra ficar aqui não.* Mas ele ficou com medo da gente não ter onde morar: *como é que a gente vai levar as coisas?* Eu respondi: *uai, não leva* [risos]. Era o povo passando na rua e eu chamando: *you quer isso aqui pra você?* E o povo levando cama, levando rádio, levando tudo. Nem com as madeira do barraco a gente ficou, vendemo tudo e voltamo. Minha filha, eu saí de lá sabe com o quê? Com um pouquinho de roupa dos menino e parece que umas três ou quatro panela... vim embora, voltei pra Brasília. Naquela altura, meu marido já não tinha muita responsabilidade com a casa, era mais eu mesma que era... como é que diz? Eu era o pai e a mãe, sabe? Mas é aquele tipo... eu aprendi, no meu tempo... agora o povo se casa hoje e se larga amanhã, não precisa nem ter motivo... mas no meu tempo não, a gente era ensinado que marido era um só. Aí fui atrás dos meus serviços... ninguém queria mais, todo mundo já tinha arrumado outra pessoa – fazia mais de três semanas que eu tava lá pra Luziânia; eu digo: *e agora, o que eu vou fazer?* Aí viemo pra casa de uma parenta dele, a esposa de um sobrinho. Ela era separada – o marido tinha ido embora de casa e ela com seis menino pra criar. Eram 12 menino no mesmo barraco, contando os meus; nem ela tinha nada, nem eu.

Eu já tinha passado ali na Estrutural antes; nesse tempo era o Lixão – aquilo ali começou com lixo sendo jogado. Eu já tinha ido ali várias vezes mais meu marido pra catar coisa no mato, sabe? [Os netos de Dona Lia aparecem e ela pede: “*amorzinho, os dois príncipes da vovó, vai brincar vai, vai brincar ali um pouquinho*”]. Isso foi em 1978, ou 1979... já tinha barraquinho de pessoas lá nessa época. Aqueles barraquinho pequeno, tampado de madeira e de borracha. Era como se fosse umas lona preta que não era de plástico, era tipo uma borracha. Aí, quando tampava assim bem tampado, não deixava passar chuva de jeito nenhum. Então já tinha essas pessoas... e não era pouco não, era *pouquinho...* você andava *muito* pra encontrar alguém.

O resultado é que, quando a gente tava nessa situação, eu falei pro meu marido: *vamo lá praquele lugar no nada, que tem aqueles barraquinho lá.* Não tinha nada mesmo... nada, nada, nada, nada. Ele com medo de vir e os fiscal arrancar de novo nosso barraco e e eu: *vai*

arrancar nada não! vamo simhora que eu não vou ficar na casa dos outros com esse monte de menino. A gente bem que tentou alugar uma casa, mas a dona dela olhou aquele monte de menino e falou: não quero de jeito nenhum esse monte de menino aqui não. Eu respondi na hora: a senhora quer saber de uma coisa? vá pro inferno com sua casa! eu não vou jogar meus filho no mato; eu moro debaixo da ponte, mas não deixo meus filho... eu era muito bruta, minha filha.

Então meu marido foi lá durante a semana e fez um barraco pequenininho, de pau de mamona. Era um barraco tão miudinho que, quando a gente chegou lá no domingo, não cabia todo mundo – meu marido teve que dormir do lado de fora [risos]. Na época que eu cheguei, lá tinha 30 moradores só e eles vivia em chácara, bem separados. O pessoal todo trabalhava no Lixão, era muito lixo. O nosso barraquinho ficava ali perto de onde era um tal de “Supermercado Potiguar”, não sei se você já ouviu falar... ficava a uns 50 metros dali. Nossa chácara era um lote grandão, todo cercado, com espaço pra todo mundo... dava saída pra onde hoje é a [Avenida] Luis Estevão... ali era só uma estrada de terra que a gente usava pra descer pra ponte... era a saída da ponte pra vir pro Guará. Também usava pra ir pra parada de ônibus que ficava ali na frente da “Minas Fortes”, não sei se vocês conhecem... ali tinha dois botecos: um era do meu irmão e o outro era do Suzano, que já tinha aquela chácara – ele tá nela até hoje.

Era um lote bem grande, nele eu criava porco, galinha... lá eu plantei bastante planta. Morei ali 13 anos... mas trabalhava no Lixão também, além de ser chacareira. Quando nós chegou, o povo chamava aquele lugar de “Invasão do Bicuca”. Bicuca era irmão do... meu Deus, eu não lembro o nome do homem! Era irmão de um fiscal da Terracap... Até 1980... 1982, mais ou menos, ainda tinha pouca gente. O pessoal vivia de trabalhar no Lixão e criar porco – eu mesma criei muito porco ali. Vinha muita comida do Setor Hoteleiro... eu pegava era sacão de arroz puro – purinho sem nada, sem mistura nenhuma. A gente criava porco, galinha, pato... aí melhorou muito. Eu trabalhava, ia fazer compra em **Taguatinga** aos sábados e, mais ou menos em 1985, a gente criou a primeira associação daqui – a Ascol.¹³ Tem até uns papel dela aí, deixa eu ver se eu acho... é um cartãozinho... aqui, que idade tem esse trem [mostra o cartão de vacinação de uma de suas filhas]? É de 1982, “Boca do Lixo”... olha só o nome da cidade, “Boca do Lixo Jóquei Clube”, tá escrito nele [risos].



Taguatinga

10 km até a Estrutural

Mas, quando foi em maio de 1987, eu perdi uma menina lá. Ela ia fazer 13 anos... eu tava trabalhando... passou uma caminhonete do fiscal do SLU.¹⁴ Deram a notícia de que uma mulher queria bater na filha de uma amiga nossa e correu todo mundo pra lá. Minha filha e uma amiga dela saíram em disparada... eu ainda gritei, mas ela não

ouviu. Passou esse homem com uma caminhonete... ele sempre corria, corria demais... deu carona pra elas, mas não deixou as duas subir no carro, ela e a amiga ficaram agarradas atrás da carroceria, com os pé naqueles ferro do para-choque, sabe? Tinham acabado de fazer um cascalhamento na estrada... então, conforme o carro ia correndo, devido às pancadas da estrada... acho que ela subiu os pé – foi assim que contaram; ela caiu e bateu com a frente na pedra. Quando eu fiquei sabendo... era uma moçona enorme, bonita: Marlei Cristiana.

O Humberto e a Alice eram presidentes da nossa associação, os dois ajudaram muito quando a minha filha faleceu. Quando foi mais ou menos em 1992 eles decidiram que a gente deveria se mudar pra beira do [córrego] Cabeceira do Valo... deve ter sido com o apoio de alguém, né, você sabe como sempre tem alguém apoiando essas coisas. A gente desceu pra lá porque, onde minha chácara ficava, já tava assim [*mostra com as mãos que a ocupação estava enchendo*], tinha muita gente fazendo lote ao redor. Lá no centro já tava tudo cheio, loteado... o povo não respeitava e invadia mesmo, passava e carregava tudo o que a gente tinha.

Quando a gente chegou no córrego, lá era um cerradão igual a esse daqui... o córrego correndo água – a margem do córrego fazia volta e ia até lá longe. As chácaras tinham uns 20 mil metros cada uma – a minha dava 30 mil porque ela era compridona. Nós respeitava a área do meio ambiente... no pedaço que era ecológico a gente não mexia. Quando foi em 1993 o pessoal do arranca foi lá e tentou tirar a gente, disseram que ali ia ser cidade e que, por isso, não podia ter chácara. Mas eu não quis sair, fiquei por lá mesmo. Um pouco depois, no começo de 1994, fizeram um cadastro no Incra de cada chacareiro. A gente pagou na Receita Federal tudo direitinho... e a gente ficou lá 16 anos plantando.

Até nessa época do Humberto ainda tinha 520 morador. Depois que veio aquele moço deputado que tinha lá, o José Edmar, querendo que a associação apoiasse as coisa dele lá, mas o Humberto não aceitou. O José Edmar ficou com raiva, eu lembro que teve uma briga, até arma ele puxou no meio da rua ameaçando o pessoal da associação; depois ele negou, disse que era mentira, mas não é mentira não porque todo mundo viu isso acontecer. Foi aí que encheu de gente, de polícia, mas nós ficava mais afastado, trabalhando na chácara.

Quando foi em 2007, chegaram lá com aquela correria... nós tava com uma horta toda arrumadinha – na internet tem tudo, a horta... é coisa de satélite, sabe? Eles já chegaram foi dando três mês pra gente se mudar. Eu já tinha construído a casa... tinha seis cômodo ela, era enorme – minha casa sempre foi grande, que toda a vida ela foi assim

cheia. Me disseram que o terreno ia virar a Vila Olímpica, da Quadra 01 até a Quadra 04 – a minha era a quatro – e que por isso a gente ia ter que sair. Eu já tava sofrendo muito ali com as pessoa roubando coisa, carregando coisa... dava até vontade de sair mesmo, mas não era assim, de qualquer maneira. Eles foram, tiraram foto, marcaram tudo sem pedir nem licença, foram entrando e... depois mudaram o lugar da Vila Olímpica, não ia ser mais lá. Mas aí veio aquele negócio de redes fluviais nas ruas da cidade... eles cavando buraco tudo... deixaram um buracão enorme dessa fundura na frente da minha chácara [*faz um gesto de grandeza com as mãos*]. Todo dia tinha gente lá, falando pra eu me mudar.

Um dia, até a Eliane Pedrosa apareceu lá com uma turma de gente, me dando 24h pra eu me mudar; dizia que ia chover no dia seguinte, que eu tinha que sair naquela tarde mesmo e ir pra um albergue porque tinha passado na meteorologia a chuva... eu não sei falar direito não; ela disse que ia chover amanhã e que, daquele buracão que eles fizeram e ficou aberto mais de 60 dias, dali ia jorrar tanta água que ia carregar minha casa, ia me carregar, que minhas coisa tinha que ir logo pra um depósito do governo. Era 29 de setembro de 2008 quando a gente recebeu esse documento, no dia 4 de outubro, uma hora dessas, eles tavam derrubando minha casa. Minha casa que eu passei quatro anos pra construir, usando cheque dos outros... veio essas máquina e não levou meia hora pra jogar tudo no chão. O povo catando minhas coisa, os ferro, carregando tudo embora.

Eles trouxeram a gente **pra cá**; colocaram a gente de frente pra essa estrada que passa bem aí – tava chovendo nesse dia. As coisa toda jogadas... os menino pegaram umas madeirite, fecharam rapidinho um comodozinho bem pequeno pra botar as roupa, botar a televisão, botar as coisa. Colocaram uma telha por cima, sabe? Aquela coisa... foi três anos naquela luta, bebendo água de caminhão-pipa – tinha dia que essa água vinha era preta. À princípio, eles vinha todos os dias botar um pouco d'água nas caixa, depois passaram a vir três vezes por semana... a gente que se virasse.

Quando eu vim de lá, um pessoal da Santa Luzia já tinha sido trazido bem antes pra cá – eles ficaram embaixo de lona. Acho que você até chegou a ver os banheiro químico que colocaram lá pra eles. Teve criança que criou boró... bicho na vagina por conta daquele banheiro. Foi uma luta esse pessoal, o povo passava dois, três meses sem vir limpar os banheiro. Levaram um químico pra nós também, mas eu disse: *não, meninos, faça o banheiro de vocês lá no cerrado, não vai entrar nessa porcaria aí não*. Nós ficou três anos ali sem construir e sem plantar, porque na hora que levantou a casa e o menino botou o arado pra plantas, o Ibama embargou. Disse que a gente não podia fazer nada,



'pra cá' - Núcleo Rural Monjolo

25,7 km até a Estrutural

que precisava de licença ambiental. Disseram que o governo não podia ter colocado a gente lá – porque ali, onde a gente tava, era uma Área de Preservação Permanente. Isso tudo depois da gente já ter sido levado pra lá, de já ter perdido a nossa terra na Estrutural.

Eu fiquei até doente... fiz um bocado de exame, mas ninguém descobria o que era. Tomo remédio controlado até hoje... eu desmaiava à toa, apagava. Fizeram um exame, uma tal de ressonância magnética – meu filho pagou pra mim as consulta... deu um tal de surto de ondas aguda, nunca ouvi falar disso na minha vida. O médico me explicou que é igual a um computador... um transformador... disse que era muita carga no meu cérebro, muita coisa que não tinha saída e que eu apagava por causa disso. Aconteceu isso na Estrutural também; o primeiro lugar que a CEB¹⁵ colocou energia ali foi pra nós, na beira do córrego, e o resto da cidade não se conformava. Encheram a rede de gambiarra e os negócio explodia tudo...

A gente entrou na justiça contra o GDF... eles tinham prometido, a gente veio porque confiou... confiou que ia ter água, luz, e foi três ano bebendo água de caminhão-pipa. Tá aí no documento, eu tenho tudo escrito... você viu aí nos papéis o Termo de Compromisso da Terracap, eles prometendo... eles tinha prometido furação de poço artesiano, caminhão pra carregar calcário, caminhão pra carregar adubo e nada disso eles fizeram. Aqui, nessa época de chuva, as criança ficaram até sem escola porque o ônibus não tinha condição de entrar pelas estrada. Tinham prometido tirar o cascalho e colocar outra terra na estrada, prometeram fazer uns tanque de peixe... te pergunto: *fizeram?* Prometeram que a gente chegava hoje e amanhã já ia ter poste de luz – ficamos um ano e três meses sem luz... ficamos não, *eles* ficaram porque era só chegar aqui que eu começava a passar mal. Nessa época eu fiquei pouco aqui... eu pisava aqui e queria morrer.

Voltei pra Estrutural, me prometeram um tal de aluguel social. Quem escolheu o auxílio não recebia direito o dinheiro do aluguel – eles mandava um mês e no outro não mandava nada. Quando a gente falava pro proprietário que tava esperando o dinheiro do governo, ouvia de volta: *eu não aluguei casa pro governo, aluguei pra você*. Eu e a Betânia mudamos nove vezes... nove vezes a gente se mudou. Eu vendo minha chácara ali perto todinha destruída, minha chácara onde eu plantava, trabalhava... e eu morando de aluguel nos piores lugares, nos piores barracos que eu nunca pensei na minha vida... nem nos tempos que eu não tinha casa eu morei nuns trem daquele. Nove vezes mudando pra cima e pra baixo, eu perdi tudo, tudo. O que tenho hoje eu ganhei deles [*aponta para a família*]... eles que me dão uma coisa ou outra... eu não tinha cama nem pra dormir. Passei um ano dormindo lá na casa... olhando pra telha num colchãozinho desse tamanho [*mostra com as*

mãos a pouca largura do colchão]. Imagina você sem ter sua casa, suas coisa, sua cama... você deitada num colchãozinho olhando pra telha a noite todinha... tinha vez que, do jeito que eu via a noite chegar, eu via o dia amanhecer imaginando eles passando necessidade aqui com as crianças, sem ter nada [*se emociona*].

E eu não podia fazer nada [*chorando*]... meu filho desempregado, aquele menino pequeno – aquele ali, de calça preta, era pequenininho [*mostra o neto*] – falava pra mim: *vó, eu tô com fome, quero pão*. E eu comprava fiado porque tinha que pagar o aluguel com a minha aposentadoria. Quando eles mandava o dinheiro do aluguel eu corria e comprava umas coisa pra trazer pra cá... eu olhava meu filho saindo daqui três, quatro horas da manhã na chuva, caminhando pela estrada pra fazer um curso de vigilante em Taguatinga Sul... ficava olhando da janela pensando: *meu filho, meu filho vai se molhar todinho*. Mas tá aí, hoje meu filho tá empregado, graças a Deus... só Deus sabe a luta que foi.

Da Estrutural eu sinto falta das pessoas, mas do tempo ruim que eu passei lá eu não sinto não. Sinto que valeu à pena porque foi Deus que fez tudo. Depois que entrei na justiça, veio o povo do Banco Mundial e fizeram minha casa. Depois que mudei pra cá, fizeram a casa, comecei a plantar minhas coisinha aqui e acolá e melhorei bastante, durmo a noite toda. A Estrutural foi uma conquista dura. Os que chegaram por último diz: *ah, nós sofreu aqui... eu tenho oito anos aqui; outro diz: eu tenho dez anos aqui...* pois eu ia fazer 29 anos na Estrutural quando me mudei pra cá – foi de 1979 até 2008 que eu morei lá. Então, eles já pegaram o queijo e o doce cortadinhos na mesa. A primeira luta foi a nossa, os desbravador foi nós. Quando o Zé Edmar começou a influenciar o pessoal a ir pra lá com a Marlene e os outros, a coisa ali já tava boa demais. Na nossa época, não tinha nada... se quisesse comprar sal tinha que ir de pé até o Guará comprar – atravessava a linha do trem pra chegar ali bem no começo do Guará, sabe? Depois é que começaram a fazer uns botequinho, mas aí só tinha cachaça também, pra matar o povo envenenado. Se quisesse comprar sal tinha que ir ou pro Guará ou pra Taguatinga. Pra ir consultar, vinha com os filho parecendo uns macaco pendurado nas costa, no meio da madrugada, só pra pegar ficha no posto de saúde do Guará.

E pra estudar? Meu filho começou a estudar lá no La Salle.¹⁶ Aí tinha a cunhada do Suzano que tinha os filho estudando por ali também e a gente dividia, uma semana era ela levando, uma semana era eu. Eu vinha com o Joaquim desse tamanhinho [*aponta para o neto*], atravessava a ponte que descia lá embaixo, nas primeiras chácaras – uma estradona longa, aquela retona enorme de terra... estrada de terra, um barrão vermelho... aí pegava e passava de frente pra estrada do Jóquei

– só depois é que eles fizeram a rua asfaltada. Aí eu vinha, atravessava os menino na pista da EPTG... aquele monte de menino, só Deus era que guardava eles, indo ali beirando a estrada. Aí pegava a pista do La Salle, que é aquela que vai pro Bandeirante e pro Park Way... aí eles pegava aquela pistona e ainda andava mais de um quilômetro ainda pra chegar na escola. Nós vinha trazer e vinha buscar todos os dias. Na volta, quando eles chegavam na EPTG antes de mim, eles esperava na beira da pista até eu chegar... só podia atravessar comigo. Aquele monte de menino... só Deus sabe, só Deus guardava. Pegava aquela estradona, chuva caindo, parecia um rio. Só depois eles mudaram a escola pro Guará, aí melhorou porque eles vinha por dentro do Jóquei pra sair na ponte de cima de onde é a linha do trem... Às vezes eles brincando, aquele bando de menino, sabe como é? Vinha brincando e escurecia. Eu botava um cachorrão na corrente, um facão na outra mão e ia parecendo uma doida atrás deles [risos]. Eu só tinha medo de passar na ponte, que era escuro.

Hoje o povo chega lá e tem pão e leite; eu nunca tive isso, tinha que trabalhar pesado e caminhar muito pra comprar, minha filha, se eu quisesse ter.

[Lia¹⁷]

Joaquim

Valdemir

Beta

Bethânia

Marlei Cristina

Marli

O terceiro já andava, já falava
era um menino

Nove dias depois que enterrei o
neném eu vim embora.

ah, eu amo meus filhos demais.
Sei lá... pra mim não cresceu
nenhum, é tudo pequenininho
ainda.

o córrego correndo água - a
margem fazendo volta e indo
até lá longe.

Não tinha nem agulha

Peguei ele **no braço** mesmo.

Morreu três nessa terra, esse **não**
vai morrer aqui não.

Eu tinha aprendido.

Tiraram foto, marcaram tudo
sem pedir licença.

veio essa máquina e não
levou meia hora pra jogar
tudo no chão.

Minha chácara ali, todinha
destruída.

Morando de aluguel nos **piores**
lugares, nos piores barracos.

pove vezes mudando pra cima e pra
baixo, eu perdi tudo, tudo.

ele quis voltar pra lá.

Imagina você sem ter sua
casa, suas coisas, sua cama...
você deitada num
colchãozinho olhando pra
telha a noite todinha...

~~Eu não peguei casa pro~~
governo, aluguei pra você.

Tinha vez que, do jeito que eu via
a noite chegar, eu via o dia
amanhecer...

as filhas maior se revezava pra
cuidar dos menores.

Tive que começar a trabalhar.

beta

porco

pato

faxina

escola

mercado

carrinho de verdura

posto de Saúde

passação de roupa

Doze meninos em um
barraco.

Um ano e três meses
sem luz.

Tem planta de remédio, de chá,
tem cidreira, pimenta, tem
berinjela.

Era só vir pra cá que eu queria
morrer.

cadê o serviço?

1.6 nem uma balinha de ninguém

Vim pra Brasília, da primeira vez, com 17 anos, mas logo parti pro Goiás pra fazer dinheiro... numa fazenda em lá em **Formosa**. Da segunda vez foi em 1994, eu tinha uns 20 e poucos anos. Vim com minha esposa, com quem eu tinha casado lá na minha cidade, Campos do Buriti, no Piauí. Dessa vez cheguei aqui pagando aluguel no **Guará**... paguei aluguel um mês e vi que não tinha a menor condição de viver assim; eu tava sem emprego e sem renda nenhuma na época, como eu ia pagar aluguel? Foi quando ouvi alguém falar da Estrutural... eu mesmo fiquei com medo de vir, mas meu irmão Valdir, que também morava de aluguel no Guará, se encorajou e veio – aí acabou que vim com ele; fizemo nosso barraco de lona e assim começou minha vida aqui na Cidade Estrutural.

Pra quem não conheceu a Estrutural antes, conhece só como ela tá hoje, não faz ideia do que era. Não tinha energia, não tinha água aqui – nós pegava água no poço do vizinho quando era lá em cima; depois que desceu todo mundo, a água vinha era em caminhão-pipa... foi muito complicado aquele tempo. Aqui nós era vigiado 24h por dia, a polícia chegou até a cercar essa área toda aqui beirando até a pista... cercou tudo de arame e nós era vigiado: era cavalaria, policial com cão de guarda, viatura pra todo o lado. Nós não podia nem comprar gás, se a polícia visse alguém passando escondido com gás não deixava, tomava o bujão na hora. Você não podia passar com *nada*; até a verdura que o povo pegava no Ceasa...¹⁸ que achava no chão lá quando não tinha dinheiro pra comprar. Já peguei muita caixa de banana lá; era fruta, maçã, verdura que dava pra aproveitar. Eu ia de bicicleta até o Ceasa, mas na hora de voltar... já teve vez que fui impedido pela polícia de entrar com a comida que eu ia dar pra alimentar meus filhos, entendeu?

Eu nunca peguei nem uma balinha de ninguém, mas era considerado um ladrão – nós todos aqui era considerado assim. Pros policiais aqui era *tudo* vagabundo, não existia pai de família aqui pra eles, pro governo... pra eles *todo mundo* era vagabundo. Vamo dizer que eu trabalho no Cruzeiro ou trabalho no Plano Piloto... se falasse que era da Estrutural era discriminado automaticamente, entendeu? Nós era demitido *na hora*. As pessoas não queria nós porque tinha nós como ladrão – a própria mídia era contra nós e a favor do governo. Mas nós resistimos, teve um povo que resistiu muito aqui – inclusive eu: *nem que nós morre, nós não sai, nós quer viver aqui, nosso lote é aqui na Estrutural...* era assim. Aqui nós deve demais ao ex-senador Luís Estevão, ao deputado



Formosa

84,9 km até a Estrutural



Guará

6 km até a Estrutural

José Edmar e, principalmente, à Marlene. A Marlene era presidente da nossa associação e foi uma das líderes comunitárias daqui; uma grande heroína que trabalhou muito com nós. Se hoje nós tá aqui... se hoje esta cidade tá aqui, foi com a força de Deus e da Marlene... e do povo, é claro, que ajudou muito também – todos nós lutamos. Mas a Marlene principalmente. Ela foi presa muitas vezes, apanhou... tanto que saiu do Brasil, teve que sair, né? Mas acho que já voltou...

Bem, quando foi em fevereiro de 1995... por aí, a Marlene e a associação, juntamente com o deputado José Edmar, pegou e fez um acordo com o Cristovam. Nós tava ali onde hoje é a Cidade do Automóvel e o Cristovam queria que a gente saísse de lá. Por isso fez um acordo dando um lote lá embaixo, na Quadra 2. Eles chamaram só quem já tinha cinco anos de Brasília... a pessoa tinha que comprovar que morava esse tempo todo aqui. E eu comprovei como? Quando eu tinha vindo pra cá, em 1987, estudei num colégio; fui lá nessa escola, peguei o comprovante e deu certo, graças a Deus! Desceu todo mundo pra cá e... *cadê a água?* Nós bebia era água de poço – cavava ou bebia do vizinho. Aí veio caminhão-pipa abastecer aqui; botava a água num tambor desses de 200 litros – naqueles tambor tinha ferrugem, tinha de tudo... mas era o que nós tinha pra beber. Quem tinha tinta pra pintar, bem; quem não tinha nós se aproveitava da tinta que achava no lixo. Era assim... na Estrutural se aproveitava muita coisa, resto de lixo, você tá entendendo? Às vezes era caro um tambor, 10 reais, 15 reais... nós não tinha dinheiro, então nós ia aproveitando o que achava.

Mesmo assinando o Termo de Acordo, Cristovam tentou tirar a gente; quem insistia em ficar era massacrado. O pessoal do Cristovam só não mexia com os barraco cadastrado – nesses tinha um X escrito em cima, entendeu? Eram os barraco do povo muito antigo, tem gente que tá há mais de 30 anos ali. O barraco novo, esse era conhecido... não entrava tábua nova aqui pra dentro não, não entrava telha nova... nós fazia os barraco novo era com lona. Enrolava ela embaixo do braço e trazia escondida por debaixo da cerca pra polícia não ver. [*Vitória, esposa de Valdevino, complementa: “até o Idhab quando vinha fazer o levantamento fazia um símbolo no barraco pra mostrar quem era”.*] Tinha vários jeitos de marcar os barracos, a associação, por exemplo... todos os barracos que eram da associação nova tinham o nome “Asmoes” pintado nele; assim, ficava identificado quem era ou não da associação.

Nós era um povo unido... quando ia fazer reunião da associação passava um carro de som avisando e todos nós ia. O que era decidido em reunião, com a presidenta da associação... nós acordava aquilo que fosse certo. Mas nós nunca apedrejou o carro do governo nem fazia aqueles negócio que eles falavam da gente; era a polícia que atacava o povo da Estrutural – a polícia atacava e a mídia vinha dizer que era o

povo daqui. Na época, se uma pessoa roubasse um barraco e nós ficasse sabendo que foi ela que roubou... aí nós não deixava, nós tirava ela mesmo. Porque um vigiava o barraco pro outro, assim que era feito... pra ninguém roubar *uma agulha* de ninguém. Então, se nós pegasse *um* roubando o barraco do outro, nós tacava fogo no barraco dele e não ficava não, era expulso.

Quando desceu todo mundo, ficou a Vila Velha e a Vila Nova e eram duas associações: a dos antigo e a do pessoal novato, como eu. Eu morava na Vila Velha, mesmo sendo novo aqui, mas participava da associação da Marlene, do pessoal da Vila Nova. Nós não tinha apoio da associação antiga, do povo da Vila Velha. Hoje são todos meus amigo, mas não época não era – principalmente a direção. O Suzano, quando eu vim, ele me acolheu, deixou eu botar minhas coisa lá na chácara dele... mas a maioria dos morador antigo achava que nós não devia tá aqui, que nós não devia ter vindo pra Estrutural. Com a invasão crescendo, o povo da Vila Velha pensou que o governo ia jogar todo mundo na rua – eles também. É por isso eles não queria nós aqui.

Os primeiro lote que o governo deu lá embaixo foi na Quadra 1... era de 6x12, dava 72 metros. Aí parou, parou porque começou uma reivindicação. O Zé Edmar e a Marlene falou: *nós não aceita esse lote, nós não aceita!* Aí depois o governo começou a fazer lote de 8x12m, ou seja, de 96 metros. Foi assim que foi feito o negócio: tirava você de um barraco lá em cima e te levava pra uma rua... foi fazendo as rua e botando os endereço, fazendo as rua e botando os endereço. Quem queria fazer um acordo com o governo passava primeiro pelo povo da associação, depois passava pra outra mesa com o povo do governo e aí, quando assinava, mandava vir o caminhão pegar as coisas da gente. As quadras feitas pelo governo, na época, foram a 1 lá embaixo, depois a 2, depois subiu aqui perto da associação a 3, depois subiu a 4 até lá em cima, no conjunto H. O resto era tudo chácara. Nem todas as ruas foi o governo que fez, algumas ele só pavimentou: a 15, a 16, a 13. O governo mesmo fez poucas quadras, depois que foi crescendo, crescendo. Mas ali onde agora é o colégio, por exemplo, ninguém queria morar não. Aquele era um lugar perigoso porque era onde a polícia mais vinha pra brigar... já veio 1700 policial, cachorro, caiu gente pra todo o lado... pode ir ver lá no museu [*do Sangue*], você já foi no museu ali? Você viu o documentário que tem lá no museu? Você viu a caixa d'água que o Zé Edmar tinha doado aqui pra nós e o Cristovam derrubou? Foi uma caixa d'água que ele deu pra gente cavar um poço artesiano e botar água pra nós... Cristovam achou foi pouco, meteu a máquina pra cima e derrubou.

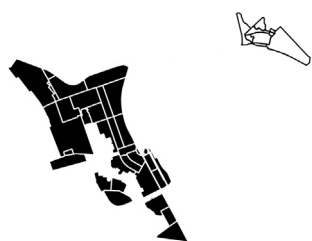
Minha vida aqui foi muito difícil, eu trabalhei no lixo; trabalhei no lixo pra sobreviver, pra não roubar, pra não pegar nada de ninguém,

entendeu? Não tenho porque mentir, não sou melhor do que os que tão lá. Se fosse pra trabalhar de novo, eu trabalhava – mas não desejo não... não quero aquela vida de novo, ela é muito difícil. Então eu tenho muita história pra contar, tanta que se eu passar o dia todinho falando ainda é muito pouco. Pra fazer uma consulta, por exemplo... não tinha ônibus na área interna aqui, não existia linha de ônibus lá pros postos do Guará; quando a gente chegava lá e falava que era da Estrutural, era o derradeiro a ser atendido. Quantas vezes nós não saímos no “Jornal Nacional”, no “Jornal da Band”, no “Jornal da Record”... em tudo quanto era jornal nós saía; a mídia era contra favela e nós era chamado de favela: *a favela Estrutural*.

Nessa época aí do Cristovam nós não tinha segurança, tinha vigia, nós era *vigiado*. Quantas vezes eu não fui parado de bicicleta? Eu trabalhava em **Taguatinga Sul**, saía daqui de bicicleta às cinco da manhã, num frio medonho, e voltava também de bicicleta; quantas vezes eu chegando e a polícia me parava, pedia documento, perguntava onde eu morava e falava: *you não sabe que não pode morar aqui?* Depois que o Cristovam saiu do governo o Roriz entrou. Aí pronto, ele deu guarita pra nós, aqui era 100% de eleitor dele. Ele não mexeu com nós, mas também passou mais quatro anos e continuou aquela poeira, tudo do mesmo jeito. Aí veio o Arruda e foi ele que realmente organizou a cidade: o colégio foi o Arruda, o posto de saúde foi o Arruda, tudo o que nós tá vendo de benefício aqui foi o Arruda que fez. Mas governo nenhum deu nada de graça não. Foi muita reivindicação que nós fizemos aqui, muita reivindicação... pra poder esse colégio chegar aqui nós ia lá e fechava a pista. Os líderes comunitários, como o Ismael, também ajudaram muito. Aqui era polícia batendo mesmo, metia o cassetete, não tinha dó – foi muita luta, muito suor, assim foi formada a Cidade Estrutural.

Tem gente que ainda tem vergonha de dizer que mora na Estrutural, eu não. Antigamente, eu cheguei a dizer muitas vezes que não morava na Estrutural pra não perder meu emprego, entendeu? Mas hoje não, hoje eu falo: *moro na Estrutural, sou da Estrutural*. Os outro lugar tudo é bom: Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo, o entorno, Planaltina... o Guará é bom, mas nem no Guará eu quero morar, eu quero morar é aqui. Eu comecei minha vida foi aqui, trabalhei no lixo, fiz muita coisa. Na Estrutural eu fui caminhando, fui evoluindo, botei mercadinho aqui dentro... botei um bocado de mercadinho. Fui um cara lutador.

[Valdevino]¹⁹



Taguatinga

10 km até a Estrutural

1.7 nós, no meio desse cerrado

Pode falar? Olha, meu nome é Vanda, Vanda de Jesus. Nasci em Caratinga, Minas Gerais. Perdi meu pai eu tava com dois anos de idade e minha mãe ficou comigo, criando a mim e meus irmãos – nós era em dez pessoas, os dez filho que ela tinha. Um dia chegou lá um tio meu que já morava por aqui e falou: *olha, eu vou levar vocês para Brasília*; aí esse tio pegou, pagou a passagem nossa e trouxe nós praqui. Eu vim pequena, não tinha nem sete ano quando eu vim. Esse tio pagou a passagem nossa, trouxe nós pra cá e sumiu... sumiu esse meu tio. Nós ficamo aqui e acolá; trabalhava num canto, trabalhava no outro... tinha um tal de DAE aqui, uma cidadezinha que ficava... ficava pra frente do **Bandeirante**, sabe? Nós ficamos morando lá. Um dia minha mãe tava trabalhando... ela me deixava em casa e vinha trabalhar pegando papel, pegando uma coisa, pegando outra... minha mãe sempre foi muito trabalhadeira. Aí nesse dia passou um senhor e falou assim: *ocê tá pegando isso aí por quê?* Ela respondeu que tinha vindo de Minas e que tava trabalhando pra poder cuidar dos filho. *E por que a senhora não trabalha lá no lixão daqui ao invés de trabalhar na rua?* – ele perguntou. Só que minha mãe não sabia onde ficava esse tal de lixão... foi quando ele levou ela lá pra conhecer.



Núcleo Bandeirante
15 km até a Estrutural



Era um senhor... eu não sei o nome desse senhor, mas foi ele que mostrou o lixão pra minha mãe. E esse lixão era lá no **Cruzeiro**, onde é o Hospital das Forças Armadas – o lixão *de lá* era o lixão *daqui*, era *este* Lixão. Minha mãe passou a ir pra lá trabalhando... indo pra lá e nós pequeno em casa. Depois foi que esse lixo saiu de lá e veio pra cá... e minha mãe veio acompanhando ele com nós. Mudamo com tudo pra cá. Minha mãe chegou, fez uma barraquinha com lona preta e colocou nós nessa barraquinha... e o lixo começou a jogar. O lixo começou a ser jogado lá por aquela área... um tal de Buracão que tinha lá na frente. Foi jogando, jogando, jogando esse lixo... andou pra acolá tudinho e nós aqui, com ela. Aqui tinha um comprador de papel que chamava senhor Emílio e um outro que chamava Zé Gordinho – eles comprava o material e ia embora... era os três barraquinho que tinha, não tinha mais nada aqui. Morando era só eu, mainha, meus irmãos... tinha só nós aqui no meio desse cerrado... e foram jogando, jogando, jogando o lixo...

Cruzeiro
15 km até a Estrutural

De primeira o lixão era perto de uma lagoa, indo ali pro quartel do exército – um tal de Buracão. De lá andou ali por onde é o automóvel tudinho, o lixo já andou por ali *tudinho* – tem muito lixo enterrado por ali. E nós andou junto, trabalhando nesse lixo. Dali veio, chegou perto da lagoa e parou, foi pra acolá, depois pro Jóquei Clube – teve uma área

do Jóquei que teve lixo também... nós acompanhando. Naquela época, pro Jóquei Clube tinha só um caminho, não tinha nada de asfalto nem nada; não tinha a Estrutural ainda, não tinha nada – eu acompanhei essa Estrutural fazendo essa Estrutural. Aí eles vieram jogando, jogando, jogando e depois começou a jogar aí pra baixo tudo... só nessa parte que nós tá aqui que não botaram lixo, mas daqui pra lá é tudo aterro, tudo tem lixo. Foram jogando, jogando... e agora ele tá aqui. Agora vocês avaleia: eu cheguei aqui com seis pra sete ano, hoje vou fazer 61 ano e esse lixo ainda tá aqui? Nós trabalhando nesse lixo o tempo *todinho* e esse lixo ainda tá aqui agora.

De primeira, nós ia pro meio do mato e fazia um barraquinho lá no meio do cerrado. Ali nós comia, ali nós dormia, ali nós bebia e dali nós fechava o barraquinho e ia pro lixo trabalhar. Lá era tudo aberto... era tudo assim: podia chegar e trabalhar porque não tinha guarda, não tinha guarita, não tinha nada. Agora que tem cerca... hoje a gente tem documento daqui, tem carteirinha da reciclagem, mas de primeira não tinha nada... era só um barraquinho que tinha no meio do cerrado, os caminhão chegava, despejava, ia embora e pronto. *De vez em quando* vinha um trator do SLU e empurrava o lixo; quando tinha muito lixo vinha esse trator, empurrava o lixo e ia embora. Então dava tempo pra gente trabalhar e pegar muita coisa: era alumínio, cobre, metal, papel, plástico, papelão... nós pegava isso aí e vendia. Vinha os vendedor de **Taguatinga** comprar o material aqui.

Aqui era mato, pé de árvore, mata fechada; tinha só aquelas trilha, aqueles caminhozinho da gente passar. Corria bicho da área do exército até essas área daqui tudinho – que aí dentro tem muito, mas muito bicho. Meus irmão ainda caçaram tatu aqui dentro, caçava muito. Tem uma cerca dividindo a área do exército e o lixo pra cá, então os bicho saía de lá e vinha praqui. Só não podia atravessar a cerca daqui pro exército... não podia passar porque se não eles prendia. Era tudo mato.... até que foi chegando gente, foi cortando – cortou tudo os mato; capinaram, arrancaram os mato e hoje tão morando aí, hoje virou cidade isso daqui.

Aqui ninguém mexia com ninguém – passou a mexer depois. Agora tem muita contenda, muita coisa errada, mas isso depois que virou cidade. É o povo roubando material dos outro aí nesse lixo, é brigando, é batendo num, é matando outro... naquela época nós vivia tranquila no meio desse cerrado, ninguém mexia com nós, *ninguém*. Lá embaixo tem um córrego muito grande – agora não tem mais porque já acabaram com tudo... então lá nós pegava água pra beber, lá nós lavava roupa, lá nós pegava água pra tomar banho... descia daqui do nosso barraquinho e ia lá pro córrego... tomava banho, se limpava, pegava água numa carroça pra tomar, lavava roupa. Tinha dia que nós descia



Taguatinga

10 km até a Estrutural

pra lá com *muita* roupa, lavava e voltava tudo limpinha.

Então aí começaram a jogar o lixo, foram jogando e nós acompanhando, acompanhando... mas sempre nós aqui. Agora, depois de pouco tempo que foi chegando gente... esse povo chegou de supetão. Não foi assim... um pouquinho num ano, um pouquinho no outro ano, não. Chegaram foi de supetão e já foram levantando aquela barracaiada, sabe? Tampou isso aí tudinho de barraco... era gente de fora que vinha chegando praqui e foram fazendo rua, fazendo barraco. E aí pronto, nós não ficamo só mais, encheu de gente. Minha mãe falou assim: *é, agora não vai ter mais jeito não, aqui tá virando cidade*. Era gente chegando não sei de onde, levantando barraco, fazendo rua, já foi entrando aí no lixo pra trabalhar. Aqui começou a encher de gente foi em... 1987 mais ou menos... era aquela barracada, chegava era caminhão aí e já ia botando os barraco tudinho, sabe?

Quando já tinha enchido mesmo de barraco pra cá a gente ainda morando lá perto do lixo. Foi então que chegou o povo da... como que diz, aquele povo que arranca... Agefis.²⁰ Aí minha mãe explicou pra eles o jeito que nós morava aqui. Eles pegou e falou assim: *não, a senhora não pode ficar aqui na beira do lixo mais porque é muito perigoso; então, a senhora vai fazer o seguinte: faz um barraco bem ali, já que lá tá todo mundo fazendo mesmo... aí a senhora escolhe um lugarzinho e faz o seu barraco*. Foi quando a gente saiu de lá, da beira do lixo, e viemo pra esse lote aqui. Nunca mexeram comigo aqui, todas as vez que eles vinham pra cadastrar eu conversava com eles direitinho, contava minha história... e tem gente aqui que sabe da minha história também, de quando eu vim pra cá. Então, eles nunca falaram que iam me tirar daqui não. Eles não mexia porque nesse local que eu moro aqui é dos antigo, aqui chama *Vila Velha*... chamava, né, porque agora mudou tudo. Quando começou com essa história de legalizar tiraram as placa antiga tudo e botaram placa nova, agora tá tudo diferente. Mas esse local aqui, da pista pra cá, era chamado de *Vila Velha*. Aqui nunca foi mexido, nunca arrancaram um barraco, nunca.

Eu tenho o documento da primeira ligação da luz aqui, foi em 1999... eu tenho o documento, o papelzinho dessa primeira ligação da luz. A água veio em 2004... fizeram a ligação da água e agora fizeram a de esgoto. De primeira aqui não tinha escola, a escola que tinha ficava no Guará. Só depois fizeram um colegozinho de madeira lá embaixo, mas eu não tinha menino pequeno pra poder botar no colégio mais. Antes ia um bocado de menino pro Guará, os meus mesmo iam de pé; tinha vez que os povo que jogava o lixo que vinha naqueles caminhão dava uma carona pra eles até perto daquela pista lá, de lá eles atravessavam e iam pro colégio. Graças a meu pai nunca aconteceu nenhum acidente com eles – sempre acontecia, mas não com meus filho. Só depois colocaram

ônibus pra levar pro Guar´a e foi agora que fizeram esse col´gio aqui. De primeira vinha tamb´m aquelas unidade de doutor pra c´ – tinha uns que atendia a gente no meio desse cerrado a´; vinha dentista tamb´m.

Quando nˆo tinha luz nˆos alumiaava com vela; arrumava a´ uma lamparina, fogo, vela. A comida nˆos fazia era numa lata dessas de 20 litro; furava ela, fazia um fogˆo e ali nˆos cozinhava... pegava lenha e fazia a comida. Nˆo tinha geladeira, nˆo tinha nada aqui... nˆo tinha jeito da gente comprar carne pra conservar e comer na semana, nˆo tinha jeito. J´ o lixo, por sua vez, toda a vida que deu dinheiro, as coisas que a gente pega aqui vende tudo: alum´nio, cobre, ferro, recicragem... essas garrafas a´ olha, que a gente chama de *pet*, a gente vende. Tem os comprador j´ pra comprar. A gente pega, faz aqueles sacˆo grande – o tal do *bag* que eles chama, aquele sacˆo costurado assim –, enche eles, a´ o comprador pesa na balança... agora tem balança porque tem energia a´ pra dentro tudo. ´ tudo clarinho agora, mas de primeira era tudo escuro, vinha os caminhˆo pegar os material e pesar l´ fora pra trazer uns papelzinho e dar o dinheiro pra gente.

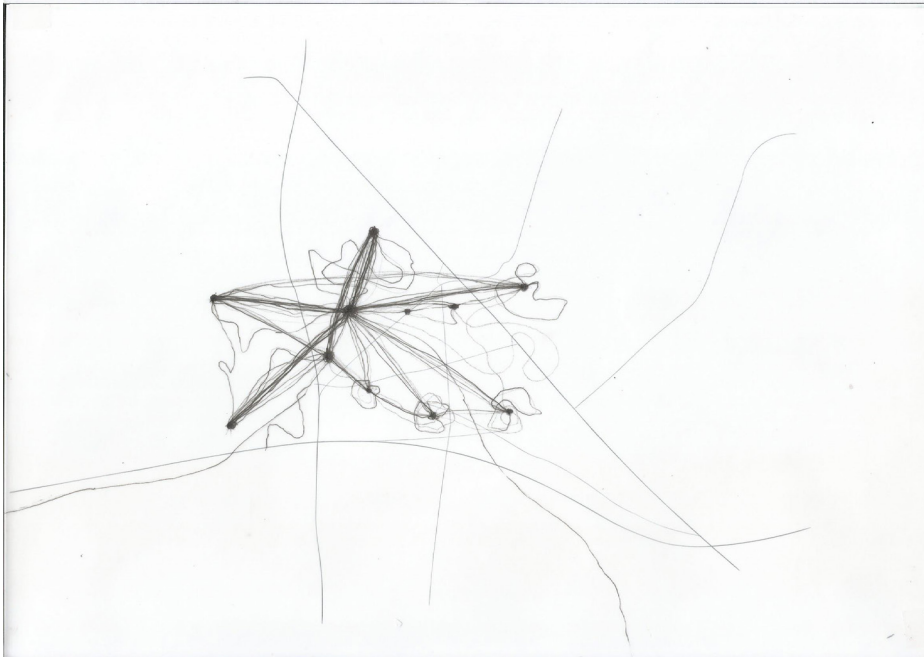
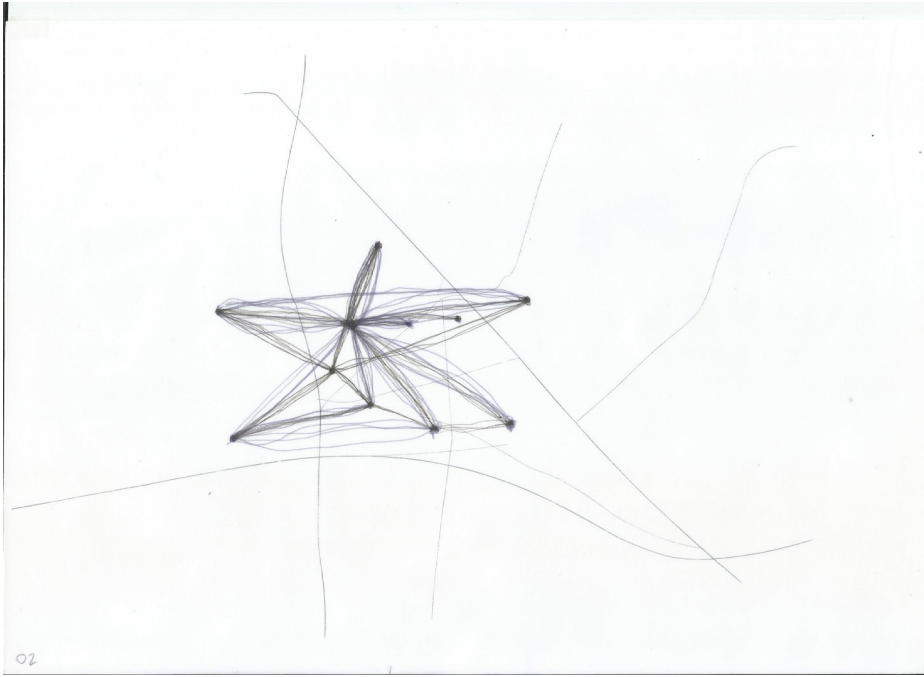
Menina, hoje eu me orgulho um pouco de t´ aqui, mas nˆo muito nˆo, que o que eu vejo por aqui d´ tristeza... d´ ´ tristeza. Quando eu lembro desse passado eu sinto alegria, porque nˆo tinha essas coisas que tem agora, a gente vivia feliz. Hoje eu vejo muitas coisa errada, muita morte que t´ tendo aqui e antes nˆo tinha. A gente vivia tranquilo aqui e eles foram chegando, foram fazendo barraco, foram tomando conta de tudo; ´ uma coisa que nem eu sei explicar como ´ que foi aqui. Agora eu tenho medo de sair na rua... passou de nove hora da noite, quando eu venho da igreja, eu entro pra dentro e nˆo saio mais. A gente vˆ tiro, muito tiro, tem gente que mexe com drogas... mas no tempo que comecei a viver aqui e que nˆo tinha ningu´m, era uma maravilha... ningu´m mexia com ningu´m, a gente vivia feliz.

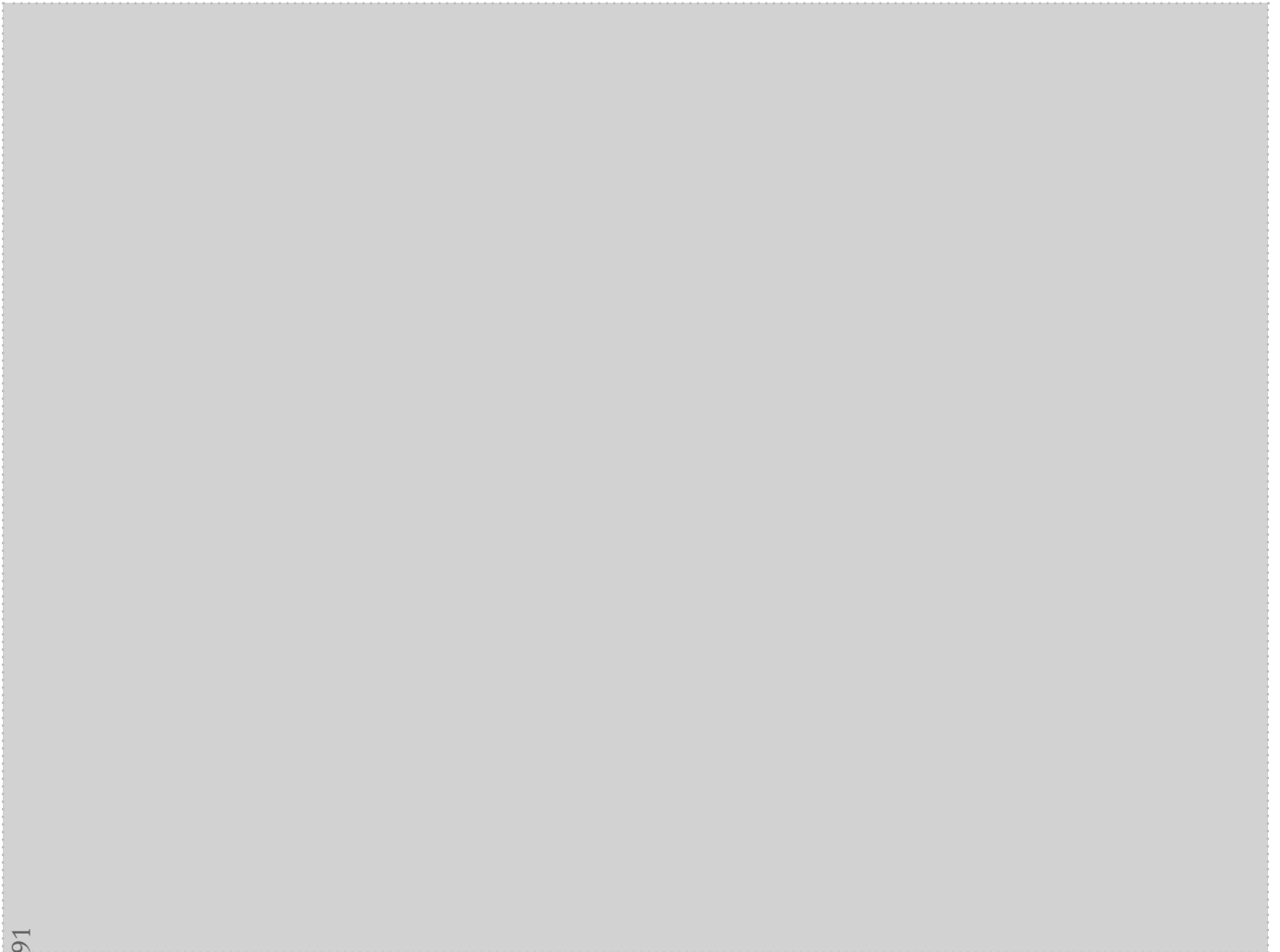
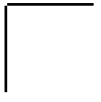
Sinto falta de quando a gente veio pra c´, que nˆo tinha os barraco... tinha s´ o barraquinho da minha mˆe. De l´ a gente sa´a e podia deixar as coisas tudinho que ningu´m mexia com nada, ningu´m pegava nada. Nˆos trabalhava, deixava nosso material de vender tudo e ningu´m mexia, ningu´m roubava. Ia pro c´rrego, ficava no c´rrego e voltava – tudo a mesma coisa. Hoje a gente nˆo pode... entˆo, ao mesmo tempo que eu fico feliz da Estrutural ser cidade, eu fico triste lembrando do tempo que eu tava aqui e nˆo tinha essas coisa. Ao mesmo tempo que tem endere¸o, tem luz, fico triste com a coisa que acontece aqui – os antigo que ficou, ficou no meio disso tudo... eu fico muito triste.

Eu quero falar pras pessoas que tˆo chegando na cidade, pros jovem, pras crian¸a, pras pessoa que vem chegando pra c´ e entrando na cidade feita... eu quero dizer pra eles o seguinte: quando eu cheguei

não tinha cidade nenhuma, só tinha mato aqui. A mensagem eu tenho pra falar pra eles é essa: eu sou a primeira que entrou aqui, a *primeira*. Cheguei pequena e hoje tô com 61 ano, toda a vida permaneci aqui e vi isso tudo crescer, *fui eu*. Muitos vieram pra cá depois de mim. Um fala: *eu tenho 20 ano!*; outros fala: *tem 30 ano que eu tô aqui!*; mas quem tem mais ano aqui é só *eu*. A primeira filha minha nasceu aqui, hoje ela tá com 44 anos. Ela tá trabalhando ali na recicragem e tem 44 anos a minha filha – ela nasceu aqui, sabe? Eu quero dizer é isso: eles vêm aqui e tá achando tudo feito, eu cheguei aqui e não achei nada feito, não achei *nada* feito. Nós trabalhava aqui era no meio do mato, lutando, e era muito bom porque não tinha ninguém – eu tenho muita saudade desse tempo.

[Vanda]²¹





1.8 um barraco todo arrumadinho

Minha infância foi boa, apesar de ter vivido ela no interior do Nordeste. Eu fui nascida e criada em Souza, na Paraíba, em uma família de dez irmãos. Meu pai e minha mãe, graças a Deus, soube como educar a gente. Por lá conheci uma pessoa que... a gente fomos amigas desde menino, nos criamos juntos. Com ele me casei aos 17 anos e tive seis filhos – todos nascidos lá. Fui mãe pela primeira vez com 18 anos. E, quando tava com 29 anos, nasceu o meu caçula.

Minha última gravidez foi bem complicada... no início dela eu caí, cheguei até a engessar o pé. Naquela época não era como hoje, com esse negócio do ultrassom... demorou muito pro médico descobrir que a criança não tava normal na minha barriga. Acabou que meu filho nasceu antes do tempo... nasceu com seis meses de barriga, bem miudinho. Eu tive todos os cuidados e ele foi crescendo, foi ganhando peso; só que, com três meses de nascido, ele adoeceu... teve paralisia infantil e o vírus da meningite. Lá onde eu morava a gente fazia tudo quanto era tipo de tratamento, mas parecia que não tinha jeito... ele foi ficando muito, muito doente. Foi quando uma irmã e um irmão meus, que já moravam aqui em Brasília, me incentivaram a sair de lá: *vem pra cá com esse menino, aqui você vai achar tratamento*. Meu marido vivia pelo mundo a trabalho e eu criando esses menino praticamente sozinha. Um dia eu vi que não dava mais certo, ele assim... tão distante e eu com seis crianças – ainda mais depois que o mais novo nasceu. Então nós decidimos vir pra cá, pra Brasília. Eu saí da Paraíba era uma quinta-feira, dia 13 de setembro de 1990; cheguei aqui três dias depois.



Ceilândia

19,2 km até a Estrutural

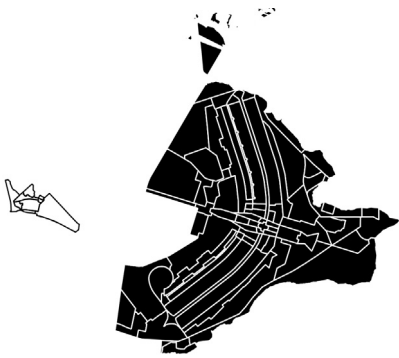


Taguatinga

10 km até a Estrutural

Cada um desses meus irmãos morava em um lugar: ela na Estrutural e ele na **Ceilândia**. Ele não queria que eu morasse na Estrutural de jeito nenhum, achava que viver aqui ia ser difícil pra gente porque era muito isolado, não tinha ninguém – só bem pouco morador. Eu até fui atrás de aluguel em **Taguatinga** e Ceilândia na época, só que, quando eu chegava pra ver as casas, os proprietários não queria alugar pra gente de jeito nenhum: *seis filho!? aqui é no máximo dois, três filho... seis não dá*. E eu dizia: *ué e vou fazer o que com os outros, vou jogar no mato é?* Então, como eu já tava hospedada aqui na casa da minha irmã, preferi ficar. Passei três meses morando no barraco da minha sobrinha, que passou um tempo fora. O barraco era bem pequenininho... só cabia eu e meu marido, numa cama de solteiro, e meus dois meninos numa caminha de campanha... aí eu armava uma rede por cima das cama e nela botava um colchão de berço pro bebezinho dormir. Na casa da minha irmã, que era pegada nesse barraquinho, dormia os outros três.

Logo que cheguei consegui tratamento pro meu filho mais novo; ele foi acompanhado no HUB, no Sarah, no Hospital de Base,



Plano Piloto

14,7 km até a Estrutural



Guará

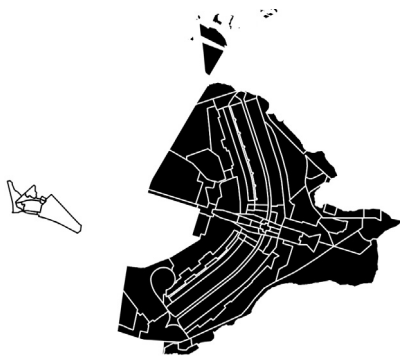
6 km até a Estrutural

l no **Plano Piloto**... hoje ele tá aí, cresceu, se criou. Meu marido arrumou trabalho rapidinho numa firma... só que, em poucos meses, a gente percebeu que só o salariozinho que ele ganhava não ia dar pra cobrir os gastos com o tratamento do meu caçula. Então meu esposo começou a trabalhar no Lixão – primeiro com a catação, depois como comprador. E, mulher, vou te dizer... esse Lixão aí era muito rico, viu? Pra cá vinha de tudo. Esses mercado grande... quando achava uma coisa vencida na prateleira, trazia era logo tudo pra cá – até coisa que não tava vencida. Vinha café, augar, farinha... o pacote de arroz mesmo, quando furava, os mercado trazia pra cá; se ele não tivesse estragado, a gente lavava e usava. Nesse Lixão aí chegava era panela de pressão... até televisão já chegou. Aqui ninguém passava necessidade nessa época; a gente mesmo... eram *seis filhos* e, mesmo assim, a gente não passava necessidade.

Domingo, aqui em casa, era dia de ir pro **Guará** fazer mercado e ligar pra minha fmlia na Paraíba. L tinha o “Mercado Amazonas” que ficava bem na entrada, a gente sempre ia nele ou no “Vereda” fazer a feira... voltava pra cá trazendo tudo na carroça. A gente também passava na padaria e trazia um saco enorme de pão pra ir comendo durante a semana: comia ele novo no domingo e, nos outros dias, esquentava na frigideira, fazia torrada. A carne que você comprava, no mesmo dia tinha que salgar pra não estragar – s comia ela fresca mesmo no domingo.

Aqui tinha muito bicho-de-p... na Paraíba nós nem sabia que diabo era isso, então eu morria de medo.  noite era muito escuro, isso também me dava medo. Por isso, quando minha sobrinha voltou e meu esposo fez o nosso barraco, preferi continuar mais perto da minha irmã. Mandei ele forrar o chão todinho com aquela lona preta, sabe? Ele construiu o barraco, aterrou ele bem aterradinho, depois forrou cada cômodo com a lona e pregou ela... desse jeito meus filho não pisava no chão. Quando você entrava nessa casa tinha a sala, depois a cozinha e mais dois quartos; encostado na casa, do lado de fora, ficava o banheiro de tomar banho. Mais afastado ficava o banheiro de fazer as necessidade – que era fossa. O banheiro do banho era descoberto... aqui fazia muito, muito frio. Então, quando era de tardezinha ou de manhã cedo, a gente fazia um fogo do lado de fora, pegava uma lata grande e botava ela com água nesse fogo pra ferver; depois trazia a água quente, misturava com água fria e assim a gente tomava banho.

Aí, quando formou a associação daqui, a Ascol, o Humberto que era o presidente falou pra eu fazer meu barraco l perto. Ah, minha filha, aí eu: *aqui sim  minha casa!* Aí eu fiz meu barraco todo arrumadinho – quem entrava nele nem achava que tava num barraco. A gente comprou muito daquelas madeira que vêm de escritório que  madeira branca,



Plano Piloto

14,7 km até a Estrutural

sabe? Forrei com aquela tábuia e pronto, ficou tudo branquinho por dentro e na frente da casa também. Como as madeira não deu pro meu quarto, porque a casa era grande, ali eu forrei as paredes todas de cortina. Nessa casa fiz uma sala bem grande, três quartos – o meu com meu marido, outro pras menina e outro pros menino –, fiz uma cozinha também grande, uma dispensa... meu filho mais velho ainda me pediu pra fazer um quarto que dava pra fora, pra poder trazer a namorada que morava no Plano e vinha pra cá de final de semana. Fiz também o banheiro de banhar encostado na cozinha e o outro mais distante. Aí pronto, morei lá muito feliz, muito, muito, muito, por muitos anos.

A gente comprava água do Virgulino nessa época – um velho que pegava a água lá do córrego. Depois de um tempo, comecei eu mesma a descer no córrego pra lavar roupa... aí, um dia, eu vi o Virgulino pegando água no mesmo lugar onde uma mulher tava lavando as fralda do filho dela. E tava lá, a mulher limpando as fralda do neném, a merda descendo e ele apanhando a água pra vender. Nisso eu olhando e pensando: *rapaz, será que a água que vai lá pra casa é desse jeito?* Cheguei em casa e disse logo pro meu esposo: *Francisco, pode fazer uma cisterna, eu quero uma cisterna.* Aí ele construiu... inclusive, graças a Deus, era uma cisterna muito boa que só foi parar de ser usada quando vieram botar rede de água na cidade. Depois que fez a cisterna meu marido foi e botou uma caixa d'água. Aí a gente botou um chuveiro e vixe! Ficou muito chique meu barraquinho com um chuveiro... só não era quente, né?

Aqui não tinha luz, então ninguém tinha geladeira. Foi só em 1994 que colocamos um gerador, mas era só na associação. Nas casa mesmo era lampião, vela... e eu morria de medo de vela porque os barraco era de madeira... quando eu cheguei, que vi aquele negócio de vela nos barracos, eu disse que não queria não... Deus me livre, vai que uma vela vira, né? Pelas brechas do barraco entrava aquele vento, nós com criança pequena... então eu enchia tudo de cortina por dentro. Com o tempo as coisas foram se ajeitando, foram melhorando... só não foram sempre melhores porque, assim... em 2003 essa minha filha morreu [*aponta para o retrato na parede*]. Ela já era casada e me deixou duas netas... muito boa pra mim minhas netas, é como se fosse ela [*se emocional*]. E graças a Deus eu tenho sido abençoada, sabe? Apesar desses meus problemas de saúde, de eu ter perdido meu marido, minha filha... aliás, de Deus ter recolhido né? Eu não perdi ninguém porque aqui nada é nosso, Deus é que dá por algum tempo...

O pessoal aqui sempre morou bem distante do Lixão; claro que tinha uma ou outra pessoa que preferia dormir por ali. A finada Auxiliadora mesmo, quando o marido largou ela e o monte de filho que eles tinham, ela começou a dormir por lá. Ela dizia que o lixo da

noite era mais vantajoso... tinha menos catador nesse horário, então ela conseguia pegar os melhores materiais. Mas era bem pouca gente que morava ali. Só que, como todo mundo de fora conhecia esse lugar por causa do Lixão, esse era o nome que ele recebia. *Você mora aonde? eu moro no Lixão...* era assim. Alguns até falavam “Jóquei”, mas era mais difícil ouvir isso, o normal mesmo era “Lixão”. “Boca do Lixo” não era um nome, era como o pessoal novo que chegou depois chamava os moradores antigos daqui... isso depois que eles desceram pra cá. Aqui só tinha casa até um certo ponto, lá pra perto do Lixão mesmo não tinha nada. Mas aí o povo falava: *fulano mora onde?* E alguém respondia: *perto lá na Boca do Lixo...* porque ficava mais perto do Lixão do que a parte nova, entendeu? Só depois é que começaram a falar de “Estrutural”, “Cidade Estrutural”, essas coisas.

Eu cheguei aqui em setembro, quando foi outubro ou novembro o pessoal do CDS fez um levantamento aqui pra poder doar agasalho e deu isso: 273 moradores. Então era bem pouca gente mesmo, tinha só mato, mato, mato. Só em um lugar as casas ficavam pertinho umas das outras – era ali onde o Zefirino tinha o barraco dele e toda a família construiu o seu no mesmo terreno. De resto, o pessoal morava distante um do outro. Era muito difícil ver uma pessoa que trabalhasse em outro serviço... em emprego, essas coisa – era todo mundo no lixo... então tinha que trazer muita coisa pra limpar em casa e vender depois. Era por isso que a gente fazia os barraco bem distante, porque precisava de um terreno grande pros material. E também porque todo mundo aqui tinha cavalo. Meu marido mesmo, teve um tempo que tava com três cavalo. Aqui a gente tinha galinha... Ave Maria! A aqui era bom demais nesse sentido, minha filha. Nossa horta aqui... a única coisa que nós não tinha nela era maçã e uva. Mas tinha cheiro verde, cebolinha, alface, couve, rabanete, cenoura, batata doce, mandioca, manga, jaca... tudo, tudo o que você pensar.

Logo depois que eu cheguei, em 1991, comecei a trabalhar com a Irmã Isolete. Ela foi a primeira pessoa de fora a ajudar aqui na Estrutural: montou uma escola, uma creche, organizava doações de cestas básicas... essas coisas. Meus filhos menores começaram a frequentar esse projeto e eu a trabalhar com ela. Já meus meninos mais velhos estudavam na escola mesmo, o maior ia pra Taguatinga de ônibus e as outras três iam pro Guará a pé, de bicicleta ou de carona. Graças a Deus meus filhos sempre foram responsáveis... ia um monte de menino a pé pro Guará nessa época, bem uns 10 ou 15 menino. Aí, quando a irmã Isolete firmou mesmo o trabalho aqui, ela arrumou três ônibus pra levar as crianças pra escola.

Foi em 1991 também que nós formamos a nossa associação de moradores, com o Humberto de presidente e a Alice de vice, eu

era a tesoureira lá. Era toda dividida, toda bonitinha... tinha creche, alfabetização de adultos, horta. Muitas mães daqui trabalhavam no Lixão ou de doméstica no Guará e não tinham com quem deixar as crianças durante o dia, aí essa creche ajudava. Sete horas da manhã as crianças já começavam a chegar. Lá também tinha sala de corte e costura, aula de artesanato... a gente fazia muita, muita coisa mesmo. Nossa intenção com a associação foi de juntar os moradores, unir as pessoa daqui e dar trabalho pra quem precisava; que nem no caso das mulheres... muitas mães que trabalhavam no lixo acabaram vindo trabalhar na creche da associação, recebendo um salário mensal pra isso. Nós recebíamos ajuda de fora pra manter as atividades... ajuda do BRB, do CDS, de algumas pessoas de fora.

Antes dos novatos descerem pra cá, o José Edmar ajudou muito – foi só depois que ele começou a atrapalhar. Ele vinha aqui e dizia assim pra gente: *essas invasões que tá tendo... vocês é que vão ser os vigias; quando alguém chegar pra invadir vocês ligam pra mim*. A gente ligava, eles vinham e arrancavam os barracos novos. Mas depois começou a chegar muita gente de uma vez... ameaçavam a gente de morte e tudo. Foi ficando perigoso... e, como ninguém aqui tinha peito de aço pra aguentar bala, paramos de denunciar. Em 1994 começaram a invadir ali onde fica a Cidade do Automóvel, mas foi só no começo do ano seguinte que o número de moradores cresceu mesmo. Em janeiro, você ia dormir com aquilo ali sem nenhum barraco, mas quando o dia amanhecia era cinco, seis barracos que brotavam de uma vez.

Em julho de 1994, a SHIS fez um outro cadastro aqui e o número final de moradores foi de 505. Aqui sempre tinha comício, reunião com um de partido, com outro de outro, todo o sábado a gente abria espaço na associação pro político que quisesse vir. Então, continuando... foi em julho de 1994 que Roriz fez um comício pra gente falando de um projeto que ele tinha. E realmente o projeto era muito bom... ele ia deixar só nós, os moradores antigos, e fazer uma vila ecológica. Veio falar que, quando a Cidade do Automóvel fosse inaugurada, ia ser muito bom pra gente porque ia ter emprego. Poucos morador tinham chácara naquela área lá de cima – umas 18 ou 20 pessoas. Então o Roriz falou que ia descer esse pessoal pra cá pra todo mundo fazer parte dessa tal de vila ecológica. Mas não foi isso que aconteceu... quando o Roriz falou isso, rapidão chegou no ouvido da... de alguém por aí e trouxeram a Marlene pra cá. A gente não tem certeza de quem trouxe ela... eu sei que ela foi avisada da invasão e já chegou aqui com ônibus. Olha bem... aqui tinha 505 morador, ela já chegou bem com mil ou foi mais de uma vez. Invadiu pra todo o lado. Minha chácara mesmo... foi jurada de morte três vezes, o povo dela querendo invadir. Foi um fuá muito grande... eu sei que, graças a Deus, depois de um tempo ela ficou

pra lá e nós pra cá... e hoje tá aqui essa Estrutural.

Na época do Cristovam ele ofereceu lote no Recanto, em vários lugares... muitos desistiram daqui, mas eu não desisti não. Depois ele removeu aquele povo todo da Cidade do Automóvel pra cá... aí a gente ficou com medo, ficou assustada. Por que assim, antes aqui não tinha roubo... a gente conhecia os bandido tudo daqui e era só bandidinho assim... de roubar bujão, entendeu? Não era bandido de chegar, botar uma arma na sua frente, invadir sua casa com você dentro, matar... tanto é que, todo ano, tinha a festa junina na chácara do Zefirino, tinha os aniversário dos vizinho... a gente ia, deixava o barraco aberto e, quando voltava, tava tudo do jeitinho que a gente tinha deixado. Aí veio esse povo todo pra cá... a gente começou a ficar com medo – medo *mesmo*. Não podia mais sair todo mundo de casa ao mesmo tempo, tinha que ficar sempre alguém cuidado do barraco se não entravam e levavam tudo.

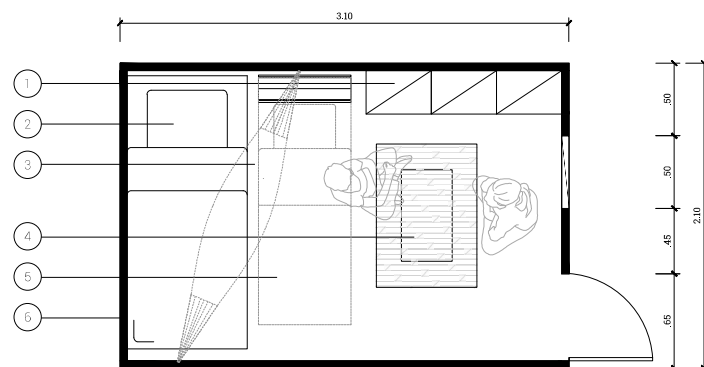
Quando o pessoal desceu pra cá, essa parte onde a gente tá começou a ser chamada de “Vila Velha” porque, da pista aí pra cá [*aponta para a avenida que passa em frente à sua casa*], era tudo morador antigo. Os novos tentaram demais invadir minha chácara. O Reginaldo mesmo, que era o cunhado da Marlene – hoje somos amiguíssimos –, ele veio piquetar minha chácara. Era ele piquetando tudo e eu atrás dele arrancando... *ah, mas você é danada, einh!* – ele dizia. E eu respondia: *sou mesmo, que ninguém vai invadir não, meu filho, ninguém vai invadir aqui não! vocês já tão invadindo pra lá, então que fiquem por lá e respeitem nosso pedaço de terra como a gente tá respeitando o de vocês*. Aí respeitaram, não invadiram mais. Ficou um bom tempo tranquilo, mas quando foi por volta 2002 começaram a tentar invadir de novo. Aí eu fiquei com medo... meus menino já tava grande, podia dar uma confusão maior. Foi então que eu comecei a dar os pedaço das minha terra pra alguns conhecidos, dei lote pros meus filho tudo... quase todo mundo que mora por aqui eu conheço.

A Marlene tinha muitos contatos, trazia um bocado de coisa boa... aí muita gente começou a se passar pro lado dela – foram bem uns 60 morador antigo que começou a fazer parte da associação nova. E a nossa associação antiga... cada dia que passava ela ia enfraquecendo mais. Até que eu desisti e ela acabou... era muito trabalho, muita responsabilidade. O lado de lá já chegou fazendo, agindo, enfrentando o governo... e nós aqui só obedecendo, tentando fazer as coisa dentro das regras. O nosso interesse era fazer o que Joaquim Roriz tinha prometido, a vila ecológica... depois a gente viu que ele enganou nós. Aí tu pensa... todo mundo já tava construindo e eu esperando, esperando... a vida *todinha* aqui morando em barraco. Só vim começar a construir minha casa no dia 7 de setembro de 2004... não fiz antes por medo do

governo derrubar; todo mundo já morando em casa construída e eu
com medo de fazer a minha.

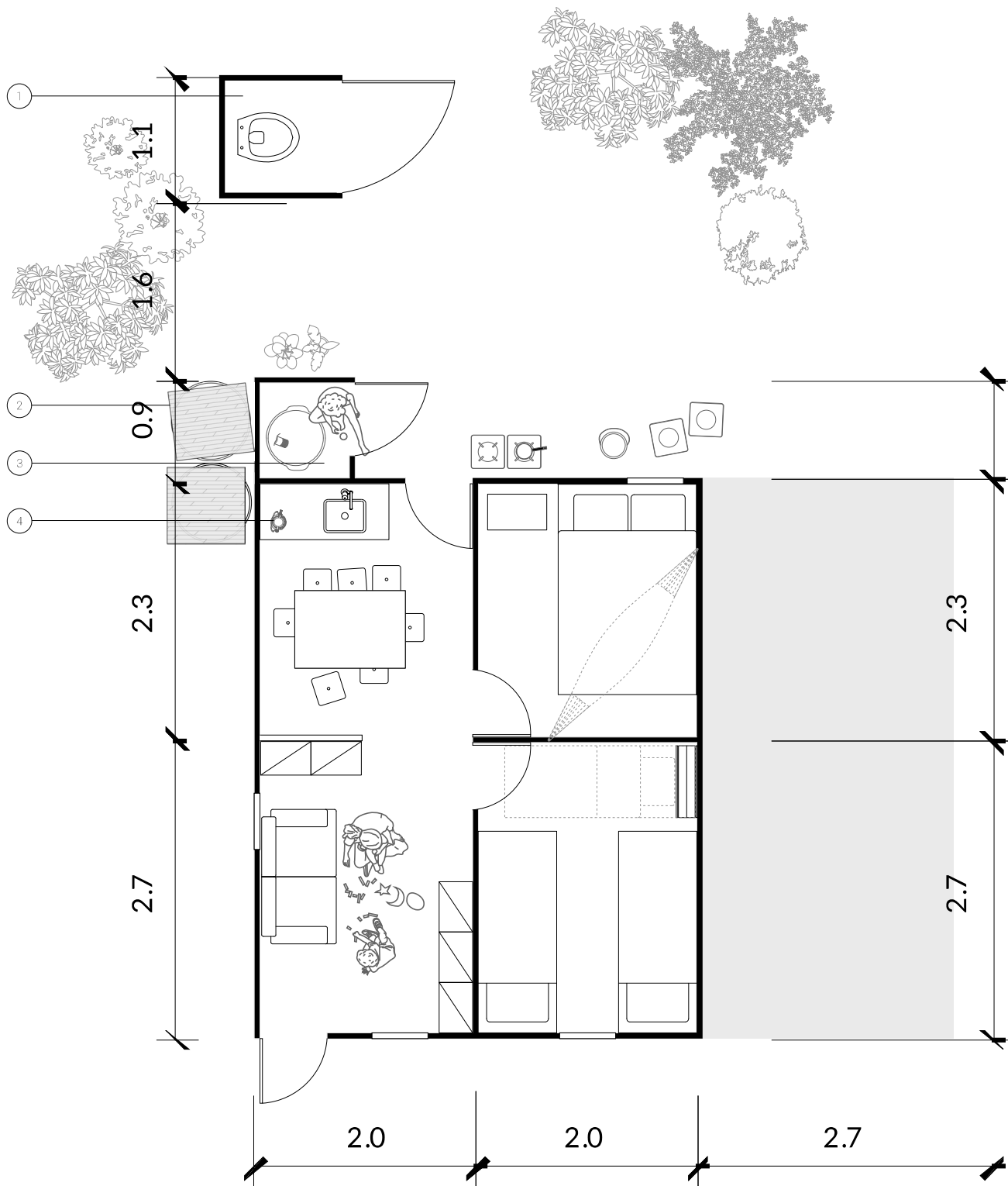
Eu sinto falta... sinto saudade da antiga Estrutural. Aqui todo mundo conhecia todo mundo, quando acontecia alguma coisa todo mundo ficava sabendo, o povo era mais unido. Hoje a Estrutural cresceu demais, a gente se distanciou. Dos antigos eu ainda conheço todos, apesar de muitos terem morrido... morreram sem conseguir... sem poder dizer *essa casa é minha*. Meu marido mesmo... até hoje a escritura da minha casa não saiu, mas eu tenho todos os cadastros que foram feitos, tenho todos os documentos, daqui não me tiram mais.

[Geralda]²²



PRIMEIRO BARRACO

1. Meus armários eu fazia dessas caixas de madeira, que é pra fruta; botei na parede e lá eu colocava minhas panelas, minhas coisinhas. **2.** Numa cama de solteiro dormia eu e meu marido. **3.** Numa caminha de campanha dormia os dois meninos. **4.** Por cima das camas eu armava uma rede, dentro dela colocava um colchão de berço pro bebezinho dormir. **5.** Eu virava aquelas caixas de bebida de cabeça pra baixo, colocava uma madeira em cima e fazia uma mesa. **6.** As paredes eram todas de madeirite.

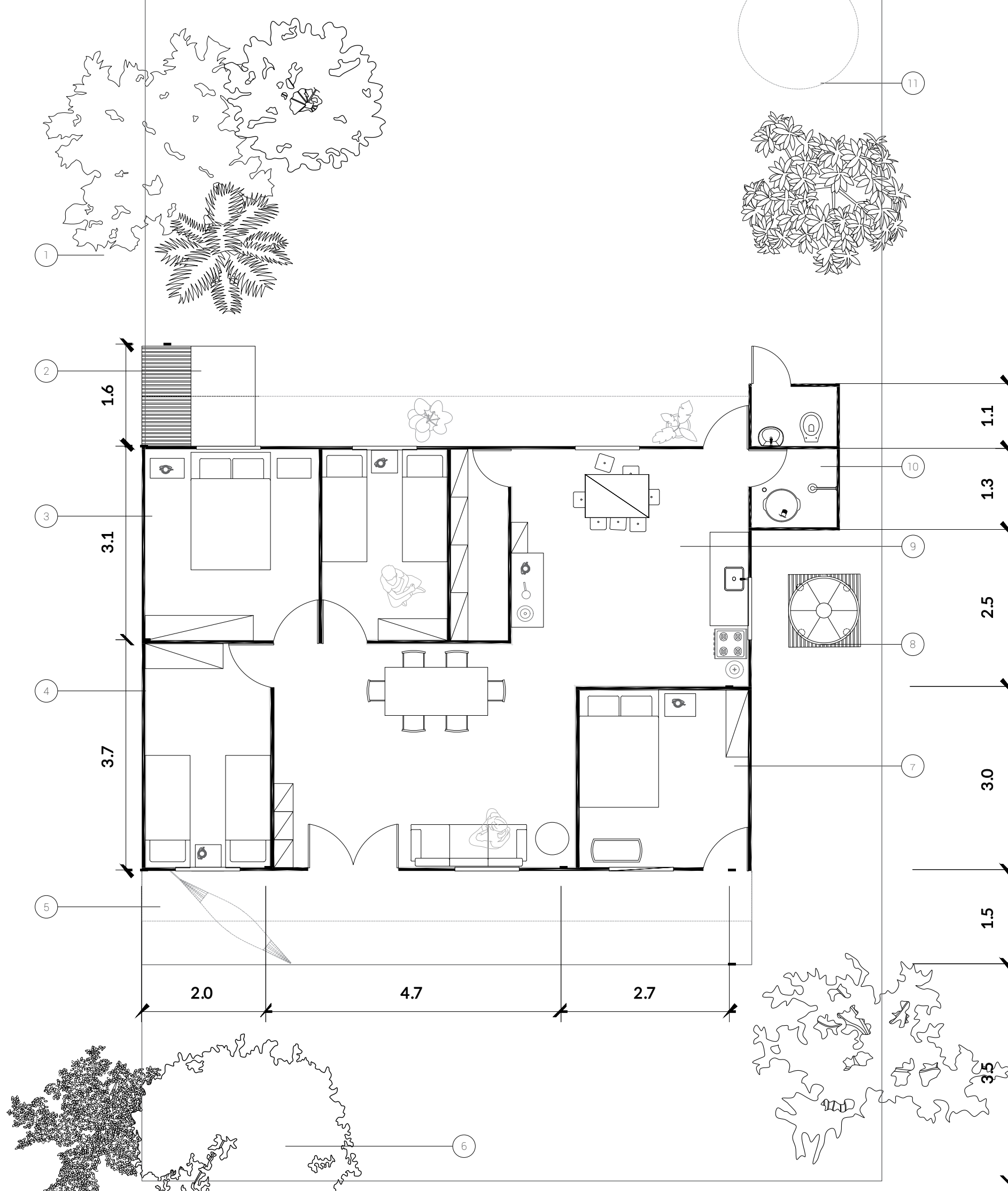


SEGUNDO BARRACO

1. As necessidades a gente fazia num outro banheiro lá fora, cavava um buraco bem grande, colocava um rodeirão, daqueles que o povo usa pra enrolar fio de telefone, daí colocava o vaso de cerâmica por cima. **2.** A gente comprava água do Virgulino, um velho que pegava água lá no córrego. **3.** Aqui era muito frio, então eu fazia um fogo do lado de fora, numa lata ... pegava uma lata de querosene e lavava bem lavada, enchia de água e botava pra ferver. **4.** Daí trazia a água quente pro banheiro, misturava com água fria pra dar banho nas crianças - esse banheiro de tomar banho ficava encostado na casa. **5.** Antes era lampião, vela, mas eu morria de medo de vela, porque os barracos eram de madeira. **6.** Era escuro, eu tinha muito, muito, muito medo... aí fiz o meu barraco emendado no da minha irmã.

TERCEIRO BARRACO

1. Meu marido construiu uma cisterna muito boa, graças a Deus!
2. No fundo da casa fiz uma área grande, bem-feitinha. Era linda, nela plantei minhas plantinhas... meu marido começou a trabalhar no lixo e achava umas telonas, então cercamos tudo com tela, aí não entrava bicho. **3.** Fiz a casinha dos meus dois cachorros perto da minha janela. **4.** A gente botou um chuveiro. Ficou muito chique meu barraquinho. **5.** Meu quarto eu forrei todinho de cortina. **6.** O chão era de cimento; fazia aquele piso grosso e o cimentado. Era todo verdinho o chão da minha casa. **7.** Meu marido botou quatro paus e a caixa d'água em cima deles. **8.** Eu fiz meu barraco bem arrumadinho. A gente comprou aquelas madeiras que vêm de escritório, brancas. Aí forrei ele todinho, ficou tudo branquinho por dentro e na parte da frente da casa – tirando meu quarto, porque a madeira acabou. **9.** Meu filho pediu: mãe, eu quero um quarto separado – já pensando em morar com a namorada. **10.** Meu marido era bem caprichozinho... serrava aquela madeira de escritório, ajeitava, botava dobradiça... minha casa tinha janela em todos os cômodos. **11.** Só o piso da área da frente não era verde, era de cimento natural.



02 NOTAS DE FIM

1 No final da década de 1980, Izoete Leal de Souza Pereira iniciou um trabalho voluntário na vila. Servidora pública aposentada, ela desenvolveu um projeto na localidade que incluía o funcionamento de uma escola que atendia, aproximadamente, 400 crianças – segundo reportagem do Correio Braziliense. Trataremos um pouco mais sobre o assunto no último capítulo da tese, por ora, interessa pontuar uma descoberta pessoal que só se tornou possível por causa desta pesquisa. As entrevistas com Dona Geralda (duas ao todo), foram as únicas realizadas por mim, depois de tomadas as devidas precauções contra a Covid-19 (vacinas e uso de máscara PFF2). Pois bem, durante nossa primeira entrevista, em 2022, descobrimos que a Irmã Izoete, da qual Dona Geralda tanto falava, foi também minha tia avó. Eu sabia pela minha mãe que ela tinha feito um trabalho social na localidade, mas não tinha conhecimento de dado algum sobre isso (datas, que tipo de trabalho etc.). Também não sabia do impacto que o projeto iniciado por ela teve no cotidiano das moradoras da vila, em especial das mães e crianças da localidade. A descoberta desse parentesco, durante a situação de entrevista, bem como o fato (também inesperado) de sua neta ter sido minha aluna lá pelo ano de 2015 no CED 01 da Estrutural, produziram certa afinidade imediata entre mim e Dona Geralda, com quem estabeleci uma relação para além do momento da entrevista.

2 Eliane Pedrosa foi deputada distrital entre 2003 e 2014 por diversos partidos. Durante o governo de José Roberto Arruda (2007-2010) assumiu em várias ocasiões a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda.

3 ISABEL. [abril de 2012] Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadoras: COSTA, Terezinha; NOLETO, Deuzani; SOARES, Caroline. Transcrição: COSTA, Terezinha. Chácara da Dona Isabel, Núcleo Rural Monjolo, DF. 04 abr. 2012. Todas as citações de Dona Isabel na presente tese têm como referência este mesmo depoimento.

4 Após inúmeras tentativas de remoção da Estrutural, o governo de Cristovam Buarque optou por mudar a ocupação de lugar. Retirou-a da área onde estava, então reservada para a construção do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – hoje Cidade do Automóvel –, e a realocou em uma área próxima à vila, onde a cidade está até hoje. A mudança ocorreu nos primeiros meses de 1996 e teve como marco regulatório o chamado *Termo de Acordo*, assinado por membros do governo, da Câmara Legislativa e da Associação dos Moradores da Estrutural. A assinatura do *Termo* foi vista pelas moradoras da ocupação, na ocasião, como garantia de permanência na localidade. Trataremos mais sobre o tema no terceiro capítulo desta tese.

5 ISMAEL. [março de 2012] Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadoras: COSTA, Terezinha; GUSTAVO; NOLETO, Deuzani; SOARES, Caroline. Transcrição: COSTA, Terezinha. Casa dos Movimentos, Estrutural, DF. 16 mar. 2012. Encontrei Ismael algumas vezes durante o processo de pesquisa, nessas ocasiões anotei informações e trechos de nossas conversas nos meus cadernos de campo. Nos próximos capítulos, quando algum trecho seu citado ao longo do texto tiver como fonte minhas anotações, será referenciada como “caderno de campo” seguida da data do encontro/anotação.

6 Santa Luzia é uma expansão da Cidade Estrutural, surgida já nos anos 2000, entre esta e o Parque Nacional de Brasília. De acordo com Liza Maria de Andrade et. al., “este assentamento informal surgiu nos anos 1990 às margens da Estrutural, nos limites do antigo Lixão. Hoje vive a “periferização da periferia”, o que faz os moradores viverem em condições extremamente precárias, agravadas pelas constantes ameaças de remoção devido sua localização, com a justificativa por parte do governo de contaminação do solo por causa do Lixão da Estrutural e por agravar o risco de degradação do Parque Nacional de Brasília.”. Cf. ANDRADE, Liza Maria de; et al. Santa Luzia resiste: processo participativo e padrões espaciais para elaboração do Plano de Bairro e do Projeto de Habitação das Mulheres Poderosas. *Paranoá*, v. 14, n. 29. Brasília, 2021.

7 SUZANO. [abril de 2012] Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadoras: COSTA, Terezinha; NOLETO, Deuzani. Transcrição: COSTA, Terezinha. Casa dos Movimentos, Estrutural, DF. 25 abr. 2012. Todas as citações de Suzano têm como referência esse mesmo depoimento.

8 O Hospital SARAH Brasília, localizado no centro do Plano Piloto, foi inaugurado em 1980 e é uma referência nacional em reabilitação de patologias neurológicas e ortopédicas.

9 De acordo com a pesquisadora Caroline Soares: “em 1998, o então deputado distrital José Edmar, organizou um acervo com vídeos, fotografias, cartuchos de balas e bombas que haviam sido guardados da Operação Tornado, e reuniu esse material numa casa que comprou na cidade e deu o nome de “Museu do Sangue”. O museu, mesmo que fosse um museu particular e que hoje já esteja fechado, se tornou e ainda é muito conhecido na cidade.”. Cf. SOARES, 2013, op. cit., p. 174.

10 LUIS. [s.m., 2012] Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadoras: COSTA, Terezinha; SOARES, Caroline. Transcrição: COSTA, Terezinha. Estrutural, DF. 2012. Todas as citações de Luís

têm como referência esse mesmo depoimento.

11 A Sociedade de Habitações de Interesse Social – SHIS, foi criada ainda na década de 1960 para tratar da política habitacional da população de baixa renda do DF. Sua extinção ocorreu ao final do 2º governo de Joaquim Roriz, em dezembro de 1994, com a criação do Instituto de Desenvolvimento Urbano de Habitação – Idhab.

12 A Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap, foi criada por meio de lei em 1956 com o objetivo de gerenciar e coordenar a construção da nova capital do Brasil, mas permanece atuante no DF até hoje realizando serviços urbanos como manutenção de jardins, vias, calçadas, poda de árvores etc.

13 A Associação Comunidade do Lixão – Ascol, manteve-se ativa na região até, aproximadamente, 1998.

14 O Serviço de Limpeza Urbana – SLU, é responsável pela gestão da limpeza urbana e do manejo dos resíduos sólidos urbanos no DF.

15 Companhia Energética de Brasília que, até 2021, atuou no setor de energia no DF.

16 De acordo com o website da escola: “A Comunidade Lassalista de Águas Claras foi fundada em 1963 numa área de cem hectares doada pela TERRACAP para sediar uma escola de formação agrícola. Nas dependências do Colégio funcionou por muitos anos uma escola pública de Ensino Fundamental, denominada Centro de Ensino La Salle, gerido pela então Fundação Educacional do Distrito Federal e que atendia os internos e os filhos de chacareiros das imediações.” O colégio fica a aproximadamente oito quilômetros de distância da Cidade Estrutural. Cf. LA SALLE. *Sobre o colégio*, 2024. Disponível em: <https://lasalle.edu.br/aguasclaras/sobre-o-colegio/quem-somos> Acesso em: 05 jan. 2024.

17 LIA. [março de 2012] Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadoras: COSTA, Terezinha; SOARES, Caroline. Transcrição: COSTA, Terezinha. Chácara da Dona Lia, Monjolo, DF. 29 mar. 2012. Todas as citações de Dona Lia na presente tese têm como referência esse mesmo depoimento.

18 A Ceasa, ou Central de Abastecimento do DF, funciona próxima à Cidade do Automóvel, do outro lado da Via Estrutural.

19 VALDEVINO. [maio de 2012]. Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadoras: COSTA, Terezinha; SOARES, Caroline; SOUZA, Vicente. Transcrição: COSTA, Terezinha. Casa dos Movimentos, Estrutural, DF. 10 maio 2012. Todas as citações de Valdevino na presente tese têm como referência esse mesmo depoimento.

20 A Agência de Fiscalização do Distrito Federal – Agefis, tem como uma de suas atribuições desenvolver ações para o monitoramento e controle das ocupações irregulares no DF.

21 VANDA [abril de 2012] Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadoras: COSTA, Terezinha; SOARES, Caroline. Transcrição: COSTA, Terezinha. Casa da Dona Vanda, Estrutural, DF. 30 jan. 2012. Todas as citações de Dona Vanda na presente tese têm como referência esse mesmo depoimento.

22 GERALDA. [maio de 2022] Entrevista concedida no contexto de produção desta tese. Entrevistadora: SAADS, Leila. Transcrição: SAADS, Leila. Casa da Dona Geralda, Estrutural, DF. 20 maio 2022; GERALDA. [março de 2023] Entrevista concedida no contexto de produção desta tese. Entrevistadoras: BIANCHI, Júlia; SAADS, Leila. Transcrição: SANTOS, Jorge. Casa do filho de Dona Geralda, Estrutural, DF. 17 mar. 2023. A transcrição apresentada no presente capítulo teve como base, quase em sua inteireza, a primeira das entrevistas realizada com Dona Geralda. No entanto, o modo como ela descreveu seus barracos na Estrutural me chamaram tanto a atenção, que optei por realizar uma segunda entrevista formal. Desta vez, fui acompanhada da Júlia Bianchi, aluna da FAU/UnB que se tornou uma grande parceira nesse processo, elaborando e produzindo, junto comigo, a parte cartográfica do presente capítulo – além de ter executado a diagramação da tese. A segunda entrevista tinha como foco a descrição das diferentes casas habitadas e construídas pela família da depoente desde que chegaram à Estrutural, em 1990. Ela teve, portanto, a intenção de aprofundar questões espaciais abordadas na primeira de forma mais superficial, de modo que o relato se debruçasse mais sobre aspectos que consideramos fundamentais para o desenvolvimento da cartografia de Dona Geralda. Quando, ao longo da tese, for utilizada alguma citação referente especificamente à entrevista temática, a data de sua produção estará especificada nas notas de rodapé diferenciando-a da primeira entrevista. No intuito de colher informações que ajudassem a compor a parte cartográfica de sua transcrição. Além disso, encontrei Dona Geralda em outras situações, para além dos momentos de entrevista formal, e mantive contato com ela via aplicativo de mensagens. Esse contato me possibilitou, quando necessário, levantar algumas informações mais pontuais para além da situação formal de uma entrevista de história oral. Quando as informações citadas no decorrer da tese tiverem essas origens diversas, estarão especificadas como “caderno de campo” e acompanhadas das datas em que foram levantadas.

03

NOTAS METODOLÓGICAS: NOS INTERSTÍCIOS DO ESPAÇO/TEMPO

O pesadelo das nuances. E é preciso ouvir tudo isso separadamente, dissolver-se em tudo isso e transformar-se em tudo isso. E, ao mesmo tempo, não perder a si mesmo.

Svetlana Aleksievitch, 2016a, p. 19

Sempre sinto atração por esse pequeno espaço... um ser humano. Na verdade, é lá que tudo acontece.

Idem, 2016b, p. 20

03.1 das transcrições

O interesse de Svetlana Aleksievitch¹ pelo espaço miúdo no qual o “espírito” de cada uma de nós se circunscreve, é alimento que move a produção das milhares de páginas de sua série *Vozes da Utopia*.² A procura incessante que a autora empreende – de dar a ver a diminuta escala humana na qual se corporificam grandes acontecimentos da história soviética –, em certa medida, se conecta à concepção de Henri Bergson de que a lembrança “representa precisamente o ponto de interseção entre o espírito e a matéria”.³ Afinal, entre a “conjunção de um conjunto de fatos” que um dia já foram um “está-acontecendo”⁴ e o corpo que é, há a lembrança; e talvez seja justamente nesse interstício que, do ponto de vista tanto individual quanto coletivo, reside aquilo que nomeamos de acontecimento. Não cabe tecer neste espaço uma análise teórica do trabalho de Aleksievitch, mas sim anunciar aquele que talvez seja um dos pontos que mais o relaciona à feitura do presente capítulo; em poucas palavras, o desejo de narrar aquilo que tomamos como um acontecimento a partir de sua dimensão corpórea, ou seja, a partir das lembranças de quem o viveu, criou, foi impactada por ele.

Tal desejo se desdobra em uma questão de forma: “Com que palavras seria possível transmitir o que escuto?”, se pergunta Aleksievitch.⁵ Uma pergunta aparentemente banal, mas que descansa em terreno de grande complexidade; ela parte do princípio de que, para atingir o fim pretendido, ainda que fosse possível, não bastaria transcrever cada palavra tal qual foi enunciada. Entre a fala e a escrita há um abismo. E existe também um abismo entre os modos como uma leitora se relaciona com um texto, aqueles através dos quais uma

1 Jornalista bielorrussa ganhadora do Nobel de Literatura de 2015.

2 Os cinco livros fazem parte da série foram publicados no Brasil pela editora *Companhia das Letras: A guerra não tem rosto de mulher* (2016), *As últimas testemunhas* (2018), *Meninos de Zinco* (2020), *O fim do homem soviético* (2016), *Vozes de Tchernóbil* (2016). A ordem das publicações no Brasil não seguiu a original, publicadas respectivamente em: 1985, 1985, 1991, 1993 e 1997. Agradeço à professora Josianne Cerasoli por ter compartilhado comigo o seu artigo *Cumplicidades compulsórias: Vozes da grande utopia*, ainda no prelo, quando este não havia sequer terminado de ser escrito. Nele a autora discorre, entre outros temas, acerca de especificidades relacionadas a questões de publicação da obra de Aleksievitch no Brasil e em outras partes do mundo.

3 BERGSON, Henri. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 05.

4 RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. São Paulo: Editora 34, 2017. p. 283.

5 ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 09.

entrevistadora se relaciona com sua entrevistada e, finalmente, entre estes e os modos como uma pesquisadora se relaciona com os depoimentos gravados. Além disso, a pergunta de Aleksievitch expõe um segundo desejo: *como fazer uma leitora ser afetada, como eu me afetei, por aquilo que escutei?*

O deslocamento empreendido pela autora, entre a intenção de compartilhar uma *fala* e a de compartilhar uma *escuta*, revela muito sobre a dimensão ética do seu trabalho e sobre o que nele inspirou a escrita deste capítulo e da tese como um todo: a busca por fazer da escrita um *entre* – entre a escuta, a fala, o registro, a leitura. Como veremos no próximo capítulo, nem toda a situação de entrevista/pesquisa/escrita visa se estabelecer nesse *entre*, uma vez que é possível – e até comum – (dar a) ver sem escutar ou, em outras palavras, encarar/analisar/expor territórios outros sem nunca ter deixado a segurança de seu próprio território, de seu próprio universo de referência. É importante enfatizar que o referido *entre* não resulta de um processo de síntese, no qual elementos distintos de dois ou mais territórios se conciliam para compor um espaço fronteiro em que um novo todo é formado por características de cada um. O *entre* relaciona-se mais à noção de *devir* tal como explicitada por Deleuze na seguinte afirmação: “os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, núpcias entre dois reinos.”⁶ O devir diz respeito, portanto, à contaminação entre heterogêneos, entre territórios completamente distintos uns dos outros. Ele não tem a ver com oposição, reconhecimento ou síntese, mas com encontro, aliança e com afeto, que culminam na formação de um *entre* que não é nem um, nem outro e que altera, sobremaneira, esse um e esse outro, transformando-os em outra coisa; como descreveu André Araújo: “com o exemplo da vespa e da orquídea, Deleuze está chamando atenção ao potencial transformador, mutagênico, das relações de comunicação: entrar em relação com uma diferença transforma invariavelmente ambos os termos da relação, produz um tornar-se, um devir.”⁷

6 DELEUZE, Gilles. PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998, p. 10.

7 ARAÚJO, André. *Deleuze e o problema da comunicação*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2020, p. 32.

Se tomarmos como *território* cada um dos depoimentos gravados e utilizados aqui como fonte, será mais fácil entender os movimentos de composição que culminaram na feitura tanto das transcrições, quanto das cartografias que integram o presente capítulo – ainda que as duas formas estejam relacionadas, uma vez que transcriar é também uma forma de cartografar um território e vice-versa. Neste ponto, faz bem retomarmos em linhas gerais a noção de *território* em Guattari e Deleuze embora, como bem lembra Rogério Haesbaert, “uma das principais dificuldades em se trabalhar com um conceito na obra” desses autores “é que conceito para eles é algo fugidio, literalmente “rizomático” e múltiplo”.⁸ Isso porque o próprio conceito pode ser percebido como um território, especialmente se considerado como “ponto de coincidência, de condensação ou de acumulação de seus próprios componentes”.⁹

Um território seria, portanto, ponto de condensação de intensidades (linhas) – como bulbos em um rizoma –, uma ação constantemente atualizada e reatualizada que torna “algo” visível, discernível, apontável – uma hecceidade. Esse algo, sempre mais ou menos precariamente estabilizado, é efeito de uma série de ações territorializantes, repetições intensivas que o dão forma cognoscível. No entanto, nos territórios existem também elementos anômalos que flertam com o além de seus limites, habitando suas fronteiras a ponto de vez ou outra constituírem-se em linha de fuga. Esses elementos destoantes podem, por sua vez, compor com elementos anômalos de outros territórios, desfazendo territórios, reterritorializando-se, criando possibilidades de vir-a-ser.

A partir de tais reflexões podemos compreender melhor as perspectivas que me levaram a optar por dar a ver os depoimentos na forma como foram apresentados no capítulo. Cada um deles foi entendido como ponto de convergência de intensidades das mais diversas como, por exemplo, os territórios existenciais das entrevistadas e entrevistadoras, as condições de realização da entrevista, as relações estabelecidas entre as participantes antes da gravação etc. Toda essa multiplicidade convergiu na materialização de uma gravação e uma

8 HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019, p. 109.

9 DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* São Paulo: Editora 34, 2010, p. 28.

transcrição, entendidas aqui como territórios. A entrevista, mediada agora pela imagem e o som, mas também pela transcrição, pode ser lida, vista e/ou revista por quem não participou de sua feitura, ganhando assim forma cognoscível. Como pesquisadora, entendo que há um volumoso *fora* da entrevista gravada; esses elementos, no entanto, não interessaram aos fins deste capítulo, que visou tecer relações com o território bem delimitado do material gravado e/ou transcrito.

Foram semanas lendo as transcrições feitas pela equipe do Ponto de Memória da Estrutural e, posteriormente, ouvindo as vozes das entrevistadas, olhando seus gestos, expressões, seus rostos na tela do computador.¹⁰ Da imersão surgiram muitos questionamentos: que forma dar a esse material? Seria interessante, para os propósitos da tese então em gestação, tecer uma narrativa em terceira pessoa construída a partir dos depoimentos? Faria sentido, por outro lado, selecionar trechos deles para serem dissecados e analisados com base em alguma teoria pré-estabelecida, como fiz na minha dissertação de mestrado? Meus desejos como pesquisadora e professora seriam suficientemente atendidos caso eu utilizasse apenas trechos dos depoimentos para, depois, confrontá-los entre si e com outras fontes como jornais, documentos oficiais e fotografias? Tais inquietações me levaram ao reencontro com Aleksiévitich, com os mosaicos polifônicos tecidos por ela em seus livros. A forma que a autora escolhe dar aos depoimentos, bem como a posição que ela concede a cada um deles no conjunto de uma obra, complexificam de tal modo a nossa visão sobre os acontecimentos que já não há como retroceder a uma imagem monolítica e linear destes. Assim, palavras como Perestroika, Tchernóbil, União Soviética, Guerra do Afeganistão etc., nos são dadas a ver a partir das multiplicidades em que se ancoram, um

10 Acessei essas fontes por etapas. As cópias das transcrições impressas, por exemplo, integravam o material, produzido pelo Ponto de Memória, que a Abadia Teixeira me emprestou quando fiz uma visita a ela na porta da sua casa, ainda durante um momento complicado da pandemia. No entanto, o HD no qual estavam armazenados os vídeos das entrevistas estava danificado e não foi possível recuperar os arquivos; ou seja, o primeiro contato que travei com os depoimentos foram mediados apenas pela escrita. Após várias tentativas frustradas de envio dos vídeos por e-mail, dificuldade justificada pelo tamanho dos arquivos, a professora do Departamento de Museologia da UnB, Silmara Küster, que também fez parte do Ponto, conseguiu armazená-los em um outro HD externo e me entregá-lo em mãos, nas vésperas de se mudar para o Rio de Janeiro. Posteriormente, compartilhei o material audiovisual com a Abadia, retornando-o ao acervo do Ponto. A exceção foi o vídeo de Suzano que, infelizmente, não foi encontrado pela professora Silmara. Seu depoimento, portanto, foi o único entre os quais trabalhei que foi acessado apenas através da escrita.

efeito que dificilmente seria obtido se a autora amarrasse os depoimentos uns aos outros em uma narrativa única, mais impessoal e analítica, por exemplo. A manutenção dos textos em primeira pessoa, por sua vez, garante a aproximação entre as leitoras e as personagens das narrativas, tornando-nos mais sensíveis aos cheiros, sabores, sensações e sentimentos compartilhados pelas depoentes com Aleksievitch na ocasião das entrevistas.

As estratégias estéticas desenvolvidas pela autora, portanto, me ofereceram uma possibilidade de saída para um dilema ético que me assombrava desde o início da pandemia: como escrever uma tese sobre uma cidade, que não é a minha, sem estar nela de corpo presente? A questão desdobrava-se em uma segunda: como não reencenar um *voyeurismo à la Ícaro Menipo*¹¹ em minha pesquisa e escrita historiográfica sobre a Estrutural? – postura de quem crê enxergar o mundo de cima, em sua pretensa totalidade, sem se deixar afetar por ele. Nesse sentido, Deleuze e Guattari descrevem dois tipos de procedimentos científicos, relacionados à posição que uma pesquisadora pode assumir diante do campo observado: *reproduzir* ou *seguir*. Segundo os autores, “reproduzir implica a permanência de um ponto de vista fixo, exterior ao reproduzido: ver fluir, estando na margem. Mas seguir é coisa diferente do ideal de reprodução. Não melhor, porém outra coisa. Somos forçados a seguir quando estamos à procura das “singularidades”; [...] quando nos engajamos na variação contínua das variáveis, em vez de extrair delas uma constante.”¹² Seguir pressupõe, portanto, o engajamento do corpo em relação aos fluxos observados: avançar, retroceder, mergulhar, voltar à margem. Penso que, no caso de uma pesquisa historiográfica com material de arquivo, *seguir* quer dizer, de certa forma, aceitar os ritmos colocados pela materialidade das fontes. Essa postura pressupõe partir do encontro com as fontes para, só então, experimentar caminhos para pesquisa; caminhos estes que não pretendem chegar à imagem completa do campo observado, mas se contentam em cartografar esse campo, encontrando e criando relações possíveis entre as fontes a partir de um processo de imersão.

11 Personagem criado pelo literato da província romana da Síria, que viveu no século II a.C, que, durante uma pausa na Lua no trajeto para visitar os deuses, pôs-se a observar a vida na Terra.

12 DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 2012d, p. 28.

Bem, para dar forma à inspiração em Aleksiévitche, iniciei o trabalho de transcrição focando em cada um dos depoimentos individualmente. Optei, a partir desse ponto, por trabalhar apenas com o áudio das entrevistas, de modo que a minha atenção se concentrasse por completo nas palavras, nos silêncios, nas vozes das entrevistadas e não em suas imagens. Após a conferência de fidelidade de todas as transcrições,¹³ iniciei as transcrições¹⁴ de cada depoimento percorrendo os seguintes passos: escutei novamente o depoimento sem interrupções, depois passei a focar apenas na sua transcrição já corrigida; selecionei os trechos que mais me afetaram e que mais dialogavam com a tese – nessa etapa utilizei diferentes cores de caneta para organizar visualmente a entrevista por temas (por exemplo:

13 De acordo com o livro *Manual de História Oral*, e Verena Alberti, a passagem da forma oral para a escrita é chamada de *processamento* e compreende as seguintes etapas: *transcrição, conferência de fidelidade da transcrição e copidesque*. No caso da presente pesquisa, a transcrição, com exceção do primeiro depoimento de Dona Geralda, foi realizada por outras pessoas e a etapa do copidesque foi, na verdade, a realização das transcrições. A conferência de fidelidade consiste em uma comparação entre o depoimento gravado e a primeira transcrição, uma escuta atenta que visa corrigir erros e omissões da transcrição bruta. Cf. ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

14 O termo *transcrição* tem raízes no campo da Teoria da Tradução e foi forjado por Haroldo de Campos para, segundo o pesquisador Ricardo Gessner, “designar um processo de tradução, que se caracteriza por ser criativo”. Ele diz mais respeito, continua o autor, “a uma prática do que a uma teoria, e por não ter uma delimitação conceitual pré-estabelecida, facilmente torna-se escorregadio, servindo-se aos mais diferentes propósitos.”. Um desses propósitos é a utilização da noção de transcrição no campo da história oral, que se serve dela para buscar resolver, ou ao menos mitigar, os incômodos gerados pela necessidade de transformar um depoimento oral em um texto escrito. Há um intenso debate acerca da transcrição no campo da história oral; adentrá-lo e disputá-lo não é, no entanto, foco da presente pesquisa – sugiro como caminho de abertura para tal fim um artigo de Marcela Evangelista. Por ora, basta dizer que as transcrições, no modo como realizadas neste capítulo, relacionam-se um tanto mais com os sentidos que Gessner confere ao termo, do que aqueles levantados por Evangelista, que insiste “na relevância da construção de um texto que, de fato, foge do que foi literalmente dito, mas se aproxima intensamente do que se quis dizer.”. Isso porque entendo que o terreno daquilo que a depoente “quis dizer” não me é acessível; talvez, inclusive, não seja sequer um terreno que permaneça acessível para a depoente ela própria – isso porque os sentidos que damos ao que escrevemos ou falamos pode variar ao longo do tempo. O que me é acessível, de fato, é a entrevista gravada e a sua transcrição; é com esse território que interajo e componho, e não com os territórios existenciais das depoentes, com o *fora* de suas entrevistas. Já Gressner confere outros sentidos para o termo: “a transcrição [...] prioriza o efeito estético, que em muitos casos pode estar na própria superfície formal de um texto, sendo que o significado é o resultado dessa articulação de formas.”. Nesse sentido, cada transcrição do capítulo buscou priorizar o efeito estético da fala gravada e transcrita de cada depoente em articulação com o desejo, anunciado por Svetlana, de “expor uma escuta”, ou seja, as transcrições aqui buscaram ser um *entre* os territórios da fala, leitura e escuta, sem perder de vista toda a complexidade que isso indica. Sendo a transcrição, na forma como encarada aqui, um processo criativo que tem como base um texto de referência, mas que não se confunde com esse texto, optei por não expor o sobrenome das depoentes, uma vez que, com exceção de Dona Geralda, não consegui mostrar a elas a escrita em sua forma final. Cf. GRESSNER, Ricardo. Transcrição, transconceituação e poesia. *Cadernos de tradução*. Florianópolis, v. 36, nº 2, p. 142-162, maio-agosto/2016, p. 149; EVANGELISTA, Marcela. A transcrição em história oral e a insuficiência da entrevista. *Anais do I Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: diálogos interdisciplinares*. Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2009. Disponível: http://www.ufcg.edu.br/~historia/isnfdph/index.php?option=com_content&view=article&id=89&Itemid=127 Acessado em: 24 fev. 2024.

chegada à vila, mudança para Brasília, governo Roriz etc.), pois, como discutiremos no terceiro capítulo, recordações são substâncias fluidas, tendem a escapar às sistematizações típicas do universo da escrita; partindo da seleção feita no papel, reescrevi no computador os trechos escolhidos, organizando o texto, quando convinha, pelas temáticas inicialmente identificadas; a partir desse primeiro esboço, fui modelando o texto, deslocando palavras, frases e parágrafos de lugar, bem como suprimindo longas partes dele, de modo a lhe dar uma forma mais atraente para a leitura e que melhor dialogasse com a proposta da tese como um todo. No geral, o texto final manteve-se atado às palavras escolhidas pela depoente para compor sua narrativa; no entanto, em alguns momentos, por questões estéticas ou a fim de facilitar a leitura, optei por utilizar sinônimos no lugar dos termos originalmente empregados. Concluída a transcrição de cada depoimento separadamente,¹⁵ foi necessário pensar no conjunto formado por eles, ou seja, em como eles se relacionariam uns com os outros – dar a cada um uma posição no capítulo. Depois da tese quase pronta, fiz uma última conferência, retornando aos áudios e relendo os depoimentos; nessa etapa, fiz pequenas alterações nas transcrições, pensando na relação do capítulo com o corpo da pesquisa como um todo.

O trabalho de transcrição se construiu, portanto, justamente no espaço existente entre oralidade e escrita; buscou fazer desse *vazio* uma possibilidade criativa, adicionando a ele o elemento da escuta e a expectativa da leitura futura. Não houve a intenção de reproduzir ou criar métodos capazes de mitigar a distância entre o que se diz e o que se escreve, ou que fizessem do conteúdo da fala o horizonte a ser perseguido. É importante pontuar, igualmente, que o processo de transcrição em si, na forma como foi realizado durante a presente pesquisa, não se apresenta somente como procedimento de tradução da oralidade para a escrita. Ele pode ser entendido também como um procedimento histórico,¹⁶ uma vez

15 Cada depoimento teve uma média de seis versões transcritas.

16 “Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática. Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* científicas e de uma *escrita*”. Cf. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011, pp. 46-47.

que se constitui por meio da análise e interpretação históricas; bem como o seu texto final, na medida em que é sustentado por essa interpretação/análise, apresenta-se também como resultado de uma prática historiográfica, ou seja, como uma forma de escrita da história. Uma transcrição, portanto, no caso da presente pesquisa, não deve ser confundida com a fonte primária que lhe serviu de base, pois ela é fruto de um processo de análise e escrita historiográfica.

Se, como afirmou Paul Veyne, “a história é conhecimento mediante documentos” e “a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento”, uma vez que ela “é *diegesis* e não *mimesis*”, a afirmação acima ganha contornos mais compreensíveis.¹⁷ A transcrição torna-se um procedimento de análise histórica quando este modo de escrita não tem como objetivo apresentar às leitoras uma representação das experiências narradas pelas depoentes, mas quando ele se torna próprio meio para interpretação do depoimento em vias de ser transcrito. Essa interpretação se dá à luz do leque das outras fontes que formam o *corpus* documental da pesquisa, bem como à luz das referências teóricas, estéticas e metodológicas que a permeiam – e faz isso a partir do próprio processo de escrita. Ou seja, o documento não foi primeiro analisado, relacionado com outras fontes e interpretado para que, só depois, o ato da escrita se iniciasse. Na verdade, esses processos se deram principalmente *por meio* da escrita.

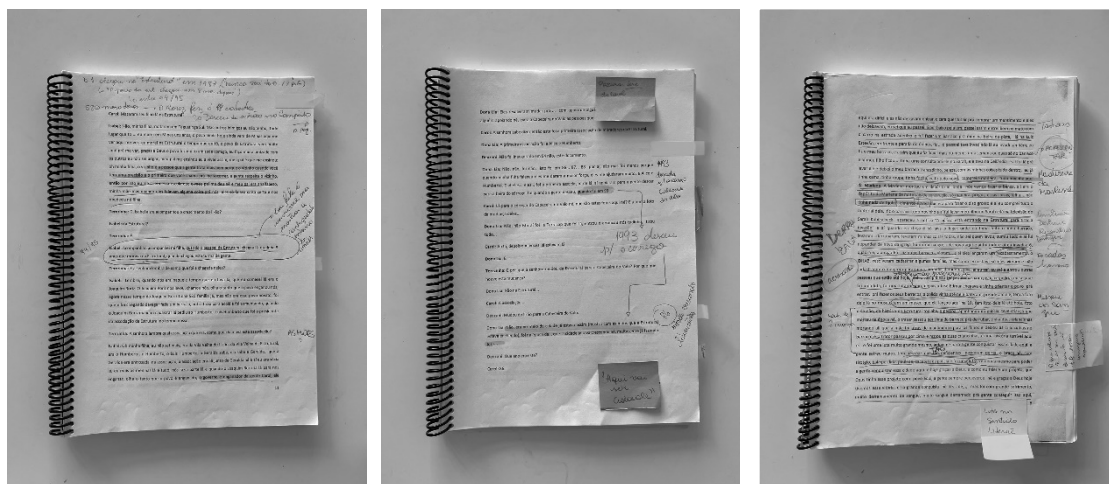


IMAGEM 18 . 19 . 20. SAADS, Leila. *Transcrição I, II e III*. Fotografias digitais. Brasília, 2024.

03.2 das cartografias

A famosa afirmação de Deleuze e Guattari, de que “o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente, [...] pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza” habita as páginas de muitas teses, artigos e livros publicados.¹⁸ Talvez seja, me arrisco a dizer, uma das citações mais conhecidas e reproduzidas de *Mil platôs*, embora seus usos nem sempre caminhem em consonância com a concepção a antecede: a de que o mapa “contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para a sua abertura máxima sobre um plano de consistência”. O mapa, na concepção deleuzo-guattariana, portanto, não é tomado como uma representação visual de um território material; assim como o gesto de mapear não parte do desejo de *compreender* um território dado. Sua produção resulta de um processo de composição da cartógrafa com um território – de um encontro entre heterogêneos. Nesse sentido, concordo com a afirmação, feita por Luciano da Costa, de que a noção de cartografia proposta por esses dois autores se

18 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2011a; p. 30.

aproxima mais de uma ética do que de um método, já que ela diz respeito à uma prática cujo horizonte político é a criação de multiplicidades, ao invés um conjunto de procedimentos de pesquisa passíveis de serem replicados. Afinal, sendo a cartografia “um movimento ético de porosidade e composição”,¹⁹ ela pressupõe que a cartógrafa se coloque em certo lugar de vulnerabilidade em relação ao outro território, uma vez que a prática se ancora na abertura para um movimento de dupla-captura, de influência mútua – o que dificilmente acontece quando se vai a campo com objetivos fixos e procedimentos científicos meticulosamente planejados. Nessa perspectiva, uma cartógrafa também se reconhece e se apresenta como um território, na medida em que aquilo que está em vias de ser cartografado não diz respeito ao *eu* (sujeito que cartografa), nem ao *outro* (tomado como *território/objeto* sobre o qual se pesquisa), mas justamente ao *entre* e às transformações produzidas pelo encontro desses territórios distintos.

Dessa forma, “considerando que objeto, sujeito e conhecimento são efeitos coemergentes do processo de pesquisar”, não faria sentido, nessa perspectiva, “orientar a pesquisa pelo que se suporia acerca da realidade.”²⁰ A cartografia proposta por Deleuze e Guattari se vincula então, de modo irremediável, à prática; é do contato com a realidade que parte a construção cartográfica e não o contrário; afinal, “se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real”.²¹ Cabe aqui tratar, brevemente, do que seria esse “real” nos termos trabalhados pelos autores, uma vez que o conceito não é utilizado da mesma maneira que o fazem pesquisadoras que trabalham com outras abordagens teóricas como, por exemplo, a teoria das representações. Enquanto as *representações sociais* podem ser descritas como “matrizes geradoras de condutas e

19 Assim escreve o autor: “problema que esta imagem de pensamento [*pensar em metodologias de pesquisa como se fossem produtos dispostos em um balcão*] traz está relacionado aos critérios para utilização de uma ou outra metodologia, uma vez que não se trata - e esta é a tese deste ensaio - de uma simples escolha e tampouco de um uso. Determinadas práticas investigativas, como a cartografia, colocam-nos enquanto pesquisadora(e)s diante de algumas condições que extravasam o campo dos protocolos e procedimentos, uma vez que nos convocam não só a pensar ou agir sobre determinado campo, mas a vivenciá-lo em suas múltiplas dimensões, num movimento ético de porosidade e composição.” COSTA, 2020, op. cit., p. 13.

20 PASSOS, Eduardo. BARROS, Helena de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2020, p. 18.

21 DELEUZE; GUATTARI. 2011a, op. cit., p. 30.

práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real”²² – ou seja, haveria uma base material (inacessível à nossa consciência) que serve como ponto de referência para a criação das representações (que se distinguem do real) –, a teoria deleuzo-guattariana, por sua vez, não fragmenta *criação* e *objeto referencial*, pois entende que aquilo que é produzido, criado e experimentado é real. Não haveria, portanto, ponto de partida, um objeto original a partir do qual se baseariam criações posteriores, justamente porque, para os autores, não existem inícios, apenas meios.²³ Outro ponto fundamental da noção de real assim concebida é que, além do real experienciado, atual, haveria ainda um real virtual, que se localiza no campo do possível, como uma existência latente que ainda não encontrou forma de expressão para lhe fez emergir – e que talvez nunca encontre. É nesse sentido que Guattari defende, em seu livro *Caosmose*, uma prática de construção de conhecimento pautada não no paradigma cientificista, mas em um paradigma ético-estético-político comprometido com a riqueza do possível.²⁴

O interesse em cartografar os depoimentos transcritos surgiu em um dos tantos cursos à distância dos quais participei durante a pandemia. Oferecido pelo Serviço Social do Comércio de São Paulo – Sesc-SP, o curso *Mapear-cartografar: experiências contemporâneas*, ministrado pela geógrafa Gisele Girardi e pelo arquiteto David Sperling, me apresentou a possibilidade de criar produtos visuais a partir de processos cartográficos de inspiração deleuzo-guattariana. As aulas nos levaram primeiro a uma desconstrução da noção mais clássica de cartografia, muito atada a certa reencenação de gestos coloniais sobre territórios alheios;²⁵ depois, partimos para um mergulho por variadas práticas cartográficas construídas

22 PESAVENTO, Sandra. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 39.

23 “Se a linguagem parece sempre supor a linguagem, se não pode fixar um ponto de partida não linguístico, é porque a linguagem não é estabelecida entre algo visto (ou sentido) e algo dito, mas vai sempre de um dizer a um dizer.” Cf. DELEUZE; GUATTARI, 2011b, op. cit., p. 13.

24 “O novo paradigma estético tem implicações ético-políticas porque quem fala em criação, fala em responsabilidade da instância criadora em relação à coisa criada, em inflexão de estado de coisas, em bifurcação para além de esquemas pré-estabelecidos e aqui, mais uma vez, em consideração do destino da alteridade em suas modalidades extremas. Mas essa escolha ética não mais emana de uma de uma enunciação transcendente, de um código de lei ou de um deus único e todo-poderoso. A própria gênese da enunciação encontra-se tomada pelo movimento de criação processual.” Cf. GUATTARI, 2102, op. cit., p. 123.

25 Sobre o assunto, assim escreve Renata Marquez no livro *Atlas ambulante*: “O mapa não é nada inocente, ele encarna a coincidência: mapear é colonizar, mapear é dominar. A história da cartografia traz imagens do mundo feitas a partir de um lugar que dominava outros lugares, de um ponto de vista colonizador que propagava a diferença entre Velho e Novo Mundo desde o século XVI. [...] A simultaneidade foi convertida em anacronismo, não contemporaneidade, “estado de natureza”, crenças que foram desqualificadas como uma outra cultura

sobre outras bases, mais sensíveis, coletivas, engajadas politicamente e artísticas; e, finalmente, fomos convidadas a criar um mapa a partir de uma experimentação cartográfica e compartilhá-lo com a turma.²⁶ As experiências trocadas durante as aulas contribuíram para sedimentar a ideia de criar mapas a partir das transcrições, o que se articulou perfeitamente com uma das questões mais basilares deste capítulo: o desejo de dar a ver uma escuta.

A ideia, no entanto, esbarrava em uma limitação de ordem técnica: meus escassos conhecimentos sobre softwares e programas de edição de imagens. Foi quando propus uma parceria à Julia Bianchi, então estudante de graduação da FAU/UnB – convite que ela logo aceitou.²⁷ No final de 2022 começamos a nos encontrar presencialmente, primeiro para conversar sobre o projeto, depois para produzir os mapas e, mais recentemente, para realizar a diagramação da tese.²⁸ É importante pontuar que o papel da Júlia no processo de cartografar as transcrições e/ou transcrições não foi meramente técnico, mas de coautoria, já todos os mapas aqui expostos foram resultado, desde a concepção até a finalização, de um trabalho coletivo.²⁹

possível. [...] A tradição histórica de excluir algo ou alguém do mapa produziu uma espécie de apagamento, de negação e de incapacidade para o diálogo entre partes do mundo. Do mesmo modo, a operação oposta de incluir algo ou alguém no mapa, de finalmente desenhar mapas inéditos ou de criar condições para aqueles que não aparecem nos mapas criem seus próprios mapas constitui uma reescrita do mundo, um passo para uma geografia de coexistências, de diversidade e compartilhamento.” Cf. MARQUEZ, Renata; CANÇADO, Wellington (Orgs.). *Atlas Ambulante*. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas, 2011, p. 09.

26 Na época, trancada em casa com duas crianças pequenas, frequentemente sentia que meu corpo havia se tornado um território em disputa entre o Caíque, então com menos de dois anos, e a Alice, que mal havia completado cinco. Entre minha pouca habilidade tecnológica e a experiência da clausura, optei por fazer um mapa cuja base era uma fotografia do meu corpo, as linhas cartografavam o movimento e permanências das crianças sobre esse território ao longo do tempo, desde a gestação até o momento de confecção do mapa.

27 Conheci a Júlia em 2020, quando participei como colaboradora da pesquisa *Cartografia da Covid-19 a partir da notificação das mulheres no Distrito Federal*, coordenada pelas professoras da FAU/UnB Maribel Aliaga e Carolina Pescatori. A partir desse projeto, desenvolvi com ela e outra graduanda em arquitetura, a Lorrany Arcanjo, uma pesquisa autônoma nomeada de *Narrativas sobre gravidez, parto e puerpério durante a pandemia no Distrito Federal*, na qual entrevistamos três mulheres que tiveram suas segundas filhas durante a pandemia; produzimos dois artigos e um capítulo de livro a partir dos depoimentos.

28 A Júlia foi fundamental para a passagem das ideias à materialidade do corpo da tese, não só pelo seu conhecimento técnico na área de diagramação, mas especialmente pela sensibilidade que demonstrou diante das minhas expectativas em relação ao formato da tese, muito baseada na relação poético-profissional que tínhamos estabelecido durante a produção das cartografias. Por isso, a escolha de propor a continuidade da parceria sob uma roupagem mais formalizada, dessa vez como diagramadora da tese, foi tão acertada. Fica registrado aqui o meu agradecimento por ela ter aceitado o trabalho.

29 Devido à escassez de tempo, nós optamos por não cartografar todos os depoimentos. Foram dez as

03.3 experimentações histórico-cartográficas: um diálogo

Diante do caráter colaborativo e experimental no qual se assentou esta etapa de produção da tese, achamos por bem sistematizar, em um texto escrito a quatro mãos, algumas informações e reflexões sobre cada um dos mapas expostos neste capítulo. A base para a escrita do presente texto, foi a gravação de uma conversa que nós duas (Leila e Júlia) tivemos sobre a confecção dos mapas; ou seja, ele parte de um exercício de rememoração nosso e tem o intuito, bem definido, de compartilhar, com as futuras leitoras da tese, algumas informações sobre nossas buscas por maneiras práticas e poéticas de cartografar os depoimentos transcritos. Optamos por apresentá-lo assim, como um diálogo organizado por temas, porque um texto escrito em primeira pessoa (ora no plural, ora no singular) com duas narradoras, nos pareceu a melhor forma de expor experiências que foram e seguem sendo coletivas, mas também de cada uma de nós.³⁰

mapas laterais

Leila: Podemos começar nossa conversa pelos pequenos mapas dispostos na lateral das páginas das transcrições, que foram mapas inspirados naqueles que você fez para o seu caderno de diplomação, no final do ano passado [2023]. Esses são mapas com funções mais demarcadas em relação ao texto, uma experiência bem distinta daquelas realizamos nos outros mapas, pois, apesar de se relacionarem com as transcrições, servem mais como apoio à leitura do que como composição cartográfica no sentido deleuzo-guattariano.

transcrições produzidas por mim, quatro delas não foram cartografadas. Na última revisão da tese, no entanto, optei por retirar duas transcrições do capítulo. Portanto, nesta versão, apenas os depoimentos de Ismael e Valdevino não foram cartografados.

30 A conversa ocorreu no momento de fechamento da diagramação da tese, em cinco de abril de 2024. Apesar de ter como base a gravação do diálogo, o texto que se segue não se restringe a ele, pois algumas informações que julgamos relevantes para a compreensão da leitora sobre o trabalho cartográfico foram acrescentadas no momento da escrita. A inspiração para expor as informações na forma de um diálogo, veio de um artigo escrito por Andressa Marques da Silva e Ana Flávia Magalhães Pinto, no qual as duas se utilizam desse recurso estético para narrar os caminhos de uma pesquisa desenvolvida por elas. As autoras justificam a escolha de forma da seguinte maneira: “Trata-se, como veremos, de um exercício de metalinguagem voltado ao registro das trocas entre as duas pesquisadoras e ao engendramento de uma forma possível para que outras pesquisadoras compartilhem experiências semelhantes.”, intenções que muito se relacionam com o exercício de escrita aqui proposto. Cf. PINTO, Ana Flávia; SILVA, Andressa da. Narrativas da presença negra no Distrito Federal: histórias vistas desde o nível da vida. In: SCHMIDT, Benito; MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Fazendo História Pública*. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 19.

Júlia: No meu trabalho, a ideia de ter um mapa lateral veio muito das notas laterais, que servem como um suporte ao texto. Eu percebi que tinha uma lacuna ali em relação a algumas localidades, localidades sobre as quais as leitoras, no geral, não tinham muita informação. Então decidi fazer uma nota sobre cada uma delas. Mas, ao invés dessa ser uma nota textual, optei por fazer do mapa uma nota – simples assim. O objetivo foi situar a leitora no espaço, coisa que uma nota lateral ou de rodapé no formato de texto talvez não fizesse tão bem. Eu falei sobre o Núcleo Bandeirante, por exemplo... se eu colocasse uma nota *o Núcleo Bandeirante é uma Região Administrativa do DF, situada a tantos quilômetros do Plano Piloto*, talvez estivesse produzindo mais incógnitas do que respostas na cabeça das leitoras. O mapa cumpre melhor essa função porque é visual, nele eu consigo ver de imediato o tamanho das duas localidades (porque ele está em escala) e consigo ver a distância entre elas – uma informação importante no meu trabalho e muito importante no seu também. No caso da sua tese, optamos por colocar o título e o subtítulo desses mapas, inclusive, como uma indicação da distância entre duas localidades, para dar a entender a dimensão dos deslocamentos que eles estão representando. Cada mapa traz um desenho em linhas não-preenchidas da localidade de referência (no seu caso, a Estrutural) e uma mancha urbana destacada, preenchida em preto, que são bairros e locais de onde ou para onde as depoentes se deslocaram.

mapa da Dona Isabel

Leila: Foi desafiador chegar a esse mapa. O interessante é que o depoimento da Dona Isabel foi o que mais me tocou. O jeito que ela fala, as palavras que ela escolhe, os detalhes com que ela compõe cada imagem que apresenta nele... é tudo muito literário, muito lindo. Foi complicado conseguir transformar esse afeto, colocar essa sensação em um mapa – e olhando ele hoje, ainda não sinto que conseguimos. Falta alguma coisa nele, apesar de ser um mapa muito bonito.

Júlia: É, esse foi bem difícil mesmo. A Dona Isabel tinha uma semelhança com o

Suzano... essa questão da permanência, de conseguirmos ver bem a localidade dela. Era isso: o terreno dela, as outras localidades que apareciam no texto e a passagem do tempo. Mas, realmente, juntar isso com a forma que ela deu para narrativa, foi um grande desafio. Depois de muita experimentação chegamos a esse resultado.

Leila: Além desses elementos, penso que, nesse mapa, quisemos enfatizar o fato dela ter conseguido permanecer por muitos anos no terreno, resistindo a toda essa cidade que foi crescendo próximo a ela, mantendo a integridade da terra. É diferente do que aconteceu com o Suzano e a Dona Geralda, por exemplo, que acabaram loteando suas chácaras. Foi justamente a preservação integral da chácara da Dona Isabel que tornou possível a construção do Centro Olímpico ali, por isso a escolha de manter a marcação atual do lote em destaque no mapa.

Júlia: Fizemos uma jogada aqui... como foi? É isso, na verdade o mapa é uma imagem de satélite interagindo com um desenho gráfico, no qual o desenho gráfico prevalece. Mas quando você olha de perto, as casas, edificações etc. ainda estão presentes dentro do desenho; o satélite só ganha ênfase nas zonas dos quadrantes – foi isso que criou esse efeito de sobreposição. As diferentes tonalidades, assim como os tipos e níveis de opacidade, e a relação estabelecida entre estas e a legenda iconográfica, é que constroem a referência às diferentes épocas que compõem a narrativa da Dona Isabel. Nós experimentamos outras coisas antes de chegar nessa forma, teve esse mapa, por exemplo [*mostra o mapa no computador*], nele aparecem diferentes imagens de satélite sobre esse fundo; ele é mais poético. Gosto muito dele, mas precisava de uma fotografia para ser a base, o fundo, e não tinha nenhuma boa.



IMAGEM 21 . BIANCHI, Júlia. *Estudo para o mapa de Dona Isabel*. Imagem de satélite modificada. Brasília, 2023. Fonte da imagem de satélite: GeoPortal-DF.

IMAGEM 22 . BIANCHI, Júlia. *Estudo para o mapa de Dona Isabel II*. Montagem digital com imagens de satélite sobre fotografia. Brasília, 2023. Fotografia original: sem autoria. Fonte: banco de imagens on-line. Fonte das imagens de satélite: GeoPortal-DF.

mapa do Suzano

Leila: Como um contraponto aos mapas da Dona Isabel e do Luís, o mapa do Suzano foi aquele cuja concepção conseguimos delinear de forma mais rápida.

Júlia: Foi até engraçado, quando você me enviou a sua ideia de trabalhar com diferentes temporalidades, eu entendi que seriam faixas verticais formadas por imagens de satélite de várias épocas, uma ao lado da outra. Então produzi esse primeiro mapa. A sensibilidade, tanto nesse quanto no segundo mapa, é que não estamos propondo um olhar para o terreno do Suzano ao longo do tempo. A estratégia mais usada, nesse caso, seria a de apresentar várias imagens de um mesmo local em diferentes períodos: ou seja, olhar para o mesmo ponto durante os anos. Mas nosso interesse era a Estrutural como um todo, e a relação do terreno do Suzano com a cidade que vai se impondo. Por isso, ao invés dessa estratégia, optamos por pegar imagens de diferentes épocas e, com elas, formar um só mapa, como se cada uma das imagens completasse a anterior e a posterior. Essa estratégia é interessante, porque em uma mesma imagem você consegue perceber a diferença da ocupação ao longo das décadas.

Leila: Também as permanências, as linhas formadas pelas vias, por exemplo...

Júlia: Sim, exatamente. Porque a cidade vai se construindo a partir de eixos delimitadores que se mantêm ao longo do tempo: tem a Via Estrutural, o Córrego Cabeceira do Valo, a Estrada Parque Acampamento – EPAC, que delimita o Parque Nacional, o Lixão etc. Mas quando te mostrei o mapa com as faixas verticais, você me disse que tinha pensado, na verdade, em faixas circulares concêntricas, justamente porque o depoimento dele tem a questão da permanência muito marcada. No primeiro mapa é possível perceber a passagem do tempo, a formulação do espaço, mas falta um pouco do Suzano. Quando aplicamos a estratégia dos círculos, conseguimos ver perfeitamente um ponto focal – que é o lugar onde ficava a chácara do Suzano. A ideia foi esmaecer a fronteira entre cada círculo de modo que a imagem ficasse mais fluida, ainda que cada faixa deles corresponda a uma mapa-base diferente do GeoPortal. O interessante é que justamente a imagem que forma o centro do mapa, que seria aproximadamente o terreno do Suzano, está desfigurada; é uma marca

originada na própria produção da imagem de satélite. Optamos por manter essa “falha” no mapa, como um meio de lembrar que essas imagens, apesar de trazerem muitas informações sobre os espaços das quais tratam e alimentarem, assim, variadas pesquisas, também têm suas limitações. O mesmo ocorreu no mapa das faixas verticais, que tem um buraco na parte superior de uma das faixas centrais, que nós também decidimos manter.

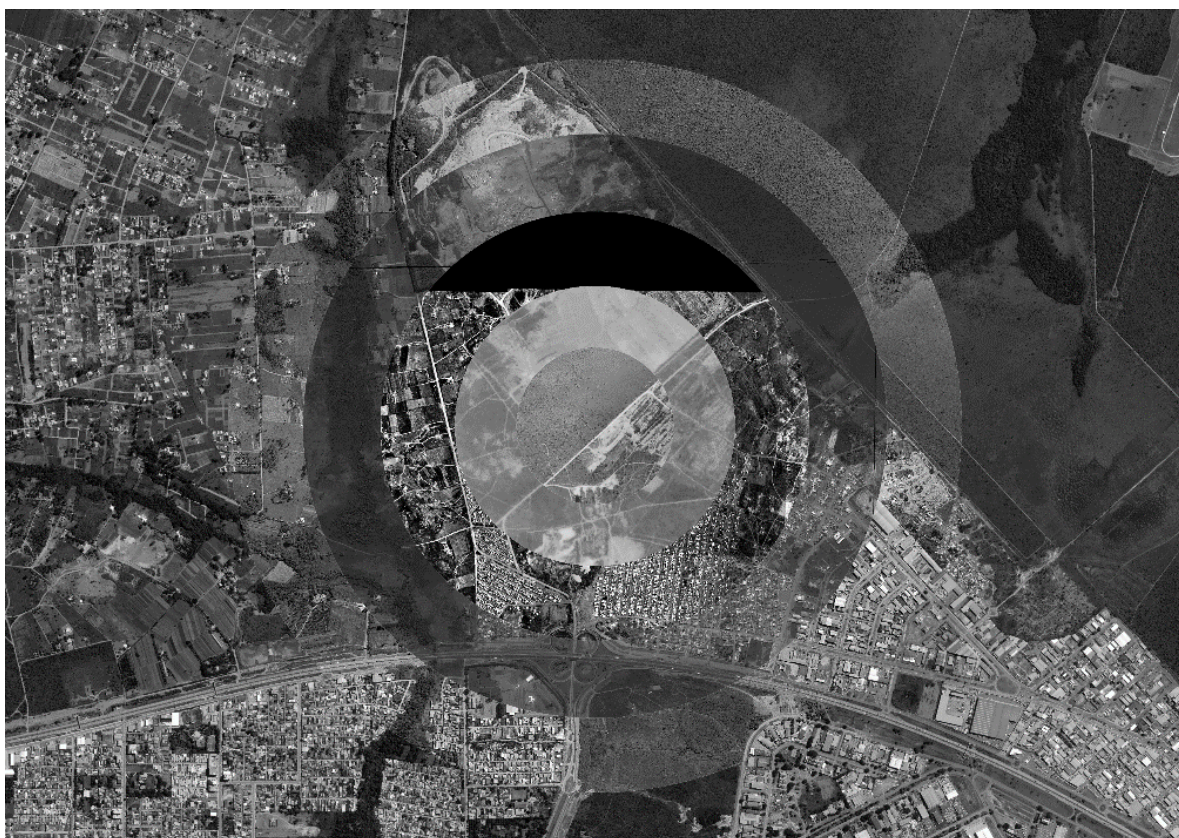


IMAGEM 23 . BIANCHI, Julia; SAADS, Leila. Estudo para o mapa de Suzano. Montagem digital com imagens de satélite. Brasília, 2023. Fonte das imagens de satélite: GeoPortal-DF.

mapa do Luís

Leila: Vamos agora ao mapa mais difícil...

Júlia: O mapa do Luís, né? Esse mapa nós demoramos *muito* para fazer. Foram muitas horas de cadeira até chegar nesse resultado. Um caminho muito errático, fomos e voltamos em várias formas, mudamos a estratégia de construção dele muitas vezes, até conseguirmos entender, de fato, aquilo que queríamos passar com o mapa. O interessante é que tudo começou com o Luís, porque o depoimento dele é muito marcado geograficamente. Ele vai citando as localidades em que viveu, uma depois da outra: Piauí, Brasília, São Paulo, Núcleo Bandeirante, IAPI, Ceilândia, Estrutural. Existia todo um percurso narrativo... o depoimento era sistemático, parecia fácil cartografar. Mas, na hora de dispor essas informações, foi muito difícil... as escalas não se encontravam, as linhas não interagem bem. Até que decidimos apagar uma parte do mapa – o que deu um grande respiro, porque tinha muita informação nele antes. E assim conseguimos trabalhar com as duas escalas, tanto a local quanto a nacional, sem sobrepor informações demais; nos afastamos, assim, do caos visual anterior. Ou seja, foi esse silêncio no meio do mapa que permitiu a sobreposição das escalas. As três manchas urbanas que vemos quase nas bordas dele são as vias das localidades do DF nas quais o Luís morou: Núcleo Bandeirante e IAPI, Ceilândia e Estrutural; enquanto a linha que atravessa o DF, no meio do mapa, faz referência ao trajeto rodoviário Piauí – Brasília – São Paulo. Assim, conseguimos ver as distâncias em escala. É um mapa que vai do Piauí a São Paulo, da Estrutural ao IAPI e à Ceilândia. Demorou para pensarmos nisso, mas o resultado ficou muito limpo e muito conectado com o depoimento.

Leila: Também penso que o mapa consegue trabalhar, de forma poética, com um elemento muito presente na fala do Luís, que é a separação. Não à toa, coloquei o trecho sobre a maldição hereditária da família, “o divórcio”, para abrir sua transcrição, pois esta é uma imagem que atravessa o depoimento dele em diferentes pontos. A questão da separação, de certa forma, me parece permear também o modo geográfico de narrar do Luís, pois as localidades desempenham um papel organizacional fundamental no seu trabalho de rememoração, é a partir delas que ele vai partilhando suas experiências. O vazio do mapa

tem como efeito multiplicar as distâncias entre as Regiões Administrativas, é como se cada parte do mapa estivesse completamente isolada uma da outra. A linha rodoviária ao meio, ainda que não tenha sido a intenção, aparece para mim como uma tentativa de unir um todo fragmentado deixando, para isso, a marca de uma cicatriz.

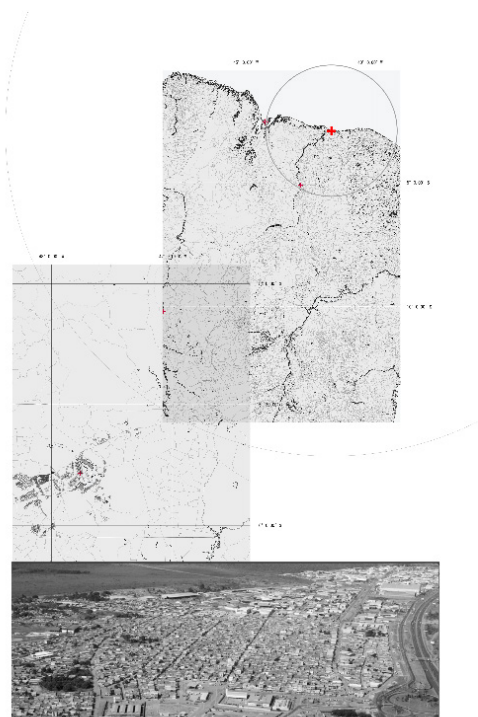


IMAGEM 24 . BIANCHI, Julia. *Estudo para o mapa de Luís I*. Intervenção digital sobre imagem de satélite. Brasília, 2023. Fonte da imagem de satélite: GeoPortal-DF.

IMAGEM 25 . BIANCHI, Julia. *Estudo para o mapa de Luís II*. Montagem com imagens de satélite e fotografia. Brasília, 2023. Fotografia original: sem autoria. Fonte: banco de imagens on-line. Fonte da imagem de satélite: Google Earth.

mapa da Dona Lia

Júlia: Para o mapa da Dona Lia, eu fiz uma base estilizada do traçado da Estrutural, só para que tivéssemos uma referência minimamente cartográfica do formato da cidade. Sobrepus a ele o formato do Distrito Federal, como uma referência, também geográfica, para os deslocamentos realizados por ela para outros estados do país. Tomei liberdade, nesse caso, de romper com as escalas justamente porque, na perspectiva cartográfica com a qual estávamos trabalhando, não havia necessidade de manter o rigor formal dos mapas usuais. Depois de ter feito essa base, nós começamos a mapear os locais citados por ela no depoimento. Foi um mapeamento bem rígido, pensando nos deslocamentos dentro do DF e fora dele, pensando nas vias e estradas percorridas por Dona Lia durante as mudanças: *Estrutural, rua tal, Vila Velha, Luziânia* etc. Nós sabíamos que queríamos um mapa composto por três elementos: as localidades, os deslocamentos e o depoimento de Dona Lia, a fala dela, suas palavras. Então nós, literalmente, costuramos os três. Foi um exercício muito experimental esse também, né, Leila? Fomos dispendendo as marcações conforme ela ia narrando e passamos a imaginar seus deslocamentos pela base impressa. O papel usado foi o papel couchê tamanho A2, justamente porque precisávamos de uma base ampla e rígida que pudesse ser costurada sem se danificar. Fizemos vários testes em impressões menores, lembra? Fomos experimentando... *tá, vamos passar a linha, mas como vamos marcar o ponto, como vamos firmar a linha?* Testamos com uma linha mais grossa, depois optamos por uma mais fina, trabalhamos fazendo nós, ora pela frente ora por trás do papel, experimentamos marcar um “X” à caneta em cada localidade...

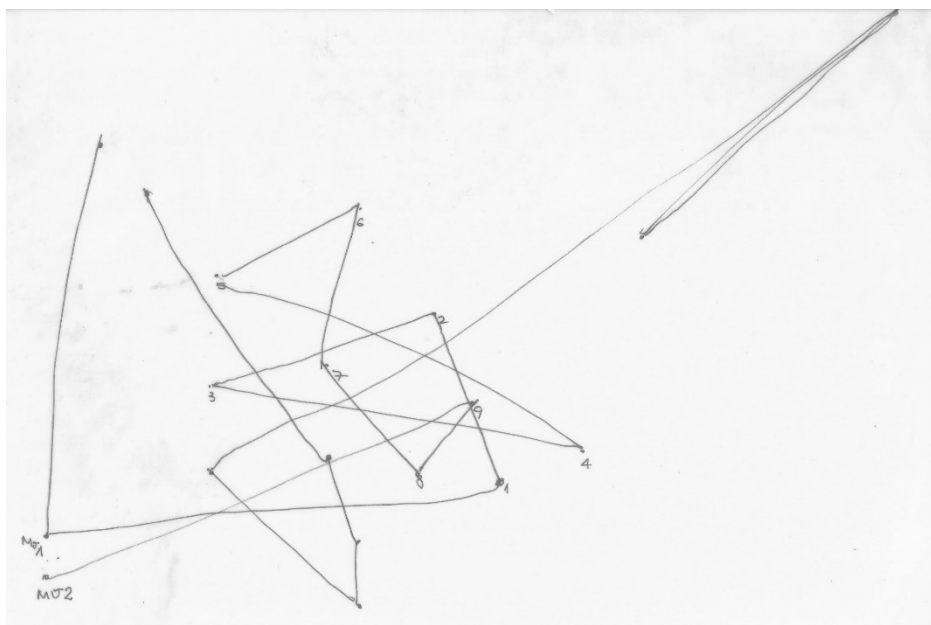


IMAGEM 26 . . BIANCHI, Júlia; SAADS, Leila. *Estudo para o mapa de Dona Lia I*. Nanquim sobre papel sulfite. Brasília, 2023.

Leila: Quando finalmente decidimos como fazer a costura, começamos a imaginar como dispor trechos da transcrição da Dona Lia naquele mapa. Primeiro reli a transcrição e a transcrição do depoimento várias vezes, selecionei alguns trechos, fiz um esboço muito simples da disposição deles no mapa usando, para isso, a plataforma digital *Miro*.

Júlia: Só então fomos para a versão final. Imprimimos os fragmentos de texto selecionados em papel vegetal, os cortamos e, na base definitiva, já com os pontos marcados e furados, começamos a dispô-los pelo mapa até, finalmente, fixá-los com cola bastão. Com essa base já pronta, costuramos o mapa. Apesar de termos mapeado uma parte dos locais citados por Dona Lia no depoimento, precisamos recorrer à certa liberdade na hora de furar os pontos na base definitiva, isso porque quisemos evitar que as linhas se sobrepusessem e se apagassem, especialmente dentro da Estrutural, pois ali foram vários os pontos marcados. No final, como um detalhe muito marcante no depoimento dela era a relação com as filhas, decidimos colocar esses pequenos marcadores vermelhos na parte superior do mapa, em cada um deles vem o nome de uma das filhas de Dona Lia; os três que estão em branco se referem às filhas que faleceram ainda bebês e que não foram nomeadas em seu depoimento.

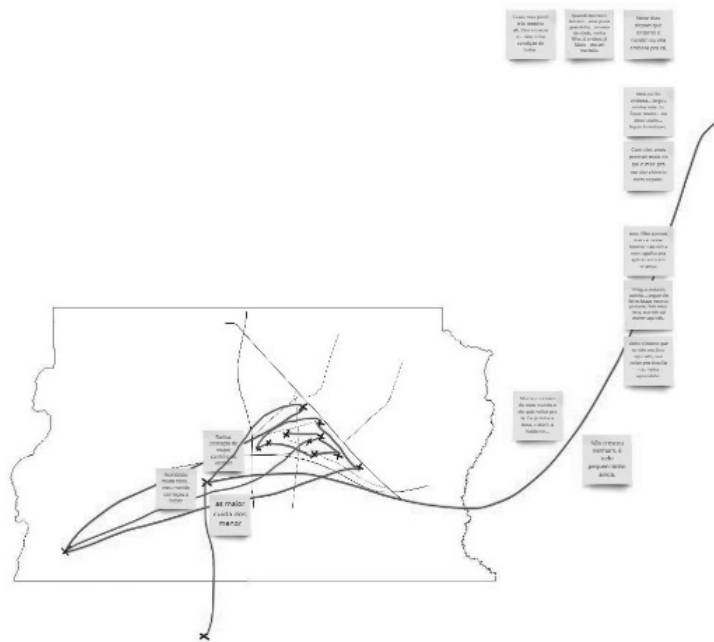


IMAGEM 27 . BIANCHI, Júlia; SAADS, Leila. *Estudo para o mapa de Dona Lia II*. Montagem digital. Brasília, 2023.

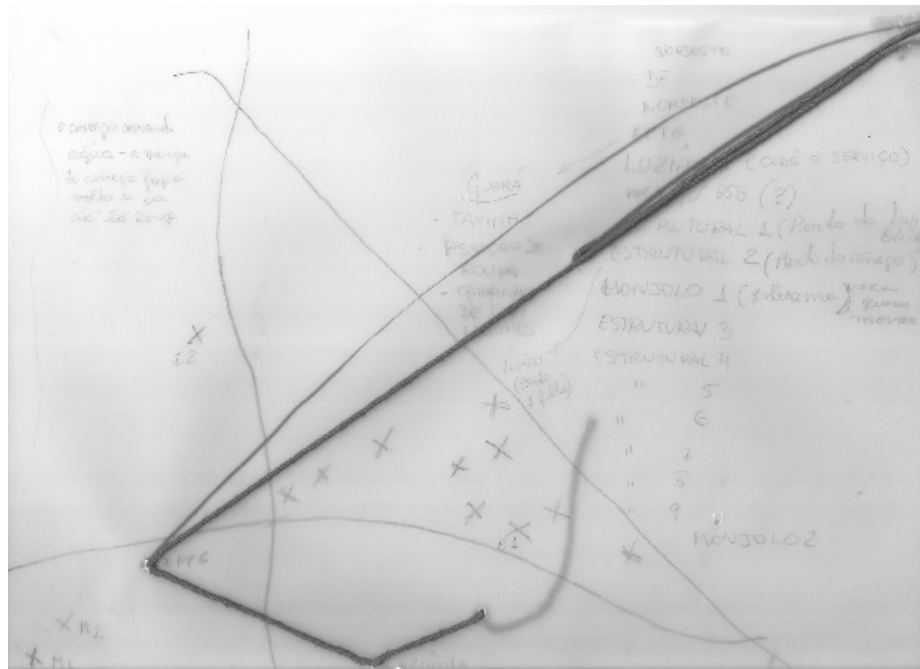


IMAGEM 28 . BIANCHI, Júlia; SAADS, Leila. *Estudo para o mapa de Dona Lia III*. Costura e intervenção a lápis sobre papel vegetal. Brasília, 2023

mapa da Dona Vanda

Leila: A inspiração para a cartografia da Dona Vanda foram os mapas que o educador – ou, como ele mesmo se nomeava, ‘poeta e etólogo – Fernand Deligny produziu a partir da observação da circulação de suas alunas com autismo pela instituição de ensino especial onde lecionava. Os mapas dele são formados por uma base simples desenhada à mão na qual ele dispunha variadas referências espaciais (como móveis, cômodos da instituição

etc.). Sobre essa base, Deligny colocava um papel vegetal no qual traçava os percursos das estudantes pelo espaço. A maior diferença entre os dois exercícios cartográficos é que, no nosso caso, não estávamos observando diretamente, no presente, os deslocamentos da Dona Vanda. Foi a partir de seu depoimento e, sobretudo, da transcrição deste, que imaginamos seus percursos cotidianos quando a cidade ainda não existia. Uma outra especificidade é que, em seus mapas, Deligny trabalhava com um espaço curto de tempo, então seus traçados tentam dar conta de quantas vezes, de fato, a criança fazia determinado percurso, ou seus tempos de permanência em determinado lugar. No nosso caso, isso não era possível, porque imaginamos o movimento de Dona Vanda ao longo de um período de, pelo menos, duas décadas.

Júlia: Esse foi um dos dois mapas que fizemos manualmente. Usamos o mesmo desenho estilizado do traçado externo da Estrutural presente no mapa da Lia, apenas removemos o contorno do Distrito Federal, já que o enfoque era esse espaço mais reduzido. E, como Deligny, sobre a base impressa em papel couchê A4, colocamos um papel vegetal, foi nele que desenhamos, à mão, as linhas. No depoimento dela, percebemos muito a questão dos percursos, mas as referências às localidades em si são vagas, então nossa intenção foi nos ater aos seus movimentos. Nós queríamos dar uma forma visual à rotina dela, isso de pegar água no riacho, de ir trabalhar no Lixão...

Leila: O depoimento dela tem muito desse movimento mesmo: *o lixo foi jogando, e a gente acompanhando, o lixo foi jogando e a gente acompanhando*; ela ia caçar perto da área militar, tomava banho no córrego... uma prática espacial que quase sempre se dava *dentro* do perímetro onde hoje é a Estrutural – não tem muitas referências a localidades externas.

Júlia: Sim, por isso as mudanças que ocorriam dentro desse perímetro – como, por exemplo, do lugar onde SLU despejava os resíduos –, afetavam muito o cotidiano dela. Então, o que vemos de pontos nos mapas não fazem referência apenas a locais onde ela morou por um tempo, como ocorre no mapa da Dona Lia, mas sim a localidades às quais ela ia cotidianamente. Nós não hierarquizamos os locais narrados por ela, não usamos traços diferentes para atividades distintas, tudo faz parte da experiência espacial e temporal dela. Apenas a quantidade de linhas chegando ou partindo de determinado ponto indica uma frequência maior de vistas a um lugar, como acontece nos pontos que se referem às casas onde ela viveu, por exemplo.



IMAGEM 29 . BIANCHI, Júlia. *Estudo para o mapa de Dona Vanda I. Intervenção digital sobre imagem de satélite.* Fonte da imagem de satélite: GeoPortal-DF. Brasília, 2023.

Leila: Foi até um desafio lidar com tamanha fluidez; lembro que o primeiro desenho que fizemos ficou um pouco rígido demais, com um conjunto de pontos mais limitados. Não conseguimos imaginar com liberdade os movimentos da Dona Vanda pelo território. Depois começamos a tentar exercitar essa liberdade, imaginando que nem sempre ela percorria os mesmos caminhos, ainda que o cotidiano tenda a impor seus traçados de forma mais evidente.

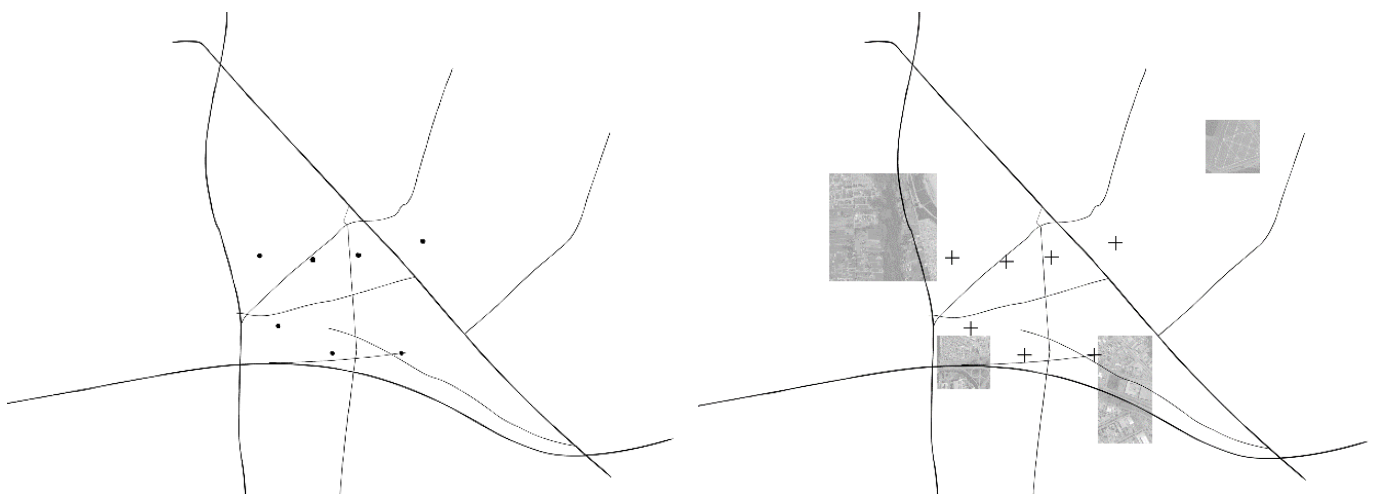


IMAGEM 30 . BIANCHI, Júlia. *Estudo para o mapa de Dona Vanda II. Montagem digital com imagens de satélite sobre desenho-base.* Brasília, 2023. Fonte das imagens de satélite: GeoPortal-DF.

IMAGEM 31 . BIANCHI, Júlia. *Estudo para o mapa de Dona Vanda III. Intervenção digital sobre desenho-base.* Brasília, 2023.

mapa da Dona Geralda

Júlia: Nós percebemos a Dona Geralda, através de seus depoimentos, como uma pessoa bastante metódica, muito cuidadosa com o lar. A importância que ela dá para o espaço físico, material da casa, fica muito evidente em sua narrativa, na ênfase que ela dá aos detalhes: a mesa que ela mesma projeta, a estante, as cortinas, a organização dos cômodos. Então nossa cartografia buscou trabalhar em cima dessa característica.

Leila: Nos inspiramos nas cartografias dos equipamentos de trabalho de seis vendedoras ambulantes que circulam pelo centro de Belo Horizonte, desenhadas por Vinícius Ávila e Wellington Cançado para o *Atlas Ambulante*.³¹ Os dois pesquisadores fazem dos objetos utilizados no ofício dessas profissionais – cuja engenhosidade passa quase despercebida ao olhar das transeuntes que cruzam cotidianamente seus caminhos –, um território a partir do qual se tece uma cartografia extremamente técnica. Gosto do preciosismo do desenho técnico quando utilizado, como o fizeram os pesquisadores, para apresentar às leitoras o modo de construção e funcionamento de objetos que, no geral, são percebidos e representados (quando o são), como objetos extremamente simplórios. Usamos a mesma lógica para cartografar os três barracos nos quais Dona Geralda morou na Estrutural antes de construir sua casa de alvenaria. Os dois últimos barracos, que foram projetados por ela – especialmente o último deles –, desafiam qualquer preconcepção de quem relaciona, automaticamente, a casa de madeirite à precariedade e escassez criativa e estética. Por isso, por não estarmos acostumadas a ver um barraco de madeirite representado dessa forma, a escolha de recorrer ao desenho arquitetônico técnico me parece ter sido tão acertada.

31 O livro, na verdade, inspirou toda a construção cartográfica deste capítulo, uma vez que ele nos apresentou possibilidades de representações visuais cartográficas das mais diversas. Concordamos, em especial, com a afirmação de Renata Marquez, uma das organizadoras do livro, de que as pessoas no geral, mas aqueles vendedores ambulantes em específico, “são sujeitos cartográficos que acrescentam à noção de sujeito-com-uma-história a história de sujeito-com-uma-geografia.” – afirmação esta bastante deleuzo-guattariana, inclusive. Cf. MARQUEZ, Renata; CANÇADO, Wellington (Orgs.). *Atlas Ambulante*. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas, 2011, p. 08.

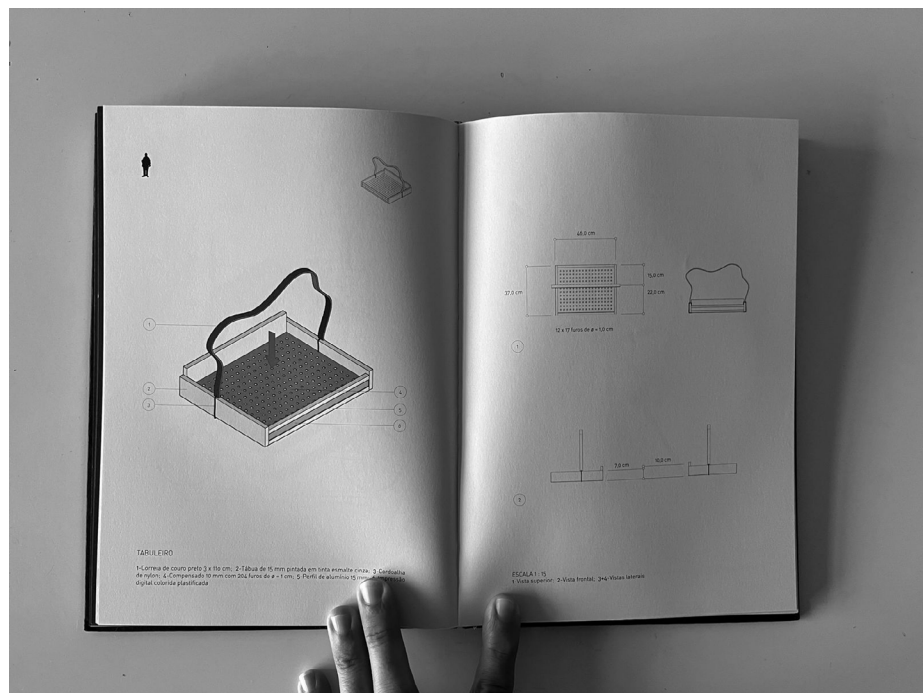


IMAGEM 32 . SAADS, Leila. *Um olhar sobre o Atlas Ambulante*. Fotografia digital. Brasília, 2024.

Júlia: A ideia foi desenhar os três barracos de forma mais técnica possível, partindo das informações disponíveis nos depoimentos. Optei por apresentá-los em escala, para tornar possível que a leitora faça uma comparação de tamanho entre eles. Por isso, o terceiro barraco foi impresso em uma folha A3, já que ele não caberia, nessa escala, em uma folha A4 – a não ser que o desenho do primeiro barraco fosse muito pequeno, o que impossibilitaria a leitura da imagem. Como também participei da segunda entrevista, consegui fazer perguntas bastante específicas para Dona Geralda, pedindo, inclusive, que ela desenhasse duas de suas casas, de modo que pudéssemos visualizar melhor a disposição dos cômodos nelas. Até chegar a esse resultado, eu e você circulamos por muitas ideias, variamos os tipos de plantas, as perspectivas, imaginamos partir de um só barraco, fazendo uma espécie de planta de demolição/construção... até que, finalmente, nos decidimos pelo desenho arquitetônico mais simples, que é a planta baixa. Começamos pelo primeiro barraquinho dela, trazendo nele itens narrados por Dona Geralda. O desenho é bastante típico da arquitetura, traz as cotas,

por exemplo, que evidenciam o tamanho dos itens dispostos em uma parede (janela, porta...), assim como o tamanho total dela. Dentro da planta, dispomos elementos que remetem aos modos como as pessoas ocupavam os espaços e ao cuidado que Dona Geralda demonstrou ter com seus locais de moradia. Esses são elementos que ajudam visualmente a leitora a entender a dimensão da casa, o seu tamanho, pois servem como pontos de referência, assim como o fazem as pessoas que desenhei nas plantas. Olhando agora, parece que essas escolhas deveriam ter sido um tanto quanto óbvias, mas demorou até chegarmos a essa forma, até porque tinha muito tempo que eu não fazia um desenho arquitetônico desse tipo.

Leila: Novamente inspiradas pelo *Atlas Ambulante*, trabalhamos com uma legenda numérica que destrincha, para a leitora, alguns elementos que estão dispostos nas imagens. Mas, diferentemente do que acontece no *Atlas*, optamos por construir os textos das legendas a partir de frases selecionadas nas transcrições dos depoimentos de Dona Geralda. Nós tentamos estabelecer, com isso, uma relação, ainda que mediada, entre a leitora e os detalhes que Dona Geralda partilhou conosco sobre as suas casas, trazendo certo “calor humano” para o desenho arquitetônico.

Julia: Também fazemos isso quando adicionamos aos desenhos os elementos que ela cita no depoimento, mas que não formam a parte estrutural da casa: o fogão de lata, a bacia, a lamparina, os tambores. Eles humanizam a frieza da planta baixa, mesmo que a gente recorra a uma representação gráfica técnica deles e de outros itens, como os armários, as portas, as janelas... também do que está sobreposto, como ocorre com a rede, por exemplo, desenhada como uma projeção.

Leila: Nós fomos mapeando esses elementos nas transcrições, para conseguir trazê-los para a cartografia dela. Lemos e releemos os depoimentos, separamos os trechos que remetiam a cada uma das casas, categorizamos e destacamos alguns itens como piso, revestimento externo e interno das paredes, banheiros, objetos etc. e os conectamos aos barracos aos quais se referiam. Em alguns momentos, nós nos confundíamos, colocávamos objetos da terceira casa na primeira, por exemplo, então estávamos sempre com a transcrição já mapeada aberta em nossa mesa de trabalho.

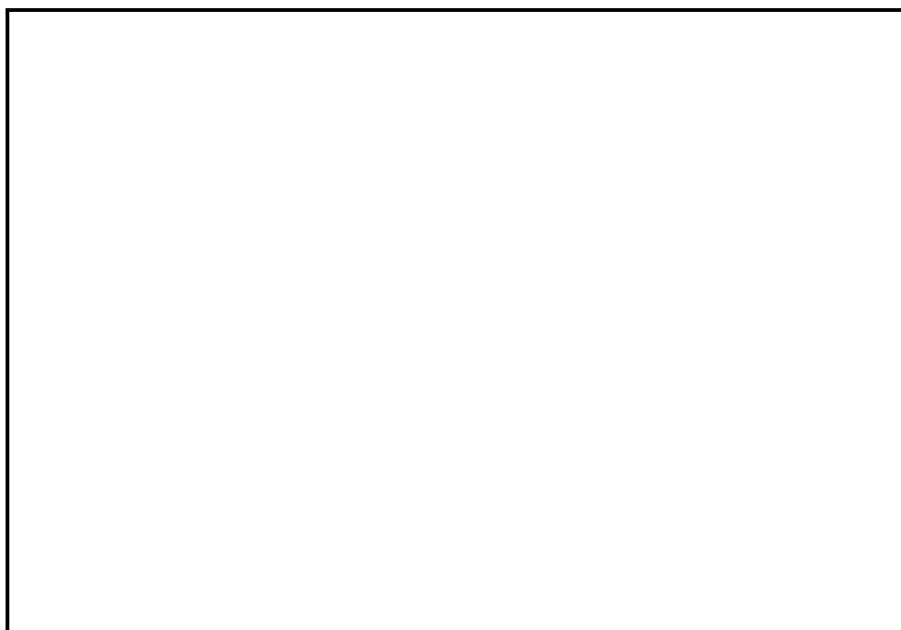


IMAGEM 33 . SAADS, Leila. *Mesa de trabalho*. Fotografia digital. Brasília, 2023.

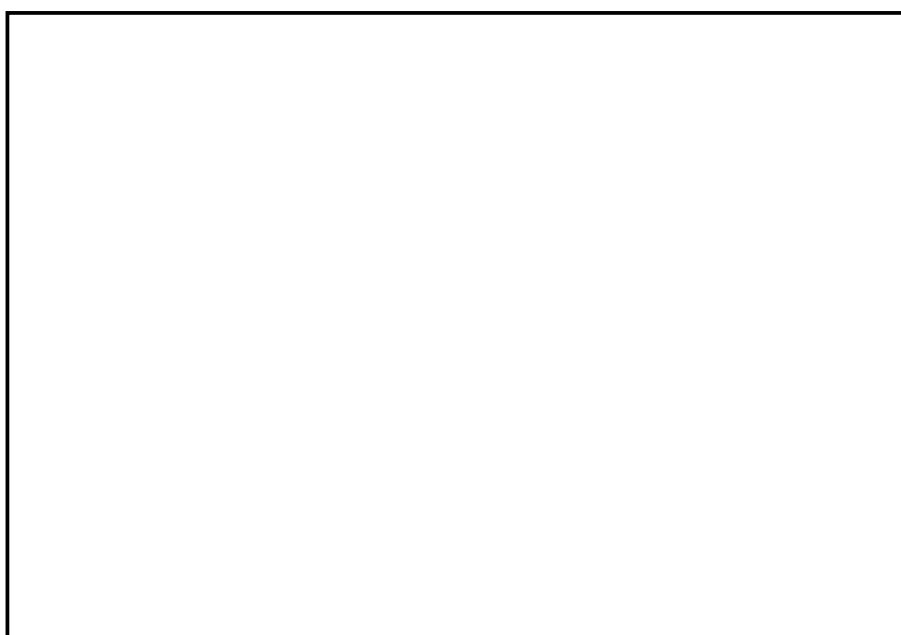
Gostaríamos de finalizar o texto e, por conseguinte o capítulo, chamando atenção para a aliança entre tempo e espaço que guiou a feitura dos mapas. Em nossas práticas, tanto o saber histórico foi percebido por nós como um elemento-chave para a produção dos mapas apresentados, quanto a prática cartográfica, aliada à dimensão técnica do mapeamento, foram reconhecidas e utilizadas em sua potencialidade historiográfica. Nesse sentido, esperamos que os mapas expostos no presente capítulo sejam lidos como produtos visuais de um intenso processo de análise e reflexão histórico-cartográficas que, apesar de terem como base as transcrições e transcrições de depoimentos orais, também travou diálogos constantes com um amplo leque de referências teórico-metodológicas, fontes históricas (como as imagens de satélite de diferentes épocas) e pesquisas publicadas sobre a Cidade Estrutural.



~1960-1990 | CATAÇÃO DE IMAGENS



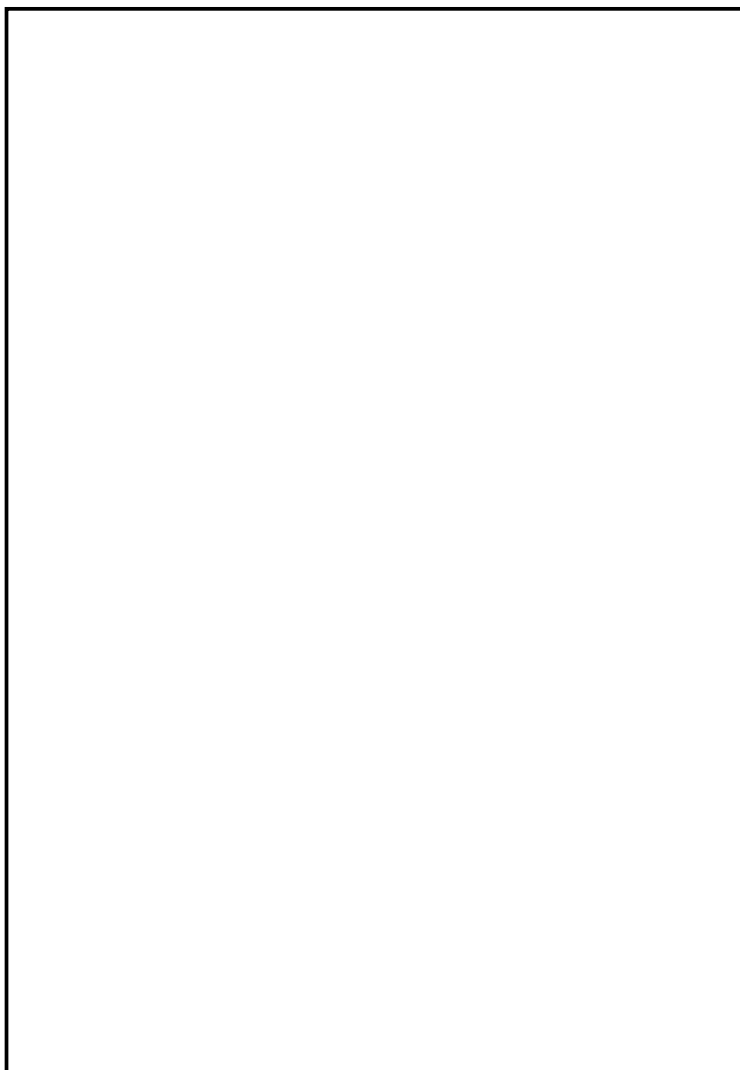
A República dos Miseráveis existe. É lá que o Serviço de Limpeza Urbana despeja diariamente o lixo recolhido dos lares brasilienses. À chegada de cada carro, um exército maltrapilho entra em ação. Diante da descoberta de algum objeto mais atraente, surge na boca do indivíduo um riso aberto, de felicidade, em pleno lixo.



O dia começa na República dos Miseráveis: o lixo chegou. Sempre acompanhados por cachorros, os miseráveis iniciam o terrível ritual de procurar no lixo um jeito (qualquer) de não morrer de fome.

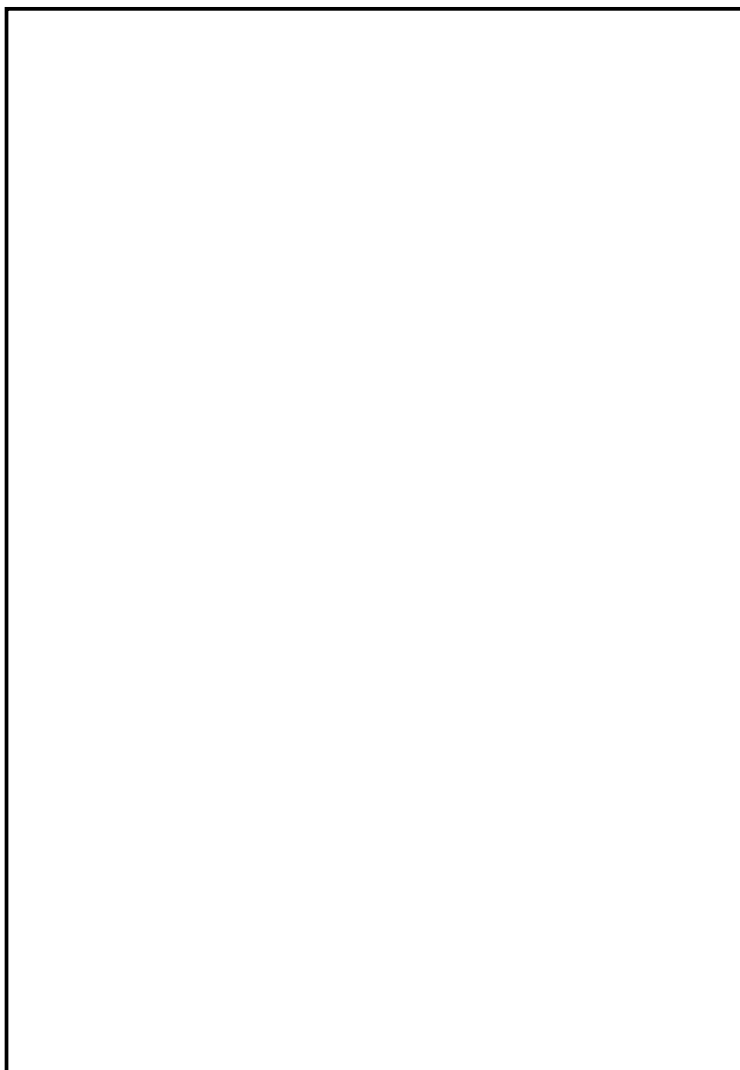
IMAGEM 34 . PEDROSA, Wilson. Fotografia publicada em: PANTOJA, Nelson. A República dos Miseráveis. Correio Braziliense, Brasília, 07 out. 1979. Caderno Cidade, Capa.;

IMAGEM 35 . PEDROSA, Wilson. Fotografia publicada em: PANTOJA, Nelson. A República dos Miseráveis. Correio Braziliense, Brasília, 07 out. 1979. Caderno Cidade, p. 21.



Os achados são guardados e até a capa de disco se aproveita.

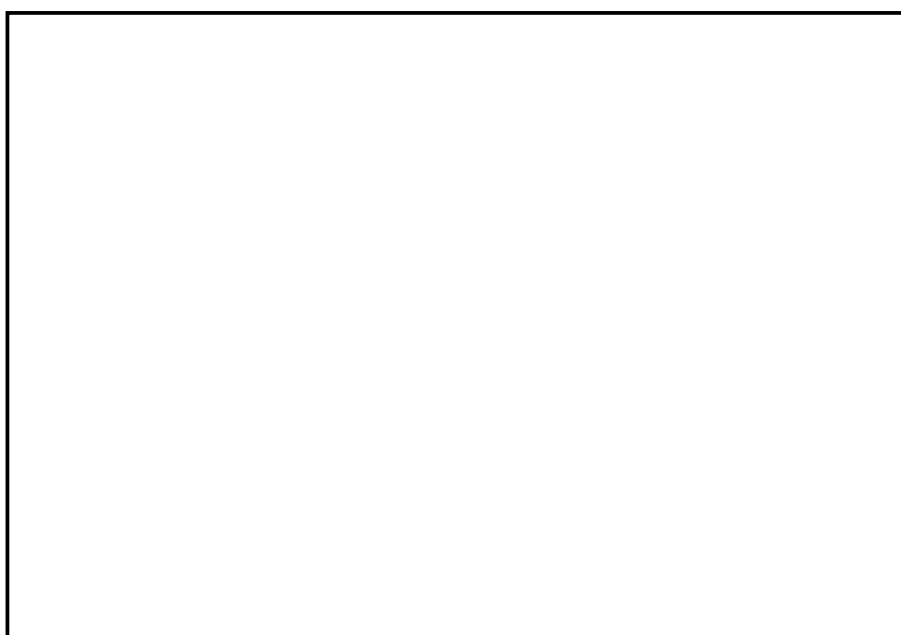
IMAGEM 36 . PEDROSA, Wilson. Fotografia publicada em: PANTOJA, Nelson. A República dos Miseráveis. Correio Braziliense, Brasília, 07 out. 1979. Caderno Cidade, p. 21.



Um colchão, mesmo velho, serve. Aliás, qualquer coisa serve.



Disputando entre si e com cães cada fragmento do lixo despejado no aterro, dezenas de pessoas travam ali uma batalha pela sobrevivência.



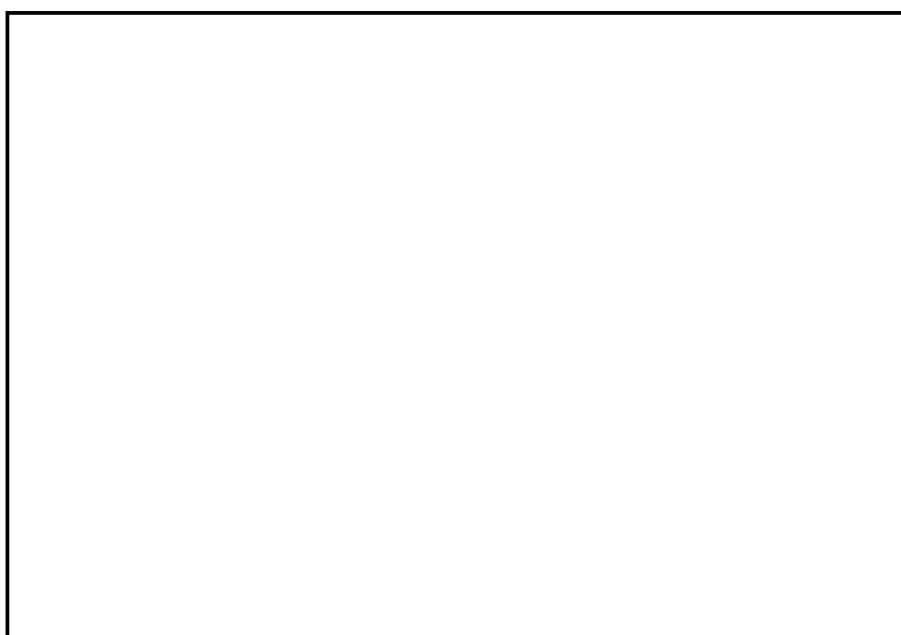
Misturados aos animais, os catadores conseguem algumas migalhas e assim vão sobrevivendo.

IMAGEM 38 . GUALBERTO, Francisco. Fotografia publicada em: DO PRECIOSO lixo de Brasília quase nada se perde. Correio Braziliense, Brasília, 27 fev. 1983. Cidade, p. 19.;

IMAGEM 39 . ALVES, Gilberto. Fotografia publicada em: CRUZ, Carmem. Produção de lixo doméstico é recorde nacional. Correio Braziliense, Brasília, 19 out. 1986, p. 33.



Alheias aos perigos que correm, as crianças formam o exército que vive à margem da sociedade.



Razão e instinto distinguem a relação com o lixo mantida por seres humanos empobrecidos e os animais, no aterro.

IMAGEM 40 . ALVES, Gilberto. Fotografia publicada em: CRUZ, Carmem. Produção de lixo doméstico é recorde nacional. Correio Braziliense.;

IMAGEM 41 . CAVALCANTE, Ivanildo. Fotografia publicada em: DE UM MONTE de lixo colherás o teu pão. Correio Braziliense, Brasília, 26 abr. 1989. Cidade, p. 21

Existe uma escolha ética em favor da riqueza do possível, uma ética e uma política do virtual que descorporifica, desterritorializa a contingência, a causalidade linear, o peso do estado das coisas e das significações que nos assediam.

Félix Guattari, 2012, p. 41

01

O VISÍVEL E O INVISÍVEL NAS IMAGENS DO LIXÃO

Apoiado sobre dois grandes sacos – daqueles enormes, tradicionalmente associados ao armazenamento e transporte de cebolas nas feiras – descansa um disco de Elton John. A imagem poética destoa de grande parte das fotografias da série *catadores de lixo*, produzida por Wilson Pedrosa para o *Correio Braziliense* em 6 de outubro de 1979 [Imagem 52]. Destoa também, e principalmente, do tom da reportagem escrita por Nelson Pantoja e publicada pelo mesmo jornal um dia depois e cujo título, *A República dos Miseráveis*, já nos sugere qual o tom escolhido para descrever a vida e as pessoas que habitavam as cercanias do principal lixão de Brasília à época.¹ A fotografia foi publicada junto a outras cinco – se contarmos com a imagem que acompanhou a chamada de capa da reportagem –, e é quase como um soluço, uma gagueira, uma quebra rítmica na visualidade do cotidiano do Lixão criada pela articulação entre imagens e textos ali apresentada.

Quem colocou a capa daquele LP ali – se o próprio fotógrafo ou alguma catadora de material reciclável – nos é impossível saber. Na legenda alguns indícios, inconclusivos: “Os achados são guardados e até capa de disco se aproveita”. *Até a capa do disco se aproveita. Se fragmentos de cabos de cobre, restos de caixas de papelão, latas de extrato de tomate são reciclados, por que o aproveitamento de uma capa de disco surpreende? O cuidado no posicionamento da capa do LP, a escolha do fotógrafo em retratá-la e a decisão editorial de publicá-la em meio às demais imagens da reportagem – cujos montes de lixo e os corpos negros das catadoras durante o trabalho sob o sol forte apresentam-se como motivos principais – sugerem um ruído na relação entre a legenda e a imagem. Há algo que não se encaixa.*

Não, não é o aproveitamento da capa do disco que surpreende, mas sua existência ali, naquele lugar privilegiado, habitando o topo dos sacos repletos de material para venda, o centro focal da imagem. Não há nenhuma pessoa retratada nela, ainda assim esta é a fotografia que carrega o elemento mais humano dentre toda a visualidade produzida por esta reportagem sobre a vida e o trabalho no Lixão. É quase como se o fotógrafo – o olho externo – tivesse catado ali, no meio daquela paisagem que possivelmente lhe era quase inapreensível, um traço de semelhança; algo que o conectasse – e, por extensão, conectasse as leitoras do jornal – a este *outro* absoluto apresentado e construído pelos demais elementos da re-

portagem. Gesto de reconhecimento e aproximação interrompidos pela legenda; ela retira qualquer simbolismo do lugar reservado ao elemento artístico captado pela fotografia de Pedrosa, para restituí-lo ao lugar óbvio do resto, para reduzi-lo a um objeto que só poderia ter valor em um ambiente definido pela pobreza. A capa do disco, cuidadosamente selecionada e apresentada, torna-se, então, mais um retrato da escassez.

Não há espaço para aproximação no retrato do Lixão e de suas habitantes delineado por Nelson Pantoja em seu texto – nele, as palavras reafirmam seu imperativo sobre as imagens. A entrada das catadoras no enredo traçado por ele, evidencia o papel que lhes cabe na narrativa do repórter: “Quando os caminhões do Serviço de Limpeza Urbana despejam os entulhos, sorrindo, correm para os monturos como urubus para a carniça, à procura do pão que o diabo amassou.”. Ainda que ostentem nomes próprios, o que define as habitantes da ocupação é a escassez e a miséria: “Joana Amorim Paz Bandeira é outra miserável. Vive na república com o marido e os filhos, todos miseráveis.”; elas não moram, mas se escondem: “de manhã, cedinho, eles saem dos esconderijos. Comem o resto de qualquer coisa e vão para o trabalho”; e a vila onde vivem, “é tão grotesca quanto surrealista. Daria uma obra-prima para qualquer Salvador Dali da vida.”.

É, no entanto, no descompasso entre a voz do repórter e os lampejos de cotidiano que emergem dos pequenos fragmentos de falas das moradoras apresentados na reportagem, que podemos inferir que, segundo as catadoras e suas famílias, a vida na vila próxima ao Jóquei Clube não tinha a escassez como o elemento definidor. O trecho da entrevista com Maria Helena Antônia da Conceição, publicado pelo jornal, por exemplo, revela uma relação com o trabalho e o cotidiano bastante distinta daquela desenhada por Pantoja: “Eu vivo aqui há muito tempo. E acho que vivo bem. Vivo bem, sim. Não reclamo, não. Tenho meu barraco, vivo sozinha e ninguém me perturba. Os que moram lá nos barracos são pessoas quietas, boas amigas. Não mexem com ninguém e ficam com raiva quando chega um estranho para bisbilhotar. Ninguém aqui gosta de quem não é da gente. Nós só temos uma ideia: viver em paz ao nosso modo!”.

Ninguém aqui gosta de quem não é da gente. A afirmativa direta de Maria Helena parece não ter influenciado a continuidade da visita da equipe do *Correio Braziliense* ao Lixão e à vila localizada em suas proximidades. Aparentemente, para o repórter, a desconfiança das moradoras era uma questão que envolvia apenas quem não queria ser vista, mas que em nada tinha a ver com os olhos que viam. Em outras palavras, o gesto de afastar quem vinha de fora seria, para Pantoja, fruto de uma dinâmica interna da própria comunidade. Um gesto que não se relacionava em nada ao modo como o observador externo adentrava, analisava e territorializava um cotidiano que não era o seu, mas sobre o qual já possuía imagens bem sedimentadas. O campo, para Pantoja, parece ter servido apenas para confirmar o que ele já conhecia, aquilo que poderia ser apreendido em uma só mirada. Não há encontros – mas constatações; tampouco diálogo, já que este, para que ocorra, pressupõe também uma abertura para a escuta. O descompasso entre as falas das moradoras transcritas na reportagem e a visão do repórter sobre a vida delas, é um sintoma da comunicação falha – a moradora diz algo, mas o repórter *escuta aquilo que ele vê com os seus olhos.*

Esta análise poderia soar simplista não fosse o próprio texto de Pantoja oferecendo inúmeros elementos que a sustentam. Por exemplo, no texto que acompanha a chamada para a reportagem na capa do jornal, lê-se: “Diante da descoberta de algum objeto mais atraente, surge na boca do indivíduo um riso aberto, de felicidade, em pleno lixo. Na República dos Miseráveis todos são arredios (fruto talvez da imensa concorrência entre cada componente do grupo), mas diante de uma análise mais profunda revelam-se, abrindo ao observador um mundo inacreditável.” O tom antropológico exotizante e distanciado do texto não deixa dúvidas: há um abismo entre o mundo do repórter e aquele “dos miseráveis” e não se intenta construir ponte alguma entre eles – o repórter analisa o outro na segurança de seu próprio mirante.² Mas as moradoras resistem ao olhar deste que também é um outro – embora falhe em ver a si mesmo como tal –, como nos narra o próprio jornalista no trecho a seguir:

Para se chegar aos barracos é um pouco difícil, pois só quem conhece os sinuosos caminhos abertos no cerrado são os miseráveis. E eles não gostam e mostram isso claramente, de abelhudos. Quando descobriram a máquina fotográfica, se esconderam no mato. Sumiram de repente e ficavam assoviando como se estivessem preparando um ataque aos intrusos. Não se aproximaram de maneira nenhuma, embora soubessem que não era a polícia que estava ali. Ficaram por mais de uma hora no mato, olhando todos os gestos dos intrusos, dos invasores que descobriram

sua república. “Vão embora, miseráveis. Deixem a gente em paz. Vocês só aparecem para atrapalhar a nossa vida”. Os gritos começaram a surgir e eles, depois de algum tempo, se aproximaram. Ficaram de longe olhando, desconfiados e, por mais que se insistisse, não abriram a boca para dizer uma palavra.³

Sabemos que jornalistas, por vezes, colocam suas palavras em aspas apresentadas como sendo de suas entrevistadas. Ainda que esse tenha sido o caso, é interessante que o adjetivo “miseráveis” tenha aparecido no texto partindo também da boca das próprias moradoras ao se referirem aos repórteres – o que soa quase como uma ironia. Ao que parece, a presença dos jornalistas ali não tinha valor algum – e as moradoras e trabalhadoras do local não faziam questão de esconder isso. Outros gestos de desprezo ou resistência ao olhar das jornalistas sobre o Lixão podem ser percebidos no modo como algumas das trabalhadoras do local se faziam visíveis no momento de produção das fotografias. É o caso, por exemplo, de um senhor, a quem vemos direcionar um gesto obscuro para a câmera de Gilberto Alves em imagem produzida no mesmo Lixão, em 17 de outubro de 1986 [*Imagem 58*]. No entanto, ao compararmos as fotografias disponíveis no acervo do Centro de Documentação do Correio Braziliense – Cedoc, àquelas efetivamente impressas nas páginas do periódico, é possível notar a pouca inclinação do jornal para publicar imagens nas quais as pessoas retratadas “recusam os termos da visibilidade que lhes eram impostos”.⁴ Aos gestos dissidentes, portanto, destinou-se o silêncio de um arquivo no qual milhares de imagens repousam distantes do olhar do público.

Aqui cabe um parêntese: em 2011, ainda na graduação, fui estagiária do Cedoc, período no qual a grandeza do jornalismo impresso no Brasil dava seus últimos suspiros. O Cedoc vivia ainda um bom momento, embora a tendência a aprofundar a capitalização do acervo já estivesse em curso. Éramos ali cinco estagiárias e quase duas dezenas de funcionárias: historiadoras, arquivistas, linguistas, jornalistas bem como representantes de outras especialidades. Além de armazenar e preservar documentos institucionais e todas as edições publicadas do *Correio Braziliense* desde sua primeira edição, de 21 de abril de 1960, o Cedoc possui um enorme acervo imagético; nele se encontram não apenas as fotografias exibidas nas páginas do periódico, mas também negativos e séries de imagens produzidas pelas fotógrafas em

suas saídas de campo e que nunca foram publicadas. Apesar do volume e da importância histórica do material ali armazenado, ter acesso a ele não é tarefa fácil. Hoje a equipe do Cedoc está reduzidíssima e atende, basicamente, à redação do jornal. Diante de tal configuração, agendar uma visita ao local só me parece ter sido possível devido à existência de um vínculo anterior com a instituição, bem como ao compromisso expresso por mim via e-mail de pagar pelas fotografias que de fato fossem publicadas na tese. Se antes uma das funções do Centro era “interagir com a comunidade, ampliando a sua função social e possibilitando o acesso ao conteúdo do jornal”,⁵ hoje qualquer contato do público externo com o Cedoc é mediado pela empresa que faz a comercialização do acervo, a D.A. Press. Diante de tantos entraves, foi apenas depois de quase dois meses de tentativas e insistência que o acesso às fotografias que integram o presente capítulo se fez possível.

Já o Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF, apesar de disponibilizar seu acervo ao público de forma gratuita, por ser um arquivo organizado e mantido pelo Governo do Distrito Federal – GFD, possui como foco a conservação de uma documentação majoritariamente institucional, o que restringe a diversidade de olhares e das temáticas encontradas no material ali disponível quando em comparação com as reportagens realizadas pelo *Correio Braziliense*, por exemplo. Embora seja possível encontrar imagens de ocupações irregulares existentes já na época do rito de inauguração de Brasília, grande parte do acervo imagético tem como objeto do olhar da câmera aquilo que o governo gostaria de mostrar: a Brasília projetada, as cidades-satélites legalizadas etc. A ocupação que se desenvolveu próxima ao Lixão do Jóquei, por exemplo, alvo do interesse do presente trabalho, não recebeu ali menção até pelo menos a década de 1990. No entanto, como as páginas a seguir pretendem demonstrar, o silêncio de um arquivo tem muito a nos dizer. Afinal, como alertou Saidiya Hartman, em trecho já reproduzido no prólogo desta tese, quem se dedica a historicizar as experiências da multidão, “se vê tendo de enfrentar o poder e a autoridade dos arquivos e os limites que eles estabelecem com relação àquilo que pode ser conhecido, à perspectiva de quem importa e a quem possui a gravidade e a autoridade de agente histórico.”⁶

Em comparação com o acervo do ArPDF, o Cedoc tem a possibilidade de ofertar às pesquisadoras um universo imagético sobre o Distrito Federal consideravelmente mais di-

verso, embora não ausente de vieses e vícios editoriais. O acesso às imagens não publicadas produzidas para as reportagens que aqui analisei, me permitiu perceber que alguns fotojornalistas, mesmo que discretamente, por vezes se distanciavam das tendências editoriais do jornal, construindo visualidades que nos permitem entrever fragmentos do cotidiano das catadoras, mesmo que não fosse essa a intenção da visita jornalística ao aterro; são desvios que raramente ganhavam espaço nas páginas do Jornal e que, se o fizessem, tinham seus rumos consertados pelas legendas que lhes acompanhavam. Estas, como descreveu Saidiya Hartman, transformavam “as fotografias em imagens morais”, ampliando a pobreza, classificando a desordem, indexando assim a vida do pobre – como pode ser percebido nas imagens esvaziadas que abrem o presente capítulo.⁷ A possibilidade de fomentar a diversidade de olhares sobre as primeiras décadas de existência do Distrito Federal e de Brasília, entretanto, não passa de pura potência, uma vez que o arquivo do Cedoc se encontra sob a tutela de uma empresa privada que visa lucrar com o material ali reunido e que, na prática, dificulta o acesso a ele.

Embora o texto de Nelson Pantoja, em articulação com as imagens selecionadas para acompanhá-lo, apresente um cotidiano estereotipado da vila, a série de fotografias produzidas por Wilson Pedrosa, é a mais sensível dentre as que encontrei no acervo do Centro de Documentação do *Correio Braziliense*. É a única delas que explora, ainda que timidamente, a espacialidade e a circulação das moradoras da ocupação para além do ambiente do Lixão, por exemplo. Em uma dessas imagens, duas mulheres caminham equilibrando caixas e latas sobre suas cabeças [*Imagem 57*], percorrendo os “sinuosos caminhos abertos no cerrado”, como descreveu o próprio Pantoja. Apesar de sua beleza, a fotografia não foi publicada pelo jornal. Aquela escolhida para acompanhar a matéria mostra, em primeiro plano, as mesmas duas mulheres; mas agora, ao invés do poético movimento dos corpos sincronizados deslocando-se pelo cerrado, encaramos dois rostos cansados – as expressões franzidas de quem suporta sobre si um sol forte. Atrás das duas, inclementes, erguem-se pilhas e mais pilhas de lixo. Outra fotografia não publicada mostra um cachorro descansando sob a sombra de uma caixa de papelão vazia transmutada em abrigo. Em mais três delas, vemos colchões e proteções contra o sol confeccionadas com lonas e papelão, sugerindo serem estes espaços

de descanso utilizados nos intervalos do trabalho. Dentre as cinco fotografias publicadas na reportagem, apenas duas não mostram diretamente o Lixão: a do disco [*Imagem 52*] e uma segunda [*Imagem 54*] que retrata um colchão em meio aos materiais selecionados para reciclagem. A legenda, no entanto, mais uma vez afasta a leitora dos sentidos possíveis que poderiam atravessar a imagem para além da escassez e da pobreza: “um colchão, mesmo velho, serve. Aliás, qualquer coisa serve.”, descreve Pantoja.

Em uma das fotos não publicadas pelo jornal [*Imagem 53*], Pedrosa se utiliza de um plano mais aberto, captando com maior amplitude aquele que parece ser o espaço de descanso das trabalhadoras. Apesar de levemente desfocada, e do contraste muito intenso entre luz e sombra – já que, provavelmente, a foto foi tirada em um momento de sol alto –, um olhar mais atento é capaz de perceber a presença de elementos explorados por ele em outras fotografias da série. É o caso do disco do Elton John, que descansa quase no centro da imagem, ou aquela parece ser uma cobertura contra o sol apoiada em algumas árvores, mais ao fundo e à direita da imagem, presente também na fotografia do colchão. As grandes latas de alumínio sugerem que este, para além do descanso, era também um espaço utilizado para as refeições, já que recipientes do tipo serviam como pequenos fogões, como conta Dona Vanda, em entrevista ao Ponto de Memória da Estrutural: “a comida nós fazia numa lata dessas de 20 litros; furava ela, fazia um fogão e ali nós cozinhava, ali nós pegava lenha e fazia a comida”.⁸

A possibilidade de ampliar o nosso olhar sobre este espaço a partir do gesto de abertura de Pedrosa, reorganiza nossa percepção acerca do significado da presença de uma capa de disco ali. Este se mostra cada vez menos um elemento colocado em cena pelo próprio fotógrafo – como uma análise restrita à imagem publicada pelo jornal poderia fazer crer – e mais um objeto decorativo, sugerindo uma relação das trabalhadoras com o espaço que ultrapassa seus usos funcionais. Infelizmente, nem as fotografias de Wilson Pedrosa, nem aquelas tiradas por outros fotojornalistas ao longo das décadas de 1970 e 1980 que consegui mapear, retratam os espaços destinados às moradias das pessoas que habitavam as cercanias do Jôquei Clube. Esse silêncio evidencia que o cotidiano, o dia a dia da vida das moradoras dessa ocupação, não era alvo do interesse das reportagens. Estas, centravam-se quase que exclusivamente no trabalho de coleta no Lixão. As fotografias refletem essa escolha edito-

rial, já que as pessoas, no geral, aparecem nelas como parte de uma paisagem desolada por definição, na qual animais humanos, não-humanos e montanhas de lixo parecem feitos da mesma substância.

02 O QUE NOS DIZ O SILÊNCIO DE UM ARQUIVO

“Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande futuro. – 2 de outubro de 1956, Juscelino Kubistchek de Oliveira.”⁹ É com esta frase que Nelson Pantoja inicia a reportagem que aqui estamos analisando. A frase de JK contrasta em absoluto com as fotografias, os títulos e, em especial, com a descrição da chegada do caminhão de lixo ao Lixão – feita no parágrafo seguinte à citação. Não há transição entre a visão de futuro idílica de Juscelino e a realidade das catadoras que “correm para os monturos como urubus”, separadas apenas por uma quebra de parágrafo. O contraste brutal funciona como uma ironia, apresenta a capital federal materializada como o oposto do sonho, fazendo do lixo a metáfora perfeita para representar a visão de um futuro que fracassou. Talvez tenha sido exatamente esta incompatibilidade entre as imagens de futuro projetadas sobre a cidade moderna e a existência dos lixões e de pessoas que trabalhavam neles, que tenha tornado tão difícil encontrar fontes produzidas na primeira década de existência de Brasília que nos falassem desses espaços – ainda que, como bem sabemos hoje, poucas coisas definam melhor o moderno do que suas sobras e restos.¹⁰ Durante a década de 1960, tornava-se imperativa a necessidade de lidar com os contrastes cada vez mais explícitos entre “o moderno e o arcaico” na cidade que se consolidava, e a existência de lixões em plena capital moderna não contribuía para a imagem que se queria projetar dela.¹¹

O Jornal *Correio Braziliense* seguia essa tendência. Durante a década de 1960, o periódico concentrava suas reportagens acerca do destino final do lixo da capital sob a égide de um tópico: “a primeira usina de industrialização de lixo do Brasil”,¹² “a única que transforma lixo em dinheiro”¹³. Não que o jornal não tecesse suas críticas a questões relativas à limpeza urbana na capital ou aos depósitos clandestinos de lixo que se espalhavam por seu território.

Mas as críticas concentravam-se, no geral, aos problemas visíveis no espaço urbano, como resíduos que se acumulavam pelas ruas, descuido no descarte do lixo por parte das moradoras ou falha na coleta deste. Seu destino oficial e final, na primeira década de existência da capital, entrava em pauta apenas quando o assunto era a usina de industrialização do lixo – que produzia um composto orgânico usado como adubo a partir de tratamento dos resíduos sólidos produzidos na cidade. A associação entre a usina e a modernidade da capital, voltada para a construção de um futuro grandioso através do uso irrestrito da técnica e do saber racional e científico, perpassa todo o argumento dessas publicações. Em uma coluna não assinada de 1963 – espécie de editorial do jornal –, por exemplo, lemos:

Está em pleno funcionamento em Brasília uma usina de industrialização de lixo, a única existente na América Latina. Adquirida no Governo do sr. Juscelino Kubistchek, sua produção é da ordem de 3 toneladas por hora. Trata-se, inegavelmente, de uma alta conquista da tecnologia contemporânea, e a instalação desta usina em Brasília vem definir que a Capital do país está projetada em direção ao futuro. Plantada no centro físico do continente ibero-americano, a mais insinuante cidade do mundo teria de ser a revelação do século em que vivemos, de modo a atestar as dimensões do gênio criador do homem brasileiro. Os que se vinculavam ao romantismo improdutivo, e ousavam tumultuar o processo de interiorização da sede do País, já compreenderam ser infrutífera a tarefa de opor obstáculos a uma obra que consulta, da forma mais clara, os interesses da nacionalidade.¹⁴

A necessidade ainda latente de justificar a existência de Brasília, nesse período de consolidação da cidade, e de reafirmar seu papel de inauguradora de um grandioso futuro para o país, pode estar relacionada com a inviabilização da existência dos depósitos de lixo da capital no periódico. Depósitos estes que, ao que tudo indica – e como veremos mais adiante –, recebiam resíduos de caminhões de lixo do Serviço de Limpeza Urbana – SLU, já na década de 1960, ou seja, faziam parte do escoamento regular do lixo no DF. Na primeira visita que fiz ao ArPDF no doutorado, diante da dificuldade em encontrar fontes sobre a ocupação próxima ao Jóquei – já que a Cidade Estrutural só começa a aparecer no acervo a partir de 1990 –, uma funcionária que estava me auxiliando me explicou: “aqui é um Arquivo Público, então nossas fontes têm uma especificidade. Elas são, no geral, oficiais. É provável que o governo não quisesse registrar um lixão, não era uma imagem que eles iriam querer mostrar.”¹⁵

O interessante é que, tanto no acervo do ArPDF quanto nas reportagens do *Correio Braziliense* da época, multiplicam-se imagens sobre ocupações irregulares no Distrito Fe-

deral. Neste último, no geral, as ocupações aparecem associadas à ideia de promiscuidade e marginalidade e, também, a um processo desumanização de suas moradoras fomentado pelas condições de vida nesses locais, como na reportagem intitulada “Crianças vivem como animais na parte triste de Brasília”, de 1960.¹⁶ Já sobre as ocupações próximas aos depósitos de lixo do DF, pouco se encontra. No entanto, ao olharmos mais atentamente algumas notas, colunas ou reportagens mais discretas publicadas pelo jornal, é possível ir colecionando indícios de que o tratamento dispensado ao lixo na capital nem sempre combinava com a modernidade de sua arquitetura.

Em março de 1965, por exemplo, foi publicada uma pequena nota sobre três crianças atendidas pelas equipes de saúde do Hospital Distrital, suspeitas de envenenamento. Segundo a nota, uma laranja envenenada foi “dada por um carroceiro nas proximidades do depósito de lixo em Taguatinga, onde os mesmos se encontravam procurando ferro, lataria e outros objetos no intuito de vendê-los e ajudar seus pais.”¹⁷ Mais tarde, já na década de 1970, o depósito de lixo de Taguatinga e a ocupação que crescia ao seu redor viriam a ser temas de uma série de grandes reportagens publicadas pelo mesmo jornal. Outra nota, dessa vez publicada em 1962, na *Coluna do Leitor*, trata de uma solicitação do Sr. Geraldo, morador da Cidade Livre, que “voltou à nossa redação, a fim de, mais uma vez apelar para as autoridades competentes no sentido de se revogar a ordem que lhe proíbe apanhar papéis velhos no depósito de lixo da PDF.”¹⁸ São pequenos indícios, discretos e não oficiais, que apontam para a coexistência entre uma solução para o lixo considerada moderna – a industrialização – e, portanto, publicizada uma vez que adequada à imagem da nova capital, e outra vista como ultrapassada, utilizada em tantas cidades nada modernas pelo Brasil e o mundo – os depósitos de lixo.

Já no ArPDF, encontrar estes vestígios mostrou-se mais difícil. No fundo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, entre contratos, projetos, ordens e boletins de serviço e anúncios de licitações que me pareceram intermináveis, busquei qualquer fragmento de texto que me apontasse uma data provável de mudança do lixão que existia no Cruzeiro, para uma nova área nas cercanias do Jóquei – como Dona Vanda afirma ter ocorrido: “esse Lixão era lá nas Forças Armadas, ali no Cruzeiro. Onde é o Hospital das

Forças Armadas era o Lixão *daqui*, era *esse* Lixão. [...] Aí depois esse lixo saiu de lá e veio pra aqui. E minha mãe veio acompanhando com nós.”¹⁹

Dona Vanda não nos apresenta muitas datas em seu relato – compreensível, afinal, a rememoração percorre caminhos que transbordam as cronologias e os calendários. Nesse sentido, colocar à prova suas memórias, ou as memórias das outras mulheres que compartilharam suas histórias com o Ponto de Memória, seria, justamente, desviar o foco daquilo que elas têm de mais enriquecedor do ponto de vista historiográfico: suas experiências – coisa que um *Boletim de Serviço da Novacap* dificilmente torna acessível. Como nosso interesse, no presente capítulo, está em buscar os rastros do lixo para compor e apresentar imagens possíveis da vila que se desenvolveu nos arredores do Jóquei, trataremos de seguir as pistas deixadas pela fala de dona Vanda para tentar localizar no tempo – ainda que de forma frágil – a transferência do lixão, considerada por muitas pessoas o ponto inicial da história da Cidade Estrutural.

De acordo com o site do Ministério da Defesa, a construção do Hospital das Forças Armadas iniciou-se em dezembro de 1964, sendo concluída em 1972.²⁰ No mapa-base de 1964, disponível no GeoPortal [*Imagem 42*], é possível perceber que o lote destinado ao hospital já estava bem demarcado no período, sugerindo que a mudança de algum lixão que pudesse ter existido ali, no momento de produção da imagem, já havia ocorrido. Não há, no portal, imagens de satélite anteriores a esse ano. Juan Fernando Orrego, analisando o mesmo mapa-base em sua dissertação, chegou à conclusão de que é improvável que houvesse um lixão funcionando na área do Jóquei em 1964, visto que não existem, nos registros visuais aéreos, provas de sua existência – embora seja possível perceber nas imagens “o traçado de alguns caminhos que até hoje permanecem e que coincidem com os limites do lixão com o Parque Nacional de Brasília e com a Vila Estrutural.”²¹ Já o mapa-base de 1975 [*Imagem 43*], mostra o Lixão bem estabelecido, o que sugere, ainda segundo Orrego, “que a implementação do depósito de lixo se originou em finais da década de 1960, principalmente devido à extensão que apresenta a área.”²² No entanto, de acordo com o depoimento de Dona Vanda, a área destinada a receber o lixo dos caminhões variou muito ao longo da década de 1960:

[Entrevistadora:] E Dona Vanda, e onde que era [o Lixão]... não é nesse local de agora né...

[Dona Vanda:] Não, não é não... Era lá perto duma lagoa, lá perto do quartel do exército. Começou a jogar ali – era um tal de Buracão. De lá andou por ali, onde é o automóvel [Cidade do Automóvel]. O lixo já andou por ali tudinho, porque nós andou por ali tudo trabalhando nesse lixo. Dali veio, chegou perto da lagoa e parou. Jogou lá do outro lado acolá e veio jogando... Veio pro Jóquei Clube, e nós acompanhando. Daí do Jóquei Clube só tinha um caminho; aqui não tinha nada de asfalto, não tinha Estrutural, não tinha nada. [...] Só nessa parte, que nós tá aqui, que eles não jogaram lixo. Mas daqui pra lá é tudo aterro, tudo tem lixo.²³

Afirmção semelhante, acerca da errância no despejo do lixo na área, foi feita por Suzano em entrevista concedida também ao Ponto de Memória da Estrutural: “Quando eu comecei a trabalhar aqui [em 1978], o lixo era jogado bem perto de onde agora é o Setor de Oficinas, depois ele foi pra onde é a Quadra 12, depois foi andando mais pra trás até chegar ali onde agora é o Setor de Chácaras Santa Luzia. Inclusive, onde construíram esse colégio aqui [o CED 01 da Estrutural] – tem uns 30 metros de lixo pra baixo.”²⁴ Alguns lugares elencados por Suzano neste trecho, à exceção da escola, coincidem com aqueles identificados na *Imagem 49* como “áreas de antigos depósitos de lixo”.

A incipiência do despejo de resíduos no local, ainda na década de 1960, assim como o constante caminhar do lixo, podem ter resultado na impossibilidade de torná-lo rastreável nas imagens de satélite de 1964, embora manchas claras já estejam ali visíveis. Já nas imagens de 1975 é possível perceber uma larga área com feições de terra exposta [ponto 3 do mapa], correspondendo ao local onde ficavam antigos depósitos de lixo da região [ver *Imagem 49*]. Ainda que as imagens de 1975 apontem para a proeminência da utilização como depósito de lixo da área mais visível no mapa, é importante operar um cruzamento entre fontes para entendermos as práticas espaciais que perpassam o histórico do despejo de resíduos na região. Tanto Suzano quanto Dona Vanda ressaltam em seus depoimentos a volatilidade dos locais usados como depósitos de lixo por ali – prática esta que, segundo o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental da Vila Estrutural – EIA/RIMA-Estrutural, podia ser vista também no início dos anos 2000.²⁵ Até 1972, inclusive, não havia sequer o *Plano Diretor de Limpeza Urbana do DF*, este esforço de sistematização das operações do SLU só foi publicado, portanto, 12 anos depois do rito de inauguração de Brasília.²⁶

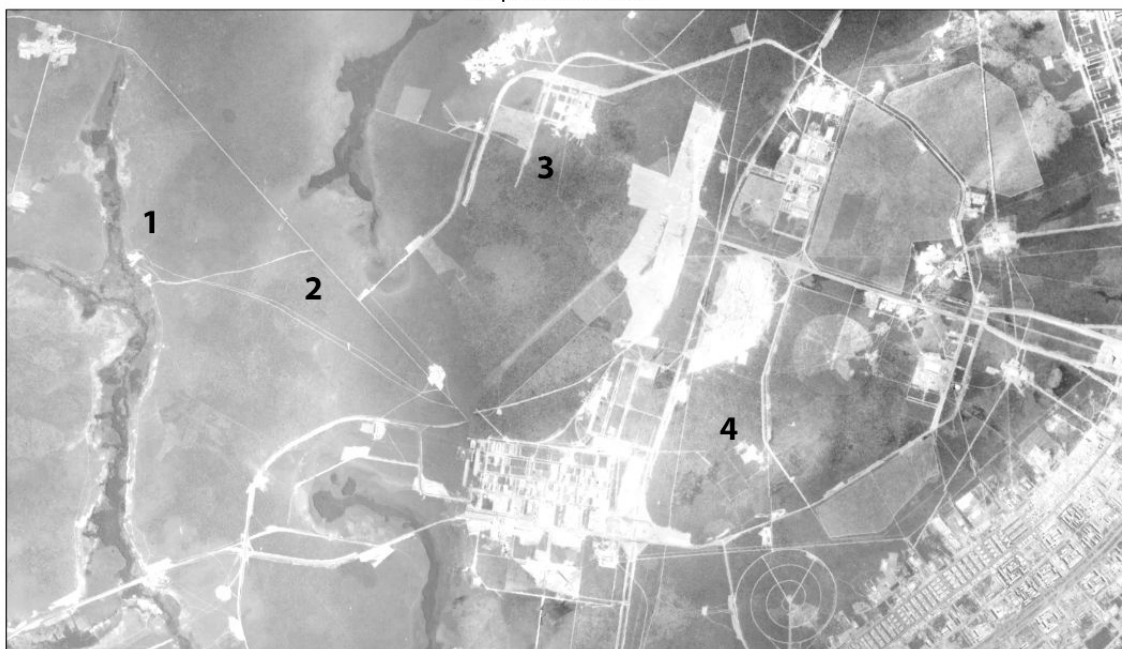
Dentre todas as fontes pesquisadas, foi justamente neste documento que encontrei a primeira menção escrita ao Lixão do Jóquei; seu nome aparece em um cartograma que identifica as distâncias entre os núcleos urbanos do DF e seus respectivos locais de despejo de lixo [Imagens 47 e 48]. Nele, o *Jóquei Clube* é citado como um dos destinos dos rejeitos recolhido na Asa Sul, Asa Norte, Guará e Núcleo Bandeirante. Além deste, outros três lixões do DF aparecem assinalados no documento: o de Taguatinga, Sobradinho e de Planaltina. Se o *Plano* em questão se apresenta como um primeiro esforço de sistematização e publicização de ações que estavam sendo empreendidas pelo SLU até ali, é possível inferir que, para aparecer no mapa, a área do Jóquei já desempenhava o papel de um depósito de lixo consolidado – embora a usina de industrialização estivesse até a década de 1970 sob os holofotes.

O *I Plano Diretor* também apresenta um gráfico [Imagem 50] sobre a destinação dada ao lixo produzido no DF entre 1966 e 1971, dividindo-o em duas categorias: [1] Lixo Usinado e [2] Lixo com destinação imprópria. Segundo a imagem, antes mesmo de completada a primeira década de existência da capital, o destino da maior parte do lixo produzido na cidade passava longe da moderna solução representada pela sua industrialização. Em 1966, por exemplo, mais de 60% dos resíduos sólidos do DF não era usinado. Ainda que não seja especificado no gráfico em questão qual a destinação desse montante, uma simples conexão feita com o cartograma anteriormente mencionado, nos leva a crer que, ainda que pouco mencionados pelos jornais ou fontes oficiais, desde cedo os lixões fizeram parte das paisagens da nova capital.

03 O QUE SE MOSTRA, O QUE SE ESCONDE, O QUE SE VÊ

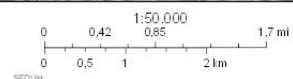
A segunda referência escrita que encontrei sobre o aterro do Jóquei é uma matéria não assinada, publicada pelo *Correio Braziliense* em novembro de 1976, intitulada *Lixo é vida para centenas no DF*.²⁷ A reportagem, composta por um longo texto e seis fotografias, ocupa uma página inteira do jornal e cita três localidades: o aterro de Taguatinga, o aterro do Jockey

Mapa Base 1964



22/07/2023, 14:26:35

- 1 - Córrego Cabeceira do Valo
- 2 - Área onde hoje está a Cidade Estrutural
- 3- Setor Militar Complementar
- 4 - Área onde hoje está o HFA



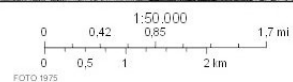
<https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/geoportal/>
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH

Mapa Base 1975



22/07/2023, 14:27:19

- 1 - Córrego Cabeceira do Valo
- 2- Área onde hoje está a Cidade Estrutural
- 3 - Área do Lixão
- 4- Setor Militar Complementar
- 5- HFA

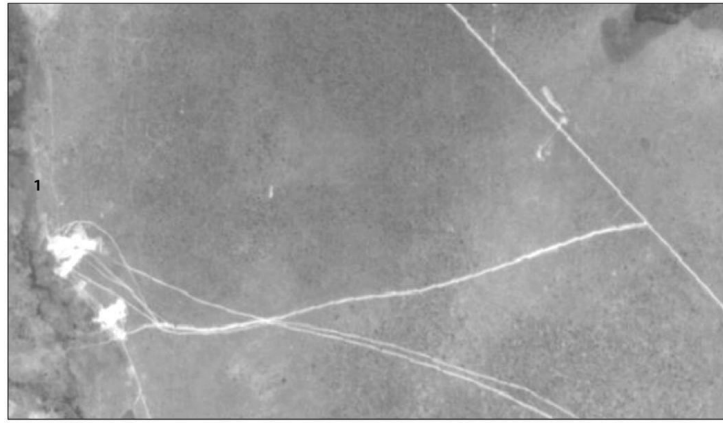


<https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/geoportal/>
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH

IMAGEM 42 . SAADS, Leila. *Mapa Base 1964*. Mapa produzido a partir de imagem de satélite. Brasília, 2022. Fonte da imagem de satélite: GeoPortal-DF.

IMAGEM 43 . SAADS, Leila. *Mapa Base 1975*. Mapa produzido a partir de imagem de satélite. Brasília, 2022. Fonte da imagem de satélite: GeoPortal-DF.

Caminhos - 1964



25/07/2023, 13:50:18

1 - Córrego Cabeceira do Valo

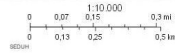
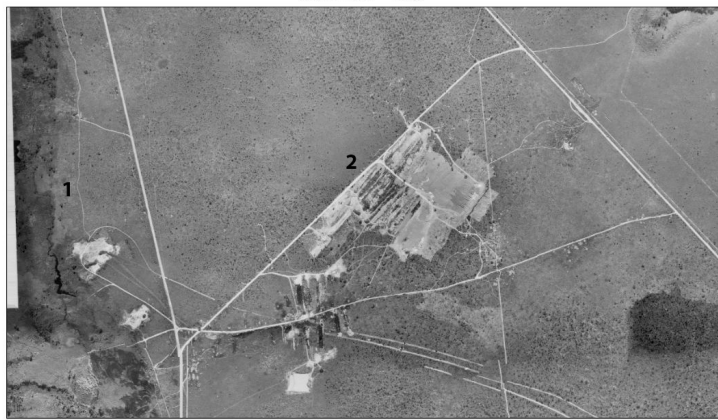


Imagem geoespacial extraída do geotecnológico/ Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH

Caminhos - 1975



25/07/2023, 13:51:01

1 - Córrego Cabeceira do Valo
2 - Lixão do Jôquei Clube



Imagem geoespacial extraída do geotecnológico/ Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH

Caminhos - 1986



25/07/2023, 13:54:49

1 - Córrego Cabeceira do Valo
2 - Antigo Lixão do Jôquei
3 - Novo Lixão do Jôquei

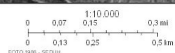


Imagem geoespacial extraída do geotecnológico/ Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH

IMAGEM 44 . SAADS, Leila. *Caminhos - 1964*. Mapa produzido a partir de imagem de satélite. Brasília, 2022. Fonte da imagem de satélite: GeoPortal-DF.

IMAGEM 45 . SAADS, Leila. *Caminhos - 1975*. Mapa produzido a partir de imagem de satélite. Brasília, 2022. Fonte da imagem de satélite: GeoPortal-DF.

IMAGEM 46 . SAADS, Leila. *Caminhos - 1986*. Mapa produzido a partir de imagem de satélite. Brasília, 2022. Fonte da imagem de satélite: GeoPortal-DF.

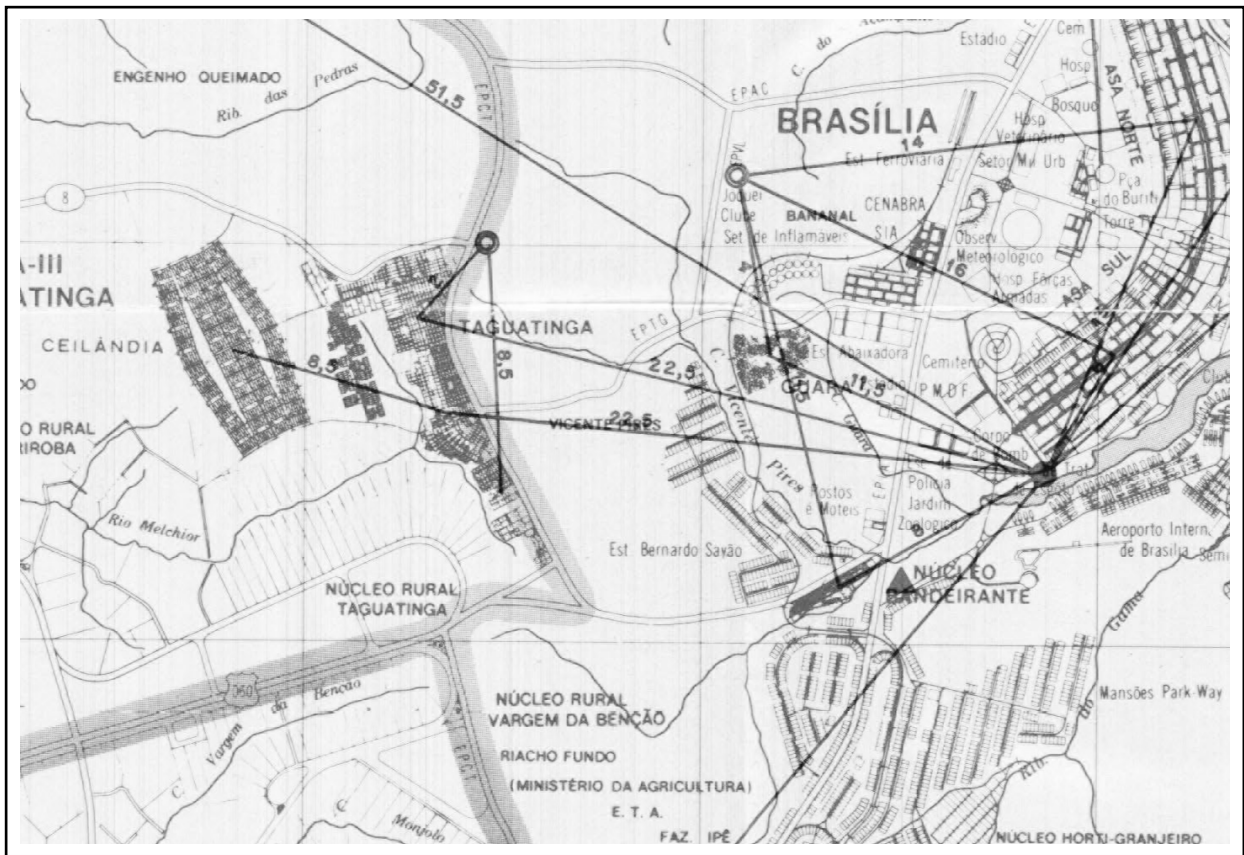
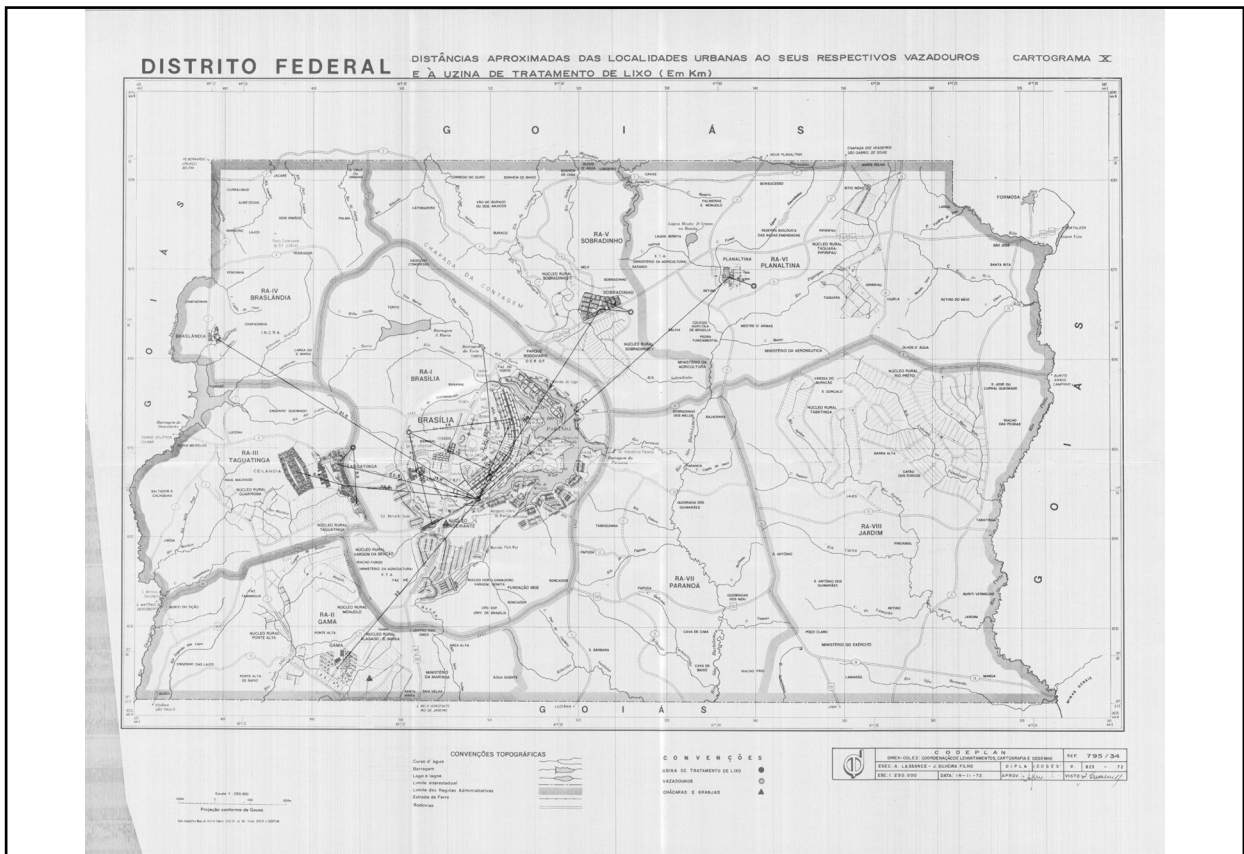


IMAGEM 47 . Distâncias aproximadas das localidades urbanas aos seus respectivos vazadouros e à usina de tratamento de lixo (Em Km). Cartograma. Publicado em: DISTRITO FEDERAL; CODEPLAN. I Plano Diretor de Limpeza Urbana do Distrito Federal. Brasília, 1972, pp. 116-117.

IMAGEM 48 . Ibid., detalhe.

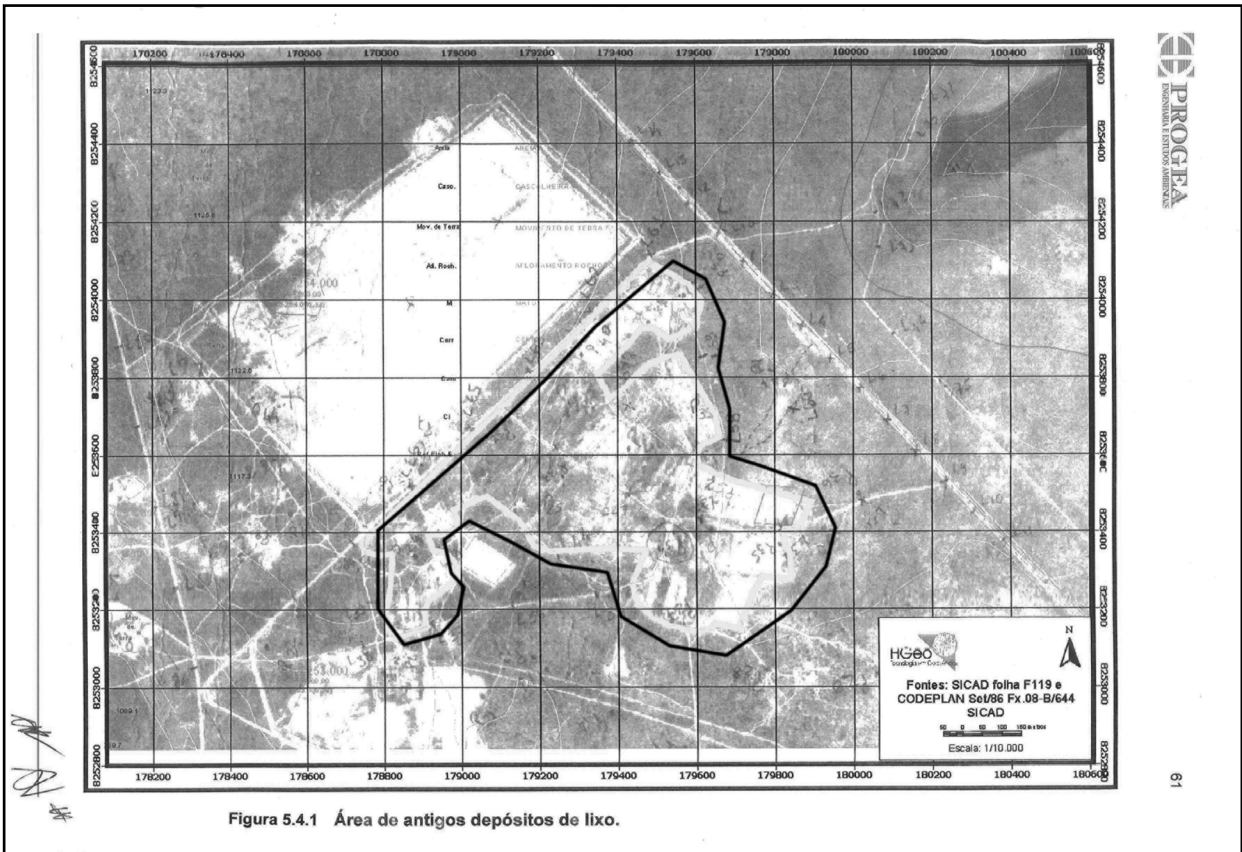


Figura 5.4.1 Área de antigos depósitos de lixo.

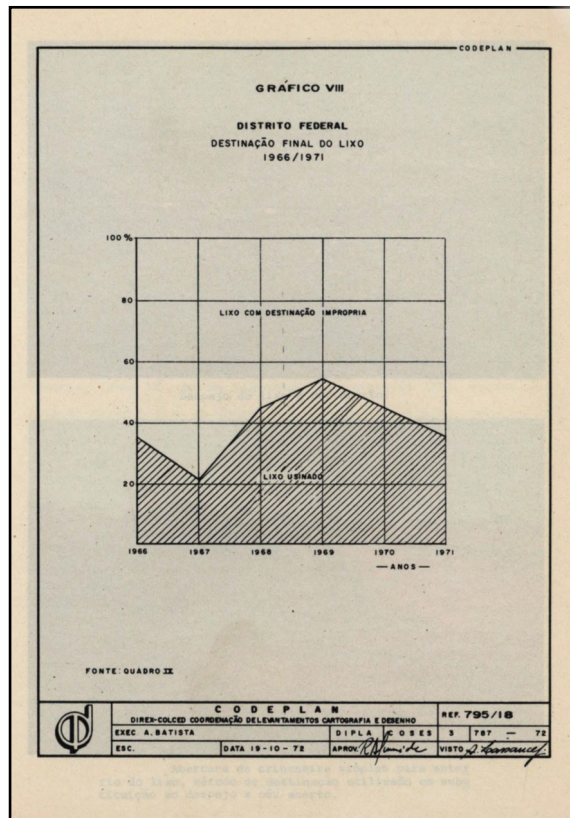


IMAGEM 49 . Área de antigos depósitos de lixo. Mapa publicado em: TERRACAP; PROGEO. Relatório de Impacto Ambiental: Vila Estrutural. 2003, p. 61.

IMAGEM 50 . Gráfico VIII. Publicado em: DISTRITO FEDERAL; CODEPLAN, 1972, op. cit., p.111.

Club (a grafia do nome varia entre 1960 e 1990) e um depósito irregular de lixo na Asa Sul, no Plano Piloto de Brasília. No acervo do Cedoc, encontrei outras fotografias da mesma série, mas que não foram publicadas pelo jornal. Parte delas, tiradas no dia 2 de outubro de 1976, se refere certamente ao depósito de lixo localizado na Asa Sul, já que nelas é possível identificar a Torre de Televisão.²⁸ Já as outras fotografias, produzidas em 4 de outubro de 1976, não têm sua localização facilmente observável – não há elementos arquitetônicos nem outros referentes que tornam possível distinguir onde elas foram tiradas.

A paisagem apresentada é muito semelhante à maioria das fotografias analisadas nesta pesquisa: mulheres e homens majoritariamente negras movendo-se sobre montes de lixo. A indexação atrás de cada imagem não nos fornece detalhes além da data de produção da foto, do nome do fotógrafo (Adauto Cruz) e do assunto (“depósito de lixo”), que faz mais referência a um lugar genérico do que ao tema da reportagem em si, que seria o cotidiano das pessoas que vivem da reciclagem. A rotina no depósito de lixo da Asa Sul é a mais trabalhada pelo texto. Já o Jóquei é citado em apenas três parágrafos, que focam na grande quantidade de crianças e adolescentes circulando pelo Lixão e nos aspectos físicos das pessoas que por ali trabalham: “sujos, muito sujos, misturam-se ao lixo, o cheiro forte ardendo nas narinas, cantam, conversam, não param de ciscar.”

Não fica muito nítido se o que o repórter chama de “Boca do Lixo” é o aterro de Taguatinga ou o do Jóquei – já que esta, ao que tudo indica, era uma maneira comum de se nomear ocupações próximas a depósitos de lixo ou aterros, aparecendo em várias reportagens do *Correio Braziliense* sobre locais distintos –, o que torna difícil delimitar onde as fotografias foram tiradas. Como o Jóquei é menos citado no texto, é provável que o tempo de permanência do repórter ali tenha sido pouco – talvez a localização mais afastada do aterro em relação a áreas urbanizadas e, quem sabe, uma possível hostilidade das moradoras diante das visitantes, tenham dificultado o levantamento de informações por ali. Por isso, faz sentido supor que as fotografias tenham sido produzidas no aterro de Taguatinga e não no do Jóquei.

Mas, para os fins desta análise, isso não importa. Diante do lixão genérico tornado visível pelas fotografias do dia 4 de outubro, um elemento capta a nossa atenção sobrepon-

do-se à paisagem. Quatro fotografias de uma mulher [*Imagens 59, 60 e 61*], trajando vestido e chapéu branquíssimos, destoam por completo da afirmação do repórter de que ali as pessoas “misturam-se ao lixo”. Destoa também, imagetivamente, dos movimentos performados pelos corpos dos outros trabalhadores retratados. Seu olhar, em três dessas imagens, parece sempre à procura das lentes do fotógrafo, nos deixando a impressão de que, talvez, os movimentos das catadoras registrados pela máquina não fossem assim, tão espontâneos. Sua presença em quase todas as fotografias produzidas por Adauto Cruz no dia quatro, sugere que ela desejava ser fotografada. Mas suas roupas, seu olhar direcionado para a câmera e sua postura corporal ereta, por sua vez, sugerem que esta aparição não se resignaria a performar aquilo que o olhar dos visitantes esperava de uma catadora de materiais recicláveis.

Nas páginas do jornal, entretanto, não é o corpo ereto que aparece impresso, já que a sua presença na reportagem se faz notar em apenas uma das fotografias publicadas – justamente a única na qual ela aparece de costas. Nela, seu corpo, ainda que um pouco mais curvado do que nas outras imagens da série, não parece disposto a vasculhar a pilha de resíduos que se ergue à sua frente, como o estão fazendo as pessoas ao seu lado, mas performa a intenção de chegar a algum lugar – buscando talvez uma melhor posição em frente à câmera. Se for este o caso, nossa personagem não foi capaz de chegar a tempo de evitar o clique antes de se apresentar conforme gostaria. Ainda assim, a vestimenta escolhida para se fazer vista pelas lentes do fotógrafo, tão marcadamente feminina, bem como a cor branca dela, destoante das roupas mais escuras usadas pelas demais pessoas presentes na imagem, mantêm certo potencial de produzir estranhamento. A figura das costas dessa mulher de vestido branco em meio a tantos homens, no entanto, tende a perder espaço no olhar da leitora para a quantidade de lixo no centro da imagem, consideravelmente aumentada pela descrição jornalística do trabalho de catação. O apagamento do olhar que vê é precedido ainda por um apagamento material, uma vez que na diagramação da reportagem a fotografia sofreu um corte para se adequar à página do periódico. A esta altura do capítulo não nos deve causar surpresas a constatação de que tal corte foi realizado, vejam bem, no lado direito da imagem, exatamente onde se localiza a figura de nossa personagem, agora visível apenas pela metade.²⁹

Ao analisarmos as reportagens do *Correio Braziliense* sobre o trabalho nos lixões de Brasília ao longo do tempo, é possível perceber que, entre a década de 1970 e a de 1980, houve uma mudança significativa na forma de tratar e apresentar a temática no jornal. Ao menos no âmbito do texto, ao invés do sensacionalismo e da desumanização das trabalhadoras – facilmente percebidos nas reportagens da década de 1970 –, nos anos 1980, o tom que passa a ser empregado é de maneira geral mais descritivo, focando nas condições e na rotina de trabalho e localizando as possibilidades de existência deste trabalho na desigualdade econômica e social já enraizada na capital. Os discursos sobre as moradoras das ocupações próximas aos lixões e sobre o processo de coleta se complexificam, criando, sobre estes temas, um leque de imagens mais amplo que passa a ser disponibilizado às leitoras.

No que concerne ao Jóquei, o foco das reportagens permanece sendo o cotidiano no Lixão, sem que se abra um espaço para que as pessoas sobre as quais elas tratam apareçam para além do seu trabalho. Ou seja, apesar da existência do trabalho no Lixão passar a ser analisada e localizada dentro de um contexto mais complexo – que envolve desigualdades econômicas e regionais, questões ambientais, produção e gestão de resíduos sólidos etc. –, as pessoas que trabalham como catadoras permanecem atreladas espacialmente e simbolicamente ao Lixão. Por outro lado, se na década de 1970 os textos das reportagens analisadas tendiam a construir cenários mais impactantes que os apresentados pelas fotografias, na década de 1980 esta lógica se inverte. Os textos passam assumir, ao menos em parte, um tom mais “neutro” e “técnico”, enquanto as imagens visuais que os acompanham exploram, além das figuras de catadoras adultas já amplamente utilizadas antes, também as de crianças e animais que circulam por entre os montes cada vez mais extensos de lixo.

É o que vemos na série de fotografias produzidas no aterro do Jóquei por Gilberto Alves em outubro de 1986, que fizeram parte da reportagem *Produção de lixo doméstico é recorde nacional*, publicada no jornal dois dias depois.³⁰ A parte principal do texto de Carmem Cruz, trata do tema da desigualdade social e econômica pelo viés da produção de lixo, centrando-se no argumento de que famílias com maior poder aquisitivo produzem mais lixo. Assim, o Plano Piloto é apresentado como um dos locais onde mais se produz lixo no Brasil, pela elevada renda de sua população. Três outros textos, bem menores, também compõem

a reportagem: um sobre a usina de lixo, outro sobre o descarte irregular de lixo no Cruzeiro Novo e o último, aquele mais nos interessa aqui, sobre a infância no Lixão do Jóquei – cujo título é *Lixão faz a festa da garotada*.

Por se utilizar de uma escrita mais pessoal, evidenciando o ponto de vista da jornalista sobre o tema em discussão, o pequeno texto destoa do restante da matéria – que carrega um tom mais técnico. Apesar de pequena, é esta a parte do texto que mais dialoga com as três imagens publicadas na reportagem, por concentrar-se em aspectos do cotidiano das pessoas que circulam pelo Lixão. A primeira destas imagens [*Imagem 56*] traz em maior evidência, no primeiro plano, duas mulheres um pouco mais à direita; é apenas com um olhar mais atento que conseguimos identificar, entre uma pilha de grandes sacos repletos de materiais recicláveis, outras duas mulheres conversando bem à esquerda da imagem. Em um plano mais ao fundo, desfocados, vemos cerca de oito cavalos com as cabeças baixas, revirando o lixo em busca de comida. A associação imagética – e textual – entre seres humanos e animais no contexto do Lixão não é rara de se ver nas fotografias e reportagens analisadas. A articulação entre as figuras das catadoras durante o trabalho de coleta – curvados sobre os montes de lixo – e especialmente as figuras dos cavalos enquanto se alimentam – curvados sobre os montes de lixo – povoam muitas das imagens que cruzaram meu caminho durante a pesquisa no Cedoc. A escolha de Alves de utilizar-se de um plano mais aberto na composição desta imagem em específico, produz um efeito de apagamento dessas quatro mulheres, uma vez que suas roupas escuras, suas peles negras, seus lenços na cabeça, assim como seus gestos de descanso ou trabalho, são engolidos por uma paisagem repleta de informações, na qual absolutamente tudo, como o texto de Carmem Cruz é eficiente em reforçar, está impregnado pelo lixo.

A segunda imagem mostra um homem puxando um carrinho de madeira usado para transportar o material selecionado; o esforço físico empreendido por ele não nos passa despercebido; o fundo da imagem está desfocado, criando a impressão de que o lixo que se vê à frente se estende até o horizonte. Na terceira fotografia publicada pelo jornal na ocasião [*Imagem 62*], em primeiro plano, vemos quatro crianças: três em pé sobre o chão de terra batida e um bebê no colo da criança do meio – esta, sobre quem descansa o cuidado do mais

novo é, aparentemente, a única menina do grupo. Ela também é a única entre os quatro que usa o que seria uma vestimenta completa: blusa e saia, além de uma faixa nos cabelos; os meninos mais velhos trajam apenas cuecas ou shorts curtos, enquanto o bebê aparenta estar nu. Uma mancha na parte inferior da fotografia não nos permite ver se as outras crianças, além da mais nova, estão descalças, mas o menino mais velho carrega em suas mãos um tênis – objeto de seu olhar. Enquanto o bebê parece encarar sua cuidadora mirim, esta – naquele que seria o *meu* olhar –, mira de modo um tanto quanto dirigido (pelo fotógrafo?) para o chão. Todo o resto da imagem está desfocada, deixando nítido o interesse do fotógrafo em direcionar o olhar da leitora para as quatro figuras infantis; o que vemos ao fundo, portanto, serve apenas para inserir o foco da fotografia na paisagem do Lixão – uma ambientação que conecta aquilo que vemos ao texto de Cruz, que analisaremos mais à frente. Este plano de fundo, no entanto, apesar de nebuloso, não é invisível ao nosso olhar; nele enxergamos, junto aos resíduos sólidos, três adultos e uma quinta criança olhando para frente – talvez para a câmera, talvez para as quatro figuras alvo do interesse do fotógrafo. Mais ao fundo, um homem se debruça sobre o interior de uma Kombi branca, árvores e uma espécie de névoa ou fumaça emolduram o horizonte. Todas as pessoas retratadas em primeiro plano, as mais visíveis nas três fotografias, são negras.

Pelo texto, ficamos sabendo que a menina mais velha da terceira imagem se chama Patrícia de Jesus – ela estava com sete anos quando a foto foi tirada. No seu colo está Mauro Júnior, de dez meses, e ao seu lado seus outros irmãos: Washigton, de quatro anos, e Wanderson, de cinco. O tom utilizado por Carmem na escrita deste pequeno texto deixa nítidos, desde o princípio, os muitos limites que separam a vida destas crianças daquelas vividas pelas filhas das leitoras do jornal: são crianças, que “brigam sobre cada canto do lixo, sem o qual não sabem viver”, que comem alimentos estragados e, também, que não conhecem “um cheiro diferente daquele”. Não se trata aqui de propor uma romantização das situações experienciadas por estas crianças no aterro – como se a romantização ou a abjeção fossem as duas únicas maneiras de assumir uma posição diante de um tema tão sensível e complexo. Trata-se, na verdade, de propor uma reflexão acerca da capacidade que estes discursos têm de produzir corpos abjetos e experiências de vida esvaziadas a partir das narrativas que empreendem e das visualidades que tecem, especialmente por serem discursos que reduzem estes corpos e vidas ao contato diário que elas travam com o Lixão.³¹

O pequeno texto de Carmem Cruz se inicia com uma comparação entre quem trabalha no aterro e as leitoras do jornal: “Pode parecer absurdo, mas o frango estragado que desce pela lixeira de sua casa vai alimentar outras famílias que não levam em conta o cheiro ou o sabor que apresenta. Os restos de frutas também enriquecem os banquetes. Os brinquedos velhos, que seu filho não quer mais, vão abrir o riso no rosto sujo do menino que aprendeu a viver sobre o lixo da cidade.”. *Pode parecer absurdo*, pode parecer inacreditável, pode parecer irreal – exterior à vida que qualquer pessoa deveria viver, exterior à vida que “eu”, quanto leitora do jornal, vivo. No entanto, as pessoas que aparecem nas imagens de Gilberto Alves existem; e mais, esta zona externa, abjeta, é densamente povoada. Suas existências subvertem a lógica de Carmem, a lógica de como uma vida humana deveria ser. Talvez, por isso, o recurso de animalizar as pessoas que trabalham como catadoras no Lixão seja frequentemente utilizado nas reportagens aqui analisadas: “elas integram os formigueiros humanos que se debatem à chegada de um caminhão cheio”;³² “correm para os monturos como urubus para a carniça”;³³ “num quadro demonstrativo de uma parafernália total, as crianças e muitos cachorros de misturam”.³⁴

O termo abjeto designa, para Judith Butler, “aquelas zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito.”.³⁵ O abjeto é o exterior constitutivo do sujeito, aquilo que marca seus limites, suas fronteiras, fundamentais para sua própria constituição. A produção de corpos abjetos empreendida pelas reportagens aqui analisadas, opera através de uma articulação entre texto e fotografia. Embora nenhum dos textos aborde nominalmente questões raciais em seus argumentos, as fotografias estão povoadas por corpos negros, dando forma visível ao que se lê. Assim, quando se lê que “homens, mulheres e crianças levam os dias ciscando nos montes de lixo” e ao lado se vê, na foto de Adauto Cruz, mulheres, homens e crianças *negras* revirando o lixo empilhado – estes discursos se articulam.³⁶

Uma vez que, no Brasil, racismo, sexismo e desigualdades sociais e econômicas são questões imbrincadas – como Lélia Gonzalez tanto enfatizou³⁷ –, uma construção imagética que percebe e dá a ver um território majoritariamente negro apenas a partir da escassez,

recorrendo, inclusive, à desumanização discursiva e visual de suas habitantes, agrega mais camadas ao maquinário semiótico de produção da branquitude quanto sujeito de poder e saber. É por isso que, em muitas das reportagens analisadas, *o sujeito* – repórter e fotógrafo – direciona seu olhar para *o outro* para ver melhor a si mesmo. Assim, a boneca encontrada por Patrícia não pode ser apenas um brinquedo encontrado por uma criança; a experiência do achado deve se tornar, mais uma vez, um símbolo da escassez do *outro*, daquilo que lhe falta para ser *eu*. A boneca serve para demarcar as diferenças entre *quem sou eu* e *o que não sou eu*: ““Eu já achei até uma boneca”, lembrou a menina que não sabe de um cheiro diferente daquele.”, escreve Carmem Cruz.³⁸ É preciso, portanto, acrescentar o cheiro que a jornalista sente no aterro ao relato infantil do encontro com o brinquedo. Assim, as experiências do brincar, do nadar no córrego, do morar, do alimentar-se estão assombradas pelo fantasma do lixo que envolve tudo que é narrado e lido – a começar pelo próprio corpo de Patrícia.

Franz Fanon afirma, em *Pele Negra, máscaras brancas* que, aquilo que frequentemente é chamado de “alma negra” é somente uma construção da branquitude.³⁹ Para Grada Kilomba, ele quis dizer com isso que, nesse caso, “não é com o sujeito negro que estamos lidando, mas com as fantasias brancas sobre o que a negritude deveria ser. Fantasias que não nos representam, mas sim o imaginário branco. Tais fantasias são o aspecto negado do eu branco reprojatados em nós, como se fossem retratos autoritários e objetivos de nós mesmas/os.”⁴⁰ São fantasias que operam no sentido de delimitar exteriores constitutivos a partir da criação e zonas, corpos e vidas abjetas. Assim, a branquitude cria uma *outridade* absoluta no *processo de* ou *para* constituir a si mesma quanto centro, quanto padrão de normalidade: “pode parecer absurdo, mas o frango estragado que desce pela lixeira de sua casa vai alimentar outras famílias, que não levam em conta o cheiro ou o sabor que apresenta.”⁴¹ Ao invés da potência criadora da desestabilização dos “Universos de referência”⁴² no sentido da expansão de seus limites através de um trabalho dialógico que opere nas contingências, temos um *eu* inflado que faz da diferença de mim, um território abjeto. Temos então, a meu ver, uma reencenação do gesto narcísico do colonizador, este que tão bem descreveu Tzvetan Todorov ao analisar as atitudes de Colombo no contato com povos originários no que viria a ser, posteriormente, o continente americano:

Ou ele pensa que os índios (apesar de não utilizar estes termos) são seres completamente humanos com os mesmos direitos que ele, e aí considera-os não apenas iguais, mas idênticos, e este comportamento desemboca no assimilacionismo, na projeção de seus próprios valores sobre os outros, ou então parte da diferença, que é imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade (no caso, obviamente, são os índios os inferiores): recusa a existência de uma substância humana realmente outra, que possa não ser meramente um estado imperfeito de si mesmo. Estas duas figuras básicas da experiência da alteridade baseiam-se no egocentrismo, na identificação de seus próprios valores com os valores em geral, de seu eu com o universo; na convicção de que o mundo é um.⁴³

Tanto a experiência da alteridade traduzida em termos de assimilação, quanto aquela que se manifesta através do binômio superioridade/inferioridade, desembocam numa relação com a diferença que tende à homogeneização (nos *meus* termos) e/ou ao aniquilamento do que não sou eu. Não é que condições de trabalho, moradia, saúde e educação experienciadas por aquelas que viviam na vila não necessitassem de transformações e melhorias – afinal, a romantização é apenas uma outra forma de facilitar o contato com o outro, tornando-o mais palatável. Tanto os depoimentos que embasaram as transcrições que compõem o primeiro capítulo desta tese, quanto muitas das falas das catadoras que aparecem nas reportagens analisadas no presente capítulo, explicitam aspectos precários que atravessavam a vida das moradoras da localidade à época. Um ponto frequentemente citado por elas, por exemplo, diz respeito às dificuldades encontradas por suas filhas para estudar, já que não existiam escolas próximas nem transporte que garantisse a locomoção diária das crianças e jovens do aterro para escolas do Guará. Um trecho de uma reportagem do *Correio Braziliense* publicada em 1989, que traz como personagem principal uma moradora da vila chamada Joana D’Arc, resume bem aquelas que parecem ter sido as principais demandas de quem vivia por ali na época: “Segundo Joana, para o Aterro Sanitário tornar-se um local ideal para se viver, é preciso apenas que o Governo dê transporte para que as crianças possam frequentar uma escola, e que dê também infra-estrutura de água e luz.”. A fala da moradora, agora entre aspas, conclui a lista em tom definitivo: “Mas na verdade, o que nós precisamos mesmo é um bom posto policial, por causa da bebida.”.

Mesmo que o texto evidencie, através das aspas atribuídas às moradoras entrevistadas, que a realidade vivida por elas na vila não tinha a falta como elemento definidor, a reportagem acaba construindo uma imagem oposta de seus cotidianos. A começar pela união entre

o local de trabalho, Lixão, e o local de moradia, a vila. Quem lê a reportagem tem a impressão de que as catadoras constroem suas casas em cima das montanhas de lixo. O título opera também nessa ambiguidade – *de um monte de lixo colherás teu pão*; apesar de posteriormente citar a relativa boa renda advinda do trabalho de reciclagem; o título, aliado à imagem que acompanha o texto – catadoras sobre uma pilha de dejetos e a cabeça de um cavalo em primeiro plano –, deixa à leitora a impressão de que as trabalhadoras do Lixão, literalmente, comem lixo. Diante dessa possibilidade, as aspas de Joana afirmando que gosta do seu trabalho e de morar ali, transmutam-se em afirmações de alguém que não compreende a dimensão da precariedade que a cerca e sobre qual está enraizada a sua existência. À jornalista, portanto, cabe a ação de descrever a “real” vida da Joana, “grávida de oito meses e mãe de mais quatro filhos”, que nem sabe “onde dará à luz ao seu quinto filho”. A frase que abre o texto não poderia exemplificar melhor o papel de correspondente em solo estrangeiro: “o que leva uma pessoa a viver na mais extrema sujeira e miséria?”.

De acordo com os relatos e reportagens, parte das crianças que residiam na vila estava matriculada em escolas públicas do Guara, além disso, o Hospital Regional do Guará parece ter sido referência no atendimento à saúde das moradoras da localidade. Na reportagem de 1987 escrita por João Paulo Barbosa, intitulada *Na Boca do Lixo, a vida é o limite*, a conexão entre a ocupação do Jóquei e o Guará fica bastante demarcada.⁴⁴ De acordo com o texto, em uma palestra ministrada pelo secretário de Serviços Sociais à época, Adolfo Lopes, no Rotary Club da região, “o presidente da entidade, Luzimar Povoá, chamou sua atenção para a situação de miséria na Boca do Lixo...”. A partir de então, o secretário fez algumas visitas ao local acompanhado de repórteres do *Correio Braziliense* quando, segundo o jornal, Lopes pôde então ver “o ambiente de miséria, promiscuidade, insalubridade e degradação dos lixões”.

Impressionado com o que viu em sua primeira visita ao aterro – ou seja, com a “miséria, promiscuidade, poluição, nuvens de moscas” além de “homens, mulheres e crianças disputando sobras de lixo com porcos e cães”, nas palavras do jornalista –, o secretário afirmou ao jornal não haver outra solução para “o problema” a não ser organizar “o retorno com dignidade” das famílias que viviam nas cercanias do aterro para os seus locais de origem.

Para Lopes, seria este “o único caminho para os que vivem em estado de miserabilidade em Brasília”, já que a chegada massiva de imigrantes à cidade era resultado da “irresponsabilidade de políticos” que mandavam as pessoas pobres de suas cidades para cá a fim de buscar ajuda com “o deputado fulano ou o senador sicrano”. Ou seja, as consequências advindas do fato de Brasília ter se tornado um polo de atração não apenas para a classe média e alta, mas também para a população mais pobre das outras localidades do Brasil, não eram de responsabilidade da administração da capital, mas sim de outros estados.

Na medida em que a população da “Brasília oficial”, naquela época, era ainda formada basicamente por imigrantes – já que a capital não tinha sequer 30 anos de existência –, a solução “encontrada” por Lopes para lidar com a existência da vila (reencenação de tantas soluções anteriores e posteriores a essa) toma o corpo do pobre como se este estivesse fadado a nascer e morrer sobre o mesmo chão.⁴⁵ Era necessário, portanto, possuir “valor de mercado” para ter garantida a livre mobilidade de sair do território de origem para residir no solo da capital. É o que Achille Mbembe nomeia de “mobilidade gerenciada”, por meio da qual uma aparente incoerência pode ser justificada: a “liberdade de ir e vir” é proclamada e usufruída por determinados indivíduos e grupos ao mesmo tempo em que os movimentos de outros indivíduos e grupos passam a ser rotulados como “impróprios” ou “perigosos” e, portanto, se tornam passíveis de gerenciamento e controle.⁴⁶ Para o autor, as restrições seletivas de movimentação “reproduzem e intensificam a vulnerabilidade de grupos estigmatizados e mais marcados racialmente”.⁴⁷

Segundo a reportagem de Barbosa, apesar da oferta do secretário, a quase totalidade das habitantes da ocupação não se mostrou interessada em retornar aos estados de origem – nem mesmo com a promessa de receberem por lá “terras para desenvolverem suas atividades agrícolas”. Apesar de “confessarem ter vocação rural”, essas famílias não admitiam deixar o DF, e chegaram a sugerir ao secretário que a tal distribuição de terras ocorresse dentro de seus limites e não em outras localidades.⁴⁸ Por que o trabalho no aterro e a vida na vila mostravam-se mais atraentes do que as possibilidades encontradas em seus estados de origem, mesmo com a promessa de ter sua própria terra caso retornassem?

O depoimento de Dona Lia nos desvela uma resposta possível, pois nele reside um elemento comum que une várias das experiências narradas pelas pessoas entrevistadas pelo Ponto de Memória ou por jornalistas do *Correio Braziliense* nas reportagens analisadas: foi depois de perder três filhos no interior do nordeste por falta de assistência médica que ela e o marido decidiram se mudar para Brasília. Mesmo que seu lugar de origem lhe oferecesse casa, terra e redes de afeto e apoio, ele não lhe garantiu a sobrevivência de três de seus filhos que, como ficou sabendo depois, sofriam de “problemas nos rins”. A unidade de saúde mais próxima de sua casa, em seu território de origem, não realizava exames, nela não havia material para uma simples aplicação de soro na veia de crianças. Na vila, mesmo vivendo em uma ocupação irregular e, portanto, passível de remoção, Dona Lia, assim como tantas outras moradoras entrevistadas pelo Ponto de Memória ou por repórteres do *Correio Braziliense*, preferia estar em Brasília a escolher o “retorno com dignidade” tão defendido por Lopes. Na capital, havia a possibilidade de suas filhas frequentarem a escola – ainda que, para isso, precisassem caminhar todos os dias até o Guará. Também era possível acessar os serviços de saúde; estes, por mais deficitários que fossem, ainda se mostravam melhores do que aqueles que seu município de origem era capaz de oferecer.

Apesar de algumas reportagens analisadas descreverem as carências, dificuldades e demandas relatadas pelas moradoras sem apelar para o uso de imagens (no sentido amplo do termo) sensacionalistas e desumanizadoras delas – como é o caso de uma matéria de 1982 sobre o aterro de Taguatinga intitulada *Onde começa a esperança*⁴⁹ –, a grande maioria delas centra-se neste modo de ver e narrar o outro como corpo abjeto, reduzindo as existências destas pessoas ao contato que elas travam com o lixo. As pessoas e o lixo, então, se misturam. E as catadoras parecem saber disso, sabem do que dizem os olhos externos sobre seus corpos e suas rotinas – olhar este reencenado através do tempo e que é especialmente opressor quando incide sobre as mulheres negras. Por isso, Joana D’Arc esconde seu trabalho e seu endereço “de muitos conhecidos, por acreditar que eles não entenderiam sua opção”.⁵⁰ Talvez por isso, quando Nelson Pantoja foi à campo colher informações para a reportagem que publicou em outubro de 1979, as catadoras e catadores tenham se escondido do repórter, preferindo não dar entrevistas e não aparecer nas fotos;⁵¹ e que em uma entrevista para outra reportagem do *Correio*, no mesmo ano, um catador tenha se recusado a falar o próprio

nome, já que “não fica bem a gente sair no jornal no meio do lixo”⁵². Postura semelhante teve Verônica Jesus Marques que, apesar de ter aceitado conceder uma entrevista para a matéria sobre o aterro de Taguatinga publicada em setembro de 1978, “passou quase uma hora fugindo do repórter fotográfico e, finalmente pediu para não ser fotografada.”⁵³ Mesma atitude é narrada em reportagem de fevereiro de 1983, também sobre o lixão de Taguatinga: “Sebastiana fica preocupada com a máquina fotográfica, preferindo misturar-se lixo e aos outros, para não ser fotografada sozinha.”⁵⁴ E, provavelmente, foi por isso também que um dos catadores entrevistados por Webson Dias no documentário *Cata(dores)* fez questão de explicar, didaticamente, porque os alimentos que ele consome e que foram encontrados no aterro não são lixo:

Às vezes você vai no supermercado e você compra uma batatinha podre, murcha, um tomate murcho... Aqui ele vem bom, sacolado, fechadinho... com embalagem fechada não tem importância de comer, não. Você não pode comer é ele já aberto, porque aí ele já tem doença. Mas se tá embaladinho... não tá podre... como eles falam que a pessoa tá comendo carniça. Não, isso é mentira! Que ninguém aqui é urubu pra comer carniça, quem come carniça é urubu! Nós come coisa boa também, nossos filhos comem coisa boa também. Nossas filhas estudam com as filhas das brasilei... das candangas. Nossas filhas são quase tudo candanga também.⁵⁵

O homem, cujo nome desconhecemos, trava conexões entre ele e quem está atrás da câmera – ou entre ele e uma futura expectadora do filme – quando nomeia aquilo que une estes universos. Ele se afasta da figura do urubu demarcando sua proximidade, através das filhas, com Brasília e suas habitantes como quem marca uma posição: *eu não sou tão diferente de quem diz que eu como carniça*. É preciso afirmar e reafirmar a própria humanidade – com frequência colocada em questão – como quem cria espaços “dentro dessa cultura de dominação”, negando-se a “desempenhar o papel do ‘Outro Exótico’”.⁵⁶ Quando bell hooks evoca a margem como espaço privilegiado de criação de mundos possíveis e alternativas radicais, adverte: é necessário “lutar para manter essa marginalidade mesmo quando alguém trabalha, produz e vive, por assim dizer, no centro”.⁵⁷ A margem sobre a qual fala hooks, portanto, é efeito/combustível do processo da constituição de um centro – um centro branco, masculino, heterossexual, cristão; é aquele “exterior constitutivo” sobre o qual já falamos aqui – por isso, a palavra “resistência” é tão fundamental nos escritos da autora.

Nesta tese, por outro lado, a *margem* é compreendida como uma zona fronteira entre territórios. Podem ser fronteiras entre territórios envoltos em relações hierárquicas de poder entre si – por exemplo: Estado-vila ou Estado-Estrutural ou Estrutural-vila ou Sujeito-objeto –, mas não somente. A noção de margem e de relação entre territórios aqui não pressupõe posições estáveis ou opostas e, nem necessariamente, a existência de centralidades. Não sendo estáticas, há de se imaginar construções ou maneiras de ser nestas relações e espaços que não recorram, como vimos com Tzvetan Todorov, ao não-reconhecimento da diferença (assimilacionismo) ou à hierarquização desta (com o binômio inferioridade/superioridade); ou mesmo à síntese hegeliana, resultado esta da análise cuidadosa de cada uma das unidades (partes) de uma oposição (um todo) e do posterior confronto/diálogo entre elas. A borda – “materializada” no fenômeno do Anômalo ou *Outsider* por Deleuze e Guattari – portanto, determina a “dimensão máxima provisória” de uma multiplicidade individuada e é condição para a possibilidade de constituição da aliança necessária ao devir; são as alianças, os fluxos entre bordas que conduzem “as transformações de devir ou as passagens de multiplicidades cada vez mais longe na linha de fuga.”⁵⁸

Neste ponto, interessa arriscarmo-nos brevemente pela noção de *devir* de Deleuze e Guattari, uma vez que ela se propõe a pensar a relação entre heterogêneos de modo não-homogeneizante – bastante distinto das três possibilidades anteriormente citadas. Isso porque, como escreveu Rodrigo de Menezes, “devir não é concebido como o resultado de uma transformação, de uma passagem de uma forma, de um estado ou de um termo a outro. Ele é o próprio processo, um meio, ou seja, uma zona de indiscernibilidade onde os termos implicados numa relação são arrastados pela própria relação que os une.”⁵⁹ O devir, portanto, seria distinto do consenso, da síntese de inspiração hegeliana ou da definição por oposição (centro-periferia), pois opera na dimensão dos afetos e fluxos entre heterogêneos, e não do *foi e/ou do virá-a-ser*. Ele diz respeito à possibilidade sempre aberta de uma singularidade heterogênea entrar em contato com “um outro composto de relações” que irão desfazê-la por completo,⁶⁰ uma vez que “uma multiplicidade não se define por seus elementos, nem por um centro de unificação ou de compreensão. Ela se define pelo número de suas dimensões; ela não se divide, não perde nem ganha dimensão alguma sem mudar de natureza.”⁶¹

É na chave do *devir* que a presente pesquisa buscou praticar sua “escolha ética em favor da riqueza do possível”,⁶² estabelecendo uma relação entre território-pesquisadora e território-Estrutural (ou vila ou fontes ou etc.) que fosse não de simbiose ou de fagocitose, mas de composição, de afeto. Quando se fala a partir de territórios amplamente (re)conhecidos como centro – seja como uma professora branca nascida e criada no Plano Piloto lecionando na Estrutural, seja como uma acadêmica branca pesquisando a Estrutural – é necessário cuidado para não reencenar os gestos do colonizador descritos por Todorov, cuidado para não criar vazios durante o processo de pesquisa. Isso implica não ler as contingências de suas próprias margens e bordas como lugares da escassez e da privação por definição – espaços vazios, carentes do ser-eu. Implica trabalhar nas contingências entre diferentes territórios, para além do modo de agir e olhar do drone – que encara a imagem do outro na segurança de seu próprio território; um corpo que vê, mas que não se expõe aos afetos, nem à vulnerabilidade.⁶³

Implica, em especial, olhar e ver para além do espelho.

04 IMAGENS PARA ALÉM DO ESPELHO



IMAGEM 51 . SAADS, Leila. Centro da Estrutural. Montagem digital produzida a partir de imagens de satélite dos anos 1991, 1997, 2007 e 2015. Fonte das imagens de satélite: GeoPortal-DF.

Em abril de 2022, quando analisava imagens do GeoPortal, notei que a área onde hoje se encontra o centro da Cidade Estrutural, não havia sido ocupada por residências, mesmo com o adensamento populacional observável a partir de 1997. Nas teses e dissertações com as quais dialoguei, não encontrei muitas informações sobre as razões pelas quais este “vazio” específico permaneceu tão visível nas imagens ao longo dos anos, até ser ocupado por

escolas e prédios públicos, já na segunda década dos anos 2000. Para Orrego, a quase ausência de habitações nesta área deveu-se à sua distância em relação ao Lixão.⁶⁴ Esta hipótese, no entanto, não me parece se sustentar nem diante dos relatos orais das moradoras, nem a partir da análise das imagens de satélite [*Imagem 51*], que mostram que, mesmo com o crescimento vertiginoso da ocupação observado a partir de 1997 – que, como veremos no terceiro capítulo, não estava ligado ao trabalho no Lixão, a área onde hoje é o centro da Cidade Estrutural permaneceu praticamente desocupada. Por que as pessoas não levantaram residência ali? Por que fizeram crescer a cidade ao redor deste “vazio”? O que existia neste “vazio”?

Por telefone, direcionei as questões acima para a Abadia que logo me respondeu: a área não era utilizada para moradia porque, por algum tempo, tinha fornecido terra para a construção civil. Segundo ela, os caminhões tiravam terra dali para “construir os prédios de Brasília” e o resultado foi a formação de duas enormes crateras abertas no solo – que, depois, se transformaram em duas lagoas tão profundas que “até criança morreu ali” – e na utilização das áreas adjacentes para despejo de resíduos advindos da construção civil e, em menor medida, de lixo doméstico.⁶⁵ Cruzando a fala de Abadia com as análises de Orrego,⁶⁶ é possível considerar plausível a hipótese do pesquisador de que área era utilizada como fonte de terra e local de despejo de entulhos relativos à construção da Estrada Parque Ceilândia (conhecida como Via Estrutural), iniciada, segundo o jornal *Correio Braziliense*, no primeiro semestre de 1977.⁶⁷

Abadia logo me perguntou se eu poderia passar as fotografias para ela, já que não havia registro visual daquele passado, que “está vivo só na minha memória” – pois, foi ali, naquele espaço, que ela e as irmãs começaram a trabalhar com reciclagem. A escassez imagética é notória, mesmo em se tratando da história recente de uma ocupação muito próxima ao Plano Piloto de Brasília – estamos falando aqui do final da década de 1990 e início dos anos 2000. Quando nos afastamos mais temporalmente, ainda que não espacialmente, o silêncio visual se adensa. Assim, o pouco que nos é possível ver da vila advém de um olhar aéreo e distante – as imagens de satélite – ou então externo e quase sempre objetificante – as fotografias jornalísticas.

Na falta de imagens visuais produzidas de dentro, ou seja, pelas próprias moradoras, utilizamos estas imagens outras, especialmente aquelas produzidas pelos olhares dos repórteres fotográficos do *Correio Braziliense*. Nem sempre essas imagens mostram aquilo que desejávamos ver: faltam as casas, o córrego, as áreas de lazer e faltam, sobretudo, os corpos experienciando o viver para além do espaço de trabalho no Lixão. Mas naquilo que elas fazem visível, nos interessa operar nos limites do possível, voltando o nosso olhar – o meu e o seu – para os detalhes que escapam à narrativa óbvia da escassez. Nos interessa buscar ler as fotografias colocando em primeiro plano estes outros possíveis: uma mulher que se arruma para ser fotografada, um gesto que resiste à presença da câmera, uma capa de disco cuidadosamente posicionada em um lugar de destaque. São detalhes que transbordam, que fissuram, que operam para além do esvaziamento das heterogeneidades produzido através das narrativas centradas na falta. Nos interessa extrair dessas visibilidades uma legibilidade histórica comprometida com a multiplicidade, com fazer o múltiplo – pois sobre a escassez, muito já foi dito e escrito. Nesse sentido, não interessa aqui a escolha entre um puro *saber* – que busca exaustivamente os indícios daquilo que está por trás da fotografia, seus contextos de produção e as conexões entre a visualidade e os documentos escritos – e um puro *ver* – preocupado em dissecar e analisar a foto do ponto de vista estético e técnico a partir de seu interior, do que ela faz visível. A ideia é habitar de forma nômade os fluxos entre estes polos, localizar-nos entre o sensível e o conhecido, entendendo que o saber é ato que se realiza no movimento e na ação.

Sobre o papel dos vestígios visuais na história, Didi-Huberman escreve que uma “imagem é feita de *tudo*: tem uma natureza de amálgama, de impureza, de coisas visíveis misturadas com coisas confusas, de coisas enganadoras misturadas com coisas reveladoras, de formas visuais misturadas com pensamento em ato.”⁶⁸ A despeito da tendência do autor de evocar imagens hiperbólicas em seus textos, creio que o trecho revela bem a natureza complexa das imagens visuais. O *tudo* não é um *todo*, ou seja, não é algo fechado si mesmo, passível de ser desvendado em sua totalidade. O *tudo* é antes uma mistura, uma confluência de atos, sensações, indícios, possibilidades, virtualidades – de agenciamentos. E o *tudo* é também, uma multiplicidade de tempos, pois muito da potência aberta pelo diálogo entre imagem e história reside na impossibilidade de uma imagem ser apreendida apenas como

uma representação – ou seja, como produto de um jogo de semelhanças e diferenças em relação a um real localizado em um tempo e espaço específicos. A leitura de uma imagem, tal como estamos entendendo aqui, se dá a partir daquilo que Didi-Huberman nomeou como sendo uma *heurística do anacronismo*.⁶⁹ Ou seja, ela se dá *na* e *através* da tensão entre os diferentes tempos que a atravessam – incluindo aqui o tempo daquela que está, em algum presente, diante da imagem. Tanto a emergência da imagem, quanto a capacidade de legibilidade da imagem no presente são redes tecidas nas relações entre os tempos, entre o visível e o invisível, entre o sensível e o sabido. O que podemos ver para além do caráter instrumental da imagem – ou para além das razões que a levaram a ser produzida, para além daquilo que o fotógrafo buscava tornar visível? Afinal, uma imagem não é feita apenas de técnica, nem de intenções, nem dos desejos de quem a produziu – e é aí que reside sua riqueza como fonte histórica, pois há nas imagens uma abertura para pensar, criar e imaginar visualidades e legibilidades múltiplas, em especial quando a colocamos em relação com outras imagens e outras fontes.

Das fotografias produzidas por Wilson Pedrosa, em 1979, emerge uma paisagem pobre em pessoas – talvez pela recusa das catadoras em serem fotografadas, talvez pela pouca quantidade de gente trabalhando no Lixão e habitando suas cercanias. Até o momento, há poucas informações sobre o número de moradoras dos arredores do aterro antes da década de 1990. A primeira menção que encontrei sobre o assunto, aparece na edição de 17 de setembro de 1981 do *Correio Braziliense*. Na reportagem não assinada intitulada *Lixo sem taxa*, lê-se: “Um dos catadores conta que a vila que circunda o aterro conta atualmente com mais de 100 barracos e é conhecida como Morro da Gráia. Seus moradores estão nestes barracos há mais de 10 anos.”⁷⁰ A informação contrasta em muito com alguns dos relatos que serviram de fonte para a pesquisa de Caroline Santos,⁷¹ como o de Nenéu, que chegou à região em 1973, e que afirma que por ali, na época, trabalhavam apenas poucas catadoras no Lixão que retornavam diariamente para suas casas em Taguatinga e Ceilândia para dormir.

Dona Lia, uma das pessoas entrevistadas pelo Ponto de Memória, conta que, quando se mudou para a região da vila, em 1975, por ali vivam somente cerca de trinta moradoras: “já tinha aqueles barraquinho pequeno tampado de madeira, tampado de borracha [...]... aquelas

lonas pretas, que não era lona de plástico, era tipo uma borracha – não passava chuva de jeito nenhum. Aí tinha estas pessoas... Não era pouco não, era *pouquinho*. Andava *muito* pra achar uma pessoa.”⁷² A ocupação espacial dava-se, segundo dona Lia, essencialmente pela divisão dos lotes em grandes chácaras que eram usadas para plantio e criação e animais. Também em seu relato, ela revela que na época já havia na região dois bares: “a nossa chácara [...] dava saída pra onde hoje é a [Avenida] Luís Estevão, e ali era só uma estrada de terra que a gente usava pra descer pra ponte, pra ir pro Guará, usava pra ir pra parada de ônibus, ali tinha dois botecos – um era do meu irmão e o outro do Suzano.” A presença dos dois estabelecimentos aponta para uma circulação de pessoas maior do que as trinta que, segundo dona Lia, moravam por ali; é provável também que ela estivesse se referindo, como veremos no terceiro capítulo, ao número de famílias residentes no local à época e não de indivíduos. Catadoras que trabalhavam no aterro do Jóquei, mas residiam em outros lugares, compradoras de material reciclável e funcionárias do SLU, possivelmente, estavam entre as frequentadoras dos bares. Além disso, como Orrego apontou, a construção da Via Estrutural, a partir de 1977, também pode ter contribuído para o aumento da circulação de pessoas por ali.

Dona Isabel, outra moradora entrevistada pelo Ponto de Memória, chegou à região em dezembro de 1987. Ela também afirma, em seu relato, que poucas eram as pessoas morando na ocupação na época – o que indica que o número de habitantes variou pouco ao longo das décadas de 1970 e 1980. Mas um aspecto de seu depoimento aponta para uma mudança importante nas características da ocupação entre estes dois períodos. Se nos relatos de Dona Vanda e Dona Lia, a mudança para a região estava relacionada ao trabalho no Lixão – já que as duas trabalharam como catadoras –, para Dona Isabel a mudança de endereço significou a possibilidade de voltar a fazer da terra seu sustento, como acontecia antes dela sair da Bahia e vir para Brasília, em 1967. Segundo ela, quando chegou na ocupação próxima ao aterro do Jóquei, além dos empregos que seus filhos tinham em outras regiões do DF, o plantio tornou-se a fonte de renda da casa: “Eu vendia a banana, vendia o limão, vendia a manga quando tinha, vendia a jaca, vendia as verduras. Tinha de tudo: tinha mexerica, até romã eu vendia.”⁷³

Apesar das fotografias do *Correio Braziliense* centrarem-se no espaço do Lixão, uma

análise comparativa entre a série fotográfica de Wilson Pedrosa, de 1979, e aquela produzida por Gilberto Alves, em 1986, nos permite visualizar indícios que apontam na mesma direção de algumas das mudanças narradas pelas moradoras entrevistadas pelo Ponto de Memória. Enquanto poucas são as pessoas que aparecem nas fotografias de Pedrosa, nas imagens em preto e branco produzidas por Alves, por sua vez, o cenário muda consideravelmente. Nelas, o Lixão aparece bem mais povoado e, como em algumas imagens Alves opta por desfocar o fundo, a menor profundidade do campo também contribui para despertar nas leitoras a sensação de que mais pessoas habitavam aquelas paisagens.

Em uma das fotografias de Alves, uma criança pequena [*Imagem 57*] parece se divertir ao encarar, com curiosidade, o enorme porco que habita o centro da imagem. Ela está calçada com apenas um dos tênis; o outro, como ocorre ao pequeno menino da *Imagem 63*, sobre a qual já falamos, descansa sobre uma de suas mãos – talvez tenha se soltado do pé enquanto brincava com amigas pelo Lixão, ou enquanto corria tentando alcançar com rapidez os animais para mostrá-los ao fotógrafo. Esta história, no entanto, não nos é contada; tampouco a postura alegre e traquina do menino habita as páginas do jornal. A reportagem também não abre espaço em seus parágrafos para nos contar por que, atrás do menino e do porco, aparece uma pequena multidão de bois e vacas. Ao menino, de pés apressados calçados pela metade e postura de aparente curiosidade, foi destinada uma pasta no arquivo do Cedoc – a mesma que guardou, distante do olhar do público, o gesto do homem que levantou o dedo em riste para a câmera do mesmo Gilberto Alves [*Imagem 58*]. Agora, restituídas ao público, as mesmas fotografias nos permitem visualizar, além de um menino e um homem performando outras possibilidades de ser diante das lentes de um fotógrafo, também aquilo que os depoimentos Dona Isabel, Dona Lia e Dona Vanda tanto enfatizaram em seu depoimento: o aumento na região, durante a segunda metade da década de 1980, no número de chácaras que se dedicavam tanto ao plantio de hortaliças, legumes e frutas, quanto à criação de animais como bois, vacas, porcos, cavalos e aves – estes, que tanto começam a aparecer nas imagens dos repórteres fotográficos produzidas nesse mesmo período.

Das 12 fotografias produzidas por Alves, cinco apresentam crianças em primeiro plano – sendo todas elas negras –, tornando evidente o desejo da equipe de reportagem de explorar,

também visualmente, as relações entre infância e Lixão. Apenas uma destas fotografias foi publicada pelo jornal, justamente aquela que mostra Patrícia e seus irmãos Mauro, Wander-son e Washigton [*Imagem 62*] – da qual falamos anteriormente. Mas o que nos interessa nela não são as quatro crianças em primeiro plano, e sim a parte desfocada da imagem, aquela que compõe o que seria o fundo da imagem: um homem empilha sacos com material reciclado sobre uma carroça puxada por um cavalo – em outra foto da série, o mesmo homem e o mesmo cavalo aparecem em *zoom*, com a carroça em movimento.; uma outra pessoa, mais ao fundo, inclina-se sobre a porta aberta de uma Kombi. Há ali, portanto, no fundo da imagem, um movimento do Lixão que as fotografias de Pedrosa não mostravam, como se o ambiente e as relações comerciais estabelecidas nele tivessem se complexificado – mais pessoas, mais veículos para transporte de material, mais resíduos sólidos na área de separação.

Atrás de todas as pessoas e à frente da vegetação, é possível ver uma névoa que lembra fumaça – um indício de algum tratamento dispensado ao lixo pelo SLU. Quando Dona Vanda chegou à região, a atuação do órgão no tratamento dos resíduos e a estrutura de venda do material reciclável eram bem mais discretos: “tinha um senhor e um rapaz que compravam os materiais e iam embora. Um morava no Guará e outro em Taguatinga. Tinha só nós aqui no meio desse cerrado, minha mãe com meus irmãos e eu, no meio desse cerrado.”⁷⁴ A região, nos conta Dona Vanda, era usada como depósito de lixo a céu aberto e não como um aterro ainda, já que apenas vez ou outra aparecia um trator para empurrar o lixo: “os caminhão chegava, despejava [*o lixo*] e ia embora, pronto [*bate uma mão na outra*]. De vez em quando vinha um trator empurrava o lixo, que era pelo SLU... Dava tempo da gente pegar muita coisa: era alumínio, cobre, metal, papel, plástico, papelão... nós pegava isso aí e vendia. Vinham uns comprador de Taguatinga pra comprar aqui os material.” A tranquilidade para fazer a separação do lixo já não era a mesma na segunda metade da década de 1980, como descreve o repórter João Paulo Barbosa em reportagem publicada em março de 1987: no aterro “tem-se que agir com rapidez, pois logo em seguida ao despejo chega o trator que empurra o lixo para as valas e o recobre de terra.”⁷⁵ A jornalista Carmem Cruz narra, em 1986, uma dinâmica de comercialização semelhante àquela contada por dona Vanda, embora também mais robusta:

Maria José vende o quilo de latão por Cz\$ 200 e sempre para uma mesma pessoa, Amadeus. E é para ele que as mais de 100 famílias dali vendem os materiais encontrados. Amadeus é o intermediário entre o catador e os compradores, como a Nova Rio Papéis que sai diariamente dali com dois ou três caminhões carregados. No meio do lixão ele mantém um pequeno estande de madeira, onde seu funcionário, Marlúcio de Sá, residente na Ceilândia, faz o controle das compras através de pagamento imediato.⁷⁶

Maria José Campos, uma das pessoas entrevistadas por Cruz, afirmava faturar por volta de 1200 cruzeiros por mês com a reciclagem em 1986 – na época, o salário-mínimo no Brasil estava em torno de 804 cruzeiros mensais. Tanto nas reportagens analisadas quanto na bibliografia e filmografia consultadas, são vários os depoimentos que enfatizam as vantagens de se trabalhar com reciclagem no Lixão em relação a outros empregos que não exigiam escolaridade, como o de trabalhadora doméstica e o de auxiliar de pedreiro – que são os mais citados. Um dos subtítulos da reportagem *Lixo é vida para centenas no DF*, publicada em 1978, inclusive, é “Doméstica nunca!”, fazendo referência à fala de uma das catadoras entrevistadas no aterro de Taguatinga que explicava porque, entre as duas opções, preferia trabalhar com reciclagem: “Serviço de patroa não acaba nunca e a gente ainda tem que aguentar abuso.”⁷⁷ Julião Dias, catador também em Taguatinga, resumiu bem a questão em reportagem publicada em 1978: “simplesmente eu não conseguiria sustentar minha família ganhando um salário que pagam para servente em construção, basta dizer que os gastos com transporte consumiriam ele quase todo, sem se falar no aluguel de uma casa...”⁷⁸ Além de ganhar mais, trabalhar com reciclagem morando em um barraco próprio próximo ao aterro significava também uma grande economia.

Ainda que os signos da escassez perpassem grande parte dos textos jornalísticos analisados, neles é possível encontrar pistas sobre as riquezas do material descartado no Jóquei. Trabalhando no aterro de Taguatinga, Inocência de Jesus, uma das catadoras entrevistadas para matéria intitulada *Do precioso lixo de Brasília quase nada se perde*, publicada em 1983, queixa-se à repórter: “É uma pena que o lixão do Jóquei seja tão longe. Dizem que lá é melhor e tem até boa comida. O lixo daqui é muito pobre, e quando tem alguma coisa de comer eu não posso pegar por causa do desembesto desse povo.”⁷⁹ A jornalista Carmem Cruz explica às leitoras as razões que tornam esse lixo tão rico “a produção de lixo está diretamente ligada ao consumo, por isso, de acordo com levantamento do Serviço de Limpeza Urbana,

os moradores do Plano Piloto – compreendendo também o Lago, Cruzeiro, Guará e Núcleo Bandeirante – são os que produzem a maior quantidade de lixo.”⁸⁰ – ou seja, justamente as localidades de origem dos resíduos que eram encaminhados para o Lixão do Jóquei.

Nas reportagens, bem como nas entrevistas do Ponto de Memória, a falta de escolaridade das catadoras aparece como uma barreira para o acesso a um trabalho que garantisse uma maior remuneração do que a obtida com a reciclagem.⁸¹ Então, não é que necessariamente não existissem outras possibilidades de trabalho, a questão é que aquelas que se apresentavam como possíveis não pareciam tão vantajosas quanto a reciclagem para grande parte daquele grupo específico. Esta constatação nos afasta de certo imaginário sobre o trabalho no Lixão, imaginário este que o percebe como o retrato da mais completa falta de opção e de possibilidade de escolha, como se este trabalho representasse o assujeitamento absoluto das catadoras às condições de precarização da vida a que elas foram submetidas.

Isso nos permite levantar algumas questões. A primeira delas tem a ver com as condições de trabalho nos empregos considerados socialmente mais “aceitáveis” do que a reciclagem, em especial àquela que se exerce nos lixões. Não é apenas a menor remuneração que torna as catadoras entrevistadas resistentes em aceitá-los, mas também situações cotidianas como ter que tolerar “o abuso das patroas”, precisar gastar dinheiro com o deslocamento para o trabalho e o desgaste físico exigido para desempenhar as funções laborais. Dona Joaquina, por exemplo, moradora de uma ocupação no Plano Piloto no final da década de 1970, em entrevista ao mesmo jornal, afirmou “estar muito velha para trabalhar em casa de família” preferindo andar pela Asa Sul à procura de material reciclável.⁸² Sua idade não é revelada na matéria, mas quem redigiu o texto a apresenta às leitoras como “a Velha Joaquina”.

O trabalho de catação de recicláveis pela cidade não é fácil, exige muito fisicamente. Quando exercido no Lixão, os riscos aumentam – relatos de acidentes, muitos deles fatais, são comuns nas falas de quem trabalha ou trabalhou por ali.⁸³ Além disso, o descarte incorreto de materiais como remédios, agulhas, vidros quebrados, dentre outros, aliado à falta de vestimentas adequadas à função, com frequência se reverte em ferimentos durante a coleta. Mesmo assim, Dona Joaquina – uma mulher idosa –, assim como outras mulheres entrevis-

tadas pelo jornal, afirmavam que o trabalho de catação era menos desgastante fisicamente do que o “serviço de patroa”, já que este “não acaba nunca”.⁸⁴ Considerando que a regulamentação do trabalho doméstico “no Brasil só aconteceu na segunda década dos anos 2000, com o Projeto de Emenda Constitucional nº 66/2012⁸⁵ – conhecido como PEC das Domésticas –, não é surpreendente que as condições de trabalho às quais eram com frequência expostas estas mulheres nas “casas de família”, pudessem ser consideradas pelas entrevistadas mais precárias do que as do Lixão.⁸⁶

Uma outra questão que perpassa os depoimentos e reportagens é que, ainda que o trabalho no Lixão decorresse, em certa medida, de uma escolha entre as poucas opções então acessíveis, esta escolha determinava em muitos aspectos a maneira como as catadoras se relacionavam com o mundo externo ao trabalho. Ou seja, mesmo ganhando bem em comparação aos outros empregos socialmente mais “aceitáveis” disponíveis, trabalhar no Lixão significava, para grande parte das catadoras, um encolhimento do mundo social, já que o olhar externo sobre seus corpos e atividades laborais tornava-se um olhar de julgamento e repulsa. Esta percepção atravessa as vozes das catadoras que emergem das diversas fontes analisadas, independentemente do tempo na qual elas foram produzidas. É possível, portanto, percebê-la nas reportagens do *Correio Braziliense* das décadas de 1970 e 1980, nos depoimentos colhidos pelo Ponto de Memória da Estrutural entre os anos de 2011 e 2012, nas entrevistas das catadoras para o filme *Cata(dores)*, de Webson Dias, lançado em 2011, nas conversas que tive com estudantes que trabalhavam e/ou eram cuidadas por quem trabalhava no Lixão. Seus reflexos me eram também percebidos através falas das alunas do CED 01 da Estrutural que nunca frequentaram o Lixão, mas que precisavam lidar cotidianamente com a associação que as pessoas “de fora” faziam entre a sua cidade e o aterro.

Em uma roda de memória organizada pelo Ponto de Memória na Estrutural, em 2012, e transcrita em partes na tese de Caroline Santos, uma ex-catadora de nome Creuza falou sobre a persistência das péssimas condições de trabalho no Lixão e sobre a concomitância entre a boa quantidade de dinheiro que se pode ganhar ali e o processo de desvalorização experienciado pelas catadoras no encontro com o olhar externo:

Eu, Creuza, há duas semanas atrás fui pro Lixão porque eu tava desempregada...

A situação é degradante, eu chorei muito porque é terrível. Eu abri uma sacola e tinha um monte de fezes, abri outra e tinha um monte de bicho... Uma pessoa como eu, que nasci no Lixão, não conseguiria mais viver como catadora, imagina uma pessoa que vive numa sociedade diferente... Jamais se uniria a um catador. Não se une. Por mais que as pessoas falem que não têm orgulho, que tão aqui pra lutar por uma sociedade... [Não] se juntaria, [não] se sentaria à mesa com um catador... É bom ser catador, ganhar muito dinheiro, é bom, mas é um dinheiro que não vai deixar você ter conhecimento. [...] por que essa sociedade, Vila Nova e Vila Velha, não se misturavam? Por causa de ser um choque: catador é considerado como um lixo, como pobre, como degradante, como se fosse um rato entrando na sua casa... Mas assim, por mais que tenha cursos aqui dentro... as pessoas jamais vai deixar de ser um catador pra fazer curso de bolsa de caixinha de leite pra ganhar 500 reais por mês, vocês estão me entendendo?⁸⁷

O preconceito e a discriminação, nesse caso, extrapolavam as questões financeiras, pois mesmo que uma catadora ganhasse mais no Lixão do que outras categorias de trabalhadoras, ainda era vista, ela mesma, “como parte do lixo”. Coisa semelhante ocorria à localidade que abrigava o aterro, tantas vezes tomada por pessoas externas como lugar de despejo de toda uma cidade – como bem evidenciou Santos no último capítulo de sua tese, cujo título demonstra de forma exemplar a ambiguidade sobre a qual estamos tratando: *A cidade e o lixo: fartura lá em cima, vergonha lá fora*.⁸⁸ A simbiose estabelecida entre lixo-catadores-vila, nas legendas das imagens que compõem as reportagens analisadas no presente capítulo desta tese, direcionam a experiência visual das leitoras para aqueles que seriam signos da “miséria” ou da “escassez”; elas afastam o nosso olhar de outras possibilidades sensitivas e interpretativas na relação com as fotografias ali oferecidas. As dinâmicas econômicas e comerciais do Lixão [Imagem 62], a socialização entre as trabalhadoras [Imagem 56] tornam-se, portanto, apenas o fundo desfocado das imagens; em primeiro plano, amplificados pelo trabalho pedagógico das legendas, estão o lixo, os corpos negros e os muito animais misturando-se para compor uma paisagem desolada.

05 QUESTÕES DE NOME

Audre Lorde, já em 1976, não nos deixava esquecer: a autodefinição, para sujeitos e grupos minorizados, é tanto uma estratégia política coletiva quanto uma tática de sobrevivência individual. Pois “se eu, Audre Lorde, não definir quem sou, o mundo externo de certo o fará”,⁸⁹ e o fará sob seus próprios termos. Nomear, então, é também territorializar; ten-

do-se em mente que “o território, aqui, não é visível, não é especializado, mas da ordem do eu.”,⁹⁰ – seja este um “eu” individual ou coletivo. Para além da nomeação e da autodefinição, a construção de agenciamentos de enunciação torna possível o partilhar das experiências e a construção de alianças, pois é por meio desses agenciamentos que as experiências ganham suporte expressivo e consistência, podendo se tornar meio para a articulação política – já que, sem eles, a energia transformadora das práticas se esvai sem encontrar possibilidade de continuação. O enunciado transmuta-se, assim, num recurso estético-político onde as experiências tomam forma, se costuram (de modo contingente e temporário), fazendo possível o encontro do *um* com o *outro um*.

Por duas décadas, de acordo com as fontes analisadas, a ocupação que aqui nos referimos como “vila” ou “do jóquei” – por pura necessidade de se fazer entender –, não possuiu um nome que lhe servisse de referência inequívoca. Os nomes e expressões utilizadas para lhe fazer visível ao outro variaram muito ao longo das décadas de 1970 e 1980, sendo “Boca do Lixo”,⁹¹ “aterro sanitário atrás do Jockey Club”⁹² e “Lixão do Jóquei” ou “Aterro do Jóquei”⁹³ as que aparecem com maior frequência. São nomes que colocam o Lixão em evidência, muitas vezes apagando a ocupação que existia nos arredores do aterro, tornando as duas uma mesma coisa. Dona Lia, por exemplo, mostrou à equipe do Ponto de Memória durante sua entrevista o cartão de vacinação de uma de suas filhas, datado de 1982; nele a vila era identificada como “Boca do Lixo Jóquei Club”.⁹⁴ A ex-moradora, no entanto, não parece reconhecer o nome então concedido ao lugar onde vivia na ocasião de emissão do documento: “Boca do Lixo, olha só o nome da cidade [*risos*]”.⁹⁵ Outros nomes como “aterro sanitário do Guará”⁹⁶, “Vila Vicente Pires”,⁹⁷ “Invasão do Bicuca”⁹⁸ e “Morro da Graia”,⁹⁹ aparecem apenas pontualmente nas fontes, com uma ocorrência cada.

Veremos no próximo capítulo que, aproximadamente a partir do final de 1994, iniciou-se a ocupação da região onde hoje se encontra a Cidade do Automóvel – ocupação esta que logo ficou conhecida como *Estrutural*. A partir de então, outros nomes passaram a ser utilizados para se referir à vila e/ou à Estrutural: Vila Velha, Vila Nova, Baixa Estrutural e Alta Estrutural. Apesar das semelhanças e proliferação de nomes a partir desse período, é importante estabelecer alguns parâmetros para futura menção a eles nesta tese: “Alta Estrutural”,

por exemplo, refere-se à ocupação que se desenvolveu onde hoje é a Cidade do Automóvel e que existiu entre 1994 e 1996; já o termo “Baixa” só passou a ser utilizado justamente em 1996, quando a Alta Estrutural foi removida de seu local de origem e realocada na área circundante ao atual centro da Cidade Estrutural.¹⁰⁰ Foi justamente nesse momento de interseção forçada entre as duas localidades, realizada pelo governo de Cristovam Buarque, que os termos “Vila Velha” e “Vila Nova” começaram a ser utilizados.

Na época, as duas vilas estavam separadas por uma larga estrada de barro que passava em frente à chácara de Dona Geralda (hoje chamada de *Avenida 9 de Julho*), como ela mesma nos explica no seguinte trecho de sua entrevista: “É tanto que chamava assim a “Vila Velha”, porque, dessa pista pra cá, era tudo velho [*aponta para a avenida que passa em frente à casa*]. Daqui pra trás era só os antigo mesmo, pra lá que era os novato.”.¹⁰¹ Dona Vanda, por exemplo, praticamente não faz uso do nome “Estrutural” em seu relato, se referindo apenas às vilas Nova e Velha. Juan Fernando Orrego também recorre a essa bifurcação nominal durante toda a sua dissertação, inclusive nomeando a cidade que se desenvolveu a partir da junção das duas vilas de “Vila Estrutural”.¹⁰² Já Caroline Santos utiliza tanto a divisão entre “vilas” quanto em “Alta” e “Baixa”, mas em sua pesquisa, independentemente da época que está sendo tratada, o termo mais usado é mesmo “Estrutural”. A divisão em Alta/Baixa e Nova/Velha, no entanto, só faz sentido *a posteriori*, ou seja, quando passou a existir esse duplo – uma ocupação nova que contrastava com a mais antiga.

Nos depoimentos de Dona Lia e Dona Isabel, o nome “Estrutural” aparece como referência à localidade independentemente o período no qual o episódio narrado se localiza. Dona Lia, por exemplo, comenta que no final da década de 1970, antes de se mudar, ela já “tinha passado ali na Estrutural” e, portanto, já conhecia o lugar. Dona Isabel, por sua vez, conta que ficou sabendo da localidade no final da década de 1980 por intermédio de um amigo de seu filho “que morava na Estrutural... tinha uma fazenda na Estrutural”. Se a experiência, como escreveu Reinhart Koselleck, “se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e depois”,¹⁰³ é possível entender porque o nome *Estrutural* envolve os diversos estratos de tempo nos quais se embasam os depoimentos aqui elencados – mesmo quando em

referência a períodos nos quais este nome não era ainda utilizado. É como se a imagem da cidade de hoje se impregnasse também nas memórias sobre a vila, principalmente porque o espaço no qual ambas se desenvolveram é, em grande parte, coincidente.

Cabe à pesquisadora questionar se a repetição de um nome significa, efetivamente, uma repetição de ideia, de sentido – caminho este que seria mais fácil de se trilhar em um processo de análise, pois partiria do entendimento de que as histórias da vila e da Cidade Estrutural fazem parte de um *continuum*. O que os depoimentos das moradoras do local na época da vila evidenciam, no entanto, é que esse percurso histórico não é de todo óbvio, nem se configura como uma trajetória pacífica. Vejamos o exemplo de Dona Lia que, logo depois de afirmar, em um trecho de seu depoimento, que “já tinha passado ali na Estrutural” antes de se mudar para lá, emendou a frase “nesse tempo era Lixão” – ou seja, ainda não era a cidade que passou a existir depois, era outra coisa.¹⁰⁴ Dona Isabel também separa, de alguma forma, a Estrutural daquela ocupação que surgiu nos arredores do Lixão do Jóquei em algum ponto da década de 1960: “quando o pessoal da Estrutural chegou lá, eu tinha oito anos que morava na Estrutural, quando chegou esta turma de gente”,¹⁰⁵ lá pelo ano de 1995. Ainda que o nome utilizado seja o mesmo, ela demarca a diferença: “quando o pessoal da Estrutural chegou”. Ou seja, quando a ocupação que existia onde hoje é a Cidade do Automóvel, que ela nomeia “Estrutural”, desceu para onde ela vivia, aí sim começou a se formar a cidade que hoje tem o nome de Estrutural.

No próximo capítulo trataremos das relações estabelecidas entre as localidades; mas me parece importante destacar, já neste ponto, como a ambiguidade nominal em relação às duas ocupações teve como efeito subordinar, com o tempo, as experiências socioespaciais das moradoras da vila àquelas desenvolvidas a partir do surgimento da Estrutural. Operou-se uma colagem entre as duas localidades, de modo que não é raro acessar textos que, como veremos mais à frente, tomam a vila como um prenúncio da cidade e/ou a cidade como resultado da evolução da vila.



Poética da catação:
Olho pra inutilidade exige treino
Entre o dinheiro, a serventia e o descarte
Há também o gosto por aquilo que vejo.

IMAGEM 52 . SAADS, Leila. Quadro. Fotografia de imagem impressa em papel fotográfico. 2023. / PEDROSA, Wilson. Fotografia publicada em: PANTOJA, Nelson. A República dos Miseráveis. Correio Braziliense, Brasília, 07 out. 1979. Caderno Cidade, p. 21.



Outubro. Na clareira aberta no cerrado, sombra é artigo de luxo
Onde ela abunda, há vestígios dos corpos que não habitam a imagem:
Restos de trabalho, materiais ensacados, fogareiros improvisados
– & entre a copa e a sala de estar, um quadro.

IMAGEM 53 . SAADS, Leila. *Descanso*.
Fotografia e intervenção sobre imagem impressa
em papel fotográfico. 2023. / PEDROSA, Wilson.
Fotografia publicada em: PANTOJA, Nelson. *A
República dos Miseráveis*. Correio Braziliense,
Brasília, 07 out. 1979. Caderno Cidade, p. 21.



A corredeira de quando o caminhão chega
dessa me lembro.

Mas sob essas sombras – as tortas ou as projetadas –
tempo vira água de bacia furada,
daqueles furinhos pequenos que mal dá pra ver;
tempo de separação, de limpeza, de conversa solta
enquanto a lata esquenta sobre o fogo aceso.

IMAGEM 54 . SAADS, Leila. Colchão.
Fotografia de imagem impressa em papel
fotográfico. 2023. / PEDROSA, Wilson. Fotografia
publicada em: PANTOJA, Nelson. A República dos
Miseráveis. Correio Braziliense, Brasília, 07 out.
1979. Caderno Cidade, p. 21.



Há nuvens em teu vestido. Vejo algumas grandes, outras delas pequenas como moedas. O balanço dos dois corpos lembra até uma coreografia: pés, quadris, os braços sincronizados; os olhos que não, estes miram horizontes opostos no céu limpo. É para o trabalho que caminhas? Ou para casa, o riacho, para a chácara de alguma vizinha? O que carregas sobre a cabeça rumo ao destino incógnito?

IMAGEM 55 . SAADS, Leila. *Caminhada*. Fotografia de imagem impressa em papel fotográfico. 2023. / PEDROSA, Wilson. *Catadores de Lixo*. 06 out. 1979. Fonte: Centro de Documentação do Correio Braziliense.



Dar a ver uma fotografia por suas bordas
De modo a desvelar nela o ato corriqueiro:

Duas mulheres conversam
depois de uma manhã de intenso trabalho
Falam do céu limpo, do tempo que passa,
da criança que se recusa a fazer o dever de casa,
do que sobrou de ontem à noite e que logo vão requeentar.

IMAGEM 56 . SAADS, Leila. *Conversa*.
Fotografia e intervenção sobre imagem impressa
em papel fotográfico. 2023. / ALVES, Gilberto.
Lixo, Estrutural. 17 out. 1986. Fonte: Centro de
Documentação do Correio Brasileiro.



O menino que estudava porcos e tendia a vento
[do tipo que dá asa a sapato e entorta até tronco d'árvore]
só foi dar jeito de fazer parar seu corpo
quando plantou olhos num espécime dos mais raros
[raríssimo, ao que parece, que de suínos eu desintendo]
o observou, catalogou & analisou até envelhecer o dia, o menino,
para só então exibi-lo aos olhos de vidro para fins de registro.

IMAGEM 57 . SAADS, Leila. Menino.
Fotografia e intervenção sobre imagem impressa
em papel fotográfico. 2023 / ALVES, Gilberto.
Lixo, Estrutural. 17 out. 1986. Fonte: Centro de
Documentação do Correio Brasileiro.



Convite
ou
quando um dia de trabalho vira objeto de uma excursão turística
ou ainda
a quem pertence a imagem?

IMAGEM 58 . SAADS, Leila. Gesto. Fotografia e intervenção sobre imagem impressa em papel fotográfico. 2023. / ALVES, Gilberto. Lixo, Estrutural. 17 out. 1986. Fonte: Centro de Documentação do Correio Brasileiro.



ARQUIVAR:

Escassez não veste branco,
nem olha também nos olhos
de vidro; ela não tem rosto,
nem mantém o corpo erguido.

IMAGEM 59 . IMAGEM 60 .
IMAGEM 61 . SAADS, Leila. *Aparição I, II e III. Intervenção sobre imagens impressas em papel fotográfico. 2023 / CRUZ, Adauto. Depósito de Lixo. 04 out. 1976. Fonte: Centro de Documentação do Correio Brasileiro.*



Imagina que tomaram tua boneca,
esse vai ser o nosso faz de conta.
Na foto não precisa sorriso, querida,
esconde.

IMAGEM 62 . SAADS, Leila. *Faz de conta. Intervenções sobre imagem impressa em papel fotográfico. 2023.* / ALVES, Gilberto. *Fotografia publicada em: CRUZ, Carmem. Produção de lixo doméstico é recorde nacional. Correio Braziliense, Brasília, 19 out. 1986, p. 33.*

06 NOTAS DE FIM

- 1 PANTOJA, Nelson. A República dos Miseráveis. *Correio Braziliense*, Brasília, 07 out. 1979. Cidade, p. 21.
- 2 A comparação não visa reduzir as vertentes e modos de fazer da antropologia que, ao longo do tempo, apresentou e apresenta uma multiplicidade de práticas. Como alertou Viveiros de Castro: “Sabemos da popularidade que desfruta, em certos círculos, a tese segundo a qual a antropologia, congenitamente exotista e primitivista, não passa de um teatro perverso, no qual “o outro” é sempre “representado” ou “inventado” segundo os interesses sórdidos do Ocidente. [...] À força de ver sempre o Mesmo no Outro – de dizer que sobre a máscara do outro somos “nós” que estamos olhando para nós mesmos –, acabamos por tomar o atalho que nos leva ao que realmente, no fim e no fundo, nos interessa, a saber: nós mesmos. Uma verdadeira antropologia, ao contrário, “devolve uma imagem de nós mesmos na qual nós não nos reconhecemos”, pois o que toda experiência de uma outra cultura nos oferece é a ocasião para se fazer uma experiência sobre a nossa própria cultura [...]”. Ou seja, olhar para *o outro* e conseguir ver em nós o outro de nós mesmos e do outro, expandindo assim as possibilidades de existirmos – essa é a prática antropológica defendida por Castro, uma prática que prolifere multiplicidades, em tudo distinta daquela impressa nas páginas dos jornais que aqui estamos analisando. Cf. VIVEIROS DE CASTRO, op. cit., 2018, p. 21.
- 3 PANTOJA, 1979 op. cit., p. 21.
- 4 HARTMAN, 2022, op. cit., p. 38.
- 5 CARRIJO, Elizângela; ASSANO, Sandra Nui. O acesso à informação em um Centro de Documentação jornalístico: cotidiano e práticas. *Anais do I Congresso Nacional de Arquivologia – ABARq*. Brasília: UnB, 2004, p. 03
- 6 HARTMAN, 2022, op. cit., p. 11.
- 7 Idem, p. 40.
- 8 VANDA, 2012, op. cit.
- 9 PANTOJA, 1979, op. cit., p. 21.
- 10 Como escreveu Achille Mbembe: “Em sua ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar seu poder, o hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, a terra natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade. [...] O Resto – figura, se tanto, do dessemelhante, da diferença e do poder puro do negativo – constituía a manifestação por excelência da existência objetificada. [...] Figura excedente em relação a qualquer figura e, portanto, fundamentalmente infigurável, o negro em particular era o exemplo consumado desse ser outro, vigorosamente forjado pelo vazio...”. Cf. MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018, pp. 29-30.
- 11 Cf. QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Sete aspectos sociais de Brasília. [1970] In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio (orgs.). *Brasília – antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- 12 A PRIMEIRA usina de industrialização de lixo no país será inaugurada 3ª feira em Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 set. 1963. 1º Caderno, pp. 07-09.
- 13 USINA de tratamento de lixo de Brasília é a única no país que transforma o lixo em dinheiro. *Correio Braziliense*, Brasília, 16 maio 1964. 1º Caderno, p. 06.
- 14 INDUSTRIALIZAÇÃO do lixo. *Correio Braziliense*, Brasília, 31 dez. 1963. 1º Caderno, p. 04.
- 15 CADERNO DE CAMPO, 14 jan. 2022.
- 16 CRIANÇAS vivem como animais na parte triste de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 10 maio 1960. 1º Caderno, p. 08.
- 17 CRIANÇAS envenenadas com laranja. *Correio Braziliense*, Brasília, 31 mar. 1965. 1º Caderno, p. 7.
- 18 COLUNA do leitor. *Correio Braziliense*, 29 mar. 1962. *Correio Braziliense*, 29 mar. 1962. 1º Caderno, p. 06.
- 19 VANDA, 2012, op. cit.
- 20 HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS. *Nossa história*, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/hfa/pt-br/conheca-o-hfa/nossa-historia> Acesso em: 30 fev. 2024.
- 21 É interessante perceber que a forma triangular, tão característica das imagens aéreas da Cidade Estrutural, remonta ainda à década de 1960. Imagens das décadas seguintes mostram a criação de novos caminhos, o surgimento de loteamentos, o multiplicar das linhas internas; mudanças e crescimento sempre limitados, de um lado, pelo

Parque Nacional de Brasília – PNB, do outro, pelo Córrego Cabeceira do Valo e, finalmente, por uma longa estrada de terra que, em 1977, foi substituída pela Via Estrutural. Cf. ORREGO, Juan Fernando. *Vila Estrutural: Uma abordagem sobre ocupação e a produção do espaço*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2013, p. 61.

22 Assim continua o autor no trecho seguinte: “Embora existam poucos ou quase nenhum registro oficial da criação do “aterro controlado”, percebe-se por meio de algumas fotografias aéreas da época, que entre 1961 – data de inauguração de Brasília – e 1965, não existem registros do lixão na área, apenas a marcação de um lote, em limites com o Parque Nacional de Brasília, que poderia insinuar uma tentativa de criar uma área destinada para algum tipo de atividade, por exemplo, o depósito de lixo.” Cf. *Ibid.*

23 VANDA, 2012, op. cit.

24 SUZANO, 2012, op. cit.

25 O mesmo documento afirma na página 58 que, em 2004, apesar do Lixão da Estrutural estar consolidado há décadas, o despejo irregular de lixo em variados pontos da ocupação permanecia uma constante, ameaçando a salubridade do local: “a presença do Aterro de Lixo e dos depósitos clandestinos de lixo e entulho, por abandono ou com propósitos de reciclagem, exalam mau cheiro, poluem o solo, a atmosfera e as águas superficiais e subterrâneas [...]”. Veremos no próximo capítulo que, a prática de levar para os lotes habitacionais os materiais que seriam vendidos para reciclagem, era comum entre trabalhadoras do Lixão também na década de 1990. Cf. TERRACAP; PROGEA. *Relatório de Impacto Ambiental da Vila Estrutural – RIMA/Estrutural*. Brasília, 2003, p. 53.

26 DISTRITO FEDERAL; CODEPLAN. *I Plano Diretor de Limpeza Urbana do Distrito Federal*. Brasília, 1972.

27 LIXO é a vida para centenas no DF. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 nov. 1976, p. 10.

28 Edificação localizada no Eixo Monumental, um dos dois eixos que estruturam o Plano Piloto de Brasília.

29 Assim escreve Hartman: “As fotografias coagiam as pessoas negras e pobres à visibilidade como uma condição de policiamento e caridade, fazendo aqueles que eram forçados a aparecer carregarem o fardo da representação.” Cf. HARMAN, op. cit., p. 40.

30 CRUZ, Carmem. Produção de lixo doméstico é recorde nacional. *Correio Braziliense*, Brasília, 19 out. 1986, p. 33.

31 Uma matéria do *Correio Braziliense* publicada em março de 1994, intitulada *Garotos do Lixão metem a bola na rede*, é exemplar nesse sentido, demonstrando que o entrelaçamento entre as experiências de vida das moradoras da vila e o seu trabalho no Lixão foi característica presente nas reportagens sobre a localidade por um longo período. Apesar de o texto ter como temática central um time de futebol formado por adolescentes que trabalhavam no Lixão à época – o que o título logo faz evidente –, não há sequer uma fotografia, dentre as três que compõem a reportagem, na qual os meninos estejam jogando bola. Nas três imagens, eles se tornam visíveis para a leitora a partir do seu trabalho – seja por meio do corpo curvado no momento da catação; empurrando um carrinho de madeira enquanto, ao fundo, um caminhão de lixo despeja uma montanha de resíduos; seja mirando a câmera ao lado do mesmo carrinho que, no entanto, agora mostra seu conteúdo formado por sacolas e garrafas pet. Não parece ter sido fato digno de importância, durante a feitura e seleção das imagens para publicação, que alguns deles aparentem ter se arrumado para a sessão fotográfica – talvez sedentos de exibirem para as câmeras seus talentos futebolísticos; também não parece ter importado que seus interesses e sonhos, transcritos em negrito em local de destaque da página, fossem em muito semelhantes aos de tantos outros garotos da mesma idade e época (“Eu só queria ser artilheiro” / “Adoro carros e queria trabalhar numa oficina” / “Queria trabalhar no aeroporto, para ficar andando de avião”) – afinal, a relação travada entre as frases e as imagens constroem sentidos outros que não as aspirações e interesses típicos de certa experiência de juventude. Seus sonhos, corpos, roupas e olhares só ganham importância jornalística na relação que estabelecem com o Lixão – uma relação que, como vimos, tem a escassez e a falta como elementos definidores. Cf. MELLO, Teresa. *Garotos do Lixão metem a bola na rede*. *Correio Braziliense*, Brasília, 5 set mar. 1994. Cidades, s.p.

32 CRUZ, 1986, op. cit.

33 PANTOJA, 1979, op. cit.

34 JOCA, Luís. Os catadores vivem do que não presta. *Correio Braziliense*, Brasília, 5 set. 1978. Cidade, p. 21.

35 BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: n-1 edições, 2019, p. 16.

36 LIXO é a vida para centenas no DF, 1976, op. cit.

37 Assim escreve a autora: “Gostaríamos de propor aqui a perspectiva segundo a qual a raça, como atributo socialmente elaborado, relaciona-se diretamente com o aspecto subordinado de reprodução das classes sociais, ou seja, a reprodução (formação – qualificação – submissão) e distribuição dos agentes. Isto obviamente implica que as minorias raciais não estão excluídas da estrutura de classes das sociedades multirraciais onde as relações de produção capitalistas [...] são as dominantes. Mais ainda, o racismo, como articulação ideológica que toma corpo e se realiza através de um conjunto de práticas (isto é, discriminação racial), é um dos principais determinantes da posição dos negros e não-brancos dentro das relações de produção e distribuição. Uma vez que o racismo (de

forma similar ao sexismo) transforma-se numa parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, a reprodução da divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para elementos subjetivos como o preconceito [...]. Cf. GONZALEZ, Lélia. *Primavera para rosas negras*. Diáspora africana: Editora filhos da África, 2018, p. 97.

38 CRUZ, 1986, op. cit., p.

39 FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008, p.30

40 KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 38

41 CRUZ, 1986, op. cit.

42 GUATTARI, 2012, op. cit., p. 68.

43 TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, pp. 58-59.

44 BARBOSA, João Paulo. Na Boca do Lixo, a vida é o limite. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 mar. 1987. Cidade, p. 16.

45 James Holston nomeia essa “receptividade seletiva” no Distrito Federal de “incorporação diferenciada”, expressão que se refere aos diferentes tratamentos dados por instituições estatais às pessoas e grupos que chegavam à capital durante a fase de sua construção. Elas eram, em resumo, separadas em dois grandes grupos: as/os que viriam trabalhar na edificação de Brasília e cujo “o governo destituiu dos direitos de morar” e aquelas/es que residiriam na nova cidade, às quais “o governo contemplou com uma variedade de direitos de assentamento”. HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 205.

46 MBEMBE, Achille. A ideia de um mundo sem fronteiras. *Revista Serrote*, n. 31, pp. 66-79. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2019, p. 73.

47 Ibid., p. 66.

48 BARBOSA, João Paulo, 1987, op. cit., p. 16.

49 ONDE começa a esperança. *Correio Braziliense*, Brasília, 27 nov. 1982. Taguatinga/Ceilândia, p. 01.

50 DE UM MONTE de lixo colherás o teu pão. *Correio Braziliense*, Brasília, 26 abr. 1989. Cidade, p. 21

51 PANTOJA, 1979, op. cit.

52 NO ATERRO sanitário, alegria: o lixo voltou. *Correio Braziliense*, Brasília, 02 out. 1979. Cidade, p. 12

53 JOCA, Luís. Os catadores vivem do que não presta. *Correio Braziliense*, Brasília, 5 set. 1978. Cidade, p. 21.

54 DO PRECIOSO lixo de Brasília quase nada se perde. *Correio Braziliense*, Brasília, 27 fev. 1983. Cidade, p. 19.

55 CATA(DORES). Direção de Webson Dias. Independente. Distrito Federal, 2011. (23 minutos)

56 HOOKS, Bell. *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo: Elefante, 2019, p. 287.

57 Ibid., p. 289.

58 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 2012a, p. 35.

59 MENEZES, Rodrigo de. Devir e agenciamento no pensamento de Gilles Deleuze. *Comum*, v. 11, nº 26. Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso, 2006, pp. 66-85.

60 ARAÚJO, André. 2020, op. cit., p. 75.

61 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, 2012a, op. cit., p. 34.

62 GUATTARI, 2011, op. cit., p. 41.

63 *Em Teoria do Drone*, Grégoire Chamayou trata, em especial, das implicações éticas e políticas do desenvolvimento de tecnologias bélicas que atuam à distância – como, por exemplo, drones armados usados no Afeganistão, mas controlados a partir do território dos Estados Unidos da América. O que motivaria o desenvolvimento de tecnologias deste tipo seria, fundamentalmente, a busca por expandir o poder de ação de um agente (uma nação, um governo) sem, no entanto, torná-lo vulnerável: ou seja, projetar poder, sem assumir o risco da vulnerabilidade. Cf. CHAMAYOU, Grégoire. *Teoria do drone*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

64 ORREGO, op. cit., p. 69.

65 CADERNO DE CAMPO, 21 mar. 2022.

- 66 ORREGO, op. cit., p. 69.
- 67 VIA Estrutural totalmente desmatada. *Correio Braziliense*, Brasília, 27 maio 1977. Cidade, p. 17.
- 68 DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. São Paulo: Editora 34, 2020, p. 97.
- 69 Idem. *Diante do tempo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 29.
- 70 LIXO sem taxa. *Correio Braziliense*, 17 set. 1981. Política, p. 13.
- 71 SANTOS, Caroline. *Área de risco ou área de rico: Teorias sobre política, direito e respeito na Cidade Estrutural*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2013.
- 72 LIA, 2012, op. cit.
- 73 ISABEL, 2012, op. cit.
- 74 VANDA, 2012, op. cit.
- 75 BARBOSA, 1987, op. cit., p. 16.
- 76 CRUZ, 1986, op. cit., p. 33.
- 77 LIXO é a vida para centenas no DF, 1976, op. cit., p. 10.
- 78 JOCA, 1978, op. cit., p. 21.
- 79 DO PRECIOSO lixo de Brasília quase nada se perde, 1983, op. cit., p. 19.
- 80 CRUZ, 1986, op. cit.
- 81 Como escreveu Sueli Carneiro, as exigências educacionais cada vez mais elevadas para inserção das trabalhadoras no mercado formal, “por mais banal” que seja atividade a ser realizada, “não apenas conformam-se como um instrumento para a seleção dos profissionais mais qualificados, mas também operam como um filtro de natureza racial”. Ainda que não seja possível demonstrar a “intencionalidade de exclusão racial nesse processo, é certo que, a despeito das intenções, é o que ela realiza.” Cf. CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 114.
- 82 LIXO é a vida para centenas no DF, 1976, op. cit., p. 10.
- 83 Cf., por exemplo, SANTOS, 2013, op. cit., p. 170.
- 84 LIXO é a vida para centenas no DF, 1976, op. cit., p. 10.
- 85 A PEC limitou a jornada de trabalho da categoria a 44h semanais, garantindo direito ao pagamento das horas extras, férias, 13º salário entre outros.
- 86 As limitadas perspectivas profissionais acessíveis às mulheres negras brasileiras – em especial nos ambientes urbanos na segunda metade do século XX – as empurrava para a prestação de serviços de baixa remuneração, dentre eles o trabalho doméstico junto às famílias de classe média e alta. Para Lélia Gonzalez, ao habitar a intersecção entre sexismo, racismo e classismo, a mulher negra, quando empregada doméstica, estaria submetida a “um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares.”. Processo este amplificado pelos apagamentos decorrentes da localização do emprego doméstico na esfera privada da casa, o que acaba por borrar as fronteiras entre o pessoal e o laboral, dificultando a percepção e a publicização das violências, assédios e “abusos” exercidos pelas patroas e patrões nas relações com as trabalhadoras – especialmente antes da aprovação da PEC das Domésticas. Cf. GONZÁLEZ, 2018, op. cit., p. 44.
- 87 SANTOS, 2013, op. cit., p. 169.
- 88 Ibid, p. 155.
- 89 LORDE, Audre. *Sou sua irmã: escritos reunidos*. São Paulo: Ubu Editora, 2020, p. 88.
- 90 GUATTARI, 2012, op. cit, p. 69.
- 91 BARBOSA, João Paulo. 1987, op. cit., p. 16.
- 92 LIXO é a vida para centenas no DF, 1976, op. cit., p. 10.
- 93 DISTRITO FEDERAL; CODEPLAN, 1972, op. cit.
- 94 SANTOS, 2013, op. cit., p. 23.
- 95 LIA, 2012, op. cit.

- 96 BARBOSA, João Paulo. 1987, op. cit., p. 16.
- 97 Ibidem.
- 98 LIA, 2012, op. cit.
- 99 LIXO sem taxa, 1981, op. cit., p. 13.
- 100 Este episódio será abordado de forma mais aprofundada no próximo capítulo.
- 101 GERALDA, 2022, op. cit.
- 102 ORREGO, 2013, op. cit., p. 04.
- 103 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006, p. 310.
- 104 LIA, 2012, op. cit.
- 105 ISABEL, 2012, op. cit.

07

NOTAS METODOLÓGICAS: ENTRE PALAVRAS E IMAGENS

07.1 das legendas

Ao se opor ao papel pedagógico-sociológico performado pelas legendas que acompanhavam as fotografias dos bairros negros da Filadélfia ou de Nova York, produzidas no final do século XIX, Saidiya Hartman afirma que “a legenda deveria replicar a imagem, detalhar o que reside em seu fotograma, mas, em vez disso, produz o que aparece nele. Subordina a imagem ao texto.”¹ Apesar das análises imagéticas do presente capítulo terem muito a dever à forma sensível com que Hartman analisa e descreve as imagens que utiliza em seu próprio livro, faço aqui o uso de uma outra percepção acerca das relações entre legenda e imagem.

O presente capítulo experimenta essas relações de três modos:

[1] Nas “fotografias” que o abrem, vemos imagens esvaziadas circundadas por uma moldura – todas as originais delas foram publicadas no *Correio Braziliense* acompanhadas, de fato, das legendas ali transcritas. O que preenche (ou produz, no caso do jornal) os vazios que ali encaramos, são as palavras das legendas. No decorrer do capítulo, vimos o modo como muitas das reportagens analisadas – com seus textos, legendas e imagens – têm o efeito de esvaziar de complexidade as histórias e vidas das pessoas que trabalhavam no Lixão e que aparecem impressas em suas páginas, reduzindo suas existências ao contato que travavam com o “lixo”; como consequência, esvazia-se também a possibilidade de que variadas leituras emergam a partir da relação entre a imagem e quem a vê. Como advertiu Hartman, a fotografia se subordina então às palavras – enxergamos nelas o que os textos nos ensinam a ver. Os quadrantes vazios – que, apesar de aqui terem sido usados com outros intuitos, foram inspirados no livro *Salto no escuro*, de Tuca Vieira² – escancaram essa relação de subordinação: se as palavras nos ensinam o que deve ser visto em uma imagem, quais imagens construímos na ausência do que ver? o que conseguimos imaginar a partir do que nos é narrado sobre uma fotografia quando esta não se faz presente aos olhos?

1 HARTMAN, 2022, op. cit., p. 40.

2 VIEIRA, Tuca. *Salto no escuro*. São Paulo: N-1 edições, 2021.

[2] Já nas imagens que habitam o meio do capítulo, que são mais técnicas – compreendendo mapas, fotografias de satélite e um gráfico –, as legendas trabalham como Hartman defende que devem trabalhar: de forma descritiva. No entanto, gostaria de chamar atenção para uma questão: por mais técnica que seja uma legenda, por mais descritiva que ela se proponha a ser, há sempre um recorte feito por quem a escreve. Não é possível descrever ou elencar todos os elementos de uma imagem, por mais simples que ela seja – até porque existem componentes subjetivos que atravessam a relação de quem formula a legenda e a imagem. No nosso caso, por exemplo, o enfoque da pesquisa é a vila e o Lixão e, portanto, destacam-se nas legendas justamente os elementos presentes nas imagens que se vinculam ao que está sendo abordado pelo texto principal – uma escolha que silencia outras possibilidades de leitura.

[3] Inspirada o livro *ABC de la guerra*, de Bertold Brecht, lançado pela primeira vez em 1967, a terceira e última sessão de imagens do capítulo se propõe a experimentar uma relação entre texto e imagem distinta das duas anteriores. Enquanto as legendas jornalísticas da primeira sessão, como vimos, transpareciam certo “modo de ver do drone” – olhar sem ser visto, analisar a partir de seu próprio território sem expor a si próprio no território alheio –, as legendas que se pretendem técnicas e descritivas tendem a escamotear os traços de subjetividade inerentes à sua produção – como se a imagem fosse vista e descrita de território algum. O último conjunto de imagens e legendas, por sua vez, não apenas assume esses traços, como os coloca em evidência. No entanto, diferentemente do que ocorre no modo de ver do drone, aqui se busca mergulhar nas imagens, ser afetada por elas, operar nas contingências entre seus territórios e dos territórios que me atravessam. Não há a pretensão de objetividade, nem, espero, a imersão em uma subjetividade atravessada pela relação egóica com o espelho. O que se pretendeu aqui foi *compor com* as imagens, articulando-as às demais fontes utilizadas na pesquisa e às minhas próprias experiências enquanto pesquisadora, professora etc., na intenção de construir um *entre*.

O compromisso ético de com-posição e afeto e, como anuncia a epígrafe do presente capítulo, de escolha “em favor da riqueza do possível”,³ me encaminhou para uma

3 GUATTARI, 2012, op. cit., p. 41.

preocupação de ordem estética: como expor na tese imagens que, no limite, podem ser lidas e interpretadas como sendo, ao mesmo tempo, evidência e vetor de violências discursivas, simbólicas e materiais direcionada às trabalhadoras do Lixão? A questão de que *forma* trazer a público essas fotografias, se conectou, portanto, à questão de como relacionar as palavras com as imagens através das legendas, já que a intenção era de ampliar as possibilidades de leitura da observadora e não de restringir seu olhar.

Para tanto, o livro de Brecht foi inspiração fundamental, uma vez que seu trabalho, ainda que configure “um texto deliberadamente pedagógico: um ABC, ”, pretende, com a articulação entre poemas, fotografias jornalísticas e legendas originais, “fazer falar as imagens e, em sua maioria, tomar partido contra o objetivo (ilustrativo ou heroizante) associado a elas.”⁴ Em seus fotoepigramas, Brecht assume uma posição, e esta é contrária aos objetivos pelos quais respondiam aquelas imagens na ocasião de sua publicação original; mas o contrário não significa o avesso, uma vez que as montagens de Brecht não pretendem direcionar a visão da leitora para uma interpretação restrita e unívoca da imagem. Como escreveu Didi-Huberman sobre o *ABC* de Brecht:

A exposição pela montagem, ao contrário, renuncia antecipadamente à compreensão global e ao “reflexo objetivo”. Ela dis-põe e recompõe, interpretando por fragmentos, em vez de propor explicar a totalidade. Ela mostra as fendas profundas, em vez das coerências de superfície – correndo o risco de mostrar as fendas de superfície em vez das coerências –, de modo que fazer a desordem, o “caos”, diz Lukács, é seu princípio de partida formal. Ela não mostra as coisas sob o ângulo de seu movimento global, mas de suas agitações locais [...]. Seu valor político é, em consequência mais modesto e, ao mesmo tempo, mais radical, porque mais experimental: esse valor seria, estritamente falando, o de tomar posição quanto ao real, modificando, justamente, de maneira crítica, as respectivas posições das coisas, dos discursos, das imagens.⁵

Os poemas de Brecht, portanto, e o conjunto das pranchas que formam seu livro,

4 Tradução livre de partes do seguinte trecho da abertura da edição de 2004 do *ABC de la guerra*: “La denuncia adquiere mayor alcance cuando configura un texto deliberadamente pedagógico: un ABC, un Catón, unas Primeras Letras que todos deberían aprender y no olvidar. Un texto ilustrado: Brecht recorta las imágenes de los medios de comunicación (por lo general periódicos y revistas) y de la propaganda (no se trata de esferas claramente diferenciadas); e intenta aclarar el contenido de las fotografías em epigramas de cuatro versos. Los epigramas deben hacer “hablar” a las imágenes, y, en su mayoría, tomar partido en contra del objetivo (ilustrativo o heroizante) asociado a ellas.” Cf. BRECHT, Bertolt. *ABC de la guerra*. Espanha, Madri: Ediciones del Caracol, 2004, p. 11.

5 DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tomam posição: o olho da história I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 101.

assumem uma posição diante das imagens de guerra ali expostas, uma posição que, embora enfática, abre as possibilidades de leitura dessas imagens ao invés de direcionar a observadora para um único caminho interpretativo. Operando a articulação entre os campos do *sentir* e *conhecer*, elas conduzem o olhar da observadora para o em torno daquilo que meramente está figurado nas fotografias. Os poemas partem das imagens e das legendas originais para desmontá-las e remontá-las sob nova forma, sem pretensão de oferecer ao público uma interpretação fechada sobre aquilo que se vê. Ao lado da legenda “Um soldado americano contempla a um japonês moribundo a quem se viu obrigado a matar”, por exemplo, sob a imagem descrita, Brecht escreve: “Se havia corado de sangue uma praia / Que não pertencia a nenhum dos dois. / Vieram obrigados, dizem, a se matarem. / Eu acredito, eu acredito. Mas pergunte: por quem?”.⁶ O imperativo final exemplifica o caráter pedagógico de seu *ABC*, não por ele ensinar o que deve ser visto na imagem, mas por “ensinar” a leitora a questionar a imagem; é um convite à leitura crítica. A questão que se segue à ordem (*por quem?*) nos convida a abrir a nossa percepção sobre o acontecimento ali figurado; problematiza a própria imagem e aquilo que foi escrito sobre ela, jogando luz às múltiplas escalas que compõe o acontecimento, sua imagem e o que se diz sobre ela.

No caso desta tese, as legendas poéticas foram utilizadas no sentido de propor leituras para as fotografias que fossem distintas das interpretações construídas pelo referencial textual das reportagens para as quais elas foram produzidas. Com elas pretendi levar a leitora a imaginar os elementos diversos que compunham o cotidiano daquelas pessoas, carregando assim seu olhar para além do Lixão. As possibilidades abertas pelas legendas não estão ancoradas em lugar algum; elas se relacionam diretamente com o conjunto de fontes que formaram o *corpus* documental do capítulo, especialmente com os depoimentos das moradoras mais antigas da vila. Ou seja, apesar de atravessadas pela imaginação, os poemas não devem ser lidos na chave da pura ficção, pois operam também na chave da verossimilhança com a tese na qual se insere. A abertura para as possibilidades de ver e ler

6 Tradução livre dos seguintes trechos da prancha 47: “Un soldado americano contempla a un japonés moribundo al que se vio obligado a matar” e “Se había enrojado de sangre una playa / Que no pertenecía a ninguno de los dos. / Se vieron obligados, dicen, a matarse./ Lo creo, lo creo. Mas preguntad: ¿por quién?”. BRECHT, 2004, op. cit., pp. 106-107.

as fotografias, no caso, se deu de diferentes maneiras: em algumas legendas, por exemplo, problematizo o próprio ato de produção da imagem, em outras extrapolo o que se vê, imaginando nuances possíveis para o figurado, em outras chamo atenção da observadora para um ponto específico da imagem, alterando o foco da imagem original.

07.2 das imagens

O percurso construído pelo presente capítulo, como espero que tenha ficado evidente, distancia-se do tom utilizado nas reportagens analisadas – valorativo e examinador⁷ no que diz respeito às catadoras e à vila – para deslocar as fontes, as fotografias em especial, para um outro campo de inteligibilidade, evidenciando com isso “a complexidade de toda legibilidade das imagens”.⁸ Mas, para além da alteração das legendas, no lugar de restituir ao público as imagens coletadas tal como foram concebidas – retirando-as do arquivo e apresentando-as no mesmo formato na tese –, propus evidenciar, em algumas delas, os elementos que mais interessavam ao propósito deste trabalho. Ou seja, em fotografias como a que Gilberto Alves tirou das quatro crianças no Lixão [Imagem 54], por exemplo, optei por uma mudança de foco, destacando o que eu gostaria que a leitora percebesse em primeiro plano – no caso, a movimentação crescente no Lixão a partir década de 1980, questão que se escondia sob a exposição da imagem das quatro crianças negras que apresentadas como centro focal da fotografia. Se, para compor a presente pesquisa, o que me interessava destacar era justamente aquilo que nela fora apresentado como pano de fundo, não havia razão para expor novamente os corpos daquelas crianças ao escrutínio de novos olhares – reencenando o gesto de violência. Restituir a fotografia ao público sob outros termos, essa foi a intenção; para isso, recorri a dois procedimentos analógicos muito simples replicados também em

7 Assim escreve Foucault sobre o lugar do exame no poder disciplinar: “O exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder. 1) O exame inverte a economia da visibilidade no exercício do poder: tradicionalmente, o poder é o que se vê, se mostra, se manifesta e, de maneira paradoxal, encontra o princípio de sua força no movimento com o qual o exhibe. O poder disciplinar, ao contrário, se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submetem um princípio de visibilidade obrigatória. [...] E o exame é a técnica pela qual o poder, em vez de emitir os sinais de seu poderio, em vez de impor sua marca a seus súditos, capta-os num mecanismo de objetivação. No espaço que domina, o poder disciplinar manifesta, para o essencial, seu poderio organizando os objetos.”. Cf. FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 158.

8 DIDI-HUBERMAN, 2017, op. cit., p. 37.

outras imagens:

[a] o primeiro deles foi colar sobre a figura crianças um papel vegetal, possibilitando, com isso, que a leitora identifique ali seus contornos sem vê-las por inteiro. Operação semelhante – de tornar invisível mantendo certo grau de visibilidade – foi utilizada por Saidiya Hartman em um capítulo de seu livro *Vida rebeldes, belos experimentos*. Nele, a autora debruça-se sobre uma imagem em especial, a fotografia de uma “pequena figura nua [que] se reclina no sofá com arabescos”,⁹ ação que lhe exigiu o enfrentamento de um dilema de ordem ética, estética e política: considerando que desta criança negra não restou sequer um nome, apenas uma imagem, como não lhe relegar novamente ao esquecimento de um arquivo e, ao mesmo tempo, como não reatualizar a violência infligida sobre ela naquele sótão da Filadélfia, em 1882? Hartman opta, então, por trabalhar a imagem no limite de suas possibilidades, operando o seu encontro com outras fotografias produzidas à época, além de diferentes fontes; ou seja, ela parte da fotografia, caminha pelo seu em torno para depois retornar a ela. Por fim, já nas últimas páginas do capítulo, a autora escolhe expor a fotografia sem mostrá-la por completo; para isso, cria uma imagem da imagem: faz da figura da criança uma sombra, marca d’água na página – opta, portanto, pela não reencenação do gesto violento, resguardando assim o corpo da menina do nosso olhar. Já as quatro crianças da fotografia de Gilberto Alves têm nome, e algumas linhas foram escritas sobre elas na reportagem de Carmem Cruz. O fato, no entanto, não resguardou da violência a imagem de Patrícia, Mauro Júnior, Washigton e de Wanderson cujas vidas, traduzidas em termos de ausência e miséria, foram expostas junto a seus rostos no jornal de maior circulação da capital. *Imagino* as três mais velhas cheias de expectativa, pedindo que a mãe comprasse o exemplar do *Correio Braziliense*; a mãe saindo a pé de casa, indo até o Guará, para garantir que a fotografia de suas filhas, coisa rara por ali, pudesse ser guardada para a posteridade; imagino a família reunida enquanto alguém lia o teor da reportagem em voz alta: “pode parecer absurdo, mas o frango estragado que desce pela lixeira da sua casa, vai alimentar outras famílias que não levam em conta o cheiro ou o sabor que apresenta.”. *Imagino*; por

9 HARTMAN, 2022, op. cit., p. 40.

isso opto por não reencenar o gesto – tampouco escolho retornar a fotografia ao silêncio de um arquivo sem propor um olhar sobre ela; a desmontagem e remonta para que dela reste o que aqui nos interessa: o movimento ao fundo e o contorno da violência não reproduzida, mas problematizada.

[b] O segundo recurso foi inspirado na série fotográfica *O que vemos, quem nos olha?*, de Junia Mortimer, reproduzida em parte no seu artigo *Poéticas de arquivo como práticas urbanas*.¹⁰ Para melhor enxergar pequenas presenças, quase íntimas, em fotografias urbanas por ela analisadas, a pesquisadora optou por ampliá-las com o auxílio de uma lupa. Neste capítulo usamos o mesmo recurso, mas com objetivos diferentes; enquanto Mortimer ampliava para poder, ela mesma, enxergar melhor, aqui o gesto de ampliação foi utilizado no sentido de direcionar o olhar da leitora para os elementos que eu, como pesquisadora, gostaria de enfatizar nas imagens selecionadas. Assim, ainda que uma fotografia como aquela produzida por Gilberto Alves [*Imagem 56*], tenha dado especial ênfase à paisagem do Lixão no qual trabalhavam as quatro mulheres que nela aparecem, a intervenção com lupa, no ato de produção de uma segunda imagem, me permitiu construir um novo foco para a fotografia. O ato de ressaltar uma parte específica da fotografia, produzindo, a partir disso, uma nova imagem – aquela que de fato foi exposta na tese –, demonstrou ter sido uma escolha estética mais apropriada às intenções e referenciais teóricos que sedimentam a presente pesquisa. O efeito não teria sido tão eficiente caso eu reproduzisse, no capítulo, a fotografia original e desse ênfase a determinados pontos apenas através de palavras. Diante do esvaziamento das subjetividades das catadoras e de seus cotidianos, compreendido pelas reportagens sobre o Lixão do Jóquei analisadas neste capítulo, e diante da escassez de fotografias da vila e de suas moradoras, esta escolha estética mostrou-se também uma escolha ética e política. Afinal, na medida em que o corpo escrito da pesquisa se coloca não apenas como espaço de análise daquilo que já foi produzido *sobre* a vila, mas, reconhece e não silencia o seu papel de produtor de imagens da vila e de suas habitantes, a preocupação ética se faz primordial. De

10 MORTIMER, Junia. Poéticas de arquivo práticas urbanas: três gestos de pesquisa no arquivo do Laboratório de Fotodocumentação Sylvio Vasconcellos. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.22, n.1, jan/dez. 2020. Rio de Janeiro: UFRJ.

que forma *dar a ver* a pesquisa de modo a não produzir vazios, mas multiplicidades?

Assim, passam a coexistir o desejo de conhecer por meio das fontes e o desejo de dar a conhecer de determinada *forma* através da escrita historiográfica – escrita em sentido amplo e não restrito às palavras, importante dizer, pois compreende também a produção de imagens como historiografia. Para Hartman, os reformadores e forasteiros falharam em compreender e capturar em suas imagens as ruas do gueto, já que tudo o que viam ali era “uma típica viela de negros, cegos diante da troca de olhares e das manifestações de desejo que perturbam a legenda de suas fotografias e insinuem a possibilidade de uma vida maior do que a pobreza”. As poucas imagens de moradoras da vila encontradas e coletadas ao longo desta pesquisa, obedeceram, no momento de sua produção e veiculação, à mesma lógica de esvaziamento denunciada por Hartman. Se o que não pode ser visto da vila é mais amplo do que o que nos é mostrado, resta-nos operar nas contingências do visível que existe; e resta, assim como a leitura crítica e criativa das imagens empreendida por Brecht e Hartman em seus livros fizeram, não nos contentarmos em permanecer apenas na superfície das imagens.



IMAGEM 63 . SAADS, Leila. *Dois meses de trabalho*. Montagem com duas fotografias. Julho de 2023.



1990-1998 | RODAPÉ

01 PRIMEIRO PAR DE IMAGENS OU CONSIDERAÇÕES INDICIÁRIAS



IMAGEM 64 . SAADS, Leila. Vila e Lixão - 1986. Mapa produzido a partir de imagem de satélite. Brasília, 2023. Fonte da imagem de satélite: GeoPortal-DF.

IMAGEM 65 . SAADS, Leila. Vila e Lixão - 1991. Mapa produzido a partir de imagem de satélite. Brasília, 2023. Fonte da imagem de satélite: GeoPortal-DF.

O espaço e a vegetação abundantes; as estradas, veredas, mamoneiras; a ida ao Guará de carroça para fazer o mercado; o pão fresco no domingo e na segunda, amolecido na frigideira na terça e na quarta, torrado no forno pelo resto da semana; as crianças caminhando quilômetros para chegar à escola; a água – do córrego, do poço ou da cisterna; a casa sempre aberta; a festa do Zefirino na época de São João; o menino enfermo que, carregado nas costas por sua mãe, segue rumo ao posto de saúde do Guará. Imagens rotineiras de um lugar sem nome, sem filme, quase sem fotografia, mas que se torna praticamente visível quando ouvimos as histórias de quem o viveu e teceu cotidianamente. Uma pequena vila que recebeu suas primeiras moradoras ainda na década de 1960 e que, ao longo das três décadas seguintes, mudou de forma tão suave e lenta que, diante de olhos pouco detalhistas, poderia apresentar-se quase como imóvel.

Mas não é imobilidade o que percebemos nos depoimentos transcritos no primeiro capítulo. Em especial quando eles transitam das cerca de 11 pessoas que viviam ali na primeira metade da década de 1960, para as 273 famílias que, segundo Dona Geralda, foram contabilizadas pelo Centro de Desenvolvimento Social do Guará – CDS, em 1990. Entre as lembranças de Dona Vanda e aquelas narradas por Dona Geralda, são muitas as diferenças. No primeiro caso, são lembranças de uma infância vivida, quase que em sua inteireza, no seio da família nuclear: “Morando mesmo era só eu, minha mãe, meus irmãos... tinha só nós aqui, no meio desse cerrado.”¹ Já no segundo, são imagens do início da década de 1990; nelas, uma já-vila oferece às suas moradoras relações sociais e econômicas mais diversificadas: tinha o senhor Virgulino que vendia na vila a água que recolhia no córrego, tinha muita criança trabalhando no Lixão, tinha o bar do seu Paulo e também o bar do seu Lauro, tinha morador que atuava como revendedor de

HIPERTEXTOS

I A CIDADE ESTRUTURAL ENTRA EM PAUTA

Às 15 horas e 10 minutos do dia 21 de maio de 1991, tinha início, na Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, uma discussão sobre o Projeto de Lei – PL, nº 10/91, de autoria do deputado José Edmar (PMDB). As 24 deputadas presentes – apenas três delas mulheres, fato este sempre digno de nota –, decidiriam se uma determinada área, “às margens da estrada parque Ceilândia, do lado leste do Córrego Vicente Pires”, deveria ou não ser reservada para “fins de assentamento de famílias de baixa renda”.¹ Embora não constasse no texto da lei, o futuro assentamento em questão já possuía um nome: *Cidade Estrutural*.

O PL nº 10/91 articulava-se a outros dois projetos, o PL 57/91 e o PL 13/91 – todos de autoria de José Edmar. Os três referiam-se a propostas de

assentamentos destinados às classes baixa e média às margens da Via Estrutural. Juntos eles formariam o que o deputado nomeou como “Complexo Cidade Estrutural”. Dois dos projetos referiam-se a áreas localizadas entre a Via Estrutural e o PNB e destinados a assentar população de baixa renda do DF: PL 10/91 e PL 57/91; e o outro, localizado do lado oposto da Via Estrutural, próximo à ferrovia e ao Setor Habitacional Lucio Costa, seria destinadas a assentar população oriunda da classe média brasileira: o PL 13/91. O PL 57/91 foi o único aprovado pela CLDF e sancionado pelo governador Joaquim Roriz, embora nunca tenha sido implementado. As três propostas foram apresentadas logo no início de seu primeiro mandato, em janeiro de 1991, ocasião na qual José Edmar explicitou o teor de cada um dos três

materiais recicláveis, tinha a Irmã Izolete que abriu ali uma creche para atender mães que trabalhavam fora e que não tinham com quem deixar suas filhas. Em algum ponto no tempo, no entanto, o mudar lento e gradual cedeu espaço a um acelerado ritmo de transformação – em especial a partir de 1991. O depoimento de Dona Lia² nos dá algumas pistas destas alterações, como é possível perceber no trecho a seguir:

Quando foi mais ou menos em 1992 o Humberto e a Alice – que eram presidentes da associação que a gente tinha – incentivaram a gente a descer pra beira do córrego [*Cabeceira do Valo*], porque onde a gente morava já tava assim [*mostra com as mãos que a ocupação estava enchendo*], com muita gente fazendo lote. Mas quando foi em 1993, a Terracap apareceu e arrancou os barraco tudo. O fiscal disse que ali não ia poder ficar chácara – “aqui vai ser cidade, vocês têm que descer mais para a beira do córrego”. Eu tinha cada pezão de manga enorme, tinha abacate, tinha tudo – porque onde eu tô eu gosto de plantar, né... eu não quis ir embora... fiquei lá.

A princípio, a mudança das chacareiras, lembrada por Dona Lia, parece ter ocorrido em resposta a um fluxo migratório orgânico e seus consequentes impactos na ocupação do solo na localidade. Já a narrativa sobre os acontecimentos de 1993, por sua vez, obedece a uma outra lógica: à da interferência direta do Estado na organização espacial da vila. Afinal, foram os agentes da Terracap que derrubaram os barracos das chacareiras, e o fizeram sob a justificativa de que naquele lugar não poderia mais haver chácaras. “Aqui vai ser cidade” – disseram eles; não o *é* ainda, mas *será*; de modo que, a ação dos agentes públicos na reconfiguração do espaço da vila naquele momento, obedecia a uma urgência futura, a um projeto.

projetos e informou, às deputadas presentes na sessão, qual seria o papel performado por ele na Casa ao longo dos anos que viriam:

Hoje foram lidos dois projetos meus. Dois projetos que fazem parte de um grupo de três, e que dizem respeito à cidade Estrutural. Apresento esses projetos para minimizar o déficit habitacional existente hoje em Brasília. [...] O primeiro projeto refere-se ao assentamento de classe pobre [...] que seria localizado atrás da Rodoferroviária, ao lado direito da Estrutural, justamente naquele balão que há no meio da Estrutural, onde há um lixão. Lá existe uma favela, onde as pessoas sobrevivem catando lixo. Entre o Parque Nacional e a Estrutural existe uma área completamente desimpedida. Basta que o Governo queira fazer ali um assentamento populacional, nos moldes dos que foram feitos na Samambaia. [...] Num segundo projeto propomos um assentamento para a classe média, ampliando um pouco mais o programa do Governador Joaquim Roriz. Digamos que seria uma expansão do projeto de Lúcio Costa. O terceiro projeto refere-se aos companheiros

que vão para Taguatinga, que seguem depois do primeiro projeto, ali no trevo, na subida para Taguatinga, bem ao lado direito, onde aparecem mirabolantemente, como por encanto, duas torres de rádio, em locais de chácaras.²

Ao longo das 217 páginas nas quais se desenrolam a *Ata da Sessão Ordinária em 21 de maio de 1991*, na qual se discutiu o PL 10/91, não se lê opinião alguma explicitamente contrária à existência de um assentamento, às margens da EPCL, destinado a “pessoas humildes e simples” – como definiu o próprio José Edmar.³ Um acontecimento compreensível, afinal, qual parlamentar se posicionaria abertamente contra uma medida tão popular – em especial logo no início do governo de Joaquim Roriz, conhecido no DF pela alcunha de “pai dos pobres”?

Roriz foi governador do Distrito Federal por quatro vezes; na primeira delas (1988-1990),

Vimos, no segundo capítulo, que durante suas primeiras décadas de existência a economia da vila girava em torno da reciclagem. Ainda que houvessem por ali alguns poucos bares e chácaras, a maioria da população local retirava seu sustento do trabalho no Lixão. É provável que esse tenha sido um dos motivos pelo qual a vila não se tornou um polo migratório muito significativo dentro do DF – pelo menos não até os anos 1990 –, ainda que fosse curta a distância que a separava do Plano Piloto. Por mais que as moradias fossem afastadas do Lixão, o trabalho de catação espalhava-se pelo espaço da vila, pois as catadoras levavam boa parte do material para ser limpo e tratado próximo a suas casas. Em seu depoimento para o documentário *Estrutural*, Dona Geralda reforça a ligação entre moradia e trabalho: “era tudo bem espalhado um do outro. Não era chácara... chácara eu considero quando tem plantio, mas não, só tinha lixo. [...] Chácara mesmo, aqui tinha poucas.”⁴ A palavra “lixo” em sua fala, como fica implícito, se refere ao material recolhido no Lixão, mas que ainda tem utilidade e valor. Ainda que tivesse horta, pomar e criasse alguns animais em seu terreno, Dona Geralda não considera que tenha morado em uma chácara. Em sua visão, uma chacareira tira seu sustento da terra, enquanto ela tinha outras fontes de renda e não comercializava os alimentos que produzia.

Na primeira de nossas conversas, Dona Geralda chamou atenção para a estética produzida por este modo de ocupar o espaço. Segundo ela, alguém de fora que visitasse pela primeira vez a vila poderia achar que as pessoas dali moravam “no meio do lixo” – aqui “lixo” no sentido de dejetos, daquilo que não possui valor nenhum – quando, na verdade, os materiais próximos às residências eram aqueles que já tinham passado por uma triagem e que seguiriam depois para a reciclagem. De qualquer modo, o impacto visual desta prática e a conexão territorial com o Lixão podem ter tornado a vila menos atrativa para novas moradoras, atraindo o fluxo migratório para ela até o início da década de 1990.

nomeado pelo então presidente da República José Sarney e, nas outras três (1991-1995, 1999-2003 e 2003-2006), eleito pelo voto popular. Dentre as muitas heranças de seus mandatos, uma certamente se sobrepõe: foi nos governos de Roriz que se iniciou a distribuição massiva de lotes na capital. Essa maneira de lidar com a questão habitacional, em especial entre famílias de baixa renda, foi formalizada pelo Decreto nº 11.476, de 1989, que estabelecia que pessoas residentes “em áreas invadidas do Distrito Federal” poderiam ser transferidas para loteamentos semi-urbanizados. Segundo as pesquisadoras Ana Carolina Lancellotti e Cristiane Guinancio, o decreto representou uma ruptura com o modelo de políticas públicas voltadas para a habitação desenhado até ali na capital – que buscava lidar com o crescente déficit habitacional entre a população de baixa renda do DF através da construção de unidades habitacionais. Ele se tornou então, uma “importante ferramenta de

controle de conflitos sociais”, além de “objeto de campanhas de cunho populista”, mesmo que um de seus efeitos fosse o agravamento da segregação socioespacial.⁴ Na prática, essa guinada na política habitacional justificou a remoção de ocupações irregulares localizadas no Plano Piloto ou próximas a ele – ou seja, que estivessem no interior da área conhecida como “faixa sanitária” – para localidades mais distantes da área tombada de Brasília.⁵ Isso sem a necessidade de grandes investimentos, afinal, como os lotes seriam entregues “semi-urbanizados”, os gastos do governo com os novos assentamentos poderiam ser mínimos. Além disso, o custo político das remoções que davam origem aos novos assentamentos se reduzia já que, com a distribuição de lotes, a tendência era enfraquecer movimentos por moradia que atuassem a partir de uma perspectiva de habitação mais ampla, com foco no direito à cidade como um todo.

Como a vila permanecia pequena e relativamente isolada de outros núcleos urbanos do DF, resta-nos tentar entender as possíveis motivações que levaram uma maior quantidade de novas moradoras à região entre 1990 e 1994. Uma primeira hipótese é a de que, tanto as pessoas que vieram trabalhar na reciclagem, quanto aquelas que queriam apenas um lugar para morar, chegavam à vila porque conheciam alguém que já vivia por ali. Foi o caso de Dona Geralda, por exemplo, cuja irmã morava na vila e que, a seu convite, mudou-se para a região assim que migrou da Paraíba, em 1990. Uma segunda hipótese, por sua vez, é a de que pessoas que já atuavam como catadoras em outras regiões do DF tenham optado por trabalhar no Lixão do Jóquei e, por isso, se mudaram para a vila. Como vimos no segundo capítulo, trechos de reportagens do início da década de 1980 já mostravam o conhecimento, difundido entre as catadoras, de que o lixo do Jóquei era melhor do que o de outros lugares – tanto pela qualidade dos resíduos encontrados, quanto pela pouca quantidade de pessoas que trabalhava lá na época. A falta de infraestrutura próxima e a dificuldade de mobilidade, no entanto, eram apontadas como empecilhos para se trabalhar na localidade.⁵

A riqueza do lixo ganha contornos ainda mais atrativos quando pensamos na inflação pela qual passava o Brasil no final da década de 1980.⁶ Na medida em que o poder de consumo da população se deteriorava, a quantidade e qualidade do material despejado nos lixões também sofria alterações. Uma reportagem publicada pelo *Correio Braziliense*, em 1988, trazia no título e subtítulo um resumo deste impacto: *Lixo ressalta sufoco financeiro da população: Constatação é do SLU, que registra queda de 290% na quantidade de detritos recicláveis.*⁷ Mais abaixo, na mesma página do jornal, um outro título chama atenção para um grupo bastante atingido pela diminuição do consumo e da quantidade

No entanto, ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, o PL 10/91 não caminhava em sintonia com as políticas habitacionais dos governos de Roriz, uma vez que a Cidade Estrutural seria um assentamento para população de baixa renda dentro da chamada “faixa sanitária” – ou seja, próximo ao Plano Piloto. A questão colocava grande parte da base governista na CLDF em uma situação delicada: ainda que não houvesse intenção de trazer para perto de núcleos habitacionais valorizados uma massa de “inquilinos de fundo de quintal”⁶ provenientes de Ceilândia, Taguatinga e Samambaia, também não seria estratégico, do ponto de vista político, colocar-se abertamente contra uma proposta que tinha como um de seus focos a distribuição de lotes para a população de baixa renda do DF.

Se a equação já não era de fácil solução para a base governista, havia ainda o fato de que a área

da qual tratava o PL 10/91 não era um simples “vazio urbano”. Além de sua proximidade com o Parque Nacional de Brasília – PNB, e com o Lixão – o que adicionava ao debate uma complexidade extra do ponto de vista ambiental –, ainda havia a existência de uma ocupação antiga em suas cercanias – aquela que aqui nomeamos de vila – e, não menos importante, era ali, por aqueles lados da Via Estrutural, que se desenvolveria o projeto do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA. Além dessas questões, um outro fator que contribuiu para as disputas territoriais no local foi a eleição de José Edmar para a CLDF, em 1990. Mesmo antes de tomar posse como deputado, Edmar começou a aparecer na imprensa defendendo propostas como o estímulo ao “aumento do contingente habitacional no trecho Taguatinga/Plano Piloto e criação de uma cidade para classe média no Jóquei Clube, após a sua desapropriação.”⁷ Não obstante, aquela que viria a

de lixo produzida: *Catador perde fonte de renda*. Mas, ainda assim, o Lixão não parece ter sido o único fator de atração de habitantes para a região no início dos anos 1990. O depoimento de Dona Lia reverbera esta hipótese, em especial quando ela enfatiza como as novas moradoras passaram a dividir a terra em lotes menores, uma prática que se contrapõe aos usos do solo até então comuns na vila, bastante ligados ao trabalho de catação. Além disso, há também a fala dos agentes da Terracap, aquela que deixava no ar um projeto de governo: *aqui vai ser cidade*.

Talvez algumas imagens de satélite da época [imagens 64 e 65] nos permitam ver o cenário descrito nos depoimentos analisados: a chegada de cada vez mais moradoras à vila no início dos anos 1990. De fato, no intervalo entre duas imagens disponibilizadas pelo GeoPortal (referentes aos anos de 1986 e 1991), parece ter havido um pequeno adensamento dos núcleos que, posteriormente, ficariam conhecidos como Vila Velha. São, no entanto, as semelhanças entre as duas imagens o que se mostra mais evidente; são elas que sugerem, aos olhos que veem de cima, modificações ainda muito tímidas no território em questão. Mas quem vivenciou o espaço em sua escala corpórea à época, no caso as moradoras mais antigas da vila, relatam em seus depoimentos que a chegada de mais pessoas gerou bastante impacto em suas rotinas no período. Dona Lia, por exemplo, junto a outras chacareiras, preferiu mudar-se para a beira do córrego, longe de certa aglomeração de pessoas que se formava. Suzano, por sua vez, relata ter havido, em algum momento não especificado, um grande aumento de catadoras trabalhando no Lixão. Já Dona Vanda contou à equipe do Ponto de Memória que, antes mesmo do governo de Cristovam Buarque, iniciado em 1995, “foi chegando gente não sei de onde, foi levantando barraco, foi fazendo rua e já foi entrando no lixo pra trabalhar...”. Sua mãe, vendo toda essa movimentação, comentou com as filhas: “é... agora não vai ter mais jeito, aqui tá virando cidade.”

ser uma das pautas mais importantes de sua longa carreira política se anunciava já nesta época: a implementação de um assentamento para famílias de baixa renda “às margens da Via Estrutural”.

Em relação aos debates na CLDF acerca do PL 10/91, chama atenção o fato de que, ao longo das centenas de páginas transcritas das sessões que trataram do tema – ocorridas nos dias 14 e 21 de maio de 1991 –, as discussões travadas pelas deputadas praticamente não tenham levado em conta a existência da vila, que foi citada apenas em ocasiões muito pontuais. Vez ou outra alguém se lembrava, no meio de uma argumentação, que a proposta em questão permitiria “a fixação dos moradores da favela do lixão”.⁸ O silêncio evidencia não ter sido existência prévia da ocupação o fator motivador da formulação do projeto. De acordo com fala do próprio José Edmar, em sessão parlamentar no ano seguinte, a população de

catadoras só foi contemplada pelo PL 10/91 a partir de uma emenda proposta pelo deputado petista Wasny de Roure, ou seja, não estava citada na proposta original:

Portanto, há um equívoco no parecer do PDOT do nobre Deputado José Ornellas, pois na Cidade Estrutural não há aterro sanitário nem catadores de lixo. Queremos abrigar os catadores de lixo na Cidade Estrutural, conforme emenda do nobre Deputado Wasny de Roure. Queremos assentar nosso povo humilde na Cidade Estrutural, para que fique de igual para igual com o do Paranoá, ou seja, perto do emprego, da escola, do posto de saúde, com facilidade de locomoção, [...] humanizando aquela população.⁹

A fala de José Edmar torna evidente uma distinção entre a vila e a Cidade Estrutural, excluindo desta elementos que tornaram possível a existência da primeira: o aterro e as catadoras. Em seguida ele reinsere o segundo elemento, mas em

Embora reconheça o aumento populacional na região no período, o pesquisador Juan Orrego interpretou as imagens de modo diferente daquele que aqui será apresentado. Segundo trecho de sua dissertação de mestrado, um destes núcleos mais antigos – aquele localizado mais abaixo do Lixão – “não apresentou grandes mudanças, podemos dizer que quase manteve a mesma densidade, apenas alguns barracos foram erguidos naquela época.”⁸ O adensamento apontado pelo pesquisador entre 1986 e 1991 teria se deixado ver na área mais próxima ao Lixão, localizada à sua esquerda, que, segundo o autor, “apresentou um forte crescimento, quase o dobro do tamanho apresentado na década de 1980.”

Na presente pesquisa, no entanto, a natureza diversificada de fontes analisadas e consultadas, além do apoio de um distinto referencial teórico, possibilitaram o uso de outras lentes para encarar as duas imagens. O crescimento de áreas claras visíveis no mapa de 1991, ao contrário do que coloca Orrego, não me parece indicar necessariamente o surgimento de novas ocupações habitacionais. Tampouco mostra com nitidez o adensamento das ocupações até então existentes. Como o próprio Orrego apontou, a maior das áreas claras captadas pelos satélites não tem seu uso ligado à habitação; ela é fruto justamente do despejo massivo de lixo – já que é ali, na parte superior dos dois mapas, que se localiza o Lixão.

No entanto, antes, depois e concomitantemente à instituição do Lixão como local “definitivo” de despejo de lixo, resíduos sólidos foram e continuaram sendo jogados em outros lugares da região.⁹ Esta prática pode ter gerado impactos nas imagens de satélite analisadas, tomando a forma visual de áreas com feições de terra exposta. Além disso, como vimos, moradoras da região que trabalhavam no Lixão viviam em grandes lotes.

outros termos: as catadoras seriam abrigadas na Cidade Estrutural, não o contrário. Se as moradoras da vila seriam apenas beneficiárias secundárias do PL 10/91, a quem de fato este se destinava? O texto da proposta de lei é vago nesse sentido; ele estabelecia que a reserva da área em questão seria para assentamento “de famílias de baixa renda” – considerando que uma família de baixa renda seria aquela que ganhasse até cinco salários-mínimos. Além disso, famílias que residissem na área há pelo menos um ano teriam prioridade para aquisição de lotes, o que demonstra ter havido algum compromisso com quem já habitava a localidade. Ainda assim, o teor dos debates da CLDF deixava claro que a intenção do projeto era mesmo garantir “apoio político ao inquilino, não somente de Taguatinga e Ceilândia, mas todos os inquilinos que têm direito à moradia digna dentro do Distrito Federal”.¹⁰

Como estratégia para evitar – ou pelo menos atrasar – a aprovação do projeto, ainda nos debates de maio de 1991, a base governista conseguiu levar para votação uma emenda condicionando a reserva da área para a Cidade Estrutural aos resultados de um futuro Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Ou seja, se o relatório se posicionasse contra o assentamento, o projeto não poderia ser levado adiante. Deputados favoráveis à aprovação do PL, como Pedro Celso (PT), lembraram, em seus discursos, que o RIMA não fora solicitado para implementar outros assentamentos para população de baixa renda no DF localizados longe do Plano Piloto: “Quando Joaquim Roriz foi implementar Samambaia e Santa Maria houve RIMA? Não, não houve. Mas para implementar aqui precisa de RIMA, precisa criar essa dificuldade toda. Sabem por que, companheiros? Porque é uma área nobre, é perto do centro da cidade, é um lugar onde todos gostariam de morar.”¹¹

Que efeitos visuais teriam, nestas imagens tão precárias em detalhes, a progressiva abertura de espaços próximos às moradias para recebimento de materiais retirados do Lixão? Se o Lixão também produz uma mancha clara na imagem, então nos resta pouca certeza para afirmar – apenas a partir do que olhamos – o que seriam as outras áreas de aspectos semelhante nos mapas.

O movimento dos percursos, impresso nas imagens de satélite em questão, parece ser mais amigável à visão do que a fixidez do repouso. Os caminhos, portanto, são para onde agora se voltarão nossos olhares – e foram alguns tantos deles que *aparentam* ter surgido nos núcleos em destaque entre 1986 e 1991. Isso *pode* sugerir que, no período, alguns pontos dessas regiões tenham sido loteados, configurando um adensamento populacional da área. Enfatizo o *pode* e o *aparentam* porque a baixa resolução das imagens cria visualidades muito frágeis para nos servirem de fontes históricas dotadas de grande solidez.

Se, na construção do saber historiográfico, há certa primazia da palavra escrita sobre as imagens visuais,¹⁰ o mesmo não ocorre em outras áreas do conhecimento – como alguns campos da geografia e do próprio urbanismo. Em sua dissertação, por exemplo, Juan Orrego utiliza imagens como principais fontes para suas análises – em especial aquelas de satélite fornecidas pelo GeoPortal com as quais estamos também trabalhando aqui. E, por mais que ele tenha lidado com um largo *corpus* documental, são elas – as imagens – que possuem a primazia sobre os outros tipos de fontes utilizadas em sua pesquisa.

Ao tratar sobre o processo histórico de produção do espaço na área onde hoje

Na mesma ocasião, o deputado Wasny Roure denunciou a manobra da base governista: “O RIMA é apenas um indicativo, não pode ser o elemento condicionador. Este é um processo de engodo daqueles que são contra a Cidade Estrutural, mas que não querem dizer à população que são contra a Cidade Estrutural.”¹² Apesar dos intensos debates, o parecer do relator, que suspendia a votação do PL 10/91 até que fosse “fornecido pelo órgão competente o Relatório de Impacto Ambiental”,¹³ foi aprovado por 13 votos a 11. O projeto seguiu sem ser votado por anos até ser desengavetado por José Edmar em 1995, em outro contexto. Mas, apesar de ter sido aprovado pela CLDF na ocasião, ele foi vetado em sua totalidade por Cristovam Buarque, em 27 de junho de 1995.

Entre o mês de abril e os primeiros dias de maio de 1994 foram publicadas, no *Correio*

Braziliense e no *Jornal de Brasília*, reportagens sobre o surgimento de uma série de ocupações irregulares em terras públicas no Distrito Federal. Uma compilação dessas reportagens foi anexada ao final da *Ata Sucinta da 23ª Sessão Extraordinária da Câmara*, ocorrida em 12 de maio de 1994, na CLDF.¹⁴ Além do tópico que une as matérias – o aumento das ocupações –, um personagem serve de alinhavo ao conjunto ali reunido: José Edmar. Foi o próprio deputado quem solicitou a anexação do material à ata, apresentando um requerimento ao presidente da Casa no qual se lia: “requeiro a convocação do Exce. Senhor Secretário da Comunicação Social do Distrito Federal, para prestar, pessoalmente, informações a respeito de declarações prestadas à imprensa local, citando-me nominalmente como promotor de invasões de terras públicas do Distrito Federal”.¹⁵

José Edmar negou as acusações, ainda

está a Cidade Estrutural, esta imagem última – a da cidade consolidada – impregna todas as outras observadas por Orrego. Ou seja, é como se imagens da cidade consolidada se replicassem nas imagens do espaço anterior à sua existência material; como se toda a visualidade dos mapas produzidos e analisados por ele fossem um prenúncio do que a cidade viria a ser. Dessa forma, uma nova área de terra exposta surgida na imagem de 1991 – que coincide com uma área que, posteriormente, seria mesmo usada para fins de moradia –, logo é traduzida como um novo foco de ocupação habitacional, mesmo que a baixa resolução das imagens não nos permita discernir os aspectos morfológicos da nova mancha.

Este modo de ver reflete um modo de pensar a historicidade da cidade que tem na linearidade uma de suas bases. Também reflete uma espécie de decalque do que seria um modelo de produção do espaço urbano: chegam as primeiras moradoras, depois outras, o espaço vai se transformando, o Estado passa a intervir no território, moradoras se mobilizam e a cidade vai se consolidando. Este modelo, no entanto, não dá conta da complexidade que envolveu o processo de constituição da Estrutural quanto núcleo urbano; os territórios¹¹ que ali existiam em 1991, ou antes disso, não se confundem, necessariamente, com aqueles que viriam a emergir depois de 1996 – quando o então governo Cristovam assentou no local as famílias que ocupavam a área onde hoje se encontra a Cidade do Automóvel.

Juan Orrego aponta “a instituição do lixão como o acontecimento principal que estimulou a ocupação do território nessa região”,¹² justamente por enxergar como um *continuum* a existência do local que aqui chamamos de vila e do que depois veio a ser a Cidade Estrutural; como se, por terem se desenvolvido na mesma área, estas duas

que, nas reportagens, seu nome tenha sido citado também por ocupantes da área: “Os invasores afirmavam que a orientação para que eles ocupassem o local partiu do parlamentar. José da Conceição Xavier, 43 anos, motorista desempregado, reclamava a presença do deputado dizendo que “aquele sujeito disse para a gente não sair daqui, porque logo o GDF iria arrumar lotes para todo mundo”.”¹⁶ Mesmo negando envolvimento direto no caso, o deputado não escondeu, na mesma ocasião, seus planos de liderar ele próprio uma grande invasão. O plano foi anunciado pelo próprio deputado que, em abril de 1994, se pôs a mostrar a jornalistas do *Correio Braziliense* o local exato onde a ocupação ocorreria, às margens da Via Estrutural: “acompanhado por líderes comunitários, o deputado José Edmar (PSDB) mostrou ontem a área que será invadida, sob seu comando, no 1º de maio próximo para ser habitada por inquilinos de fundo de quintal.”¹⁷ A divulgação

se deu também junto às inquilinas, através de um meio comumente utilizado por José Edmar: a distribuição de milhares panfletos impressos em papel timbrado da Câmara Legislativa. O texto do panfleto, reproduzido em matéria do *Jornal de Brasília*, dizia o seguinte: “Deputado anuncia invasão na próxima terça-feira. O deputado José Edmar Cordeiro (PSDB) está programando invadir, na próxima terça-feira, [trecho ilegível] inquilinos de baixa renda do Distrito Federal, área pública às margens da Via Estrutural. [...] Maiores informações pelo telefone 245-4026.”¹⁸

A intenção, segundo José Edmar, era “tomar posse das invasões ocupadas por pessoas ricas para ser feita justiça social”.¹⁹ Evocando derrubadas recentes em ocupações no Guará²⁰ e na Ceilândia,²¹ assim desafiava o deputado: “quero ver se o governo irá reagir contra os dez mil inquilinos que estarão aqui no dia 1º para ocupar esta área invadida por

existências coincidissem em termos de territorialidade, de processo. No decorrer desta pesquisa, foi se tornando cada vez mais nítido que a Cidade Estrutural e o território aqui nomeado de “vila” não fazem parte, necessariamente, do mesmo fio histórico. Em outras palavras, uma não dependeu da outra para existir – embora, é claro, uma tenha influenciado a outra em determinado ponto. A ocupação que se localizava na área da Cidade do Automóvel e que, posteriormente, foi transferida para onde hoje está a Cidade Estrutural, não teve início necessariamente porque ali existia uma vila ou o Lixão. Da mesma forma, a vila não continuou a existir na forma da Cidade Estrutural.

Durante esta pesquisa, alguns acontecimentos apresentaram-se como marcos históricos importantes para o processo de ocupação da área em questão: a criação do Lixão, o surgimento e atuação das primeiras associações de moradoras no local, a chegada da líder comunitária Marlene à região, a construção da Via Estrutural, as manifestações organizadas pelas moradoras, a promulgação da Lei Complementar nº 715/2006, que tornou a Cidade Estrutural uma Zona Especial de Interesse Social... No entanto, nenhum gesto possui significado em si mesmo, tampouco faz parte de uma cadeia de causas e consequências que se estendem até o presente. Nem todo o gesto é significante; para que sejam criadas as condições de possibilidade da existência de um gesto e para que ele consiga se perpetuar no tempo como um acontecimento discernível e significante, muitos outros gestos precisaram acontecer antes, durante e depois dele – inclusive gestos de apagamento e de esquecimento.

ricos”.²² O evento não reuniu as milhares de pessoas que tanto prometia; acabou reduzido a uma pequena manifestação de cerca de 200 pessoas, recebendo o rótulo de “grande fracasso” dos jornais da capital.²³ Não é fácil acreditar, no entanto, que um político como José Edmar tenha contado com o sucesso de uma invasão agendada e tão publicizada, afinal, a gestão de Roriz não se mostrava disposta a formalizar a criação de assentamentos de baixa renda na região. Embora tenha falhado em sedimentar uma ocupação efetiva, o parlamentar obteve, com o evento, aquilo que para um político é um capital dos mais essenciais: visibilidade. No ano eleitoral de 1994, até as reportagens publicadas em abril sobre as invasões, o nome de José Edmar sequer havia aparecido no *Correio Braziliense* – exceto por uma pequena nota intitulada *Câmara mantém ritmo de recesso*, na qual praticamente todas as deputadas da Casa foram citadas.²⁴ Outra reportagem publicada pelo mesmo jornal

em 11 de março de 1994, intitulada *Votos nulos e brancos batem deputados*, deixava claro o tamanho do problema que José Edmar enfrentava com o avançar do ano eleitoral: seu nome passou longe de configurar entre os oito únicos lembrados pelas eleitoras do DF em pesquisa espontânea.²⁵

Naquele abril, as páginas dos jornais fizeram as vezes de um palanque para “o deputado das pautas habitacionais”, que emergia delas como um contraponto popular à imagem demagógica geralmente atrelada à classe política. Dessa forma, José Edmar mostrava a si mesmo como um deputado de ação, não apenas palavras. Um outro efeito provável do ato de 1º de maio, foi o fortalecimento da articulação entre o parlamentar e movimentos organizados pró-moradia, como o de inquilinas de Taguatinga, Samambaia e Ceilândia. Por fim, também é possível que a invasão anunciada pelo deputado tenha jogado luz à ausência de

02 SEGUNDO PAR DE IMAGENS OU O QUE FAZER COM UMA IMAGEM NA AUSÊNCIA DE PALAVRAS?



IMAGEM 66 . SEM AUTORIA. Fotografia aérea da Baixa Estrutural. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.

IMAGEM 67 . POZZEBOM, Wanderlei. Fotografia aérea da Baixa Estrutural publicada em: TERZAKIS, Philo. Quanto vale a Estrutural. Correio Braziliense. Brasília, 09 nov. 1996. Cidades, capa.

Assim como às memórias gravadas em situações de entrevistas de história oral [ver *Hipertexto 2*], ocorre que os arquivos nem sempre presenteiam as pesquisadoras com datas ou outras informações exatas a acompanharem os documentos que as interessam. A falta de dados indexados afeta em especial as imagens que, ao serem encaradas sem que estejam presentes informações para além do que nelas é visível, tornam-se ilegíveis na perspectiva de uma pesquisa em história. Isso decorre do caráter lacunar próprio à natureza das imagens, “de sua falta de legibilidade intrínseca”, como descreveu Georges Didi-Huberman.¹³ Diante da imposição de um visível pouco legível durante um processo de pesquisa, o que fazer? O que fazer se, nesse caso em especial, o “objeto” sobre o qual se debruça a pesquisadora possui pouca matéria visível a habitar os arquivos consultados, tornando cada imagem encontrada um tesouro de grandes proporções?

Foi o que aconteceu no caso da primeira das fotografias que integram a dupla de imagens que agora iremos analisar [*Imagem 66*]. Ela foi recolhida durante o levantamento de fontes realizado pelo cineasta Webson Dias para produção de seu documentário intitulado *Estrutural*, lançado em 2016.¹⁴ O acervo sobre a Cidade Estrutural montado pelo diretor contém entrevistas, matérias de jornais, propagandas políticas, vídeos amadores gravados de dentro da ocupação e muitas, muitas fotografias. Estas, coletadas em arquivos pessoais de moradoras e ex-moradoras da Estrutural, em sua grande maioria, não possuem informações para além do que elas mostram – não há em seus versos palavra alguma escrita, sequer uma data que nos permita saber sobre o que elas tratam de forma mais específica.

Em seu filme, Dias entrelaça as fotografias aos depoimentos de pessoas que fizeram parte do processo de formação e consolidação da Cidade Estrutural. A escolha

vontade política para fazer Cidade Estrutural acontecer, pois, diferentemente do que ocorreu ao PL 10/91, o PL 57/91 foi aprovado pela CLDF e sancionado por Joaquim Roriz em 1991, dando origem à Lei 205/91. No entanto, até 1994, não havia sinais de que tal lei se tornaria algo além de uma simples *reserva* de área.

Paralelamente aos embates travados em público, de acordo com os depoimentos analisados, Joaquim Roriz e José Edmar mantiveram juntos um contato frequente com o território da vila entre 1991 e 1994. Segundo Dona Geralda, o governador prometia com frequência a fixação das moradoras ali, com a condição de que o número de habitantes não crescesse: “Ele dizia assimó: *essas invasões que tá tendo... vocês é que vai ser o vigia, quando invadir você vai ligar*. E a gente ia ali no setor ligar; eles vinham e arrancavam [os barracos novos].”²⁶ A Terracap – que

nos depoimentos aparece como órgão responsável pelas ações de derrubada –, vez ou outra acabava mirando o alvo errado e colocando abaixo casas de moradoras mais antigas. Quando isso acontecia, “bastava ligar que ele [Roriz] já mandava o José Edmar pra resolver.” Ou seja, ao mesmo tempo em que atuava para aprovar os projetos envolvendo a criação da Cidade Estrutural na CLDF, José Edmar desempenhava o papel de vigilante da vila para Roriz, impedindo que novas habitantes erigissem seus barracos no local.

As constantes visitas da dupla à vila complexificam possíveis interpretações acerca das relações travadas entre os dois políticos e o território. Uma análise centrada apenas nos discursos proferidos por José Edmar no plenário da CLDF, ou nas aspas atribuídas a membros do governo de Roriz pelos jornais locais, nas quais abundavam críticas à atuação do deputado,²⁷

técnica de exibir as fotografias entre as entrevistas ou com a voz em *off* das entrevistadas por cima das imagens, povoando estas de sentido, funciona como uma espécie de tradução, de mitigação das lacunas inerentes ao acervo imagético que o cineasta tinha nas mãos. Sendo Dias um ex-morador da Cidade Estrutural e um pesquisador debruçado sobre essa história por mais de dez anos, é de se supor que sua leitura sobre cada uma das imagens e a escolha de posicioná-las em determinado lugar no processo de montagem do documentário – ou não lhes conferir nele lugar algum, a depender do caso – tenha obedecido a critérios bastante refletidos. No entanto, o momento e o modo como essas fotografias vieram parar em minha própria mesa de montagem impossibilitaram uma troca mais profunda com o arcabouço experiencial de Dias em relação às imagens em questão e à temática comum aos nossos trabalhos.

Diante da vastidão do arquivo gentilmente disponibilizado pelo diretor a mim, e diante do contexto limitador da pandemia na ocasião em que fui buscar o material – quando cada encontro tinha que ser cuidadosamente marcado, remarcado e filtrado pela máscara PFF2 –, pedi que Dias separasse para minha consulta apenas seu acervo fotográfico, de modo que eu pudesse coletar nele as imagens que mais me interessassem. A visita ocorreu no momento inicial da pesquisa que deu origem a esta tese, quando a persistência do cenário pandêmico mostrava ser inviável a realização da extensa pesquisa de campo que eu planejava fazer quando entrei no doutorado. Era o momento, portanto, no qual eu apenas tateava as possibilidades abertas pelos arquivos disponíveis, em uma busca um tanto quanto intuitiva por materiais que pudessem me servir de fonte para a reformulação do projeto de tese. Ou seja, nesse momento específico, eu não tinha muita ideia do que cada documento encontrado significava dentro do escopo da pesquisa que

apontaria para a incompatibilidade dos planos que cada um tinha para a região. Enquanto, conforme nos conta Dona Geralda, Roriz prometia a criação de uma “vila ecológica” ali, com a fixação apenas das moradoras mais antigas, José Edmar defendia publicamente a implementação da Lei 205/91, ou seja, o assentamento no local de famílias de baixa renda no geral. Depoimentos de moradoras da vila, como o de Dona Geralda, no entanto, nos dão pistas de que, ao menos longe dos holofotes, a parceria entre os dois permaneceu frutífera no quadriênio entre 1991 e 1994:

Em 1994 teve um levantamento aqui pela SHIS, quando contabilizaram 505 moradores – era julho de 1994. Foi quando Joaquim Roriz fez um comício aqui. Falou que ia lotear isso aqui, só pra nós, os antigos, essas 505 pessoas. Ele tinha um projeto e, realmente, era um projeto muito bom. Roriz ia fazer uma vila ecológica aqui. “Vai ter a Cidade do Automóvel [...], quando eles montarem a empresa ali vocês

vão ser os primeiro. Vai ser bom, pertinho de casa...”, ele dizia. Mas, infelizmente não foi isso que aconteceu. Quando ele falou isso, chegou rápido no ouvido da... de alguém por aí e trouxeram a Marlene. A gente não tem certeza de quem trouxe ela, eu sei que ela foi avisada dessa invasão aqui, veio pra cá e já chegou com ônibus... Olha, eram 505 morador e ela chegou bem foi com mil ou foi mais... Graças a Deus, ela ficou pra lá e a gente pra cá. Foi nessa época que o José Edmar passou pro lado dela.²⁸

Os planos de fazer, da pequena vila de catadoras de material reciclável, uma vila ecológica, não constam nas edições do *Diário Oficial* consultadas, tampouco nos documentos da CLDF que serviram de fonte para o presente capítulo. Também não há referência a eles no caderno *Cidade* das edições do *Correio Braziliense* de 1994.²⁹ As razões que levaram o governador da época a anunciar esse “projeto” para as moradoras da vila é algo que só podemos supor, já que a documentação

apenas se esboçava. Por isso, encarar as pilhas e pilhas de fotografias que Dias dispôs em uma mesa para que eu pudesse, naquela mesma manhã, olhar e selecionar – a partir apenas do que eu via – as imagens que integrariam o *corpus* documental da tese em processo, representou um grande desafio.

As fotografias que selecionei naquela ocasião, quase que exclusivamente amparada por critérios visuais, já que eu pouco sabia sobre os acontecimentos nelas expostos à época, por muito tempo descansaram na gaveta da minha mesa de trabalho. Considerando a falta de legibilidade intrínseca própria às imagens, como já mencionado, fez-se necessário esquecê-las até que um leque maior de documentos passasse a fazer parte de meu repertório de conhecimento sobre a cidade. Na medida em que se dava o percurso documental da pesquisa, um repertório de imagens, fatos, reflexões e informações passou a me habitar. Foi preciso povoar meus sentidos e minha mesa de trabalho com essa multidão de fontes, colocá-las em relação umas com as outras, para que eu pudesse perceber, ou construir, não uma imagem síntese do processo de formação da Cidade Estrutural, mas “um olhar sobre as inumeráveis singularidades que atravessam esse acontecimento”, como descreveu Didi-Huberman em relação a um outro acontecimento histórico específico, a Shoah.¹⁵ Assim continua o autor, dessa vez mais especificamente sobre imagens dos momentos de abertura dos campos de extermínio ao fim da 2ª Guerra Mundial:

Continuaremos a fechar os olhos sobre essas imagens enquanto não encontrarmos o “ponto crítico”, como disse Walter Benjamin, de onde surgiria a possibilidade de que fossem “lidas”, isto é, temporalizadas, reatadas – ainda que por um limite imanente – à palavra experiência. Esse ponto crítico ainda não foi encontrado. Construir uma legibilidade

oficial consultada silencia a esse respeito. Restamos, portanto o terreno incerto das hipóteses que, embora formuladas na esteira dos indícios que permearam o processo de pesquisa, são incapazes de reivindicar para si o estatuto de verdade.

Um trecho do RIMA/Estrutural, que foi lançado apenas em 2004, aponta que a PROGEA, empresa responsável pelo seu desenvolvimento, havia feito uma pesquisa na área da vila em 1993 – ou seja, um ano antes do anúncio de Roriz narrado por Dona Geralda mais acima. Os dados obtidos na ocasião, no entanto, não são públicos, pois não constam sequer nos anexos do relatório de 2004 – apenas em citações esparsas no decorrer do texto para fins de comparação. O tom utilizado na feitura do RIMA deixa evidente certa posição da empresa em relação à ocupação habitacional da área onde já se localizava, à época, a Cidade Estrutural, como revela o trecho a seguir: “Ao longo dos últimos

10 anos, houve várias tentativas de contenção dessa “invasão”, sendo que todas se mostraram infrutíferas, inclusive algumas medidas radicais promovidas entre 1993 e 1998. Essas medidas, no entanto, evitaram que o pior acontecesse ao PNB [*Parque Nacional de Brasília*], que vem lutando para impedir sua “insularização”.³⁰

A utilização da expressão “evitaram que o pior acontecesse” é um indício de que, a posição da empresa em relação à ocupação, dez anos antes da publicação do RIMA, talvez não fosse das mais favoráveis. Ou seja, é provável que o estudo, naquele momento, tenha explicitado que, na opinião da empresa, a ocupação humana no território para fins habitacionais não era recomendada. A conclusão, portanto, alimentada também pelas opiniões de órgãos ambientais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – Ibama, veiculadas na mídia ao longo da década de 1990,³¹

para essas imagens seria, portanto, não se contentar com a legenda acrescida pela voz do comentador autorizado pelo exército libertador. Seria restituir, recontextualizar essas imagens numa montagem de outro tipo, com outro tipo de texto, por exemplo, as narrativas dos próprios sobreviventes quando contam o que significa, para eles, a abertura de seu campo.¹⁶

A despeito das particularidades do momento histórico abordado por Didi-Huberman, o trecho acima nos apresenta de forma sintética uma questão de método: diante da ilegibilidade intrínseca das imagens em separado, resta-nos colocá-las em relação “com outro tipo de texto” – e, acrescento, com outras imagens –, não de modo a suprimir as lacunas e silêncios que nelas porventura insistam, mas para abrir nelas possibilidades de leitura. A utilização da montagem, entendida como modo específico de colocar as fontes em relação, é um desses recursos que nos permitem construir e propor legibilidades possíveis para imagens que, de outra forma, tenderiam a ser consideradas de pouca utilidade em uma pesquisa acadêmica. O que não quer dizer que a montagem possibilite, por si só, à pesquisadora encontrar informações sobre cada um dos elementos visíveis em uma fotografia, por exemplo – como os nomes das pessoas retratadas, a data e o local exato em que foi produzida, quem foi a fotógrafa etc. –, mas ela nos dá a possibilidade de oferecer uma legibilidade histórica, dentre outras possíveis, para uma imagem, como ressaltou Didi-Huberman:

Não se “resolvem” os “problemas da imagem” pela escritura ou pela montagem. Escritura e montagem permitem, antes, oferecer às imagens uma legibilidade, o que supõe uma atitude duplamente dialética (na condição, certamente, de compreender com Benjamin que dialetizar não é sintetizar, nem regular, nem “resolver”): não cessar de arregalar nossos olhos de crianças diante da imagem (aceitar a provação, o não saber, o perigo da imagem,

teria desautorizado a execução de qualquer plano de urbanização ou assentamento na região por parte do governo à época.

Mas a vila existia e, em breve, não estaria sozinha. Mesmo com o parecer negativo dos órgãos ambientais, segundo o depoimento de Dona Isabel, as promessas feitas por Roriz naquele campinho de terra batida, em frente ao colégio da Irmã Izolete, foram logo acompanhadas da chegada de centenas de novas moradoras ao local:

O Roriz desceu de aviãozinho lá naquele campinho [...] e o pessoal da Estrutural tava todo lá, porque ele falou com o Luís Humberto [presidente da Associação] pra cadastrar todas as pessoas. [...] Deixou o aviãozinho no campinho atrás da nossa Associação e chegou lá com um tratorção em cima dum caminhão. Todo mundo arroudeou: *oh mulheres sofridas, essas coitadas [risos], mas eu vou dar, vou trazer uma alegria pra vocês. Olha o trator em cima dali do carro, ele vai limpar, vai fazer as ruas, que é pra botar*

vocês tudo no lugarzinho de vocês... Nossa senhora, mas nós ficamo alegre! Meu filho falou pra mim: mamãe, não fica alegre não, mãe, isso é coisa de governo, não acontece não. Dito e feito! Ele fez a rua 4, fez outra rua que não sei onde ela começou, mas passava detrás da minha cerca, ali no fundo da 17. Mas chegava o Ibama e embargava, dizia que não podia construir. Veio o caminhão, botou as máquina em cima de novo e foram embora. Quando é daí uns dias, minha filha, que tava perto da política... Quando foi um dia que nós acordemo de noite, nós só via era barulho de carro, era pancada, era tanta coisa... O povo chegaram e invadiram. Nesse tempo a Marlene e o José Edmar, que não era bobo mesmo, levaram e botaram o povo lá. Quando nasceu o dia, minha filha, em todos aqueles lugar já tinha barraco. Essa foi a primeira remessa da Estrutural que chegou.³²

As sobreposições temporais inerentes ao trabalho de rememoração, em especial naquele realizado por um indivíduo em uma situação de entrevista, nem sempre presenteia a pesquisadora

a falha da linguagem) e não cessar de construir, como adultos, a “conhecibilidade” da imagem (o que supõe o saber, o ponto de vista, o ato de escritura, a reflexão ética). Ler, é ligar essas duas coisas – *lesen*, em alemão, que justamente dizer: ler e ligar, recolher e decifrar –, como na vida de nossas faces nossos olhos não cessam de abrir e se fechar.¹⁷

Entendendo que a ação de montar não intenta resolver todas as lacunas que envolvem as imagens, mas criar pontes entre o saber e o ver, entre o conhecer e o sentir, retornemos agora ao conjunto de fotografias recolhidos no acervo de Webson Dias em meio à pandemia. Primeiramente, é necessário que não nos escapem os possíveis significados advindos da origem de grande parte dessas imagens, a saber: o acervo pessoal de Joaquim Batista, ex-marido de Marlene Mendes. Como as transcrições do primeiro capítulo apontam, Marlene foi vice-presidente da Associação de Moradores da Estrutural – Asmoes, desde que a entidade foi criada, nos momentos iniciais da ocupação da área destinada ao SCIA. Até romper com José Edmar, em 1997, ela e Joaquim (então presidente da associação) eram bastante ligadas ao deputado distrital, bem como aos também deputados Luiz Estevão e Tadeu Filippelli – os três ficaram conhecidos na ocupação da Estrutural como “time da moradia” [ver *Hipertexto 1*]. A diretoria da Asmoes e os três parlamentares formavam um grupo que tinha grande influência na ocupação. Retornando à questão das fotografias, como problematizou o próprio Webson Dias em um evento de exibição de seu filme, em 2019, na Casa de Cultura da América Latina: *como e por que uma filmadora e uma máquina fotográfica foram parar em uma ocupação habitada por pessoas extremamente pobres?*¹⁸ Existem, portanto, interesses que envolveram o processo de produção dessas imagens, suas próprias condições de existência, e que se encontram ocultos, à primeira vista, às espectadoras que, porventura, venham a ter tais fotografias em mãos.

com datas [sobre o assunto, ver *Hipertexto 2*]. Dentre os depoimentos analisados, o de Dona Geralda é um ponto fora da curva; ela localiza, por exemplo, a visita de Roriz à vila em um momento preciso no tempo: julho de 1994. Já Dona Isabel, por sua vez, constrói uma narrativa mais fluida entre os passados que a atravessam, fazendo das datas elementos menos importantes, quase dispensáveis, em relação às experiências compartilhadas com as entrevistadoras. Mas há também indícios das marcas de um tempo cronológico na fala de Dona Isabel. Segundo ela, a abertura das ruas pelos tratores e o comício de Roriz aconteceram “antes do Cristovam”. Ela vivia há quase oito anos na vila quando chegou o “pessoal da Estrutural” – o que indica algum ponto entre os anos de 1994 e 1995. Quando conta sobre a chegada das pessoas “da Estrutural”, um tempo depois de Roriz ter aberto as ruas na região, Dona Isabel ainda especifica: “tava perto da política”, indicando que a ação

se desenrolou próxima ao período eleitoral – o primeiro turno das eleições ocorreu em três de outubro de 1994, o segundo, em 15 de novembro. As datas se aproximam, portanto, daquela apontada por Dona Geralda; se aproximam também da seguinte afirmação presente no relatório final de pesquisa socioeconômica realizada na região pelo Idhab, em 1996, já citada neste capítulo: “Ainda em 1994, durante o governo Roriz, foi fomentada a discussão sobre a criação da “cidade estrutural”. Em setembro daquele ano, através de uma intervenção governamental de abertura de duas avenidas no local, propiciou-se uma acelerada ocupação, resultando no que viria a se constituir, de fato, na “Ocupação da Estrutural”.”³³

A disputa pelo Governo do Distrito Federal, naquele ano, foi acirrada. O primeiro turno se encerrou com pequena vantagem do candidato

Mas um olhar mais demorado para as imagens, bem como a articulação delas com outras fontes, nos permite colecionar alguns indícios sobre tais interesses. Nas fotografias selecionadas e compartilhadas no quarto subtítulo deste mesmo capítulo, vemos imagens de uma cidade em processo: ruas movimentadas, construções de alvenaria, muitos estabelecimentos comerciais etc. O cotidiano da população da Baixa Estrutural parece surgir nelas, no entanto, apenas como um transbordamento daquilo que elas querem nos mostrar. Há uma sequência, por exemplo, que retrata moradores próximos a um caminhão-pipa [Imagens 82-84]. Analisando apenas a primeira das fotografias, poderíamos interpretar que ela nos apresenta, simplesmente, uma ação corriqueira na vida de habitantes de uma comunidade na qual o acesso à água era precário: o gesto de recolher a água para o uso residencial em um caminhão-pipa. O encontro com a segunda e a terceira fotografias, no entanto, abre outras possibilidades de leitura; nelas, também vemos alguns homens em volta de um mesmo caminhão-pipa, mas uma placa com os dizeres “Fundação Comunidade – Presidente Luiz Estevão” foi fixada no veículo. A placa em destaque nas duas fotografias e o local onde se encontra o caminhão em uma delas – em frente à Madeireira Estrutural, de propriedade de Marlene e Joaquim –, são indícios de que a fotógrafa intentava mostrar, com a produção das três imagens, algo além das dificuldades experienciadas pela população no acesso à água na Estrutural.

Outras fotografias do conjunto também mostram cenas do cotidiano da ocupação: um jogo de sinuca, uma pequena feira ao ar livre, pedestres que caminham por uma rua de terra batida, uma mulher que carrega uma sacola de compras pelas ruas da cidade em gestação. Um olhar mais cuidadoso para o conjunto, no entanto, torna visíveis indícios de que essas fotografias apresentam intenções outras que não um simples registro do dia

apoiado por Roriz, Valmir Campelo (PTB), sobre o segundo colocado, Cristovam Buarque (PT): 39,65% a 37,18%.³⁴ Durante a análise de reportagens do *Correio Braziliense* publicadas no caderno *Cidades* em 1994, algumas das ações empreendidas por Joaquim Roriz nos pouco mais de 40 dias que separaram o primeiro do segundo turno das eleições, ocorrido em 15 de novembro, chamam atenção. A primeira delas foi encontrada em uma pequena nota publicada pelo jornal em 5 de novembro de 1994: “Quarenta e cinco dias. Este é o prazo dado pelo governador Joaquim Roriz para que um grupo de trabalho fixe, em definitivo, qual a área e os limites do Parque Nacional de Brasília. Criado em 1961, pelo Decreto 241, o Parque não teve seus limites fixados à época. Agora, com o Decreto 16.016, publicado em 31 de outubro,³⁵ Roriz pretende estabelecer os limites definitivos do Parque Nacional.”³⁶ Por que, ao fim de seu governo, estabelecer os limites definitivos do PNB

tornou-se uma decisão tão urgente, isso não nos é possível saber a partir da pouca informação da qual dispomos. No entanto, tanto o *timing*, quanto a urgência e o teor da matéria, são detalhes dignos de nota.

Em 25 de outubro do mesmo ano, por ordens do governador, iniciou-se a derrubada de uma ocupação que, segundo reportagem do *Correio Braziliense* sobre o tema, teria surgido “num piscar de olhos” em Taguatinga.³⁷ “Ou tira agora ou deixa para sempre”, afirmava o administrador regional da localidade às repórteres, justificando assim a necessidade da retirada imediata dos barracos – pedido este atendido de pronto pelo governador Joaquim Roriz na ocasião.³⁸ Embora a ação do governo diante do surgimento da ocupação tenha sido implacável – com rápida desocupação dos barracos empreendida pela Polícia Militar –, o tom usado por Joaquim Roriz em uma reunião

a dia da Estrutural. Ao fundo de uma dessas fotografias [Imagem 76], homens fardados dirigem-se à atendente de um bar enquanto, em primeiro plano, dois homens concentram-se no movimento que um deles está prestes a fazer sobre a mesa de sinuca. Outra delas [Imagem 74] mostra várias pessoas em uma rua aparentemente comercial da ocupação na qual vemos, além de letreiros, uma grande circulação de pessoas; no canto esquerdo, mais à frente da imagem, uma mulher apoia as mãos no quadril, em uma posição de aparente preocupação; ao seguir a direção de seus olhos enxergamos o motivo da apreensão: atrás de uma caminhonete branca da marca Toyota está parada, de portas abertas, uma viatura da PM.

Uma terceira fotografia [Imagem 75] bem que poderia se passar como um *zoom* da anterior, não fossem as óbvias diferenças na posição da câmera e nas edificações nela retratada; alguns elementos, no entanto, se repetem nas duas, como a Toyota branca, também vista de costas nesta imagem, assim como uma aglomeração de pessoas que agora visivelmente se forma ao redor de um grupo de policiais. O mesmo veículo branco aparece em outra fotografia [Imagem 72], na qual vemos aquilo que parece ser uma simples rua; escolhi essa imagem pela presença nela de um elemento que não encontrei em nenhuma outra fotografia do acervo de Webson Dias: o indício, representado pela presença do escorregador à esquerda, de um lugar reservado para a diversão das crianças na ocupação; o que poderia ter sido uma referência lúdica logo muda de tom quando nosso olhar acompanha o ponto de fuga originado pela presença e localização da pista de terra na imagem; ali, mais ao fundo, um homem corre em disparada, enquanto outro apenas observa a ação – o que atrai ou repele o primeiro deles não conseguimos saber.

Em todas essas imagens há elementos que se repetem e que desestabilizam a tran-

com centenas de pessoas que reivindicavam seu lote no DF, no dia seguinte à derrubada, foi bem diferente. De acordo com reportagem do *Correio Braziliense* publicada em outubro de 1994, diante do presidente do Movimento dos Inquilinos de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia e de outras tantas manifestantes – algumas delas, inclusive, expulsas por sua ordem da ocupação de Taguatinga no dia anterior –, o governador prometeu “uma resposta em curtíssimo prazo” para as demandas apresentadas.³⁹ Quando indagado sobre de que modo conseguiria resolver a questão de forma assim tão rápida, o governador respondeu de maneira direta: “procurando um lugar para os lotes” – simples assim.⁴⁰

Não há fotografia do momento exato em que os primeiros barracos foram erguidos no local onde hoje está a Cidade do Automóvel – e que, em breve,

ficaria conhecido como Ocupação da Estrutural. Também não se sabe da existência de registros que comprovem o dia, mês e ano em que isso se deu. Afinal, é próprio dos movimentos sub-reptícios – ou clandestinos – buscar emergir sem se expor, pelo menos não até que tenham ganhado força e volume. O que temos, portanto, são vestígios, indícios de movimentos que, em determinado ponto do tempo, tornaram possível o surgimento e a consolidação da ocupação que viria a ser a Cidade Estrutural.

São esses vestígios – colhidos entre documentos oficiais, depoimentos de moradoras e reportagens de jornais – que permitem delimitar o final do segundo semestre do ano de 1994 como momento no qual “a primeira remessa da Estrutural” chegou na região.⁴¹ Mais tarde, em 1996, um ato do governo de Cristovam Buarque forçaria uma sobreposição dos dois territórios

quilidade que, há primeira vista, elas aparentam retratar. Nelas vemos fragmentos da ocupação presentes nos depoimentos e nas reportagens utilizados aqui como fontes: os mercados Potiguar e Ceará, os tambores dispostos em frente às residências para armazenar água, uma placa na qual se lê “Estrutura Móveis”. E nelas vemos também, quase sempre ao fundo e fora de foco, elementos de tensão, muitas vezes representados por viaturas policiais e figuras fardadas que, ora conduzem pela rua um homem algemado [Imagem 80], ora se alinham em grande número e avançam por uma rua de barro na qual vemos, em primeiro plano, algumas pessoas e um cachorro correrem na direção contrária [Imagem 81]. O movimento de corpos em posição de corrida é algo que perpassa grande parte desse conjunto de fotografias. Mas nas imagens nas quais esse elemento é menos óbvio, é sobretudo o olhar das pessoas que estão paradas, os sinais corpóreos que elas emitem – de tensão, de apreensão –, que direcionam nossa atenção para o ponto no qual provavelmente descansava, de fato, a atenção da fotógrafa [Imagens 77, 78 e 79],

Um outro conjunto de imagens, por sua vez, nos apresenta ações de derrubada ocorridas, aparentemente, no mesmo dia; sua existência indica a intenção de registrar a destruição de edificações consideradas relevantes para quem, porventura, tenha solicitado a produção das imagens ou para a própria fotógrafa. Em uma das fotografias [Imagem 110], vemos ao fundo uma caixa d’água caída sobre o chão da área central da ocupação – possivelmente aquela com a qual José Edmar “presenteou” as moradoras Estrutural segundo o depoimento que Valdevino deu ao Ponto de Memória. Outra imagem bastante distorcida [Imagem 109], possivelmente produzida um pouco antes dessa primeira, mostra a mesma caixa d’água ainda em pé, bem como também intacto a construção de alvenaria que havia sido a casa e a madeireira de Marlene e Joaquim [Imagens 85-88], mas

– o da vila de catadoras e o da Estrutural. Como citado anteriormente, segundo Dona Isabel e Dona Geralda, pouco depois do levantamento demográfico realizado pelo governo Roriz e da abertura de ruas próximas à vila, centenas de novas moradoras começaram a chegar à área reservada ao SCIA. A nova ocupação, no entanto, só passou a ser notada pelos jornais em 1995. Em um quadro nomeado de *Evolução da invasão*, por exemplo, o jornal *Correio Braziliense* buscava sistematizar e expor de modo cronológico o crescimento exponencial da ocupação. Para isso, usava dados fornecidos pela Polícia Militar do DF – PMDF, segundo os quais, em dezembro de 1994, havia 142 barracos na “invasão da Estrutural” – modo como o jornal passou a se referir à localidade –, em fevereiro de 1995, já havia 790 barracos, enquanto o número contabilizado na nova ocupação em abril de 1995 era de impressionantes 1.282 barracos.⁴² Desde então, remover a “Ocupação da Estrutural”

passou a ser uma das metas do governo de Cristovam Buarque.

Foi a partir de maio de 1995 que a Estrutural se tornou objeto frequente de reportagens veiculadas nos dois principais jornais da capital: o *Correio Braziliense* e o *Jornal de Brasília*. O ponto inicial dessa onda de aparições foi uma nova apreciação do PL 10/91 pela CLDF que, na ocasião, foi aprovado em primeiro e segundo turnos. A derrota de Cristovam no plenário, adiou seus planos de remoção da ocupação, que só passaram a ser colocados em prática quando o veto total do governo ao projeto foi garantido pelo próprio plenário da CLDF. A votação sigilosa sobre o veto derrubou definitivamente o projeto de José Edmar e abriu caminhos para que o governo passasse a atuar *dentro* do território da Estrutural no sentido de remover a ocupação.⁴³

São profundas as diferenças que separam as

que naquele momento, como mostra bem outra imagem da série [*Imagem 106*], estampava em sua faixa os dizeres: “Creche Evangélica Marlene Mendes”, em vermelho, e “Assembleia De Deus”, em azul logo ao lado. A existência de pessoas em fardas escuras, nessas e em outras imagens da série, aponta para a presença ostensiva de policiais na ocupação no momento de produção das fotografias.

Outros dois conjuntos de fotografias foram produzidos ora em momentos de celebração ou de visitas de políticos à ocupação, ora em episódios de evidente confronto com a polícia. No primeiro deles acompanhamos a caminhada de um sorridente Luiz Estevão e de uma simpática Marlene Mendes pela Estrutural [*Imagens 89-92*], ou a pose dos dois em frente ao Posto de Saúde Comunitário, acompanhados, na ocasião, de José Edmar e mais algumas pessoas não-identificadas [*Imagem 99*]; também somos apresentadas, visualmente, a uma Marlene Mendes vivenciando momentos nos quais a sua liderança e influência locais se mostravam com nitidez [*Imagens 96 e 98*]. No segundo conjunto de fotografias, por sua vez, ao contrário do que ocorre no primeiro, no qual imagens nítidas e bem centralizadas têm as figuras públicas como objeto de interesse, uma tensão se deixa ver no pouco foco e nos enquadramentos descuidados – muitos deles estranhos ao olhar [*Imagens 105-108*]. Ônus da urgência de fazer ver o instante sem se deixar ver. Ao que parece, à fotógrafa anônima faltava o crachá de imprensa e as lentes de uma poderosa máquina fotográfica que lhe garantisse uma distância segura em relação ao seu objeto de interesse. Seu corpo, portanto – talvez de pele preta, como o são a maior parte daqueles que povoam seus registros – expunha-se aos efeitos diretos dos acontecimentos. Esta vulnerabilidade, imanente às fotografias analisadas e seu regime de visibilidade, contrastam – e muito –, com aquelas produzidas pelo *Correio Braziliense* que, em relação aos mesmos

experiências do período de governo de Cristovam Buarque narradas pelas moradoras da vila, daquelas narradas por quem vivia na ocupação da Estrutural à época.⁴⁴ Dona Isabel, por exemplo, afirma: “O Cristovam pra mim, ao menos pra mim – que bom pra todo mundo só Deus, né? – foi um ótimo governo. [...] Hoje em dia o povo da Estrutural tomaram os direito da Estrutural; nós, mais velho aqui, nós não tem direito, mas naquele tempo o povo não mexia com nós, porque nós era os antigos da Estrutural.” Sua fala aponta para o tratamento diferenciado dispensado pelo então governador à população da vila, reconhecida por sua gestão como detentora de direitos legítimos sobre o território. Enquanto isso, moradoras mais recentes lembram o governo de Cristovam como um período de terror, chegando a comparar a ocupação naquele momento com uma zona de guerra, como fez Duda em sua entrevista: “a disputa pela terra aqui... eu acho que aqui foi um Iraque da vida. Nós

tivemos um Iraque do Brasil, um estado de sítio. Eu nunca vi tanta maldade humana.”⁴⁵

Ainda que Cristovam tenha dispensado tratamentos diferentes aos grupos, foi justamente uma ação de seu governo que ocasionou o maior ponto de inflexão na história da vila. Até janeiro de 1996, moradoras da vila e da Estrutural ocupavam locais relativamente distantes, como narra Dona Isabel: “o povo fizeram pra lá a invasão, eles não chegaram bem pela minha chácara não, só um ou outro barraco. Agora lá pela beira da pista, lá pela [*quadra*] 4, ali pro lado de onde hoje é a passarela, o Pró-DF, lá era tudo cheio.” A distância espacial garantia certa tranquilidade à vila que, apesar de ter passado a lidar com questões antes pouco existentes em seu cotidiano – como furtos, por exemplo –, não tinha seu perímetro invadido pelas novas moradoras. Mas, em 31 de janeiro de 1996,

eventos, evidenciam certa exterioridade do corpo que fotografa.

Dentre as fotografias sem data e sem autoria recolhidas no acervo de Webson Dias, uma destoa do conjunto por se tratar de uma imagem aérea da Baixa Estrutural [Imagem 66] – ocupação ainda pequenina, diminuta, pouco maior que o imponente trevo à sua frente. Não temos data, mas é justamente o tamanho da área edificada – bem delimitada pelas poucas vias que formam o retângulo à direita e o triângulo à esquerda, mantendo livre o enorme espaço entre eles – que nos permite conjecturar que a fotografia foi tirada pouco depois de criada a Baixa Estrutural, em janeiro de 1996 [ver *Hipertexto 1*]. O espriamento dos poucos barracos que compõem a Vila Velha, logo atrás de uma larga pista de terra – posteriormente asfaltada e nomeada de *Avenida 9 de julho*, aquela que passa em frente à casa de Dona Geralda –, contrasta com a densidade daqueles que habitam o interior das inflexíveis formas geométricas mais à frente. Sangrando a borda esquerda da fotografia, quase às margens da EPCL, estão os resquícios da Alta Estrutural – traços de imagem... Talvez um registro pouco intencional do momento de aguardo daquelas não contempladas pelo *Termo de Acordo* diante da eminente expulsão.

As condições de legibilidade dessa fotografia me foram criadas pouco mais de dois anos depois dela ter vindo parar em minhas mãos. Elas derivam, em especial, do acesso que tive a uma outra fotografia aérea – dessa vez com data e autoria conhecidas. Além do mergulho em todas as fontes já citadas nesta pesquisa – que me permitiu saber e entender, na medida do possível, quando e como houve a transferência das moradoras da Alta para a Baixa Estrutural –, a imagem produzida em oito de novembro de 1996 pelo

após o desgaste político decorrente das tentativas frustradas de controlar o crescimento ou remover a ocupação que se instalara na área destinada ao SCIA,⁴⁶ o governo de Cristovam iniciou a transferência de grande parte das moradoras da Alta Estrutural para área mais próxima à da vila – exatamente onde a Cidade Estrutural está até hoje. Foi essa a decisão que, segundo Ismael, um dos depoentes do primeiro capítulo, “determinou a permanência desta cidade da forma que ela está... foi um documento assinado... celebrado entre José Edmar, a presidente da Associação, Marlene e, se não me engano, a Secretária de Habitação da época.”⁴⁷

O documento em questão, nomeado de *Termo de Acordo*, foi formulado a partir de embates e negociações travadas entre o GDF, a Associação de Moradores da Estrutural – Asmoes, e José Edmar.⁴⁸ Foi ele que “guiou” o processo de transferência

das famílias da “Alta Estrutural” para a “Baixa Estrutural”.⁴⁹ Nem a toda a família foi permitido desmontar o seu barraco para remontá-lo mais abaixo, pois alguns critérios definiram aquelas que tinham o direito a ter seu lote “provisório” na nova ocupação e aquelas que deveriam deixar imediatamente a região. A principal exigência era de que a família estivesse morando em Brasília há dez ou cinco anos, a depender da situação.

Na ocasião, as pessoas que não atendiam às exigências elencadas no *Termo de Acordo*, receberam a seguinte proposta do governo: viver temporariamente em um antigo “galpão da Só Frango, no Recanto das Emas”. Ou seja, às famílias impedidas de seguirem para a Baixa Estrutural destinavam-se galpões que, pouco tempo antes, eram utilizados como moradia de aves criadas para o abatimento. Como é possível perceber, algumas estratégias utilizadas por Cristovam para assentar

fotojornalista do *Correio Braziliense* Wanderlei Pozzebom [Imagem 67], por sua vez, me permitiu ver por contraste o que me mostrava a primeira fotografia aqui analisada. O fato da data em que foi tirada a fotografia de Pozzebom ser conhecida, tornou possível a comparação entre as duas imagens, pois, junto à data de criação da Baixa Estrutural presente nas edições de fevereiro dos jornais locais, ela me ofereceu o outro elemento necessário para criar uma “baliza” temporal que me servisse de parâmetro comparativo.

O fotojornalista apresenta, em sua imagem aérea, um cenário radicalmente diferente daquele exposto pela fotografia anônima cedida por Dias. Nela, já não persistem os fragmentos de Alta Estrutural. A distância entre Baixa Estrutural e Vila Velha, que era considerável, diminui com a criação de novos focos de ocupação – também densamente povoados – atrás das áreas originalmente abertas pelo governo. Diminui também a área livre que existia entre os núcleos retangular e triangular da ocupação que, na fotografia de Pozzebom, já estão praticamente unidos no ponto mais próximo à entrada da cidade – um descampado com algumas edificações visíveis já quase no trevo.

De acordo com o documento *Assentamento da Estrutural – 1966: relatório final*, da Seduh, produzido sob coordenação de Cláudio Martins de Pinho, a remoção da Alta para a Baixa Estrutural foi concluída no dia 22 de junho de 1996, data de entrega do relatório. O mesmo documento aponta para a tendência a consolidação da nova ocupação: “hoje no assentamento da Baixa Estrutural já se tem toda uma característica de uma cidade. Podemos contar com igrejas, comércio, padarias, açougues, bares, mercadinhos, postos de saúde, madeireiras e uma feira livre que funciona aos finais de semana”.¹⁹ Uma série de fotografias dispostas ao fim do texto, parece ter o intuito de comprovar o que as palavras descrevem. Duas imagens aéreas mostram tanto o perímetro da Alta Estrutural esvaziado

as famílias que aceitavam ou eram forçadas a sair da Estrutural, não deviam em nada àquelas desenvolvidas por Roriz na década anterior. Como efeito, a falta de infraestrutura básica nos locais destinados ao assentamento das famílias que optavam por sair da Estrutural, fazia circular a informação de que, entre trocar precariedade por precariedade, o melhor era continuar vivendo em uma ocupação que, além de já conhecida, se localizava em área mais próxima a polos de oferta de trabalho como o Plano Piloto, Guará e Taguatinga.

Houve outros casos nos quais o governo de Cristovam dispensou tratamento semelhante às moradoras da ocupação da Estrutural, citarei três deles à título de exemplo. O primeiro deles, diz respeito ao primeiro cercamento do perímetro da ocupação, ainda na época da Alta Estrutural, em 1995. Diante do rápido crescimento do número de

moradoras da região, o governador buscava meios de frear a construção de mais barracos. Primeiro esperou que a CLDF mantivesse seu veto ao PL 10/91. Mal saíra vitorioso na disputa parlamentar, o governo cercou toda a ocupação utilizando, para isso, seis mil metros lineares de arame farpado e deixando apenas três guaritas para entrada e saída das moradoras, de acordo com reportagens vinculadas nos jornais da capital à época.⁵⁰

O segundo episódio ocorreu em setembro de 1996, já na Baixa Estrutural. Se, na realidade arborizada do Plano Piloto, a seca do mês de setembro no Planalto Central já é desafiadora, imagine em uma ocupação com ruas de terra batida e habitações feitas de lâminas de madeirite e telhas de amianto. Foi nesse contexto climático que, naquele ano, o governo de Cristovam Buarque interrompeu o abastecimento de água na ocupação da Estrutural. Uma descrição feita pelo repórter

de moradoras [Imagem 71], quando a região recém-ocupada da Baixa Estrutural [Imagem 70]. Outras fotografias mostram a ocupação espacial da Baixa Estrutural, evidenciando as ruas, os lotes, a circulação de pessoas e, especialmente, os estabelecimentos comerciais, inclusive mostrando seus interiores [Imagens 93-95], o que não ocorre nas fotografias que integram o acervo de Webson Dias, nem aquelas produzidas por fotojornalistas. Diante do cenário, Cláudio de Pinho sugere duas ações ao governo de Cristovam: [1] realizar um novo cadastramento das moradoras “históricas”, de modo a evidenciar quais barracos seriam removidos no momento da desocupação total da área da Baixa Estrutural,²⁰ e [2] cercar a área da Alta Estrutural liberada, de modo a não permitir novas invasões.

Apesar das informações trazidas no relatório acima mencionado, os meses que separam o ato que produziu a primeira fotografia que abre esta parte do capítulo [Imagem 66], daquele que deu origem à segunda [Imagem 67], evidenciam a inação da gestão de Cristovam Buarque em relação ao seu projeto de desocupar a área da Baixa Estrutural. Durante o período de intervalo entre as duas imagens, nem se impediu a construção de inúmeros novos barracos, nem se formulou uma alternativa capaz de convencer as habitantes locais de se mudarem dali em definitivo. Segundo as reportagens e documentos analisados, mal o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – Idhab, terminava de fazer o levantamento do número de residências, e a quantidade delas já variava; para cada barraco derrubado, eram dois, três, quatro barracos levantados durante a noite. O caso de Luís, um dos moradores entrevistados pelo Ponto de Memória, é exemplar nesse sentido; ao menos por três vezes ele viu seu barraco destruído, mas sempre retornava à ocupação: “derrubaram lá onde eu tinha feito na Chácara Santa Luzia,

Luiz Queiroz para o *Jornal de Brasília* traz algumas das condições enfrentadas pelas moradoras na ocasião: “em praticamente todas as quadras a situação era desesperadora, porque ninguém teve tempo de armazenar água suficiente para aguentar o desabastecimento”.⁵¹ Nos primeiros dias, continua o repórter, “moradores improvisaram um serviço de transporte de latões de água com apoio de carroças, caminhões e carros. Todos iam buscar água em córregos próximos da invasão, ignorando o fato de a água ser potável ou não”. Apesar da intenção governamental explícita de forçar a saída da população retirando dela o acesso a um bem tão vital quanto a água, a articulação entre moradoras, Asmoes e políticos como José Edmar e Luiz Estevão conseguiu montar um esquema de abastecimento paralelo com caminhões-pipa.⁵²

O terceiro episódio diz respeito ao segundo cercamento pelo qual passou a ocupação, em

meados de julho de 1997, e que durou até o fim do mandato de Cristovam Buarque. “Por mais de dois anos tratei o problema como questão habitacional. Agora é caso de segurança pública”, anunciou o governador diante da mídia na ocasião.⁵³ O ponto de virada da relação, já nada pacífica, entre Estrutural e GDF foi um confronto entre moradoras e polícia, ocorrido em 10 de julho de 1997. Na ocasião, um grupo de fora da ocupação, estimulado por Marlene Mendes, tentou reocupar a área da antiga Alta Estrutural. A ação configurava, portanto, uma quebra do Termo de Acordo, o que resultou em uma resposta implacável do GDF: 1.700 policiais militares utilizando-se de cavalaria, cachorros, balas de borracha e gás lacrimogênio diante das pedras e pedaços de madeira empunhados pelas ocupantes, segundo depoimentos e reportagens. Após a desocupação da área destinada ao SCIA, o GDF cercou novamente todo o perímetro da Baixa Estrutural, designando um policial militar para

derrubaram todos os barracos que tinham lá. Fui pra Ceilândia novamente e fiquei lá duas semanas. Tornei a voltar, trouxe meu corcelzinho com o bagageiro de cima cheio de madeira.”.²¹

Mesmo após o segundo cercamento da área [ver *Hipertexto 1*], já em 1997 – momento no qual Cristovam, “com uma mão”, oferecia “500 lotes para a transferência das famílias” e, com a outra, fechava “o cerco à invasão, tornando a vida cada vez mais difícil na Estrutural.”²² – a ausência de infraestrutura básica nos locais escolhidos pelo governo para abrigar parte dessas milhares de pessoas tornava as alternativas pouco atraentes. Assim como o fazia a grande distância que separavam as localidades dos principais polos de oferta de postos de trabalho no DF no geral, o Plano Piloto e Taguatinga, e da Estrutural especificamente, o Guará e o Lixão. Aliada a essas questões, estava a pressão que líderes locais exerciam sobre as moradoras, que eram incentivadas, de modo nem sempre tão democráticos assim, à permanecerem no território. É o que revelou Elias, irmão de Marlene Mendes, na ocasião de sua entrevista para o documentário *Estrutural* quando perguntado por Webson Dias se “existia alguma pressão, por parte da oposição, no sentido de não querer que os moradores saíssem da Estrutural”; “eram feitas reuniões semanais falando que nem que o morador morresse não era pra sair dali” – respondeu Elias – reuniões organizadas pelo “deputado José Edmar e o grupo dele”.²³

A demora do GDF em desenhar um destino para a Baixa Estrutural, portanto, em pouco tempo fez dela uma ocupação com ares de cidade embrionária, como as fotografias coletadas por Webson Dias tão bem nos fazem ver. Os jornais também não se eximiam em apontar tais evidências; uma reportagem publicada pelo *Correio Braziliense* em outubro de 1996, por exemplo, intitulada *Terra sem lei*, descreve o processo de consolidação: “as

administrar a ocupação, o major Wolney Rodrigues da Silva.⁵⁴

Retornando à remoção de janeiro de 1996, apesar do GDF enfatizar na mídia o caráter provisório da Baixa Estrutural, o fato de “as palavras *invasor* e *provisória*” terem sido banidas do texto final durante as negociações, deu argumentos para que a Asmoes utilizasse o *Termo de Acordo* “para garantir a posse definitiva da área aos ocupantes”.⁵⁵ A decisão do governo de acatar exigência da associação e aumentar o tamanho dos lotes de 72 m² para 96 m², também contribuiu para gerar “uma enorme expectativa de fixação” entre as moradoras.⁵⁶ Tanto as reportagens quanto os depoimentos analisados corroboram com essa descrição, apontando para uma sensação generalizada de que a ocupação seria legalizada, um sentimento que se ancorava na força do próprio texto escrito já que o *Termo*, em momento algum, citava a perecibilidade da nova ocupação. Assentava-se também no uso

político que líderes locais, como Marlene Mendes, e deputados distritais, como Luiz Estevão (PMDB), Tadeu Filippelli (PMDB) e José Edmar, conhecidos na região como “time da moradia”, fizeram da assinatura do documento na ocasião. Uma fala atribuída a Luiz Estevão publicada em reportagem do *Jornal de Brasília* exemplifica bem esse uso: “Na verdade, estas pessoas não estão sendo removidas, mas realocadas numa área no polígono onde seria a Cidade Estrutural. O governo vai precisar de uma razão forte para dizer que o novo local não é definitivo para estas pessoas.”, afirmava o político.⁵⁷

Como a Baixa Estrutural, ao menos na teoria, estava destinada a ser uma ocupação provisória, a expectativa era de que ela mantivesse seu tamanho até que a derradeira remoção ocorresse. Mas, na prática, não foi preciso muito tempo para que o número de barracos recomeçasse a crescer; passados mais de seis meses de firmado o *Termo de Acordo*, o GDF ainda não havia definido um

construções vão cedendo lugar aos tijolos, os barracos ganham identidade com números de quadra, conjunto e lote, ruas e avenidas têm nomes. Igrejas para todos os credos multiplicam-se com maior velocidade que o número de fiéis. A feira aos domingos, o campo de futebol e o forró são alguns dos momentos de relaxamento da comunidade.” – raízes de uma cidade que, segundo as repórteres, podiam ser vistas por toda a parte, evidenciando o fracasso do governo em tomar “as rédeas da situação”.²⁴ Raízes cuja visibilidade também foi produzida pelas centenas de imagens que integram o acervo fotográfico de Webson Dias.

Ainda de acordo com a mesma reportagem, em outubro de 1996, a Baixa Estrutural contava com uma população estimada em duas mil famílias, ou dez mil pessoas,²⁵ sendo que destas, apenas 575 famílias haviam sido alocadas na área pelo governo em fevereiro do mesmo ano.²⁶ Em dezembro de 1996, ainda segundo o *Correio Braziliense*, o número de famílias vivendo na localidade já chegava a 3,3 mil – um crescimento vertiginoso para uma ocupação que, segundo Cristovam Buarque, já nasceu destinada a desaparecer.²⁷ O contraste entre a fotografia aérea anônima [*Imagem 66*] e aquela produzida por Pozzebom [*Imagem 67*], nos permite visualizar a elevada taxa de crescimento populacional na Baixa Estrutural durante o período. Mas são os depoimentos, reportagens e o acervo imagético de Webson Dias que possibilitam ver os efeitos que a crescente certeza sobre o caráter definitivo da mudança produziram ao rés-do-chão. São imagens de uma ocupação que tomava forma de cidade e, cujo crescimento, passou a ameaçar os modos de produção e usos do espaço que há décadas se desenrolavam em suas contingências.

destino para as famílias que o assinaram. A demora em formular um plano para resolver de forma efetiva a questão, foi um fator determinante para que a Baixa Estrutural não somente ganhasse ares definitivos, como as fotografia dispostas no quarto subtítulo deste capítulo fazem ver, mas também crescesse em número de moradoras, ampliando suas chances de fixação na medida em que tornava qualquer tentativa de remoção futura uma ação muito mais complexa.

03 UM ÚLTIMO PAR DE IMAGENS OU POLÍTICAS DO ESQUECIMENTO

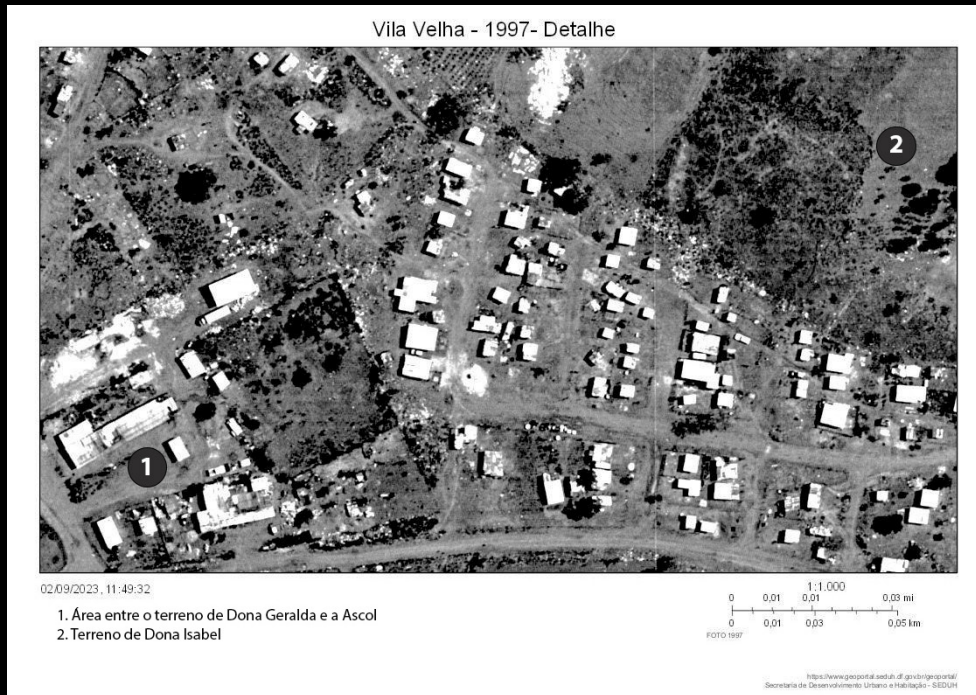


IMAGEM 68 . SAADS, Leila. Vila Velha - 1997. Mapa produzido a partir de imagem de satélite. Brasília, 2023. Fonte da imagem de satélite: GeoPortal-DF.

IMAGEM 69 . SAADS, Leila. Cidade Estrutural - 2013. Mapa produzido a partir de imagem de satélite. Brasília, 2023. Fonte da imagem de satélite: GeoPortal-DF.

É, agora não vai ter mais jeito não, que aqui tá virando cidade. A frase da mãe de Dona Vanda, dita por volta do final da década de 1980, já apontava para a vocação urbana da área que escolhera para viver – ali, ao redor do Lixão do Jóquei. Quase uma intuição a dela, uma vez que naquela época eram ainda poucas as famílias que chegavam “pra trabalhar no lixo” e acabavam montando seus barracos por lá.²⁸ Era quem ia “chegando devagar”, como explicou Dona Isabel, “um fazia um barraco, outro fazia pra acolá e foi aumentando”.²⁹ Para Dona Vanda, no entanto, a pequena vila que foi se delineando ao longo dos anos ganhava ares de cidade sob o olhar de quem se acostumara a viver tranquila, quase só, “no meio desse cerrado”. Em seu depoimento, o ano de 1996 não é narrado como um momento de grandes rupturas; morar mais perto do Lixão tinha suas vantagens, já que o impacto da emergência da Baixa Estrutural parece ter sido mitigado pela barreira física formada pelas demais chácaras e casas da Vila Velha.

Mas para Dona Geralda, Dona Isabel e Dona Lia, a decisão do governo de realocar a população da Alta Estrutural nas cercanias de suas moradias, deu início a um delicado exercício de equilíbrio entre o cotidiano com o qual estavam acostumadas e a pressão exercida por uma cidade emergente que, de modo quase instantâneo, forçava sua entrada nas chácaras em busca de chão. Nesses três depoimentos é Marlene e outros integrantes de seu círculo próximo, como seu irmão Elias e seu marido Joaquim, que aparecem materializando as principais ameaças aos seus territórios à época, como nos conta Dona Isabel:

Aí, minha filha, fizeram tanto que chegaram bem na beira da minha cerca. Chegaram tudo na beira da minha cerca e eu me vi muito atacada... queriam invadir. A Marlene chamou aquele menino que morreu há poucos dias [*Elias*]... Eles media a chacara mais o Reginaldo,

II DAS ARTICULAÇÕES ENTRE FONTES ORAIS E ESCRITAS

A confiabilidade (ou não) dos depoimentos orais é uma questão que levanta debates científicos desde que esse tipo de fonte passou a fazer parte do rol dos documentos considerados como históricos – entre os anos 1960 e 1970.⁵⁸ A pouca credibilidade conferida, por críticos e críticas da história oral, às informações que têm por base a memória de um sujeito (individual ou coletivo) se ancora, principalmente, no fato de que a produção desse tipo de fonte se dá no presente das entrevistas e não naquele dos acontecimentos; também se ancora em sua evidente dependência da capacidade de rememoração das entrevistadas que, muitas vezes, não possuem outro tipo de documentação na qual basear suas afirmações. Tal crítica procederia caso o intuito de uma pesquisa que se utilize da metodologia da história oral para

a produção de fontes fosse o de encontrar, nos depoimentos colhidos, a (pretensa) objetividade de, por exemplo, uma planilha de gastos e ganhos de uma empresa – não que esse tipo de fonte, por sua vez, seja inequívoco, como as cotidianas fraudes financeiras do mundo empresarial tanto demonstram.

Uma vez que qualquer pesquisa histórica acerca da vila se depara necessariamente com a escassez de fontes, os depoimentos concedidos por suas moradoras adquirem grande relevância no processo de investigação sobre a historicidade da ocupação. Não por estes depoimentos disporem os acontecimentos em ordem cronológica ou apresentarem dados que atendam a critérios de objetividade que são externos ao trabalho de rememoração; mas por nos abrirem possibilidades

media tudo. [...] Mas depois meu filho chegou lá e falou que eles não podia fazer aquilo porque, se fizessem, ele passava o caminhão em cima... Aí a Marlene chamou meu esposo pra negociar a chácara, dizendo que dava oito lotes pro meu esposo. Ele disse que não queria. [...] Aí piquetearam lá dentro, quando o meu esposo não tava, piquetearam lá e quando ele chegou, arrancou tudo. Ninguém atentou nós mais não.³⁰

A tentativa de dividir em lotes as terras de Dona Isabel se encontra com o depoimento de Luís: “tinha uma mulher aqui, uma grande líder que se chamava Marlene, ela lutou muito aqui pelo povo. Ela é que cortava as terras, negociava com os chacareiros pra poder ser essa cidade que é hoje.”³¹ Não era desconhecida a prática realizada por líderes comunitários de lotear terras e vendê-las nas cercanias da Baixa Estrutural cobrando, além disso, uma taxa obrigatória de associação à Asmoes. O barraco que não estivesse marcado com a sigla da Associação dos Moradores da Estrutural [*Imagem 100*], inclusive, segundo depoimentos como o de Ismael, era condenado à derrubada por sua direção. Não se sabe quais intenções alimentavam a prática de venda de lotes, se o desejo de obter lucro pessoal ou a visão política de que, para que a ocupação resistisse às investidas de remoções, seria interessante ter um número cada vez maior de pessoas habitando o território. O fato de a Estrutural existir hoje como cidade, aliado aos registros de que a maior madeireira da região no período, a “Madeireira Estrutural”, era de propriedade da Marlene e do Joaquim, sugerem que o interesse por trás da Asmoes talvez fosse misto – afinal, um desejo não necessariamente exclui o outro.³²

Para Caroline Santos, as entrevistas que realizou junto ao Ponto de Memória – as mesmas que nos serviram de fontes para esta pesquisa –, evidenciaram que a Alta Estrutural não representava, para a população que passou a ocupá-la, “nem um lugar para morar em definitivo e nem a propriedade do lote, mas uma forma de aguardar e obrigar a

– quanto ouvintes, pesquisadoras e leitoras – de travar contato com os territórios mediado pelas experiências de quem os teceu cotidianamente, bem como de entender como essas experiências se interseccionam com a historicidade da vila e da Cidade Estrutural.

Aleida Assmann, em seu livro *Espaços da recordação*, afirma que, por mais voláteis que as recordações sejam, diferentes culturas em diferentes tempos desenvolveram modos de estabilizá-las tornando-as mais duradouras uma vez que suportadas por um coletivo extra-individual – fosse através de recursos materiais, como objetos e lugares, fosse por meio da narração e compartilhamento intergeracional das recordações. Dentre esses estabilizadores, Assmann classifica a língua como “o estabilizador mais poderoso das recordações”, pois, “quando ocorre a verbalização, não nos lembramos mais dos acontecimentos em si, mas da nossa verbalização

deles.”⁵⁹ Mas não é apenas através da linguagem compartilhada que as recordações ganham contornos mais duradouros diante da passagem do tempo. Nesse sentido, a pesquisadora concede especial papel ao afeto que, “como potencializador da percepção, conserva elementos da recordação que ingressam na memória de armazenamento como partes sem um todo ou como micronarrativas dobradas e lá ficam lado a lado, desconexas.”⁶⁰ Esses afetos, por vezes, ganham os contornos de uma narração, noutras emergem como imagens fragmentadas ou até corporalmente no indivíduo através dos sintomas, como é muito comum ao trauma. Podemos perceber, no trecho do livro de Assmann acima transcrito, que a concepção de memória da autora se distingue daquela desenvolvida por Eclea Bosi em sua clássica obra *Memória e sociedade*. Nela, Bosi destrincha a ideia de “cone” da memória de Henri Bergson para, posteriormente, adentrar na teoria social da memória de Maurice Halbwachs

negociação com o governo”.³³ A lógica de ocupação do solo apontada por Santos em sua pesquisa, no entanto, como espero ter se tornado evidente ao longo do presente texto, foi em muitos aspectos interrompida com a criação da Baixa Estrutural e a assinatura do Termo de Acordo. As fontes aqui analisadas apontam ter sido a partir deste ponto que as ações da população local passaram a se dar cada vez mais no sentido de criar raízes no novo território, fazendo dele um local de permanência.

A busca pela permanência na Baixa Estrutural se dava de modo um tanto quanto distinto daquele que há muito se desenrolava na vila. Um trecho do documentário de Webson Dias expõe essa diferença. Dona Geralda, em sua curta fala no filme, rememora características da ocupação antes da junção das duas populações: lotes maiores, as árvores e a natureza, a relação entre o lugar de moradia e o trabalho no Lixão, o crescimento populacional lento e orgânico. Em contraposição está a fala de Zezé, um dos moradores da Baixa Estrutural, que revela ao diretor um uso do solo radicalmente diferente: “Seu Joaquim, que era o vice-presidente [da Asmoes] me deu a coordenação aqui, e eu loteei tudo. Lote um, dois, três quatro. Loteei e enderecei tudo isso aqui [...] até a quadra seis, porque pra cima era mais invasão.”³⁴ Ou seja, os lotes eram divididos e demarcados antes mesmo da chegada de novas moradoras, o que evidencia uma ação, por parte dessas lideranças, no sentido de realmente estimular a expansão da ocupação. Estímulo este sobre o qual o depoimento de Luís ao Ponto de Memória também trata: “Fiquei sabendo da Estrutural através do deputado José Edmar. Ouvia a fala dele direto no rádio, na televisão... ele foi um grande incentivador do povo aqui pra invasão, lutou muito. Ele distribuiu uns panfletos convidando toda a comunidade de Brasília que não tivesse lugar onde morar, que não

– para quem a substância social da memória faz dela um trabalho, uma ação, e não um “espaço” de armazenamento. Aleida, por sua vez, se aproxima mais da concepção bergsoniana de memória uma vez que reconhece uma distinção entre esta e a recordação.

Recordação e lembrança, em Asmann, não podem ser pensadas sem a mediação do corpo, “este lugar de passagem”,⁶¹ como descreveu Bergson, por meio do qual se dá a relação entre a memória acumulada e a memória motora – entre o passado mais remoto e aquele mais imediato já que, como afirma Silene Marques, “o presente é, na verdade, nosso passado imediato, e se não percebemos praticamente senão o passado, e a consciência presente sendo já memória, as duas memórias vão se unir intimamente.”⁶² É no corpo e a partir dele que se inscrevem e se reatualizam as manifestações inconscientes da memória

traumática, por exemplo – como aconteceu com Dona Isabel que, após ser desalojada de sua chácara, passou a sofrer desmaios frequentes: “o médico disse que era muita carga no meu cérebro, muita coisa que não tinha saída e que eu apagava por causa disso.”⁶³ Também é a partir do corpo que se opera o ato de verbalizar e de narrar lembranças, de rememorar.

Já a memória para Asmann, por sua vez, não se confunde necessariamente com uma ação – esta sempre atravessada pelo corpo –, e ainda possui diferentes “tipos”, que vão desde a memória experiencial dos indivíduos – não necessariamente consciente –, memória comunicativa, memória cultural e institucional, entre outras, tornando-se uma categoria muito mais ampla do que aquela desenvolvida por Bosi, pesquisadora que trabalhou essencialmente com “memórias autobiográficas”. A memória para Assmann, portanto, não requer

tivesse sua moradia, que viesse pra Estrutural.”³⁵

As memórias das moradoras mais antigas fazem referência a um espaço que se formava e se criava a partir das práticas e necessidades cotidianas – de plantar, de limpar o material recolhido no Lixão, de criar animais – e ao qual, no geral, já chegavam com alguma relação familiar e afetiva pré-existente e uma perspectiva de trabalho que se vinculava ao território – a reciclagem. Por outro lado, as novas moradoras que chegavam à Baixa Estrutural diariamente, fosse atendendo aos chamados de políticos e lideranças locais ou estimuladas pela recorrência com que a ocupação aparecia na mídia, em muitos casos encontravam lotes já demarcados e com um valor comercial estabelecido. Não se trata aqui de hierarquizar as experiências espaciais, romantizando a primeira a partir de uma comparação superficial com a segunda. A comparação entre modos de ocupar intenciona, tão somente, jogar luz sobre os conflitos que emergiram a partir das diferenças entre eles – conflitos estes que, com a derrota de Cristovam para Roriz nas eleições de 1998, mostraram ser cada vez mais profundos.³⁶

O retorno de Roriz ao governo foi amplamente comemorado: “nas eleições de 1998 veio a vitória: Roriz foi eleito. Aí foi aquele alvoroço: mais de três mil pessoas na pista comemorando a vitória dele”, lembrou Ismael em seu depoimento ao Ponto de Memória.³⁷ Apesar da promessa de Joaquim Roriz de fixar a ocupação se eleito, a Lei Complementar 530, de 2002, que declarou “o parcelamento do solo urbano denominado Vila Estrutural”, uma Zona Habitacional de Interesse Social e Público – ZHISP, e alienava “aos atuais ocupantes, mediante concessão de uso especial”, os lotes com área inferior

um corpo que lembre, uma vez que alguns tipos de memória como a cumulativa, por exemplo, “presente” tanto nos indivíduos quanto nas sociedades em geral, referem-se à uma espécie de “reserva”, uma “massa amorfa” de lembranças não utilizadas que circunda a memória consciente. Nesse sentido, a memória em Assmann não pressupõe unicamente a ação de lembrar, esta ligada à recordação, mas à condição nem sempre corpórea “de possibilidade da mudança e da renovação na estrutura da consciência, que sem o pano de fundo daquelas provisões amorfas acabaria por estagnar”.⁶⁴ As condições de legibilidade de parte dessa “massa amorfa” podem nunca chegar ou demorar décadas para existir, por isso a funcionalidade não deve ser prerrogativa da memória, uma vez que não há meios de antecipar com certeza as questões que o futuro direcionará ao passado.

Um outro meio de estabilização das recordações citado por Assmann, aqui para nós fundamental, são os locais. Estes, em suas palavras “solidificam e validam a recordação, na medida em que a ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e também culturas, que está concretizada em artefatos”.⁶⁵ Uma das forças estabilizadoras das lembranças de Dona Isabel em relação à vila, por exemplo, reside no afeto que a vincula ao chão de sua chácara e na ruptura traumática dessa relação depois de uma ação de despejo. Esta ruptura abriu um abismo entre o antes e o depois, entre a chácara na Cidade Estrutural e aquela no Núcleo Rural Monjolo, reforçando a importância que a primeira teve e continuava tendo em sua vida até o momento da entrevista.

a 250 m², foi de autoria de José Edmar, e não dele.³⁸ A Lei é vista como um marco na conquista pela fixação da Cidade Estrutural.

As obras de infraestrutura básica e de urbanização, por outro lado, só foram realizadas alguns anos depois, já no governo de José Roberto Arruda – entre 2007 e 2010 –, através de uma parceria firmada entre o GDF e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, que deu origem ao Programa Brasília Sustentável e ao Projeto Integrado da Vila Estrutural – PIVE.³⁹ A presente tese não tem a intenção de analisar decisões e ações que, no período pós-Cristovam, fizeram da Cidade Estrutural um fato dentro da dinâmica territorial oficial do Distrito Federal. A intenção aqui é tecer algumas reflexões sobre os impactos que a oficialização da ocupação, nos termos aqui levantados, gerou sobre a dinâmica relacional entre a, agora reconhecida, “Vila Estrutural” e a antiga vila – seguindo os rastros apresentados pelas duas imagens de satélite reproduzidas no início deste subtítulo [*Imagens 68 e 69*] e os depoimentos das moradoras da antiga vila de catadoras.

Luís narra em seu depoimento que, após ter assumido o GDF em 1999, Roriz “deixou o povo na cidade, mas sem nenhuma infraestrutura, sem condições, sem nenhuma dignidade que um ser humano merece ter. Deixaram o povo aqui, mas abandonado.”⁴⁰ Logo no início de seu terceiro mandato como governador, a administração policial foi retirada da Estrutural; foi o fim do cercamento imposto por Cristovam Buarque em 1997 – fim das guaritas e das trincheiras. Mas o ato não foi acompanhado da implementação de uma política eficiente de segurança pública no território; pelo contrário, a Polícia Militar teve seu contingente de agentes drasticamente reduzido e passou a adentrar a ocupação apenas

Dona Isabel é uma narradora ao melhor estilo benjaminiano, sua narrativa “não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada, como uma informação ou um relatório”.⁶⁶ Assim como Dona Lia, é da oralidade que ela retira suas técnicas narrativas. Seus depoimentos são embebidos de uma espécie de poética da memória – produzindo imagens do passado que termo de posse ou ação de despejo alguma nos permitiria ver. Sendo a narração “uma forma artesanal de comunicação” que não visa “transmitir o “em si” do acontecido”, mas o tece até atingir uma forma desejável, investindo sobre o objeto e o transformando, como bem definiu Eclea Bosi,⁶⁷ percebemos como as palavras escolhidas por Dona Isabel, no momento em que se esforça para transmitir às interlocutoras as sensações e sentimentos que atravessam as experiências narradas, demonstram, pela sua capacidade de manejar a palavra falada, também um cuidado com a forma. Dona Isabel entrega às ouvintes imagens

complexas de seu passado, exigindo delas uma sutil conexão com o escutado ancorada no sentir, muito mais do que na simples captação de informações. É por isso que, em certo trecho, ela faz um convite: imagine, imagine se fosse você, tente sentir o que eu senti; “Imagina você sem ter sua casa, suas coisas, sua cama... você deitada num colchãozinho olhando pra telha a noite todinha... tinha vez que, do jeito que eu via a noite chegar, eu via o dia amanhecer imaginando eles passando necessidade aqui com as crianças, sem ter nada...”⁶⁸

Cabe ressaltar que as duas, ela e Dona Lia, tiveram pouco ou nenhum acesso ao ensino formal, então a leitura e a escrita não fazem parte de seus cotidianos, estando estes densamente permeados pela oralidade. Provavelmente, raras foram também as imagens visuais produzidas no calor dos acontecimentos narrados por elas, isso pela própria dificuldade de acesso a dispositivos

com a chegada de reforços, o que dificultava o atendimento às crescentes ocorrências.⁴¹ Nem mesmo uma espécie de “polícia paralela” que atuou durante os primeiros anos da ocupação, liderada ao que tudo indica por Marlene Mendes, parece ter sobrevivido muito além das eleições de 1998. Candidata a deputada distrital na ocasião, a vice-presidente da Asmoes saiu do pleito derrotada: entre ela e José Edmar, as habitantes da Estrutural optaram por reeleger o segundo.

Se os quatro anos de governo de Cristovam são lembrados pelas moradoras da Baixa Estrutural como anos de confronto, nos quais se viveu sob a ameaça perene de remoção, os oito anos nos quais Roriz esteve à frente do GDF, entre 1999 e 2006, são lembrados pelas moradoras da vila como anos de crescente desmonte do seu modo de vida e de organização espacial. Os confrontos, na época de Cristovam, pouco aparecem em seus exercícios de rememoração – com exceção daquelas compartilhadas por Suzano, que acompanhou mais de perto o clima de vigilância e violência daqueles anos, provavelmente porque sua chácara ficava mais próxima da Via Estrutural do que a das outras entrevistadas. Nas memórias de Dona Lia, Dona Isabel e Dona Geralda, por sua vez, o período no qual Cristovam esteve no governo é narrado em tom saudoso. É como se a derrota dele nas urnas fosse percebido como o ponto de inflexão a partir do qual o destino e a permanência delas no território tornaram-se uma realidade cada vez mais frágil. Se Roriz “deu guarita” para as moradoras da Baixa Estrutural, como afirmou Valdevino,⁴² seu retorno ao governo significou, para as habitantes da vila, o fim de sua própria “guarita”, com conseqüente aumento da pressão da cidade, sempre em expansão, sobre suas terras. Um trecho da fala de Dona Isabel resume bem esse sentimento de “início do fim” que perpassa as narrativas das outras três entrevistadas sobre o período:

fotográficos nos períodos abrangidos pelas entrevistas. Essas especificidades se vinculam à importância que a oralidade parece ter não apenas como meio de narração de suas lembranças sobre os acontecimentos passados, mas também como principal substrato no qual essas lembranças se assentam e se estabilizam, visto que suas chácaras na Estrutural não existem mais.

É importante se ter em mente que “estabilizar” nada tem a ver com “cristalizar”. Isso porque esse tipo de trabalho de rememoração está intimamente ligado à experiência e, por isso, às relações estabelecidas entre passado, presente e, como não poderia deixar de ser, futuro – uma vez que o ato de narrar as próprias memórias carrega ao menos uma intenção, seja ela a de perpetuar experiências através do tempo e para além de si, seja a de torná-las acessíveis a um número mais amplo de pessoas. Experiência aqui, como já vimos em outro momento desta tese, é termo usado no

sentido proposto por Reinhart Koselleck, para quem “a experiência é o passado atual”, já que ela existe quando acontecimentos passados foram incorporados pelo sujeito e incidem sobre a sua vida presente, e/ou podem ser lembrados por ele.⁶⁹ Além disso, experiências não se referem apenas aos acontecimentos vividos diretamente pelo sujeito – elas podem ser transmitidas, por exemplo, de geração para geração através da oralidade, de documentos escritos, fotografias, objetos familiares etc. Se uma das características-chave da experiência reside no fato dela ser uma elaboração presente do passado – não trazendo à vida os acontecimentos, mas na forma de narrativas, gestos, imagens e lampejos do passado, para usar um vocabulário benjaminiano –, isso significa que um dos meios privilegiados para o compartilhamento das experiências é o trabalho de recordação.

Definir experiência como um “passado atual”,

“Roriz deixou correr frouxo, à vontade. [...] Se o Cristovam tivesse governado oito anos, hoje nós tinha outra Estrutural”. conclui.

Dona Isabel e Dona Geralda conseguiram resistir, cada uma à sua maneira, às tentativas de invasão de suas chácaras – uma resistência que não se deu, é claro, sem desgastes. Dona Geralda, por exemplo, optou por lotear suas terras. Como sua renda familiar não dependia do comércio de verduras e legumes, mas da revenda de materiais recicláveis, o largo terreno que estava sobre seus cuidados – o seu próprio e o da Ascol, que havia sido fechada em 1998 – foi parcelado sem maiores consequências financeiras para a sua família. Ao perceber que sua chácara não resistiria às persistentes tentativas de invasão, Dona Geralda optou por escolher, ela mesma, quem seriam as suas vizinhas. É o que ela conta no seguinte trecho de sua entrevista: “eu vi que iam invadir quando foi mais pra 2002, por aí... [...] eu comecei a ficar com medo porque, nesse tempo, meus menino já tava grande. [...] E comecei... pessoas que eu conhecia que morava bem pra lá, eu chamava: *olha vem pra cá*. E comecei a dar esses pedaço aí.”⁴³ Dona Geralda leu com perspicácia o contexto no qual estava inserida; a escolha de lotear sob seus próprios termos a sua chácara, além de ter resultado na formação e manutenção de uma rede afetiva ao redor de sua casa, garantiu a sua permanência na Cidade Estrutural – coisa que não aconteceu com Dona Isabel, como veremos mais à frente.⁴⁴

O processo de loteamento empreendido pela própria Dona Geralda garantiu a manutenção de um espaço livre entre o que antes era o galpão da Ascol e o terreno onde ficava sua casa [Imagem 68]. Ao invés de dispor lotes mais amplos ao longo de uma rua que terminaria em um beco sem saída, a manutenção de um espaço central garantiu uma área de circulação que, posteriormente, foi transformada em praça interna – uma das poucas

jogando luz ao fato de que, necessariamente, ela parte de uma ação localizada no presente, não é o mesmo que negar seu vínculo com o passado. Como afirmou Aleida Assmann, “por mais convincente e incontestável que seja a descoberta de que as memórias são reconstruídas sempre no presente e sob as condições específicas dele, parece-me exagerada a tese de que as recordações “não dependem do passado”, mas exclusivamente do presente.⁷⁰ Essa ideia conduziria à abolição do passado como mero sobejo problemático, realmente existente, material e intrínseco.” Ou seja, a ênfase em uma exclusividade do presente na construção da memória conduz ao apagamento dos estratos multitemporais que a compõe, reduzindo a complexidade do fenômeno e fazendo do passado um bloco monolítico sem relação com o antes e o depois. Propostas epistemológicas erigidas a partir de percepções mais complexas do tempo e dos fenômenos da memória e da recordação estão

tendo cada vez maior inserção no meio científico, e podem contribuir para os debates acerca das possibilidades de uso das fontes orais nas pesquisas históricas para além de certo aprisionamento científico da recordação ao presente. São percepções que emergem especialmente de matrizes de pensamento não-brancas, como pode ser percebido nos livros *A queda do céu*, de Davi Kopenawa e Dave Bruce,⁷¹ e *Performances do tempo espiralar*, de Leda Maria Martins.⁷² Não é minha intenção aprofundar tal debate neste espaço, mas gostaria de citar um trecho do livro de Martins, por considerar que ele carrega possibilidades interessantes para pensarmos o tempo não apenas no campo das artes – que é no qual ela se insere –, mas também no da historiografia:

Espiralar é o que, no meu entendimento, melhor ilustra essa percepção, concepção e experiência. As composições que se seguem visam contribuir para a ideia de que o tempo

existentes na Cidade Estrutural [Imagem 69]. Em 2011, quando trabalhava como educadora voluntária no Coletivo da Cidade, que funciona até hoje em local próximo à casa de Dona Geralda, essa praça sempre captava meu olhar. Seu caráter inesperado – já que nenhuma outra rua por onde circulei na Estrutural se abriu para mim em praça, ao invés de encontrar-se com outra rua ou terminar em um beco sem saída –, fez dela uma referência espacial para mim; ver a praça, assim como a escola que se encontra também naquelas cercanias, significava estar perto do Coletivo. Posteriormente, já como professora do CED 01 da Estrutural, me chamava atenção um parquinho que fora construído ali. Nessa época, ele estava com a pintura gasta e com alguns de seus brinquedos quebrados; ainda assim, era um parquinho – equipamento raríssimo de se ver na Estrutural,⁴⁵ mesmo sendo esta a RA com maior concentração de crianças no Distrito Federal.⁴⁶

Anos depois, já em 2022, visitei a casa de Dona Geralda pela primeira vez, na companhia da Abadia; ao descer do carro estacionado na pracinha já tão familiar, fui formalmente apresentada ao lugar: “isso aqui tudo é gente da Geralda, ela saiu dando pedaços de terras pros parentes e ficou todo mundo por aqui”, me explicou Abadia.⁴⁷ Nesse momento, a praça tomou para mim a forma de uma pequena comunidade – e, finalmente, a diferença morfológica em relação ao seu redor ganhou um sentido, uma história. A praça pareceu-me então um reduto, erigido a partir da atuação de Dona Geralda como planejadora urbana amadora naquele pedaço de cidade-em-potência – um relicário guardado no meio da Estrutural.⁴⁸

Já a chácara de Dona Isabel não teve o mesmo destino. Ela e seu marido mantiveram-se firmes na intenção de preservar a integridade do terreno diante da pressão pelo loteamento exercida por membros da Asmoes: “Nós não vencemo não, minha filha,

pode ser ontologicamente experimentado como movimentos de reversibilidade, dilatação e contenção, não linearidade, descontinuidade, contração e descontração, simultaneidade das instâncias presente, passado e futuro, como experiências ontológica e cosmológica que têm como princípio básico do corpo não o repouso, como em Aristóteles, mas sim o movimento. Nas temporalidades curvas, tempo e memória são imagens que se refletem.⁷³

O modo de encarar o tempo proposto por Leda Maria Martins abre possibilidades para que pesquisas históricas que se utilizem de fontes orais possam ser reconhecidas não apenas por sua capacidade de lidar com o presente no qual ocorre a entrevista, ou com o intervalo de tempo definido pela vida da entrevistada, mas também, em alguns casos, pela possibilidade de fazer emergir elementos/gestos de tempos passados que transbordam a própria existência individual das depoentes.⁷⁴ É o caso, por exemplo, de pesquisas que

se utilizam da metodologia oferecida pela história oral para produzir entrevistas com membros de grupos imersos em tradições religiosas, territoriais e culturais seculares. Se partirmos da imagem do tempo espiralar desenvolvida por Leda e do conceito de experiência proposto por Koselleck, para quem as experiências podem se constituir também de acontecimentos não vividos pelos próprios sujeitos, como enclausurar o tempo da memória de alguém imerso nesse tipo de experiência “tradicional” – na falta de uma palavra mais eficaz – ao presente no qual ela é narrada, ou seja, à ocasião da entrevista? Como delimitar, de forma inequívoca, o alcance temporal máximo de uma entrevista de “história de vida” ao intervalo de tempo restrito da vida da pessoa entrevistada?

Voltemos às críticas direcionadas à história oral e ao uso de depoimentos como fontes históricas – no sentido de possibilitarem

foi Deus que ajudou, não foi nós não – como é que pode, duas família contra um monte? Chegava o povo lá em casa e falava assim: *vamos parcelar sua chácara, nós vamos comprar de vocês*. E a gente dizia: *não, porque a terra não é nossa, é do governo*. [...] Cansaram de chegar dizendo: *toma aqui 2 mil reais pra você me vender um lote aí dentro*. [...] E eu falava: *não, não vendo, porque quero minha chácara é pra morar mais a minha família*. E nisso a gente foi vencendo.”.⁴⁹ A resistência, bem como a de seu vizinho, um chacareiro de nome Paulo Garcia, garantiu que uma larga faixa de terra entre a cidade e o Parque Nacional de Brasília ficasse preservada.

Tamanho cuidado, no entanto, não foi bem recompensado. Como disse Dona Isabel: “ser honesto, minha filha, pode ser muito bom pra outra vida, mas pra essa aqui não vale nada.”. Se a resistência ao loteamento foi ação bem-sucedida, o mesmo não aconteceu quando foi o Estado quem passou a intervir no território. Sob a égide da urbanização, fomentada pelo PIVE, a grande faixa de terra preservada pela chacareira logo foi traduzida em *vazio*. Afinal, em uma malha urbana tão densamente povoada, uma chácara de 33 mil metros quadrados de terra “disponível” logo toma a forma de um quadro em branco. Em agosto de 2008, após 23 anos morando naquele pedaço chão, Dona Isabel foi expulsa de sua chácara para ser assentada a 25 km de onde havia fincado suas raízes – no Núcleo Rural Monjolo. Bom, aí é aquela história que já vimos por aqui, independentemente da orientação política de quem assume o governo: a promessa era a de uma linda chácara, era de água, luz, transporte público, uma casa. Com o neto de três meses no colo, chegar no terreno fez Dona Isabel deparar-se com uma realidade muito diferente da anunciada: “não tinha uma geladeira, não tinha uma luz, não tinha nada,

o acesso a determinadas informações acerca dos próprios acontecimentos estudados. Não é que esse tipo de fonte não guarde especificidades em relação àquelas produzidas no momento dos acontecimentos narrados, é apenas que essas especificidades não anulam as possibilidades abertas pela história oral no campo dos estudos do tempo e do passado em uma perspectiva multitemporal. Se a relevância ou não de um depoimento for medida por sua capacidade de fornecer o número exato de moradoras residentes na vila em julho de 1990 de modo inquestionável, por exemplo, uma entrevista não será, de fato, um documento inequívoco aos olhos de uma pesquisadora. Pergunto-me, no entanto, qual seria esse documento, uma vez que a crítica das fontes é um pressuposto do trabalho da historiadora em relação a qualquer tipo de documentação.

Nesse sentido, discordo da afirmação de

Assmann para quem “uma vez que se conhece quanto é inconfiável o valor de verdade das recordações subjetivas, historiador algum irá aplicar à entrevista memorativa como técnica de levantamento de dados onde houver fontes mais objetivas à disposição”, justamente porque “o valor de verdade” atribuído a determinados documentos, em especial os escritos, pode se mostrar um tanto quanto falho. Nesse sentido, no caso, por exemplo, de um trabalho de investigação histórica acerca de uma obra pública realizada em determinada localidade hipotética, seria necessário que a pesquisadora analisasse tanto matérias de jornal e planilhas de gastos do governo, quanto relatos de moradoras da região, estando atenta para as potencialidades, fragilidades e condições de produção de cada uma dessas fontes, no lugar de hierarquizar-las a partir de uma escala de “objetividade”, que confere “valor de verdade” a algumas delas e um selo de “inconfiabilidade” a

como eu vinha com esse neném pra cá, minha filha?”⁵⁰

O neto de Dona Isabel não frequentou a Vila Olímpica da Estrutural, mora a dezenas de quilômetros dela. No lugar de sua grande cozinha com fogão à lenha, ergue-se agora um imponente ginásio de esportes; onde inexitem edificações, suas plantas cultivadas ao longo de décadas cederam lugar a um extenso gramado sem árvores: “derrubaram minhas coisas, meteram fogo, passaram o trator. Foi banana, foi tudo que eu tinha, um pezão de palmeira bonito que eu tinha plantado.” Além do terreno em si, que possibilitou a existência do Centro Olímpico, há mais um traço da presença de Dona Isabel por ali que resiste à passagem do tempo e aos efeitos de uma urbanização desistoricizante: “se quiser ter a prova é só ir na Vila Olímpica que tem um pé de manga grande pegado no gradil. Minhas planta tudo era daquele jeito. Eu não comprava fruta; verdura eu tinha era pra vender. O que eu tinha eu investi tudo ali, na chacinha da Estrutural.”

Embora tenham sido suas ações de zelo e cuidado com a terra, seu amor para com as plantas, a natureza e para com o chão sobre o qual sua história se desenrolou ao longo de 23 anos, ações que garantiram um espaço para que um equipamento urbano fundamental na dinâmica da Cidade Estrutural fosse construído, apesar de tudo isso, não há nenhuma referência ao nome de Dona Isabel ali. Não há no Centro Olímpico uma placa, um monumento, uma sala que carregue Isabel no nome – nada. É como se, mesmo com o avanço da cidade que crescia, aquele espaço tivesse naturalmente sido preservado, como se ele estivesse desde sempre desocupado e disponível para que um dia uma grande obra fosse ali inaugurada. Obra sem dúvidas destinada a oferecer serviços fundamentais para as moradoras da cidade, em especial para as crianças e adolescentes, mas cujo planejamento e execução mostrou um absoluto desprezo pela história do chão

outras.

Penso que, em relação à afirmação de Assmann, a questão é entender quais critérios determinam a presença ou a ausência de “objetividade” e de “valor de verdade” em uma fonte – seria, por exemplo, apenas o período no qual ela foi produzida ou o peso da instituição que a elaborou? Com isso em vista, partamos para o caso de Dona Geralda, por exemplo, que trabalhou por anos como tesoureira da Associação Comunidade do Lixão – Ascol, na vila. Pela natureza de sua função, tinha contato frequente com o Centro de Desenvolvimento Social – CDS do Guará, além de outras entidades que contribuíam com a organização. Ela também integrava a equipe da “Escola da Irmã Izolete”. Experiências que lhe colocavam cotidianamente em contato com determinadas informações e dados, como o número de habitantes da localidade,

planilhas financeiras da associação, datas etc. Na primeira entrevista que fiz com ela, Dona Geralda me contou que um cadastro realizado pelo CDS, contabilizou 273 *peessoas* vivendo na região em 1990. No entanto, como ela oscilou algumas vezes durante seu primeiro depoimento entre *peessoas* e *famílias*, e como continuei mantendo contato com ela depois e entre as situações de entrevista, tive a oportunidade de tirar a dúvida sobre o uso dos termos. Na ocasião, ela afirmou que, segundo o cadastro da CDS, 273 *famílias* viviam na região em 1990, informação esta que ela também compartilha no documentário *Estrutural*, de Webson Dias.

Já, segundo o Relatório de Impacto Ambiental da Estrutural – RIMA, publicado em 2003, foram cadastradas 287 famílias vivendo na vila em 1993. Este quantitativo era “composto por um conjunto de 1.317 pessoas”, sendo 821 delas “crianças e jovens, nas faixas etárias de

onde foi erigida. Postura que escancara certa visão sobre essas mesmas moradoras e essa mesma cidade: suas histórias são histórias que sequer valem à pena serem ditas, quanto mais preservadas – é passar o trator, apagar e escrever por cima como se faz a uma página em branco, não há de se perder nada.

As experiências de Dona Isabel – bem como a de Dona Lia e, mais recentemente, de Duda⁵¹ – fazem referência a uma política estatal de produção do esquecimento que, como vimos, perpassou governos de partidos de direita, como o de Roriz, mas que também foi o *modus operandi* de governos de esquerda, como foi o de Cristovam. Se a história urbana, assim como Gisele Beiguelman escreveu em relação à história da arte, “é retroalimentada pela relação entre o que é legível e o que é visível”, sem um intenso trabalho de investigação histórica – de catação dos restos mesmo –, os vestígios, que arranham a superfície das cidades tornando presentes práticas e vivências já ausentes nos territórios, podem até permanecer visíveis, mas não nos serão compreensíveis, pois perderão suas condições de legibilidade. Apontá-los, sem buscar sabê-los, sem ao menos levantar questões e imaginar as histórias que perpassam essas marcas urbanas, é pacificar-se, quanto pesquisadora, mesmo que inconscientemente, com a perpetuação histórica dessa política. Uma política que busca determinar, não apenas como escreveu Jacques Rancière, “o que se vê e o que se pode ser visto”, mas, mais profundamente, que se propõe a definir o que é digno de ser notado, cuidado, citado e aquilo que é irrisório e dispensável, que a História não perde se for esquecido.

O tratamento concedido pelo Estado à materialidade que sustenta a vida das pessoas sobre as quais trata esta tese – falo aqui do corpo, mas também da casa, da terra, da vizinhança, do córrego – está intrinsecamente relacionado ao tratamento dado à

O a 18 anos”⁷⁵ O número se aproxima daquele narrado por Dona Geralda, apontando para certa estabilidade na quantidade de moradoras na vila nos três anos passados entre um levantamento e outro. No entanto, se considerarmos o quantitativo divulgado em estudo socioeconômico realizado pelo Idhab em 1996⁷⁶ – citado no texto principal deste capítulo –, a tendência observada é outra: um crescimento vertiginoso de 91 famílias, em 1991, para 287 famílias, em 1993. Apesar de apresentar como referência um levantamento realizado pelo CDS e o Hospital do Guará em 1991, não há nada na publicação do Idhab que nos afirme como o dado chegou às mãos das pesquisadoras. Não sabemos se o acesso a ele se deu via documento original, por exemplo, ou se ocorreu via entrevista com a coordenadora do CDS à época do levantamento – o que seria possível. Como hierarquizar as fontes, neste caso, segundo determinada gradação de objetividade e “valor de verdade”, se tanto a fonte

oficial quanto a oral não apresentam documentos do CDS produzidos na ocasião do levantamento?

Já o RIMA, por sua vez, cita ao longo de seu texto dados discrepantes sobre a quantidade de moradoras na vila em relação ao mesmo ano de 1993, como podemos perceber no seguinte trecho: “em 1993, foram cadastradas 393 famílias residentes na área, das quais 149 trabalhavam como catadores de lixo.”. A diferença entre o primeiro (287) e o segundo (393) dados apresentados ultrapassa as 100 famílias. Isso demonstra um descuido metodológico do relatório em relação à pesquisa histórica nele exposta – descuido este que também pode ser notado pela ausência de uma historiadora integrando a equipe de pesquisa que desenvolveu o RIMA.⁷⁷ Em relação à exposição de dados demográficos dos anos posteriores, o relatório segue sendo bastante vago quanto às fontes utilizadas para embasar as informações

memória do papel desempenhado por essas pessoas na configuração histórico-material da cidade. São pessoas transmutadas em populações geríveis pelo Estado; pessoas pretas, pardas, indígenas, pobres, mas também os seres não-humanos que, a despeito de sua presença e laços territoriais abundantes, têm seus territórios lidos como um imenso vazio a ser ocupado.

A chácara de Dona Isabel, por exemplo, pode ter sido lida e classificada como um vazio urbano no PIVE. No entanto, para que esse vazio se concretizasse, foi preciso remover uma família, derrubar casas, uma cozinha, passar o trator sobre as inúmeras espécies de plantas que povoavam o terreno. Foi preciso também esvaziar aquele chão de qualquer historicidade, de modo a apagar as marcas da presença de Dona Isabel, de seu vizinho Paulo Garcia e de suas famílias naquele território; não por uma ação deliberada de recalçamento, no intuito de sufocar uma memória potencialmente insurgente – como tanto ocorre em regimes ditatoriais –, mas simplesmente pelo desprezo em relação às experiências que ali se deram, que nada mais são, sob esses olhos, que manifestações generalizadas do vazio, da escassez e da ignorância. Por isso, uma deputada distrital designada a convencer Dona Isabel a mudar-se para a Monjolo, foi lhe dizer que a chácara que ela iria ganhar “era um lugar muito bom, muito feliz” – como se Dona Isabel não conhecesse felicidade. Mas ela conhecia e continua sua narrativa diante da entrevistadora: um lugar bom, um lugar feliz, “mas como pode ser? Aqui tá uma cidade agora, mas na época não tinha luz, era mato, era mosquito mordendo, não tinha uma geladeira, não tinha nada.”

Percebo tanto a praça de Dona Geralda, quanto o chão, o terreno no qual se encontra o Centro Olímpico – e, mais atrás deste, aquele destinado ao Parque Urbano

apresentadas. Até a própria redação do texto é confusa, tornando difícil que a leitora compreenda a evolução demográfica da localidade apresentada no relatório. Por exemplo, depois de fornecer o dado da pesquisa de 1993, 273 famílias, o texto continua: “Posteriormente, uma nova pesquisa realizada constatou uma elevação no número de famílias de catadores para 317”. Não fica nítido se este número se refere apenas à quantidade de pessoas trabalhando com reciclagem ou se é o número total de famílias residindo na localidade; tampouco há referência de quando esta nova pesquisa foi realizada, o que torna inviável qualquer comparação.

Documentos oficiais como o próprio RIMA, a *Caracterização Urbana e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial Central Adjacente 2* e a *Pesquisa Distrital por Amostra em Domicílios*, unem o passado da Cidade Estrutural ao da vila,

achando-o em poucos parágrafos nos quais se vê pouca ou nenhuma referência a fontes. É possível perceber também que esses documentos se referenciam uns aos outros, construindo uma linha de citações na qual a fragilidade da construção do saber histórico do primeiro deles acaba silenciada. Apesar disso, dados “históricos” apresentados por essas publicações são muito replicados em trabalhos acadêmicos, em especial nas seções geralmente destinadas à “contextualização histórica” da cidade.⁷⁸ São questões que demonstram a necessidade de que mais estudos sobre a vila e a própria Cidade Estrutural sejam empreendidos por historiadoras, de modo que um *corpus* documental de referência, mais vasto e sólido, bem como análises históricas mais complexas, sejam oferecidas a pesquisadoras de outras áreas.

da Estrutural que nunca se materializou de fato –, como exemplares daquilo que Aleida Assmann chamou de *locais honoríficos*, que receberam dela a seguinte definição:

O significado dos locais das gerações surge do vínculo duradouro que famílias ou grupos mantêm com um local determinado. [...] Isso se dá de modo muito diferente com o local honorífico que se notabiliza pela descontinuidade, ou seja, por uma diferença evidente entre passado e presente. No local honorífico, uma determinada história não seguiu adiante, mas foi interrompida de modo mais ou menos violento. Tal história se materializa em ruínas e objetos remanescentes que se destacam nas redondezas. O que foi interrompido cristaliza-se nesses restos e não estabelece ligação com a vida local do presente, a qual não só prosseguiu, como também avançou para além dos restos sem nem tomá-los de conta.⁵²

São locais que, apesar de frequentados e conhecidos pelas moradoras mais recentes da Cidade Estrutural – que não acompanharam todo o processo até a fixação e que sequer têm conhecimento de que ali, no meio de onde hoje está a cidade, existiam antes chácaras – atuam como restos, vestígios que rasgam a paisagem dessa urbanidade, tornando possível a existência e outras morfologias que, no entanto, para serem compreendidas em suas condições de possibilidade, precisam colocar em exercício uma certa *memória da amnésia*.⁵³ Pois, como continua Assmann, “a continuidade que tenha sido destruída pela conquista, pela perda e pelo esquecimento não pode ser reconstruída em um momento posterior, mas pode-se restabelecer o acesso a ela no médium da recordação. [...] Aqui ainda há algo presente que indica acima de tudo uma ausência; aqui ainda está presente algo que sinaliza, em primeira linha, o fato de já haver passado.” Mas que, portanto, também sinaliza – e aqui acrescento eu – o fato desse algo já ter existido.



IMAGEM 70 . SEM AUTORIA. Foto aérea da Baixa Estrutural. Fonte: DISTRITO FEDERAL; NUDOC/SEDUH. Assentamento da Estrutural - 1996: relatório final. Caixa 308, processo/dossiê/maço nº 1 (Arquivo Público do Distrito Federal). 22 jun. 1996.

IMAGEM 71 . SEM AUTORIA. Foto aérea da Alta Estrutural desocupada. Fonte: DISTRITO FEDERAL; NUDOC/SEDUH. Assentamento da Estrutural - 1996: relatório final. Caixa 308, processo/dossiê/maço nº 1 (Arquivo Público do Distrito Federal). 22 jun. 1996.



IMAGEM 72 . SEM AUTORIA. Escorregador. Fotografia da Baixa Estrutural. Julho de 1997. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.

IMAGEM 73 . SEM AUTORIA. Frete. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.

IMAGEM 74 . SEM AUTORIA. Lateral do Supermercado Ceará. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.



IMAGEM 75 . SEM AUTORIA. Roda. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.

IMAGEM 76 . SEM AUTORIA. Sinuca. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.



IMAGEM 77 . SEM AUTORIA. Olhares I. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.

IMAGEM 78 . SEM AUTORIA. Fuga I. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.



IMAGEM 79 . SEM AUTORIA. Olhares II. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.

IMAGEM 80 . SEM AUTORIA. Estrutura Móveis. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.

IMAGEM 81 . SEM AUTORIA. Passeio. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.



IMAGEM 82 . SEM AUTORIA. Caminhão-pipa I. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.

IMAGEM 83 . SEM AUTORIA. Caminhão-pipa II. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.

IMAGEM 84 . SEM AUTORIA. Caminhão-pipa III. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.



IMAGEM 85 . 88 SEM AUTORIA. Madeira Estrutural I, II, III e IV. Fotografias da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.

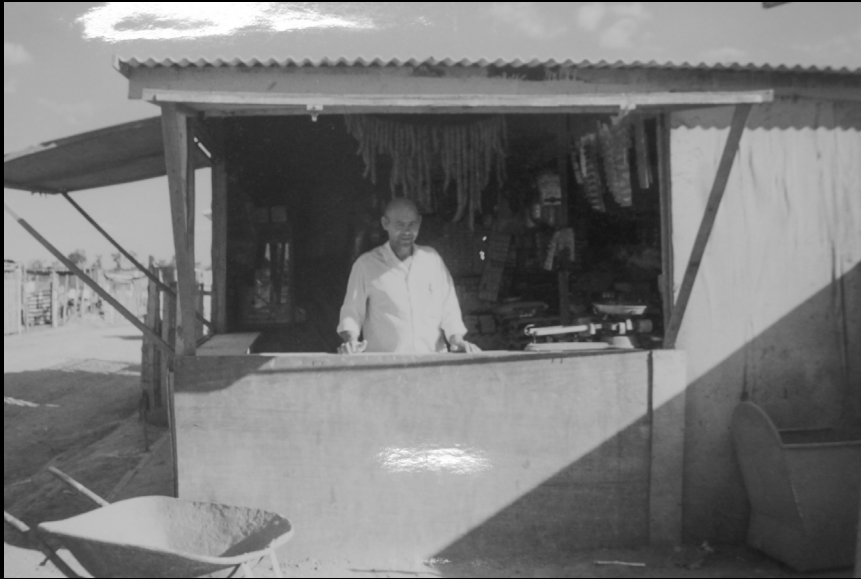


IMAGEM 93 . SEM AUTORIA. Açougue. Fonte: DISTRITO FEDERAL; NUDOC/SEDUH. Assentamento da Estrutural - 1996: relatório final. Caixa 308, processo/dossiê/maço nº 1 (Arquivo Público do Distrito Federal). 22 jun. 1996.

IMAGEM 94 . SEM AUTORIA. Mercado Ceará. Fonte: idem.

IMAGEM 95 . SEM AUTORIA. Mercado e padaria Potiguar. Fonte: idem.



IMAGEM 96 . SEM AUTORIA. Carro de som. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.

IMAGEM 97 . SEM AUTORIA. Segurança. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.

IMAGEM 98 . SEM AUTORIA. Festa. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.



IMAGEM 99 . SEM AUTORIA. Posto de Saúde. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.

IMAGEM 100 . SEM AUTORIA. Inscrições. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.





IMAGEM 109 . SEM AUTORIA. Caixa d'água I. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.

IMAGEM 110 . SEM AUTORIA. Caixa d'água II. Fotografia da Baixa Estrutural. s. d. Fonte: acervo pessoal de Webson Dias.

05 NOTAS DE FIM [TEXTO PRINCIPAL]

1 VANDA, 2012, op. cit.

2 LIA, 2012, op. cit.

3 Ibid.

4 ESTRUTURAL [filme]. Direção de Webson Dias. Independente. Distrito Federal, 2016. (89 minutos).

5 Em seu depoimento, Suzano afirma que o fluxo de novas pessoas para a região motivado, em especial, pelo fechamento do lixão de Taguatinga: “O número de trabalhadores no Lixão cresceu rápido principalmente por ter acabado o lixão de Taguatinga. O pessoal de lá vieram todo mundo pra cá, e lá trabalhava mais gente que aqui na Estrutural. Nessa parte que fechou o lixão lá, o pessoal vieram pra cá... e aí vai um informando o outro: *o Lixão é bom pra se ganhar dinheiro, o Lixão é bom pra se ganhar dinheiro...*”. Cf. SUZANO, 2012, op. cit.

6 Cf. ANTUNES, Davi José. *O Brasil dos anos 90: um balanço. Leituras de Economia Política*, vol. 6, n. 9. Campinas: Unicamp, 2001, pp. 63-89.

7 SIGMARINGA, Maria Lúcia. Lixo ressalta sufoco financeiro da população. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 maio 1998. Cidade, p. 38.

8 ORREGO, op. cit., p. 73.

9 De acordo com Suzano, morador da região desde 1978: “quando eu comecei a trabalhar aqui, o lixo era jogado bem perto de onde agora é o setor de oficinas. Tinha gente que morava ali onde fica a Cidade do Automóvel, mas era pouca... e bem perto dali ficava o Lixão – pode cavar lá que é cheio de lixo. Depois ele foi pra onde é a Quadra 12 – tudo ali embaixo é lixo também... eu falo e posso provar que é lixo porque foi um lugar onde eu trabalhei. Depois o lixo foi andando mais pra trás, andando... até chegar ali onde agora é o Setor de Chácaras Santa Luzia – ele todo tem lixo embaixo... todo, todo, todo... isso eu falo e garanto, é uma experiência minha; não adianta falar que não tem lixo porque tem sim. Inclusive, onde construíram esse colégio aqui [*o CED 01 da Estrutural*] – tem uns 30 metros de lixo pra baixo. Onde fizeram o posto policial não tem, mas onde fica o colégio, a oficina e aquele galpão tem lixo sim.”. Cf. SUZANO, 2012, op. cit.

10 Como afirma, por exemplo, a historiadora Bárbara Mangueira: “O fato é que, devido a uma tradição positivista que, por mais criticada que já tenha sido, segue rondando a produção de conhecimento historiográfico, a palavra sempre teve primazia em relação à imagem na construção dos discursos sobre o passado. Essa hierarquia talvez tenha se fundado em um pressuposto ingênuo – herdeiro de um platonismo que conferia às palavras a racionalidade e às imagens a ilusão – de que as palavras dizem apenas o que querem dizer, que são mais facilmente domesticáveis, enquanto as imagens – parte do mundo sensível, portanto, traiçoeiras – não podem ser apreendidas da mesma forma.”. Cf. MANGUEIRA, Bárbara. *Imagens da história: Montagem e tempo histórico em Anri Sala, Harun Farocki e Frank Stella*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, p. 08.

11 O uso do plural aponta para o fato de que o mesmo espaço pode comportar múltiplas territorialidades. Sobre o tema indico o trabalho do geógrafo Rogério Hasbaert. Cf. HAESBAERT, 2019, op. cit.

12 ORREGO, op. cit., p. 53.

13 DIDI-HUBERMAN, 2018, op. cit., p. 25.

14 ESTRUTURAL [filme], 2016, op. cit.

15 DIDI-HUBERMAN, 2018, op. cit., p. 19.

16 Ibid., p. 30.

17 Ibid., p. 70.

18 CADERNO DE CAMPO, 24 maio 2019.

19 DISTRITO FEDERAL; NUDOC/SEDUH. *Assentamento da Estrutural – 1996: relatório final*. Caixa 308, processo/dossiê/maço nº 1 (Arquivo Público do Distrito Federal). 22 jun. 1996.

20 O recadastramento foi realizado entre 29/10/1996 e 24/11/1996 e deu origem a um relatório entregue em 1997. Cf. DISTRITO FEDERAL; IDHAB. *Ocupação da Estrutural: pesquisa sócio economia e habitacional*. Caixa 179, SIGETH-179-06 (Arquivo Público do Distrito Federal). 1997.

21 LUÍS, 2012, op. cit.

22 GERMANO, Igor. Lotes para mudança atraem 1,2 mil invasores. *Correio Braziliense*. Brasília, 13 ago. 1997. Cidades, s. p.

- 23 ESTRUTURAL [filme], 2016, op. cit.
- 24 ROSSI, Anamaria; GENTIL, Cristine. Terra sem lei. *Correio Braziliense*. Brasília, 05 out. 1996. Cidades, Capa.
- 25 Ibid.
- 26 ROSSI, Anamaria. GDF cede à pressão mas remove os invasores. *Correio Braziliense*. Brasília, 1º fev. 1996. Cidade, p. 20.
- 27 TERZAKIS, Philio. Radiografia de um território. *Correio Braziliense*. Brasília, 06 dez. 1996. Cidades, p. 07.
- 28 VANDA, 2012, op. cit.
- 29 ISABEL, 2012, op. cit.
- 30 Ibid.
- 31 LUÍS, 2012, op. cit.
- 32 De acordo com reportagem do *Correio Braziliense*, publicada em julho de 1997, sobre a reocupação da área destinada ao SCIA, o Kit Invasão vendido pela madeireira de Marlene e Joaquim consistia em: “cinco paus roliços, de eucalipto, que é a madeira mais barata, custam R\$ 5, Sete telhas de amianto, R\$ 23,10; dois pacotes de pregos, R\$ 3; 21 metros de sarrafo, R\$ 10,50; e oito folhas de madeirite, R\$ 62,40. Sem piso, a estrutura que será erguida em um terreno de 12 x 8 metros, custa R\$ 104.”. ÁVILA, Cristina. Invasão ganha 700 barracos, igrejas, lojas e fábricas. *Correio Braziliense*. Brasília, 09 jul. 1997. Cidades, s. p.
- 33 SANTOS, 2013, op. cit., p. 27.
- 34 ESTRUTURAL [filme], 2016, op. cit.
- 35 LUÍS, 2012, op. cit.
- 36 Durante a campanha eleitoral, Roriz explorou incansavelmente imagens dos confrontos entre moradoras e policiais na Baixa Estrutural, em especial imagens relacionadas à Operação Tornado – evento ocorrido em agosto de 1998 e bastante narrado por moradoras como sendo a mais letal ação da polícia na localidade. A presença de filmadoras e câmeras fotográficas nesses confrontos, e o posterior uso político que Roriz e seus aliados fizeram das imagens produzidas, corroboram com a suspeita de que muitos desses aparatos de registro foram colocados na Estrutural obedecendo a interesses que iam além da denúncia dos abusos policiais na região. As imagens dos confrontos eram intercaladas, na propaganda eleitoral do pemedebista, com um vídeo gravado em 1994, durante eleições anteriores, no qual Cristovam aparecia garantindo a fixação das moradoras da vila. O vídeo, reproduzido por Webson Dias em seu documentário, foi editado para ser usado na campanha de Roriz, ocasião em que foi mantido apenas o trecho no qual Cristovam reconhecia o direito da população que habitava cercanias do Lixão de permanecer no território. Na propaganda em questão, logo após essa fala, as cenas de violência policial invadiam a visão do telespectador, criando a sensação de que Cristovam não era um político confiável, já que durante seu mandato teria agido de forma radicalmente contrária ao que havia sido prometido durante as eleições. Cf. GROSSMANN, Luís Osvaldo. Policial militar morre baleado na Estrutural. *Correio Braziliense*. Brasília, 08 ago. 1998. Cidades, p. 05; MACHADO, Alexandre. Terror na Estrutural. *Correio Braziliense*. Brasília, 10 ago. 1998. Cidades, Capa; PM investiga se houve abuso de poder. *Correio Braziliense*. Brasília, 11 ago. 1998. Cidades, p. 04; LIMA, Clarissa. Na pista de um dos suspeitos. *Correio Braziliense*. Brasília, 15 ago. 1998. Cidades, s. p.; RABELO, Luiz Gustavo; FERNANTES, Luiz Roberto. Fita de vídeo incrimina PM em sequestro. *Correio Braziliense*. Brasília, 29 ago. 1998. Cidades, s. p.
- 37 ISMAEL, 2012, op. cit.
- 38 O texto da lei demonstra que José Edmar não tinha em mente as moradoras da Vila Velha quando formulou a proposta, já que a maioria delas habitava chácaras e, portanto, seus lotes eram muito maiores do que os 250 m² citados como tamanho máximo para que um lote ocupado pudesse ser regularizado.
- 39 Sobre o PIVE ver: SANTOS, Fernando dos. *As políticas públicas do Governo do Distrito Federal para a habitação da população de baixa renda na Vila Estrutural: a implantação do Projeto Integrado Vila Estrutural – PIVE*. Monografia. Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, 2013.
- 40 LUÍS, 2012, op. cit.
- 41 Cf., por exemplo, MENINOS pedem ajuda da PM para salvar a mãe. *Jornal de Brasília*. Brasília, 23 fev. 2000. Cidade, s. p.
- 42 VALDEVINO, 2012, op. cit.
- 43 GERALDA, 2023, op. cit.
- 44 A mesma estratégia foi usada por Suzano que cedeu lotes em seu terreno para membros de sua família.
- 45 Ao contrário do que ocorre na Brasília tombada, onde existe grande oferta de áreas verdes próximas às

residências e vãos livres sob os pilotis de cada edifício – além da presença de parques urbanos –, na Cidade Estrutural poucos são os espaços que convidam as crianças ao brincar. Se, como escreveram Gabriela Cotrim e Ilka Bichara, os “parquinhos nada mais são do que efeito de uma intenção de compensar as restrições diárias que as crianças encontram no ambiente urbano”, na Estrutural, cujas restrições espaciais às crianças são evidentes, nem mesmo a compensação, em forma de parquinho, tem sido vista como prioritária. Enquanto cada superquadra do Plano Piloto conta ao menos com um parquinho público e bairros mais elitizados e novos, como o Setor Noroeste, contam com parquinhos públicos nas quadras e, ainda, com *playgrounds* privativos sob os pilotis de cada um de seus prédios, é possível contar nos dedos das mãos a quantidade de parquinhos públicos disponíveis para as crianças da Cidade Estrutural brincarem.

46 De acordo com o estudo “As crianças e adolescentes do DF”, publicado também pela CODEPLAN, revela que 31% da população da Cidade Estrutural, em 2015, tinha 31% de sua população com menos de 18 anos, sendo, junto com a Fercal, Itapoã e o Varjão, a RA com maior concentração dessa faixa etária no DF. Cf. DISTRITO FEDERAL. CODEPLAN. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – 2021*. Brasília, 2022, p. 16.

47 CADERNO DE CAMPO, 01 set. 2022.

48 Na segunda entrevista que fiz com Dona Geralda, dessa vez acompanhada da Julia Bianchi, ela andou conosco em volta da praça, apresentando as casas, o espaço. Relatou que as pessoas arrancam as plantas quando há a tentativa de fazer dali um jardim, que quebram os brinquedos do parquinho. Disse também que muitas das pessoas convidadas já venderam seus terrenos e que, por isso, a configuração da vizinhança mudou bastante nos últimos anos, embora a maioria das casas sejam ainda habitadas por suas amigas e familiares.

49 ISABEL, 2012, op. cit.

50 Ela não foi. Voltou com o bebê e conseguiu uma liminar na justiça a autorizando a ficar na casa – na *casa*, não na chácara. Esta foi toda cercada, deixando de fora apenas o pequeno pedaço ocupado pela residência de Dona Isabel, que passou a conviver com o barulho das máquinas trabalhando incessantemente na construção do Centro Olímpico da Estrutural. No dia em que a liminar caiu, diante da eminência de uma segunda expulsão, lhe foi oferecida uma escolha: ou um lote na cidade ou uma chácara na Monjolo – uma escolha impossível para quem tinha construído toda uma rede afetiva no local onde agora estava a Cidade Estrutural, mas que também dependia emocionalmente, e mesmo financeiramente, do trabalho com a terra, do plantio, do contato com a natureza.

51 Duda foi um dos moradores entrevistados pelo Ponto de Memória da Estrutural em 2012. À época em que concedeu a entrevista, ele ainda morava em sua chácara na cidade. No entanto, há alguns anos, ele foi alvo de remoção pelo governo de Ibaneis Rocha e hoje recebe auxílio-aluguel.

52 ASSMANN, 2011, op. cit., p. 328.

53 Referência ao título de um livro de Giselle Beiguelman. Cf. BEIGUELMAN, Giselle. *Memória da Amnésia, políticas do esquecimento*. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2019.

06 NOTAS DE FIM [HIPERTEXTOS]

- 1 O nome do córrego citado no texto do PL 10/91 está errado, visto que aquele a que se refere é o “Cabeceira do Valo” e não o “Vicente Pires”; também está equivocada a localização do futuro assentamento, já que não faz sentido que este fique a leste do córrego, como afirma a proposta, mas sim mais a norte dele.
- 2 DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. *Anais da Câmara Legislativa do Distrito Federal: Sessões de 02 a 15/01/91*. Brasília, 1991.
- 3 *Ibid.*, p. 65.
- 4 LANCELOTTI, Ana Carolina. GUINANCIO, Cristiane. A política urbana do Distrito Federal: um resgate historiográfico da relação entre ocupação territorial e desigualdades socioespaciais. *Paranoá*, Brasília, n. 33, jul/dez, p. 15.
- 5 A também chamada “Faixa de Segurança Sanitária” é demarcada pela DF-001, rodovia conhecida como Estrada Parque Contorno – EPCT, que tem aproximadamente 135 km de extensão. Assim escreve a pesquisadora Maria Fernanda Derntl acerca dessa zona de proteção da área tombada de Brasília: “esse anel que envolve o Plano Piloto e seu entorno imediato denomina-se “faixa sanitária”, expressão que viria a predominar em relação a “cinturão verde”. No [...] Plano de Abastecimento de Brasília elaborado por Benjamim Cabello em 1957, houve menção a essa “faixa sanitária” quando se propôs dividir a zona rural do DF em sete regiões agrícolas, “excluída da zona rural a área circunscrita pela faixa de proteção às vertentes (faixa sanitária)”. Em 1958, a faixa sanitária foi aprovada pela Novacap, com o propósito de restringir a ocupação na área correspondente à bacia hidrográfica do lago Paranoá, formando uma “parte não urbanizada [que] somente poderá ser utilizada pela Novacap, ou para qualquer outra finalidade mediante autorização expressa do Conselho” (Ata da reunião do Conselho da Novacap, apud Brasília, 1958, pp. 23-24). Desse modo, pretendia-se manter o traçado do Plano Piloto contido, bem-definido e isolado de seu entorno, de acordo com o “princípio constitucional”, definido por Lúcio Costa, de “não prolongamento suburbano” ao longo das vias que conduzem a núcleos satélites (Costa, 1974a)”. Cf. DERNTL, Maria Fernanda. Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites. *Cadernos Metrópoles*, São Paulo, vol. 22, n. 47, p. 123-146, jan/abr, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/2236-9996.2020-4706> Acesso em: 02 dez. 2023.
- 6 DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. *Ata da 82ª Sessão Ordinária de 20 de maio de 1991*. Brasília, 1991b, p. 10.
- 7 COSTA, Valéria. José Edmar quer mudanças no setor de habitações. *Correio Braziliense*, Brasília, 30 dez. 1990. Cidade, p. 07.
- 8 DISTRITO FEDERAL, 1991c, op. cit., p. 15.
- 9 DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. *Ata da 641ª sessão ordinária de 22 de setembro de 1992*. Brasília, 1992b.
- 10 *Id.*, 1991a, op. cit., p. 73.
- 11 *Id.*, 1991c, p. 122.
- 12 *Ibid.*, p. 151.
- 13 *Ibid.*, p. 62
- 14 DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. *Ata Sucinta da 23ª Sessão Extraordinária de 12 de maio de 1994*. Brasília, 1994a. pp. 11-35.
- 15 *Ibid.*, p. 09.
- 16 SALLES, Amaral. Expulsos 600 invasores na Ceilândia. *Correio Braziliense*, Brasília, 08 abr. 1994. Cidades, s.p.; DISTRITO FEDERAL, 1994, op. cit., pp. 09-10.
- 17 A invasão se daria onde hoje se localizam os Condomínios do Jóquei, em Vicente Pires. Cf. EDMAR invade área no dia 1º. *Correio Braziliense*, Brasília, 13 abr. 1994. Cidades, p. 03.
- 18 DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. *Ata Sucinta da 23ª Sessão Extraordinária de 12 de maio de 1994*. Brasília, 1994a, p. 25.
- 19 EDMAR invade área no dia 1º. *Correio Braziliense*, Brasília, 13 abr. 1994. Cidades, p. 03.
- 20 PINHEIRO, Alexandre. GDF derruba barracos no Guará II. *Correio Braziliense*, Brasília, 07 abr. 1994. Cidades, s.p.
- 21 SALLES, Amaral. 1994, op. cit.
- 22 EDMAR invade área no dia 1º. *Correio Braziliense*, Brasília, 13 abr. 1994. Cidades, p. 03.
- 23 FRACASSA invasão de chácaras. *Correio Braziliense*, Brasília, 02 maio 1994. Cidade, p. 08.
- 24 VOTOS nulos e brancos batem deputados. *Correio Braziliense*, 11 mar. 1994. Cidade, p. 03.

- 25 CÂMARA mantém ritmo de recesso. *Correio Braziliense*, 17 fev. 1994. Cidade, capa.
- 26 GERALDA, 2022, op. cit.
- 27 Ver, por exemplo, as reportagens anexadas à Ata Sucinta da 23ª Sessão Extraordinária de 12 de maio de 1994, já citadas neste capítulo. Cf. DISTRITO FEDERAL, 1994a, op. cit., pp. 11-35.
- 28 Geralda, 2022, op. cit.
- 29 A única referência oficial que encontrei que se aproxima da ideia de vila ecológica foi o texto de um dos incisos do 2º Artigo da Lei 205/91, originada a partir do PL 57/91, no qual se lê: “Esse assentamento habitacional terá toda a característica de uma cidade ecológica, onde o homem e a natureza integrarão de forma harmônica e pacífica.”. O trecho, no entanto, é pouco específico, revelando mais uma intenção do que um projeto em si, o que pode ser demonstrado, inclusive, pela demora em apresentá-lo às moradoras da vila, o que aparentemente só ocorreu no comício realizado por ele no local em 1994. Cf. DISTRITO FEDERAL. 1991d, op. cit., p. 02.
- 30 TERRACAP; PROGEA. 2003, op. cit., p. 26.
- 31 Cf., por exemplo: IBAMA promete embargar construção. *Jornal de Brasília*, Brasília, 14 jun. 1995. Cidade, s. p.; POPULAÇÃO unida contra Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, 02 ago. 1995. Cidade, s.p.; MENDES, Karla. Estrutural ainda sem solução. *Jornal de Brasília*, Brasília, 18 jun. 1997. Cidade, s.p.
- 32 ISABEL, 2012, op. cit.
- 33 Essa foi a única fonte consultada – incluindo aqui a bibliografia de referência – que fez uma distinção entre a vila de catadoras e a “Ocupação da Estrutural”. A única também que citou os debates do PL 10/91 e o PL 57/91, considerando-os fundamentais para o aumento populacional na região da vila entre os anos de 1991 e 1994 (lembrando que, por uma questão de escassez de tempo, não foram consultados exemplares de jornais publicados entre 1991 e 1993). A percepção desse crescimento aparece nos depoimentos de moradoras mais antigas como Dona Lia, Dona Vanda e Dona Isabel; a primeira delas, inclusive, aponta para o fato de as novas moradoras dividirem os terrenos em lotes menores, característica diferente do que se via na região até o momento. Ainda segundo a pesquisa realizada pelo Idhab: “dados obtidos por meio de levantamento feito pelo CDS e Hospital do Guará, apontam que, em 1991, já havia registro de 91 famílias morando na área. [...] Em agosto de 1994 a antiga SHIS, hoje IDHAB, realizou um levantamento no local, onde foram cadastradas 528 famílias, das quais 265 trabalhavam na cata do lixo.”. Esta última informação citada, de que aproximadamente 263 famílias não exerciam atividades econômicas relacionadas à catação, aponta para uma mudança no perfil das moradoras, indicando que grande parte das pessoas que passaram a residir na vila no período, não havia sido atraída pelo trabalho no Lixão. Cf. DISTRITO FEDERAL; IDHAB. *Ocupação Estrutural: pesquisa sócio econômica habitacional*. Caixa 179, processo/dossiê/maço nº 06 (Arquivo Público do Distrito Federal). 1997, pp. 04-05.
- 34 Cf.: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Site do TSE, 2023. Resultados das Eleições 1994 - Distrito Federal – governador. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/distrito-federal/resultados-das-eleicoes-1994-distrito-federal-governador> Acesso em: 18 dez. 2023.
- 35 DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, ano XVIII, nº 209, 31 out. 1994. Brasília, 1994b, p. 06.
- 36 ESTUDO define área do Parque Nacional. *Correio Braziliense*, Brasília, 05 nov. 1994. Cidade, p. 18.
- 37 TURIBA, Luís; GONÇALVES, Ana Cristina. Governo retira invasores em Taguatinga. *Correio Braziliense*, Brasília, 26 out. 1994. Cidade, p. 16.
- 38 Como já citado neste capítulo, as ações de Roriz se assentavam em uma noção, um tanto quanto definida, daquelas áreas que poderiam ser destinadas à moradia de pessoas de baixa renda e aquelas que não. Essas noções, como bem atestam as fontes consultadas, tiveram entre seus efeitos mais perversos o aprofundamento da segregação socioespacial e racial no Distrito Federal, bem como o de, como já escrevia Luiz Alberto Gouvêa em 1991, utilizar “o programa habitacional e a massa de recursos disponíveis para desorganizar o movimento popular” por moradia. Essas constatações, no entanto, não explicam as razões que levaram Roriz a apoiar, ao menos sub-repticiamente, a partir do final de 1994 e durante o governo de Cristovam Buarque, a ocupação da Estrutural. Ao retornar ao governo, em 1999, Roriz retornou também aos antigos hábitos, prometendo conceder lotes às moradoras da Estrutural, mas no Recanto das Emas, ou seja, a mais de 20km de distância da localidade. A alternância no modo como Roriz lidou com a Estrutural, desde quando o projeto foi apresentado à CLDF por José Edmar, em 1991, alimentam a plausibilidade das seguintes hipóteses: de que seu interesse em fomentar o crescimento da ocupação, entre 1994 e 1998, tenha sido, em

um primeiro momento, o de fortalecer e manter sua influência política entre eleitoras de baixa renda ao longo dos quatro anos nos quais não estaria ocupando o cargo de governador e, posteriormente, com a vitória de Cristovam, tenha sido, sobretudo, também o de desestabilizar o governo de Cristovam Buarque, abrindo caminho para a sua reeleição em 1998. Cf. RORIZ promete solução para os sem-teto. *Correio Braziliense*, Brasília, 27 out. 1994. Cidade, p. 20; PINHEIRO, Alexandre. GDF derruba barracos no Guará II. *Correio Braziliense*, Brasília, 04 abr. 1994. Cidades, s. p.; JÚNIOR, João. Roriz dá 140 mil lotes. *Correio Braziliense*, Brasília, 15 jun. 1994. Cidade, Capa; GOUVÊA, Luiz Alberto. A capital do controle e da segregação social. PAVIANI, Aldo (Org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. p. 94; RORIZ promete mais do que lotes. *Correio Braziliense*, Brasília, 02 maio 1999. Cidades, s. p.; LEDO, Rodrigo. Famílias da Estrutural vão para apartamentos. *Jornal de Brasília*, Brasília, 04 maio 1999. Cidade, s. p.

39 RORIZ promete solução para os sem-teto, 1994, op. cit.

40 Ibid.

41 ISABEL, 2012, op. cit.

42 LOMBACH, Fernando. 1995, op. cit., p. 12.

43 Cf. LOMBACH, Fernanda. Técnicos condenam a Cidade Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 maio 1994. Cidade, p. 12; PROJETO que cria Cidade Estrutural é aprovado em 1º turno na Câmara. *Jornal de Brasília*, Brasília, 17 maio 1995, Cidade. p. 17; CÂMARA aprova a Cidade Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 maio 1995, Cidade. s. p.; O PROJETO da Estrutural será votado 3ª feira. *Correio Braziliense*, Brasília, 07 jun. 1995, Cidade. p. 15; USO de área na Estrutural divide petistas. *Jornal de Brasília*, Brasília, 16 ago. 1995, Cidade. s.p.; CIDADE Estrutural é aprovada. *Jornal de Brasília*, Brasília, 14 jun. 1995. Cidade, s. p.; VOTO secreto derruba a Estrutural. *Jornal de Brasília*. Caderno Cidade. Capa. 16 ago. 1995; VOTO secreto derruba a Estrutural. *Jornal de Brasília*. Caderno Cidade. Capa. 16 ago. 1995.

44 Com exceção do depoimento de Suzano, como veremos mais à frente no capítulo.

45 DUDA. [fevereiro de 2012]. Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadora: NOLETO, Deuzani. Transcrição: COSTA, Terezinha. Chácara Recanto das Macaúbas Adonair, Estrutural, DF. 10 fev. 2012.

46 Cf. AFFLALA, Claudia. Governo cerca invasão da Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 ago. 1995. Cidade, s. p.; GONÇALVES, Ana Cristina. Governo estimula a saída de invasores da Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, 15 out. 1995. Cidade, s. p.; MORADOR e tropa de choque brigam na Estrutural. *Jornal de Brasília*, Brasília, 25 out. 1995. Cidade, s. p.; XAVIER, Fátima. Conflito deixa saldo de 14 feridos. *Correio Braziliense*, Brasília, 25 out. 1995. Cidade, s. p.; MORADORES se recusam a abandonar a Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 nov. 1995. Cidade, s. p.; SÁ, Ana. Ação na justiça impede remoção na Estrutural. *Jornal de Brasília*, Brasília, 17 jan. 1996. Cidade, p. 10.; ESTRUTURAL prepara resistência. *Jornal de Brasília*, Brasília, 22 jan. 1996. Cidade, Capa.; SÁ, Ana. Prontos para a guerra. *Jornal de Brasília*, Brasília, 23 jan. 1996. Cidade, Capa.; SANTOS, Fabiana. Insegurança, chuva e recuo. *Jornal de Brasília*, Brasília, 30 jan. 1996. Cidade, Capa.

47 ISMAEL, 2012, op. cit.

48 No Termo de Acordo lê-se o seguinte texto: "1- Terão tratamento semelhante ao que está sendo dado às famílias que se enquadram nos critérios de transferência para a parte baixa da Estrutural, ou seja, 10 anos comprovado de Brasília, inscrição na SHIS ou cheque-lote, aquelas famílias que estão há mais de 05 anos em Brasília e que atendam às seguintes exigências: / a- Famílias compostas de 03 ou mais pessoas residindo no barraco comprovado desde que seja parente. / b- Famílias com pessoa(s) portadora(s) de deficiências físicas ou doença comprovada com atestado ou laudo médico. / c- Famílias com membros nascidos em Brasília comprovado. / d- Família com mulher gestante desde que comprove a gestação. [...] / Obs: Para efeito deste acordo será considerado família a união de pessoas com filhos bem como pais ou mães solteiras. [...] / Obs: Idosos e viúvos, com 60 anos acima que esteja morando em Brasília a 05 anos comprovado. / 2- Para o início da transferência das famílias que se encontram nessa situação (item 1) é necessário também o início dos desmonte dos barracos que se encontram totalmente vazios, inabitado, sem numeração e construídos a partir de 26.01.96. Desde que seja acompanhado por um fiscal indicado pela ASMOES e o GDF. / 3- Para efeito de comprovação somente serão aceitos documentos emitidos pelo Poder Público constituído ou declaração de pessoas jurídicas com firma reconhecida quando se tratarem de relação de emprego. / 4- Ficará mantido o Termo de Acordo entre o GDF e ASMOES ao ocupante do lote. / 6- Ficará resguardada à Comissão tripartite GDF, ASMOES, OAB, Deputado José Edmar Cordeiro, resolver os casos não previstos nesse acordo. / Brasília, 07 de fevereiro de 1996." Cf. DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. *Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 15 de abril de 1998*. Brasília, 1998, p. 111 [com adaptações ortográficas].

49 SANTOS, Fabiana. GDF cria a Baixa Estrutural. *Jornal de Brasília*, Brasília, 01 fev. 1996. Cidade, s. p.

50 Cf. AFFLALO, Claudia. Governo cerca invasão da Estrutural. *Correio Braziliense*. Brasília, 22 ago. 1995. Cidade, s. p.; MORADOR da Estrutural denunciará o Siv-Solo ao Ministério Público. *Jornal de Brasília*. Brasília, 23 ago. 1995. Cidade, p. 19; GOLÇALVES, Ana Cristina. Governo estimula saída de invasores da Estrutural. *Correio Braziliense*. Brasília, 15 out. 1995. Cidade, s. p.

- 51 QUEIROZ, Luiz. Sede castiga a Estrutural. *Jornal de Brasília*, Brasília, 29 set. 1996. Cidade, capa.
- 52 TERZAKIS, Philio. Moradores montam esquema paralelo de abastecimento. *Correio Braziliense*. Brasília, 1º out 1996. Cidades, s. p.
- 53 CRISTINA, Nilza. Cristovam encerra as negociações. *Jornal de Brasília*, Brasília, 11 jul. 1997. Cidade, s. p.
- 54 Cf. GONÇALVES, Marcone. Conflito de PMs e invasores fere 14. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 jul. 1997. Brasil, p.5.; CRISTINA, Nilza. PM assume a Estrutural. *Jornal de Brasília*. Brasília, 11 jul. 1997. Cidade, Capa; GOMES, Herberth. Líder pode pegar pena de até 4 anos. *Jornal de Brasília*. Brasília, 11 jul. 1997. Cidade, s. p.; SANTOS, Marli. Demolição feita em meio a conflitos. *Jornal de Brasília*. Brasília, 11 jul. 1997. Cidade, p. 17; DELMONTRE, Ana. ÁVILA, Cristina. Derrubada mostra fim da tolerância. *Correio Braziliense*. Brasília, 11 jul. 1997. Cidades, p. 04; LUIZ, Edson. Confronto entre PMs e sem-teto deixa 12 feridos. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 11 jul. 1997. Cidades, s. p.; RETIRADA de sem-teto no DF deixa 18 feridos. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 11 jul. 1997. s. p.; GERMANO, Igor. Governador nomeia xerife para invasão. *Correio Braziliense*. Brasília, 11 jul. 1997. Cidades, p. 05; NELZA, Cristina. Tropa da Estrutural terá até 70 PMs. *Jornal de Brasília*. Brasília, 12 jul. 1997. Cidades, p. 11; TERZAKIS, Philio. A Estrutural depois da derrubada. *Correio Braziliense*. Brasília, 12 jul. 1997. Cidades, p. 03.
- 55 DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. *Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 15 de abril de 1998*. Anexos. Brasília, 1998.
- 56 DISTRITO FEDERAL; IDHAB, 1997, op. cit., p. 07.
- 57 SANTOS, Fabiana, 1996, op. cit.
- 58 Cf. THOMPSON, Alistair; et. al. Os debates sobre a memória e a história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 65-66.)
- 59 ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 268
- 60 Ibid., 2011, p. 282.
- 61 BERGSON, 2010, op. cit., p. 81.
- 62 MARQUES, Silene. Memória e criação em Bergson: sobre o fenômeno da atenção e os planos de consciência. In: *Trans/Form/Ação*, v. 40, n. 2. Marília: Unesp, 2017, p. 80.
- 63 ISABEL, 2012, op. cit.
- 64 ASSMANN, 2011, op. cit., p. 149.
- 65 Ibid., p. 318.
- 66 BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 221.
- 67 BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 88.
- 68 ISABEL, 2012, op. cit.
- 69 KOSELLECK, 2006, op. cit., p. 312.
- 70 ASSMANN, 2011, op. cit., p. 268.
- 71 KOPENAWA, Davi. BRUCE, Albert. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- 72 MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- 73 Ibid., p. 23.
- 74 Há algo que aproxima esse modo de conceber o tempo com a busca incessante pela sobrevivência dos gestos empreendida pelo historiador da arte Aby Warburg. Como escreveu Paola Berenstein Jacques, “A questão principal de Warburg em seu atlas de imagens (Bilderatlas), como na grande maioria de seus trabalhos, era buscar aquilo que ele chamou de *Nachleben der Antike*, um tipo de sobrevivência – um tipo de “vida” que ressurgiu em outra época, algo que permanece vivo, principalmente na memória, e “assombra” épocas posteriores – da Antiguidade, no Renascimento.” Penso que o campo das artes foi e segue sendo capaz de criar e produzir de forma mais efetiva a partir de uma percepção multitemporal, heterotópica e complexa do tempo e dos fenômenos da memória, do que o campo da história, por exemplo. Trabalhos de artistas contemporâneas como Rosana Paulino (Atlântico Vermelho) e

Gê Viana (Paridade) demonstram bem essa habilidade. Não interessa aqui, no entanto, adentrar com profundidade esse debate, mas me parece interessante citá-lo para que os fios deixados soltos possam, quem sabe, se conectarem a outros debates em futuras pesquisas. Cf. BEREINSTEIN, Paola. Pensar por montagens. In: JACQUES, Paola; PEREIRA, Margareth (orgs.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo I – modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 206-234; DIDI-HUBERMAN, Georges. *Atlas, ou O gaio saber inquieto*: o olho da história III. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

75 TERRACAP; PROGEA. 2003, op. cit., p. 51.

76 DISTRITO FEDERAL; IDHAB, 1997, op. cit., p. 04.

77 Como o dado de 287 famílias tem como referência uma pesquisa realizada pela própria Progea na localidade em 1993, enquanto o de 393 não oferece referência alguma, o primeiro deles parece menos duvidoso. Tentei contato com os ex-sócios da empresa Progea por e-mail, solicitando acesso aos dados levantados na localidade em 1993 e posteriormente, de modo a tentar entender as motivações que levaram a empresa à vila ainda durante o governo de Roriz e o que foi reportado no relatório em questão, mas não obtive respostas.

78 Cf., por exemplo: ALVES, Fernanda. *As questões socioambientais reveladas a partir das percepções das crianças sobre a Cidade Estrutural (DF) em um contexto educativo*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2012, 43; SANTOS, 2013, op. cit., p. 24; ORREGO, 2013, op. cit., p. 55.

07

NOTAS METODOLÓGICAS: UM CAPÍTULO ERRANTE

07.1 dos arquivos e das fontes

O encontro com as fontes utilizadas nos primeiros dois capítulos desta tese tornou evidente algo que, ainda por um algum tempo, segui ignorando: o descompasso entre o que elas me mostravam e a versão, tão bem sedimentada, de que o passado da vila e o presente da Cidade Estrutural fazem parte de um *continuum* histórico. Ainda influenciada por essa percepção – que, a bem da verdade, já se encontrava um tanto abalada uma vez que cada novo documento expunha a fragilidade das estruturas que a sustentavam –, adentrei em um novo arquivo em busca de respostas para uma pergunta muito bem desenhada: *como a vila se tornou a Estrutural?* Como a Hemeroteca Digital disponibiliza apenas as edições do *Correio Braziliense* publicadas até 1990, optei por concentrar minhas buscas, na hemeroteca física da Biblioteca do Senado Federal. Devido à escassez de tempo e o caráter pragmático da pergunta que me motivava, escolhi trabalhar apenas com exemplares do *Correio* lançados entre 1995 e 1998. O intervalo temporal escolhido não foi aleatório. Foram nesses quatro anos do governo de Cristovam Buarque, considerados os mais turbulentos de sua história, que a Estrutural se expandiu e se consolidou como cidade-em-potência.

Busquei, no caderno *Cidades* de todas as edições do jornal publicadas no período, qualquer fragmento de notícia que me permitisse entender como aquela pequena vila de catadoras transformou-se, já em 1995, na maior ocupação irregular do Distrito Federal. Coletei, armazenei e tabulei tudo o que encontrei sobre o assunto nessas mais de 1.400 edições do *Correio* consultadas e, devido à generosidade de uma servidora da biblioteca, também de outros jornais.¹ Mas, mesmo com a quantidade massiva de dados coletados e analisados, a minha pergunta permanecia sem resposta. Seguindo então indícios presentes

1 Devo o acesso às reportagens sobre a Cidade Estrutural veiculadas em outros jornais que não o *Correio Braziliense*, ao *clipping* feito pela servidora da Biblioteca do Senado Federal, Elisabete Lopes. Ao me ver consultando pilhas e pilhas do periódico, Elisabete se aproximou de mim e perguntou sobre qual tema eu pesquisava. “Cidade Estrutural”, eu respondi, frase esta que logo foi sucedida por um etéreo “deixa eu ver, acho que tenho algo sobre isso aqui...”, da servidora. Um tempo depois, ela reapareceu e deixou sobre minha mesa uma pasta com dezenas e dezenas de reportagens dos mais variados jornais, todas elas versando sobre o mesmo assunto: a Cidade Estrutural. O trabalho de buscar, recortar, catalogar e armazenar, empreendido por Elisabete, sem dúvidas adicionou camadas de complexidade ao presente capítulo que, inesperadamente, viu-se habitado por uma série de reportagens que de outra forma não seriam acessadas – já que o *corpus* documental jornalístico definido para a pesquisa, por uma questão de logística, limitava-se ao periódico *Correio Braziliense*. Cf. CADERNO DE CAMPO, 10 out. 2022.

no depoimento de Dona Lia – de que a área que, anos depois, viria a ser conhecida como Vila Velha passou a receber uma grande quantidade de novas moradoras no início da década de 1990 –, passei a trabalhar com a hipótese de que algo externo à vila e ao Lixão fomentou o fluxo de pessoas para a localidade no período.² Com isso em mente, retornei então à Hemeroteca Digital, ocasião em que encontrei uma reportagem de 1990 na qual José Edmar, recém-eleito deputado distrital, expunha que um de seus projetos para a área de habitação no DF era estimular “o aumento do contingente habitacional no trecho Taguatinga/Plano Piloto e criação de uma cidade para classe média no Jóquei Clube, após sua desapropriação. Implementar assentamento à margem da Estrutural.”³

A proposta de José Edmar abriu um novo terreno para a investigação. A partir dela, mergulhei no acervo do site da Câmara Legislativa do Distrito Federal e no Diário Oficial do Distrito Federal. Foram os documentos encontrados nesses acervos que me fizeram ler, finalmente, a vila e a Estrutural como territórios distintos. Neles, estava nítido que os debates sobre a criação do “Complexo Estrutural” não apenas eram anteriores à ocupação do SCIA e contemporâneos ao fluxo de pessoas para a vila apontado por Dona Lia, como praticamente não relacionavam a criação dos assentamentos futuros à experiência histórico-espacial das moradoras da vila. A presente pesquisa direcionou-se então para um outro caminho, já que a sensação de ruptura narrada pelas moradoras da vila com a criação da Baixa Estrutural, ganhou contornos diversos diante do meu olhar. O mesmo ocorreu às reportagens dos jornais. Por isso, percebi a necessidade de retornar à Biblioteca do Senado Federal, dessa vez para consultar os exemplares do *Correio* publicado no ano de 1994, no intuito de buscar indícios dos primeiros movimentos de ocupação da área do SCIA, local que logo ficaria conhecido como Estrutural.

2 “Quando foi mais ou menos em 1992 o Humberto e a Alice – que eram presidentes da associação que a gente tinha – incentivaram a gente a descer pra beira do córrego [Cabeceira do Valo], porque onde a gente morava já tava assim [mostra com as mãos que a ocupação estava enchendo], com muita gente fazendo lote. Mas quando foi em 1993, a Terracap apareceu e arrancou os barraco tudo. O fiscal disse que ali não ia poder ficar chácara – “aqui vai ser cidade, vocês têm que descer mais para a beira do córrego.” Cf. LIA, 2012, op. cit.

3 COSTA, Valéria. José Edmar quer mudanças no setor de habitações. *Correio Braziliense*, Brasília, 30 dez. 1990. Cidade, p. 07.

Com esse *corpus* documental composto por centenas e centenas de fontes, entre reportagens, documentos oficiais, o acervo fotográfico de Webson Dias, imagens publicadas pelos jornais etc., me percebi diante de um dilema. Estava muito nítido que o campo focal da tese havia se tornado a vila. Mas, ao mesmo tempo, me parecia um desperdício de tempo e de fontes não utilizar o material tão volumoso que eu acumulei, ao longo desses anos, sobre a Estrutural. Esse dilema motivou um intenso processo de escrita e experimentação que chegou a algumas formas ao longo de meses, mas que só terminou mesmo às vésperas da tese ser entregue para a banca.

07.2 da forma

Experimentei quatro versões antes do capítulo chegar à presente forma. A seguir, apresentarei breves reflexões sobre cada um desses exercícios de escrita, por entender que as tentativas falhas também habitam o corpo de uma pesquisa e podem servir de inspiração para o fazer e o não-fazer de estudos vidouros. Cabe ressaltar que, na primeira e segunda versões, a tese ainda contaria com quatro capítulos. O terceiro deles cumpriria uma função de “contextualização histórica”, se debruçando exclusivamente sobre a ocupação da Estrutural. O último se aproximaria do que está exposto no texto principal deste capítulo, buscando indicar e analisar alguns efeitos que a emergência e o crescimento da Estrutural exerceram sobre o território da vila.

[1] Inspirada no livro de Valêncio Xavier, *O mez da gripe*,⁴ nessa primeira versão busquei construir o terceiro capítulo a partir de uma montagem. Utilizei, para isso, trechos de reportagens e depoimentos, pedaços de documentos oficiais, imagens etc., sem que houvesse uma voz narrativa para alinhar esses fragmentos, mantendo ativas, portanto, as lacunas existentes entre eles. Imaginei que, assim como no livro de Xavier, os sentidos do texto fossem se delinear a partir do movimento de leitura, já que a dimensão significativa de cada fragmento só se construiria a partir da posição ocupada por ele dentro do conjunto. No entanto, esse é um tipo trabalhoso de escrita; ele exige, além de uma intensa dedicação

4 XAVIER, Valêncio. *O mez da gripe*. Curitiba: Arte & Letra, 2020.

à experimentação, um conhecimento profundo das fontes, bem como uma capacidade de seleção precisa daquilo que será mantido na versão final e do que será excluído – coisa que meu apego pelo material encontrado nos arquivos tornou difícil no momento. Como o doutoramento possui um prazo para terminar e os capítulos anteriores já haviam demandado um tempo longo para decantar, a tentativa de escrita nesses moldes acabou frustrada; isso porque, para que ela funcione, é necessário um grau de refinamento do texto que só é atingido com tempo – isso, se ele for atingido, afinal, em um trabalho tão experimental, o risco de uma ideia não funcionar na prática é grande, coisa da qual uma doutoranda não pode se dar ao luxo.

[2] Diante da frustração, busquei uma alternativa que funcionasse como um meio termo. Eu tinha muito nítido que este, que ainda seria um capítulo dedicado a acontecimentos relacionados à Estrutural, seria escrito de modo menos analítico, aprofundando a questão da montagem em termos de apresentação. Como não consegui fazer isso de forma tão radical quanto no *mez da gripe*, tentei intercalar os fragmentos de fontes com textos mais narrativos, inspirada no décimo terceiro capítulo de *O livro amarelo do terminal*, de Vanessa Barbara.⁵ Mas, sou uma historiadora e não uma jornalista como a Vanessa, o que representa alguns entraves para a escrita de um texto narrativo que não cite as fontes e referências que embasaram a sua construção. Por isso, os textos, que foram escritos nesse tom mais jornalístico, me soaram superficiais, ao mesmo tempo em que pareciam apresentar às leitoras uma visão/interpretação dos acontecimentos um tanto quanto definitiva – uma postura que não harmonizava com a tese como um todo. Penso que, se tivesse me debruçado sobre o documentário *Videogramas de uma Revolução*, de Andrei Ujicã e Harun Farocki, como modelo estético-narrativo, o resultado dessa experimentação teria sido mais satisfatório.

[3] Desenvolvi então uma terceira versão, mais próxima da atual. Nela optei por unir o que seriam o terceiro e o quarto capítulos, já que havia se tornado nítido que o território focal da tese era a vila e sua relação com a Estrutural, e não esta última em si. Inspirada no livro

5 BARBARA, Vanessa. *O livro amarelo do terminal*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

Dreamworld and catastrophe, de Susan Buck-Morss,⁶ propus então a divisão do capítulo em duas camadas, com cada uma delas ocupando uma metade da página. A primeira, disposta na metade superior, misturava o que considere mais importante dos dois últimos capítulos. A metade inferior, por sua vez, seria ocupada por hipertextos, cada qual abordando um assunto específico que não cabia no texto principal, mas que se relacionava com ele em alguma medida. O problema é que, com a junção dos capítulos, as notas se multiplicaram (como em Buck-Morss, elas seriam laterais) e, na prática, passaram a constituir uma terceira camada do capítulo, dificultando a leitura e a compreensão dos textos e hipertextos em seu conjunto. Essa versão também acabou se tornando amorfa e sem sentido, já que não cumpria bem nem a função do que teria sido do terceiro capítulo, nem a do quarto.

[4] Na quarta versão, optei por excluir os hipertextos e transformar as notas laterais em notas de rodapé, dando ao capítulo uma forma mais tradicional. Para que a nova configuração funcionasse, foi preciso uma reorganização dos elementos mobilizados na versão anterior. Alguns hipertextos foram inteiramente excluídos; aqueles que tinham uma ligação mais direta com o texto principal foram deslocados para as notas de rodapé; um outro, que agora é o Hipertexto 2, foi deslocado para abrir esta parte metodológica, uma vez que seu conteúdo ajuda a compreender melhor que parâmetros balizam as noções de memória e rememoração que permeiam o desenvolvimento da presente pesquisa. Mas essa versão ainda não dialogava bem com a tese. Embora os três subtítulos baseados na análise de três pares de imagem – que integram esta versão final do capítulo – estivessem harmônicos entre si e com a tese em geral, a parte destinada mais especificamente à Estrutural provocava um ruído no capítulo, ela não se encaixava.

6 BUCK-MORSS, Susan. *Dream World and catastrophe: the passing of mass utopia in East and West*. Cambridge/London: The MIT Press, 2020.

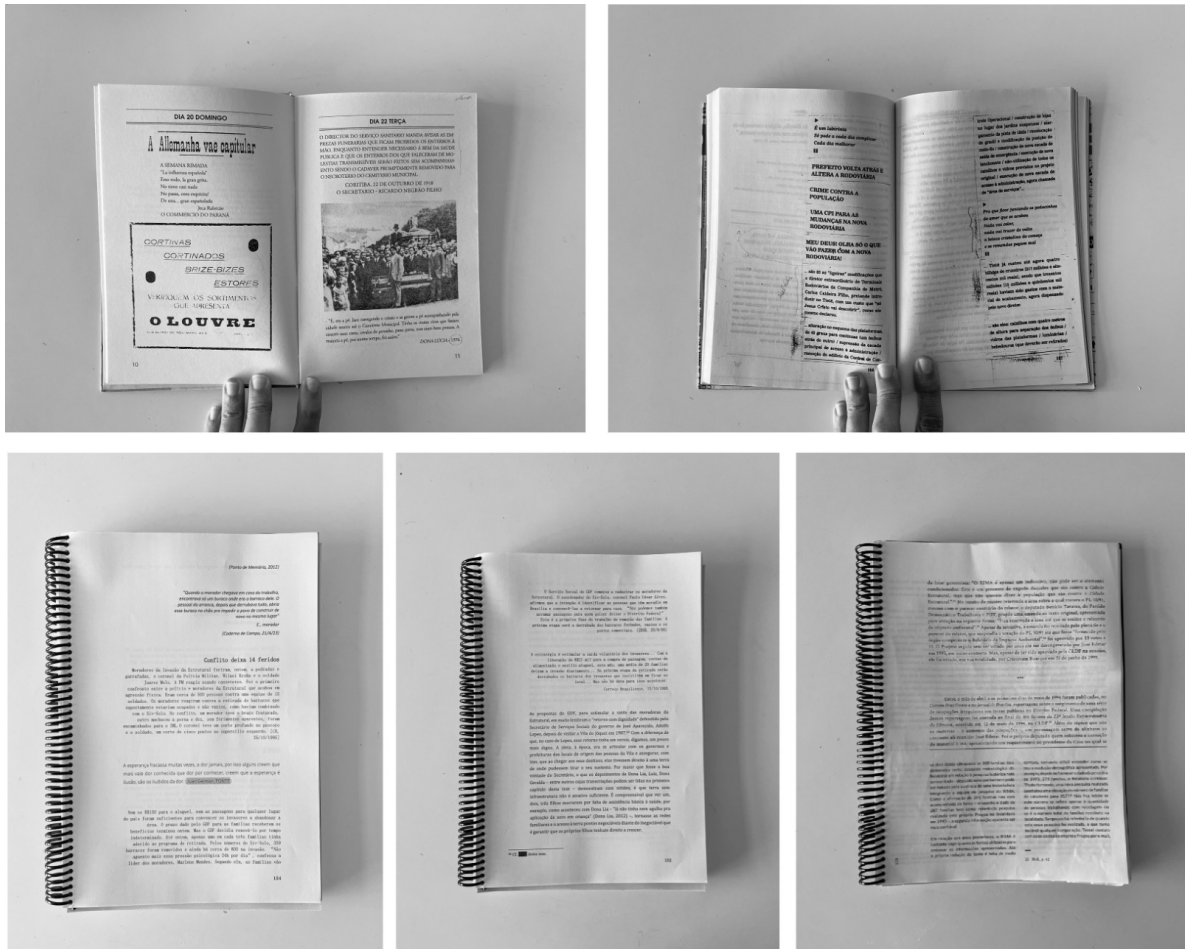


IMAGEM 111 . SAADS, Leila. Montagem digital com cinco fotografias: O mez da gripe, O livro amarelo do terminal e três versões do terceiro capítulo. Abril de 2024.

[5] Finalmente chegamos à versão final. Nela retornei à terceira proposta, mas, para ela funcionar, precisei me desapegar da Estrutural. Cortei dezenas de páginas do texto principal, excluí inúmeras notas de rodapé e reduzi os hipertextos a dois. Depois, transformei as notas de rodapé em notas de fim. Isso liberou as páginas do corpo do capítulo, tornando o espaço de leitura mais “limpo”, assim, a fluidez desta foi preservada. Como, a meu ver, as questões envolvendo os Projetos de Lei que versavam sobre o “Complexo Estrutural”, a relação política entre Joaquim Roriz e José Edmar, o início e consolidação da ocupação da área destinada ao SCIA, bem como a criação da Baixa Estrutural, são acontecimentos fundamentais para se entender as mudanças e rupturas narradas pelas moradoras da vila, optei por conservar os tópicos neste capítulo. Mas, ao invés de mantê-los como um subtítulo, os transformei no Hipertexto 1, fazendo deles uma segunda camada do capítulo – como uma abertura narrativa que, assim como o Hipertexto 2, dá ao texto principal uma maior profundidade. Uma observação: não há um modo correto de se ler o capítulo, cabe à leitora experimentar e delinear seus próprios caminhos.

07.3 das imagens

Assim como ocorre à tese como um todo, um conjunto de fontes ocupa lugar de destaque neste capítulo: as imagens. Optei por abrir cada um dos três subtítulos do texto principal com pares delas. Esse me pareceu um modo eficaz de convidar a leitora a olhá-las, em um primeiro momento, sem a contaminação do texto. Posteriormente, ao longo de cada subtítulo, a leitora vai sendo apresentada a elementos diversos que conferem, pouco a pouco, outras camadas de legibilidade àquelas imagens iniciais, convidando-a, portanto, a retornar a elas quantas vezes for necessário. Esse procedimento foi inspirado no filme *Videogramas de uma Revolução* no qual, como vimos no prólogo desta tese, Andrei Ujicã e Harun Farocki se utilizam de uma voz em *off* para abastecer as expectadoras de elementos, percepções e detalhes capazes de mobilizar outras leituras possíveis para sequências de imagens primeiro exibidas sem nenhuma informação.

Já as imagens que compõem o quarto subtítulo do capítulo passam pela operação inversa, uma vez que a leitora tem acesso primeiro ao meu olhar sobre elas e só posteriormente, ao fim da parte escrita do capítulo, é apresentada às imagens propriamente ditas. Ou seja, primeiro a leitora imagina as fotografias a partir do que escrevo sobre elas, para depois olhá-las de fato. A forma como as imagens foram dispostas é resultado de um intenso processo de imersão no conjunto formado por elas. Como as imagens eram numerosas, enquanto elas habitaram somente a minha mesa de trabalho, permaneci falhando em construir relações entre elas. O impasse só foi resolvido quando coleí todas as fotografias em uma parede do meu quarto. Por vários dias, convivi com a visão desse conjunto e, aos poucos, fui percebendo relações entre seus elementos e montando, na parede mesmo, uma configuração semelhante àquela apresentada no capítulo. Optei por manter essas fotografias na tese por duas razões: [1] primeiro porque o trabalho de montagem realizado com elas resultou em um produto interessante e, como a tese também se insere na área de metodologia da história, faz sentido

torná-lo público; [2] e segundo porque, embora este capítulo não trate especificamente da Estrutural, as imagens mostram certo caráter irreduzível da ocupação após a mudança para área próxima à vila, ainda que a decisão manifesta do governo Cristovam fosse removê-la inteiramente; elas dão a ver, portanto, dimensões daquilo que as moradoras antigas narraram sobre a Baixa Estrutural e sua relação cada vez mais tensa com a vila, tema que perpassa todo o capítulo.



IMAGEM 112 . SAADS, Leila. Parede do quarto. Fotografia. 2023



EPÍLOGO

LUDISMO

*Quebrar o brinquedo
é mais divertido.*

*As peças são outros jogos:
construiremos outro segredo.
Os cacos são outros reais
antes ocultos pela forma
e o jogo estiraçado
se multiplica ao infinito
e é mais real que a integridade: mais lúcido.*

*Mundos frágeis adquiridos
no despedaçamento de um só.
e o saber do real múltiplo
e o sabor dos reais possíveis
e o livre jogo instituído
contra a limitação das coisas
contra a forma anterior do espelho.*

Orides Fontela, 1966-1967

Na beira da porta, do lado de fora da sala de aula do 6º ano D, eu me preparava para performar o papel de professora de História da Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEEDF, pela primeira vez, no CED 01 da Estrutural. A professora temporária que ocupava a vaga antes da minha chegada, como uma técnica de escalada ou judô, me passava ali, há poucos minutos do que parecia ser uma final olímpica, as últimas instruções para me permitir “sobreviver a esse trabalho” – palavras dela. A primeira e mais importante regra a ser obedecida era *não sorrir*, afinal, “se você sorrir, se for boazinha demais, ninguém aqui vai te respeitar”. Respirei fundo. Pronta para enfrentar um exército de pequenos gremlins – para não usar os termos que minha própria colega de profissão empregou na ocasião –, abri a porta da sala; o que vi ali, no entanto, foi um conjunto de rostinhos simpáticos de crianças entre dez e onze anos ansioso para conhecer a nova professora. Não precisei nem de dez segundos para quebrar a regra de ouro e anunciar, com um enorme sorriso nos lábios: “bom dia gente! meu nome é Leila, e vou ser a professora de vocês da melhor matéria do mundo, alguém sabe qual é?”.

Foram quatro períodos letivos trabalhando com estudantes da Estrutural; anos que não foram fáceis. Além do choque comum experienciado por professoras novatas – que, ao saírem da realidade acadêmica direto para uma sala de aula do Ensino Fundamental II, logo percebem que vão gastar boa parte de suas manhãs respondendo a perguntas do tipo “tia, posso escrever de caneta ou tem que ser de lápis?” –, ainda havia ali algumas dificuldades adicionais. A maior delas deriva do fato de que a Cidade Estrutural, junto com a Santa Luzia, é uma das Regiões Administrativas mais vulneráveis do DF.¹ Essa vulnerabilidade incide de modo particularmente intenso sobre as crianças da cidade que, em alguns tantos casos, vivem cotidianos permeados pela insegurança, tanto alimentar quanto física – o que, como não poderia deixar de ser, impacta diretamente em suas vidas escolares. Aos poucos percebemos que nosso papel, como professoras, é muito pequeno e pouco impactante na vida de uma criança perto de tudo que a cerca. Além disso, ao menos no período em que lecionei

1 De acordo com a última Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílio – PDAD 2021, divulgada, as RAs XXV SCIA-Estrutural, XXVIII Itapoã e XXXI Fercal são as que apresentam menor renda domiciliar no comparativo com todas as regiões do DF. No caso da Estrutural, no entanto, a quantidade de famílias que vive com menos de um salário-mínimo por mês é superior a encontrada nas outras RAs, e representam, no caso, 30,2% da população total que vive na cidade. Cf. DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. *Pesquisa Distrital por Amostra em Domicílios SCIA / Estrutural – 2021*. Brasília, 2021.

no CED 01, as salas de aula estavam tão cheias que não era incomum que a direção precisasse retirar alguns armários de modo a ceder espaço para mais carteiras. Ou seja, em um ambiente escolar com a presença de um número tão elevado de estudantes em situação de vulnerabilidade, não havia condições mínimas para que o corpo docente fosse capaz de dar a essas estudantes a atenção de que precisavam.²

Bem, foi ali, naquele cotidiano um tanto maçante – afinal, eu precisava estar em sala das 7h às 12h, de segunda a sexta, lidando com dez turmas de 6º ano –, que a ideia de escrever esta tese surgiu. Na verdade, ela partiu menos de uma ideia do que de uma necessidade. Desde a graduação trabalho com história urbana e, então, obviamente, as cidades tendem a ser o foco central do meu interesse como pesquisadora. E, uma vez que ser professora também é ser pesquisadora, o urbano e as cidades são temáticas que influenciam o modo como eu seleciono, pesquiso e trabalho os conteúdos históricos na Educação Básica. Esse interesse se conecta perfeitamente ao período temporal trabalhado no 6º ano, que vai da história dos povos ágrafos ao Império Romano, ou seja, compreende processos de sedentarização e formação de vilas, cidades e grandes civilizações da antiguidade. Aí entra o trabalho criativo e de transposição didática cotidianamente realizado pelas professoras na Educação Básica. Como o 6º ano ainda não tem muita noção de tempo – 1000 a.C. e 1000 d.C., por exemplo, para eles dá mesma –, quanto mais distante um tema trabalhado está em relação ao presente, mais difícil é para as alunas o localizarem no tempo, entenderem do que se trata e, portanto, se interessarem por ele – o que torna o ensino de história no 6º ano muito desafiador. Para driblar essa dificuldade, optei por abordar o conteúdo a partir da mitologia, assunto que geralmente desperta a curiosidade dessa faixa etária. Então, nos anos em que lecionei no CED 01, trabalhava com as alunas a historicidade de diferentes povos em diferentes tempos a partir de textos mitológicos.

Dentro dessa perspectiva didática, desenvolvi também um projeto sobre a história da

2 Esse é um problema reconhecido entre as profissionais da educação no DF. As escolas públicas mais periféricas têm um número muito maior de estudantes por sala do que as escolas localizadas em “bairros” mais centrais. No caso da Estrutural, durante o período em que trabalhei lá (2014-2018), apenas duas escolas de Ensino Fundamental II estavam em funcionamento na região; isso para atender a uma população formada por cerca de 34% de crianças e jovens de zero a quatorze anos. Obviamente, a conta não fechava, e grande parte das alunas precisava se deslocar para outras RAs para estudar, principalmente para o Guará. Quando saí da Estrutural, em 2018, passei a dar aula em uma pequena escola da Asa Norte, no Plano Piloto, também de Ensino Fundamental II. Lá, a média era de 20 alunas por sala enquanto, na Estrutural, as salas comportavam entre 30 e 35 estudantes.

Cidade Estrutural. Primeiro, precisei pesquisar sobre o assunto – mas, ao menos no universo acadêmico, havia muito pouco escrito sobre o passado da Cidade Estrutural. As pesquisas que utilizei como fontes para preparar as aulas e oficinas sobre o tema não haviam sido escritas por historiadoras, mas me garantiram certo material para entender um pouco mais os processos de formação e consolidação da Estrutural.³ Algo que me chamou atenção foi o pouco espaço que a história da cidade pré-1995 ocupava nessas publicações – que centravam suas análises no período posterior a este ano. Nelas, praticamente não havia referência a fontes produzidas antes do governo Cristovam, e as fontes que existiam, que eram em sua maioria depoimentos orais, foram utilizadas de uma forma que tornou um pouco etérea a imagem dessas primeiras décadas de existência da cidade – mais citando determinados trechos dos depoimentos do que produzindo um saber histórico a partir deles. Assim, a história da localidade que nesta tese chamamos de vila, tornou-se como que uma nota de rodapé, um apêndice da história da Estrutural. Pois bem, depois da pesquisa bibliográfica, formulei algumas atividades para tratar a temática com as alunas, como leituras coletivas, rodas de conversa sobre direito à cidade, aulas expositivas etc. Ao mesmo tempo, trabalhava com elas a formação de cidades da antiguidade a partir de seus mitos. Ao fim do bimestre, juntamos as duas linhas na confecção de um pequeno livro, escrito e ilustrado em grupo, no qual as estudantes narravam um mito sobre a criação da Cidade Estrutural formulado por elas próprias. Ou seja, na ausência de informações mais sólidas sobre “a origem” da cidade, utilizamos recursos narrativos emprestados da mitologia para garantir um início à história da Estrutural.

Esta pesquisa nasceu, portanto, de uma demanda percebida no chão da sala de aula; e é para lá que eu espero que ela retorne. Seu objetivo, mais do que preencher grandes lacunas acadêmicas sobre a historicidade de uma cidade localizada há menos de 15 quilômetros do Plano Piloto, é oferecer às professoras que atuam na Cidade Estrutural, um material que contribua para aprofundar o conhecimento que elas têm da cidade. E que contribua, sobretudo, para a construção e consolidação de um vínculo entre a escola e o território no qual ela

3 Foram as pesquisas de Caroline Santos e Juan Fernando Orrego, as quais também configuraram como interlocutoras nesta tese.

está inserida, de modo que a educação formal não se resigne a performar gestos colonizadores sobre o território de um *outro*. Afinal, como escreveu Paulo Freire, “a educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática de dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo”.⁴ Portanto, entender, na medida do possível, os territórios nos quais as estudantes se inserem, bem como os próprios territórios de onde partem os conhecimentos escolares, é ponto fundamental para a formulação de práticas didáticas que se conectem aos universos de referência das alunas. Assim, a partir de um processo de composição, torna-se possível criar *com* elas outros territórios possíveis, multiplicando os universos de referência tanto das alunas quanto das educadoras, já que, em uma educação pautada pela liberdade, “o educador já não é apenas o que educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa”.⁵

Por ter surgido na sala de aula e ter como objetivo retornar a ela, a presente tese lidou com questões que, provavelmente, não atravessam o processo de feitura de grande parte das produções acadêmicas. Primeiramente, embora tenha como pretensão obter uma validação no âmbito acadêmico – já que, afinal, foi dentro da academia que a pesquisa foi desenvolvida –, preoquei-me em estruturar a tese de modo que a sua leitura não seja muito maçante. Esta é uma escolha que evidencia o fato de que a leitora imaginária a quem a escrita da tese em grande parte se dirigiu, é uma historiadora, mas não necessariamente acadêmica. Isso não se confunde, conforme argumentei no prólogo que abre esta publicação, com ausência de rigor acadêmico – especialmente no que diz respeito à leitura crítica das fontes e seu embasamento teórico-metodológico; é uma escolha estética que se vincula diretamente ao desejo de que o alcance desta tese não se restrinja aos círculos acadêmicos e universitários. Foi exatamente por isso que optei por concentrar debates teóricos e metodológicos em partes específicas dos capítulos – nas “notas metodológicas” e em um dos hipertextos do capítulo três, por exemplo –, de modo a garantir uma maior fluidez na leitura do texto principal. Assim, uma leitora que está interessada na vila e na Cidade Estrutural, mas não tem interesse algum em como as informações apresentadas sobre essas localidades foram produzidas ou de onde elas saíram, consegue percorrer os textos principais dos capítulos de forma relativamente

4 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019, p. 98.

5 *Idem*, p. 96.

tranquila. Da mesma forma, uma leitora interessada em compreender também como a tese se construiu metodologicamente, as fontes que embasaram a pesquisa, além dos debates teóricos que perpassaram sua produção – que são exigências de verificabilidade nas quais se assenta a construção de conhecimento científico –, pode ter acesso a essas reflexões e informações no último subtítulo dos capítulos e na introdução, bem como nas notas de fim.

Assim, além atuar como meio de produção de conhecimento histórico sobre a vila e a Cidade Estrutural, as experimentações histórico-cartográficas desta pesquisa se ancoraram em preocupações, de ordem ética e política, relacionadas ao desejo de porosidade e composição com os territórios reais dos quais trata e nos quais se assenta. Por isso, o desejo de construir uma tese que funcione como um mapa – em termos deleuzo-guattarianos; ou seja, que contribua para a conexão entre diferentes campos. Com esse intuito, foi preciso buscar formas de escrita que não produzissem narrativas fechadas e unívocas sobre a cidade e, para tais fins, a prática da montagem mostrou-se fundamental. Uma das mais interessantes contribuições da montagem para o campo da história urbana é, justamente, sua capacidade de trabalhar e produzir conhecimento a partir do “despedaçamento de um só” – citando aqui o poema de Orides Fontela que abre este epílogo. A montagem, enquanto prática, nos oferece possibilidades não apenas de pensar, mas também – e talvez principalmente –, de dar a ver o urbano e as cidades a partir das múltiplas singularidades que as atravessam e constituem. Apresenta-se, portanto, como alternativa à “ideia de que os livros de história produzem visões sintéticas do passado” que, segundo Jouni-Matti Kuukkanen, está na base da filosofia narrativista da historiografia.⁶ Uma alternativa, veja bem, e não único caminho possível para a escrita historiográfica, uma vez que, como afirmou Daniel Faria, todo discurso sobre “como se deveria escrever a história” esbarra e, em menor escala, ameaça uma das grandes virtudes da historiografia – a sua pluralidade.”⁷ De minha parte, espero que esta tese – com todas as suas limitações e momentos de reencontro com o conforto narrativo do par causa/efeito e da cronologia –, inspire experimentações historiográficas desejantes de produzir, a partir dos cacos das cidades, uma multiplicidade conectável de reais “antes escondidos pela forma”.

6 Livre tradução do trecho: “la idea de que los libros de historia producen visiones sintéticas del pasado es la contribución más importante de la filosofía narrativista de la historiografía.” Cf.: KUUKKANEN, 2019, op. cit., p. 41.

7 FARIA, 2015, p. cit., p. 23.



REFERÊNCIAS

01 BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALVES, Fernanda. *As questões socioambientais reveladas a partir das percepções das crianças sobre a Cidade Estrutural (DF) em um contexto educativo*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2012.
- ANDRADE, Liza Maria de; et al. Santa Luzia resiste: processo participativo e padrões espaciais para elaboração do Plano de Bairro e do Projeto de Habitação das Mulheres Poderosas. *Paranoá*, v. 14, n. 29. Brasília, 2021.
- ANTUNES, Davi José. *O Brasil dos anos 90: um balanço*. *Leituras de Economia Política*, vol. 6, n. 9. Campinas: Unicamp, 2001, pp. 63-89.
- ARAÚJO, André. *Deleuze e o problema da comunicação*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2020.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BARBARA, Vanessa. *O livro amarelo do terminal*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- BEIGUELMAN, Giselle. *Memória da Amnésia, políticas do esquecimento*. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2019.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BEREINSTEIN, Paola. Pensar por montagens. In: JACQUES, Paola; PEREIRA, Margareth (orgs.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 206-234
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- BRECHT, Bertolt. *ABC de la guerra*. Espanha, Madri: Ediciones del Caracol, 2004.
- BUCK-MORS, Susan. *Dreamworld and catastrophe: the passing of mass utopia in East and West*. Massachusetts: The MIT Press, 2000.

- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: n-1 edições, 2019, p. 16.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARRIJO, Elizângela; ASSANO, Sandra Nui. O acesso à informação em um Centro de Documentação jornalístico: cotidiano e práticas. *Anais do I Congresso Nacional de Arquivologia – ABARq*. Brasília: UnB, 2004.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011.
- CHAMAYOU, Grégorie. *Teoria do drone*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- COSTA, Luciano da. A cartografia parece ser mais uma ética (e uma política) do que uma metodologia de pesquisa. *Paralelo 31*. Edição 15, dez. 2020. Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal de Pelotas, 2020.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2011a.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. Vol. 2. São Paulo: Editora 34, 2011b.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. São Paulo: Editora 34, 2011c.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 2012a.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 2012b.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 2012c.
- DELEUZE, Gilles; PATERNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- DERNTL, Maria Fernanda. Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites. *Cadernos Metrôpoles*, vol. 22, n. 47. São Paulo, 2020, pp. 2020.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante da imagem: questões colocadas aos fins de uma história da arte*. São Paulo: Editora 34, 2013
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tomam posição: o olho da história I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Remontagens do tempo sofrido: o olho da história II*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. São Paulo: Editora 34, 2020.
- EVANGELISTA, Marcela. A transcrição em história oral e a insuficiência da entrevista. *Anais do I Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: diálogos interdisciplinares*. Paraíba: Universidade Federal de Campina Grande, 2009.
- FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FARIA, Daniel. Anamorfose de um dia: o tempo da história e o dia 11 de dezembro de 1972. In: *História da historiografia*. n. 17. Ouro Preto: Edufop, 2015.
- FARIA, Daniel. A história de uma história: terrorismo extraterrestre a favor do governo, Brasil 1968. In: *História da historiografia*. vol. 12., n. 31. Ouro Preto: Edufop, 2019.
- FONTELA, Orides. *Poesia reunida [1969-1996]*. São Paulo: Cosac Naify / Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para rosas negras*. Diáspora africana: Editora filhos da África, 2018.
- GRESSNER, Ricardo. Transcrição, transconceituação e poesia. In: *Cadernos de tradução*, v. 36, n. 2. Florianópolis, 2016. pp. 142-162.
- GOUVÊA, Luiz Alberto. A capital do controle e da segregação social. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais*. São Paulo: Fósforo, 2022.
- HARTMAN, Saidiya. "Eu não sou uma nota de rodapé para o pensamento de grandes homens brancos": uma entrevista com Saidiya Hartman. [Entrevista cedida a] Fernanda Silva e Sousa. In: *ODEERE*, vol. 8, n. 1. Jequié: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2023.
- HOOKS, Bell. *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KOPENAWA, Davi. BRUCE, Albert. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
- KÜSTER, Silmara. *Museologia biófila: O Ponto de Memória da Estrutural, Distrito Federal, Brasil (2011-2020)*. Tese de doutorado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Humanas, Departamento de Museologia, 2020.
- KUUKKANEN, Jouni-Matti. *Filosofia posnarrativista de la historiografía*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2019.
- LACAPRA, Dominick. *History & Criticism*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1996.
- LANCELLOTTI, Ana Carolina. GUINANCIO, Cristiane. A política urbana do Distrito Federal: um resgate historiográfico da relação entre ocupação territorial e desigualdades socioespaciais. *Paranoá*, n. 33, jul/dez. Brasília, 2022.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2016.
- LORDE, Audre. *Sou sua irmã: escritos reunidos*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MAGALHÃES, Ana Flávia; SILVA, Andressa da. Narrativas da presença negra no Distrito Federal: histórias vistas desde o nível da vida. In: SCHMIDT, Benito; MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Fazendo História Pública*. Vitória: Editora Milfontes, 2021, pp. 17-40.
- MANGUEIRA, Bárbara. *Imagens da história: Montagem e tempo histórico em Anri Sala, Harun Farocki e Frank Stella*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- MARQUES, Ana Martins. *De uma ilha a outra ilha*. São Paulo: Círculo de poemas, 2023.
- MARQUEZ, Renata; CANÇADO, Wellington (Orgs.). *Atlas Ambulante*. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas, 2011.
- MARQUES, Silene. Memória e criação em Bergson: sobre o fenômeno da atenção e os planos de consciência. In: *Trans/Form/Ação*, v. 40, n. 2. Marília: Unesp, 2017.
- MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MBEMBE, Achille. A ideia de um mundo sem fronteiras. *Revista Serrote*, n. 31. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2019, pp. 66-79.

- MENEZES, Rodrigo de. Devir e agenciamento no pensamento de Gilles Deleuze. *Comum*, v. 11, nº 26. Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso, 2006.
- MORTIMER, Junia. Poéticas de arquivo práticas urbanas: três gestos de pesquisa no arquivo do Laboratório de Fotodocumentação Sylvio Vasconcellos. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.22, n.1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.
- ORREGO, Juan Fernando. *Vila Estrutural: Uma abordagem sobre ocupação e a produção do espaço*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2013.
- PESAVENTO, Sandra. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Sete aspectos sociais de Brasília. [1970] In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio (orgs.). *Brasília – antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2012, pp. 190-197.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. São Paulo: Editora 34, 2017.
- SANTOS, Caroline. *Área de risco ou área de rico: Teorias sobre política, direito e respeito na Cidade Estrutural*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2013.
- SANTOS, Fernando dos. *As políticas públicas do Governo do Distrito Federal para a habitação da população de baixa renda na Vila Estrutural: a implantação do Projeto Integrado Vila Estrutural – PIVE*. Monografia. Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, 2013.
- SQUARE, Corinne. O que é narrativa? In: *Civitas*, v. 14, n. 2. Porto Alegre, 2014, pp. 272-284.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- THOMPSON, Alistair; et. al. Os debates sobre a memória e a história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 65-66.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
- VIEIRA, Tuca. *Salto no escuro*. São Paulo: N-1 edições, 2021.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu Editora, n-1 edições, 2018.
- XAVIER, Valêncio. *O mez da gripe*. Curitiba: Arte & Letra, 2020.

02 FILMOGRAFIA

CATA(DORES). Direção de Webson Dias. Independente. Distrito Federal, 2011. (23 minutos)

ESTRUTURAL. Direção de Webson Dias. Independente. Distrito Federal, 2016. (89 minutos).

VIDEOGRAMAS de uma Revolução. (Videogramme einer Revolution). Direção de Harun Farocki e Andrei Ujica. Harun Farocki Filmproduktion. Alemanha, 1992. (106 minutos).

03 FONTES PRIMÁRIAS

depoimentos

DUDA. [fevereiro de 2012]. Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadora: NOLETO, Deuzani. Transcrição: COSTA, Terezinha. Chácara Recanto das Macaúbas Adonaira, Estrutural, DF. 10 fev. 2012.

GERALDA. [maio de 2022] Entrevista concedida no contexto de produção desta tese. Entrevistadora: SAADS, Leila. Transcrição: SAADS, Leila. Casa da Dona Geralda, Estrutural, DF. 20 maio 2022.

GERALDA. [março de 2023]. Entrevista concedida no contexto de produção desta tese. Entrevistadoras: BIANCHI, Júlia; SAADS, Leila. Transcrição: SANTOS, Jorge. Casa do filho de Dona Geralda, Estrutural, DF. 17 mar. 2023.

ISABEL. [abril de 2012] Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadoras: COSTA, Terezinha; NOLETO, Deuzani; SOARES, Caroline. Transcrição: COSTA, Terezinha. Chácara da Dona Isabel, Núcleo Rural Monjolo, DF. 04 abr. 2012.

ISMAEL. [março de 2012] Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadoras: COSTA, Terezinha; GUSTAVO; NOLETO, Deuzani; SOARES, Caroline. Transcrição: COSTA, Terezinha. Casa dos Movimentos, Estrutural, DF. 16 mar. 2012.

LIA. [março de 2012] Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadoras: COSTA, Terezinha; SOARES, Caroline. Transcrição: COSTA, Terezinha. Chácara da Dona Lia, Monjolo, DF. 29 mar. 2012. Todas as citações de Dona Lia na

presente tese têm como referência esse mesmo depoimento.

LUIS. [s.m., 2012] Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadoras: COSTA, Terezinha; SOARES, Caroline. Transcrição: COSTA, Terezinha. Estrutural, DF. 2012. Todas as citações de Luís têm como referência esse mesmo depoimento.

SUZANO. [abril de 2012] Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadoras: COSTA, Terezinha; NOLETO, Deuzani. Transcrição: COSTA, Terezinha. Casa dos Movimentos, Estrutural, DF. 25 abr. 2012.

VALDEVINO. [maio de 2012]. Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadoras: COSTA, Terezinha; SOARES, Caroline; SOUZA, Vicente. Transcrição: COSTA, Terezinha. Casa dos Movimentos, Estrutural, DF. 10 maio 2012.

VANDA [abril de 2012] Entrevista concedida ao Ponto de Memória da Estrutural. Entrevistadoras: COSTA, Terezinha; SOARES, Caroline. Transcrição: COSTA, Terezinha. Casa da Dona Vanda, Estrutural, DF. 30 jan. 2012.

documentos oficiais

DISTRITO FEDERAL. *Diário Oficial do Distrito Federal*, ano XVIII, nº 209, 31 out. 1994. Brasília, 1994. p. 06.

DISTRITO FEDERAL; CLDF. *Anais da Câmara Legislativa do Distrito Federal: sessões de 02 a 15/01/91*. Brasília, 1991a.

DISTRITO FEDERAL; CLDF. *Ata da 79ª sessão ordinária de 15 de maio de 1991*. Brasília, 1991b.

DISTRITO FEDERAL; CLDF. *Ata da 82ª Sessão Ordinária de 20 de maio de 1991*. Brasília, 1991c, p. 10.

DISTRITO FEDERAL; CLDF. *Ata da 641ª sessão ordinária de 22 de setembro de 1992*. Brasília, 1992b.

DISTRITO FEDERAL; CLDF. *Ata Sucinta da 23ª Sessão Extraordinária de 12 de maio de 1994*. Brasília, 1994. pp. 11-35.

DISTRITO FEDERAL; CLDF. *Notas Taquigráficas da Sessão Ordinária de 15 de abril de 1998*. Brasília, 1998

DISTRITO FEDERAL; CODEPLAN. *I Plano Diretor de Limpeza Urbana do Distrito Federal*. Brasília, 1972.

DISTRITO FEDERAL; CODEPLAN. *Pesquisa Distrital Por Amostras de Domicílios SCIA / Estrutural - 2018*. Brasília, 2019.

DISTRITO FEDERAL; CODEPLAN. *Pesquisa Distrital Por Amostras de Domicílios SCIA / Estrutural – 2021*. Brasília, 2022

DISTRITO FEDERAL; IDHAB. *Ocupação da Estrutural: pesquisa sócio economia e habitacional*. Caixa 179, SIGETH-179-06 (Arquivo Público do Distrito Federal). 1997.

DISTRITO FEDERAL; NUDOC/SEDUH. *Assentamento da Estrutural – 1996: relatório final*. Caixa 308, processo/dossiê/maço nº 1 (Arquivo Público do Distrito Federal). 22 jun. 1996.

TERRACAP; PROGEA. *Relatório de Impacto Ambiental da Vila Estrutural – RIMA/Estrutural*. 2003.

Periódicos

AFFLALA, Claudia. Governo cerca invasão da Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 ago. 1995. Cidade, s. p.

ÁVILA, Cristina. Invasão ganha 700 barracos, igrejas, lojas e fábricas. *Correio Braziliense*, Brasília, 09 jul. 1997. Cidades, s. p.

A PRIMEIRA usina de industrialização de lixo no país será inaugurada 3ª feira em Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 set. 1963. 1º Caderno, pp. 07-09.

BARBOSA, João Paulo. Na Boca do Lixo, a vida é o limite. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 mar. 1987. Cidade, p. 16.

CÂMARA mantém ritmo de recesso. *Correio Braziliense*, 17 fev. 1994. Cidade, capa.

CÂMARA aprova a Cidade Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 maio 1995, Cidade. s. p.

CIDADE Estrutural é aprovada. *Jornal de Brasília*, Brasília, 14 jun. 1995.

COLUNA do leitor. *Correio Braziliense*, 29 mar. 1962. *Correio Braziliense*, 29 mar. 1962. 1º Caderno, p. 06.

COSTA, Valéria. José Edmar quer mudanças no setor de habitações. *Correio Braziliense*, Brasília, 30 dez. 1990. Cidade, p. 07.

CRUZ, Carmem. Produção de lixo doméstico é recorde nacional. *Correio Braziliense*, Brasília, 19 out. 1986, p. 33.

CRIANÇAS envenenadas com laranja. *Correio Braziliense*, Brasília, 31 mar. 1965. 1º Caderno, p. 07.

CRIANÇAS vivem como animais na parte triste de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 10 maio 1960. 1º Caderno, p. 08.

- CRISTINA, Nilza. Cristovam encerra as negociações. *Jornal de Brasília*, Brasília, 11 jul. 1997. Cidade, s. p.
- CRISTINA, Nilza. PM assume a Estrutural. *Jornal de Brasília*, Brasília, 11 jul. 1997. Cidade, Capa.
- DELMONTRE, Ana. ÁVILA, Cristina. Derrubada mostra fim da tolerância. *Correio Braziliense*, Brasília, 11 jul. 1997. Cidades, p. 04.
- DE UM MONTE de lixo colherás o teu pão. *Correio Braziliense*, Brasília, 26 abr. 1989. Cidade, p. 21.
- DO PRECIOSO lixo de Brasília quase nada se perde. *Correio Braziliense*, Brasília, 27 fev. 1983. Cidade, p. 19.
- EDMAR invade área no dia 1º. *Correio Braziliense*, Brasília, 13 abr. 1994. Cidades, p. 03.
- ESTRUTURAL prepara resistência. *Jornal de Brasília*, Brasília, 22 jan. 1996. Cidade, Capa.
- ESTUDO define área do Parque Nacional. *Correio Braziliense*, Brasília, 05 nov. 1994. Cidade, p. 18.
- FRACASSA invasão de chácaras. *Correio Braziliense*, Brasília, 02 maio 1994. Cidade, p. 08.
- GERMANO, Igor. Governador nomeia xerife para invasão. *Correio Braziliense*, Brasília, 11 jul. 1997. Cidades, p. 05.
- GERMANO, Igor. Lotes para mudança atraem 1,2 mil invasores. *Correio Braziliense*, Brasília, 13 ago. 1997. Cidades, s. p.
- GOMES, Herberth. Líder pode pegar pena de até 4 anos. *Jornal de Brasília*, Brasília, 11 jul. 1997. Cidade, s. p.
- GONÇALVES, Ana Cristina. Governo estimula a saída de invasores da Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, 15 out. 1995. Cidade, s. p.
- GONÇALVES, Marcone. Conflito de PMs e invasores fere 14. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1997. Brasil, p. 05.
- GROSSMANN, Luís Osvaldo. Policial militar morre baleado na Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, 08 ago. 1998. Cidades, p. 05.
- IBAMA promete embargar construção. *Jornal de Brasília*, Brasília, 14 jun. 1995. Cidade, s. p.
- INDUSTRIALIZAÇÃO do lixo. *Correio Braziliense*, Brasília, 31 dez. 1963. 1º Caderno, p. 04.
- JOCA, Luís. Os catadores vivem do que não presta. *Correio Braziliense*, Brasília, 5 set. 1978. Cidade, p. 21.
- JÚNIOR, João. Roriz dá 140 mil lotes. *Correio Braziliense*, Brasília, 15 jun. 1994. Cidade, Capa.
- LEDO, Rodrigo. Famílias da Estrutural vão para apartamentos. *Jornal de Brasília*, Brasília, 04 maio 1999. Cidade. s. p.

- LIMA, Clarissa. Na pista de um dos suspeitos. *Correio Braziliense*, Brasília, 15 ago. 1998. Cidades, s. p.
- LIXO é a vida para centenas no DF. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 nov. 1976, p. 10.
- LIXO sem taxa. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 set. 1981. Política, p. 13.
- LOMBACH, Fernanda. Técnicos condenam a Cidade Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 maio 1994. Cidade, p. 12.
- LUIZ, Edson. Confronto entre PMs e sem-teto deixa 12 feridos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1997. Cidades, s. p.
- MACHADO, Alexandre. Terror na Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, 10 ago. 1998. Cidades, Capa.
- MELLO, Teresa. Garotos do Lixão metem a bola na rede. *Correio Braziliense*, Brasília, 5 set mar. 1994. Cidades, s.p.
- MENDES, Karla. Estrutural ainda sem solução. *Jornal de Brasília*, Brasília, 18 jun. 1997. Cidade, s.p.
- MENINOS pedem ajuda da PM para salvar a mãe. *Jornal de Brasília*, Brasília, 23 fev. 2000. Cidade, s. p.
- MORADOR da Estrutural denunciará o Siv-Solo ao Ministério Público. *Jornal de Brasília*, Brasília, 23 ago. 1995. Cidade, p. 19.
- MORADOR e tropa de choque brigam na Estrutural. *Jornal de Brasília*, Brasília, 25 out. 1995. Cidade, s. p.
- MORADORES se recusam a abandonar a Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 nov. 1995. Cidade, s. p.
- NELZA, Cristina. Tropa da Estrutural terá até 70 PMs. *Jornal de Brasília*, Brasília, 12 jul. 1997. Cidades, p. 11.
- NO ATERRO sanitário, alegria: o lixo voltou. *Correio Braziliense*, Brasília, 02 out. 1979. Cidade, p. 12
- ONDE começa a esperança. *Correio Braziliense*, Brasília, 27 nov. 1982. Taguatinga/ Ceilândia, p. 01.
- O PROJETO da Estrutural será votado 3ª feira. *Correio Braziliense*, Brasília, 07 jun. 1995, Cidade. p. 15.
- PANTOJA, Nelson. A República dos Miseráveis. *Correio Braziliense*, Brasília, 07 out. 1979. Cidade, p. 21.
- PINHEIRO, Alexandre. GDF derruba barracos no Guará II. *Correio Braziliense*, Brasília, 04 abr. 1994. Cidades, s. p.
- PINHEIRO, Alexandre. GDF derruba barracos no Guará II. *Correio Braziliense*, Brasília, 07

abr. 1994. Cidades, s.p.

PM investiga se houve abuso de poder. *Correio Braziliense*, Brasília, 11 ago. 1998. Cidades, p. 04.

POPULAÇÃO unida contra Estrutural. *Correio Braziliense*, Brasília, 02 ago. 1995. Cidade, s.p.

PROJETO que cria Cidade Estrutural é aprovado em 1º turno na Câmara. *Jornal de Brasília*, Brasília, 17 maio 1995, Cidade. p. 17.

QUEIROZ, Luiz. Sede castiga a Estrutural. *Jornal de Brasília*, Brasília, 29 set. 1996. Cidade, capa.

RABELO, Luiz Gustavo; FERNANTES, Luiz Roberto. Fita de vídeo incrimina PM em sequestro. *Correio Braziliense*, Brasília, 29 ago. 1998. Cidades, s. p.

RETIRADA de sem-teto no DF deixa 18 feridos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1997. s. p.

RORIZ promete solução para os sem-teto. *Correio Braziliense*, Brasília, 27 out. 1994. Cidade, p. 20.

RORIZ promete mais do que lotes. *Correio Braziliense*, Brasília, 02 maio 1999. Cidades, s. p.

ROSSI, Anamaria. GDF cede à pressão mas remove os invasores. *Correio Braziliense*, Brasília, 1º fev. 1996. Cidade, p. 20.

ROSSI, Anamaria; GENTIL, Cristine. Terra sem lei. *Correio Braziliense*, Brasília, 05 out. 1996. Cidades, Capa.

SÁ, Ana. Ação na justiça impede remoção na Estrutural. *Jornal de Brasília*, Brasília. 17 jan. 1996. Cidade, p. 10.

SÁ, Ana. Prontos para a guerra. *Jornal de Brasília*, Brasília, 23 jan. 1996. Cidade, Capa.

SALLES, Amaral. Expulsos 600 invasores na Ceilândia. *Correio Braziliense*, Brasília, 08 abr. 1994. Cidades, s.p.

SANTOS, Fabiana. Insegurança, chuva e recuo. *Jornal de Brasília*, Brasília, 30 jan. 1996. Cidade, Capa.

SANTOS, Marli. Demolição feita em meio a conflitos. *Jornal de Brasília*, Brasília, 11 jul. 1997. Cidade, p. 17.

SANTOS, Fabiana. GDF cria a Baixa Estrutural. *Jornal de Brasília*, Brasília, 01 fev. 1996. Cidade, s. p.

SIGMARINGA, Maria Lúcia. Lixo ressalta sufoco financeiro da população. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 maio 1998. Cidade, p. 38.

TERZAKIS, Philio. Moradores montam esquema paralelo de abastecimento. *Correio Braziliense*. Brasília, 1º out 1996. Cidades, s. p.

TERZAKIS, Philio. Radiografia de um território. *Correio Braziliense*, Brasília, 06 dez. 1996. Cidades, p. 07.

TERZAKIS, Philio. A Estrutural depois da derrubada. *Correio Braziliense*. Brasília, 12 jul. 1997. Cidades. p. 03.

TURIBA, Luís; GONÇALVES, Ana Cristina. Governo retira invasores em Taguatinga. *Correio Braziliense*, Brasília, 26 out. 1994. Cidade, p. 16.

USINA de tratamento de lixo de Brasília é a única no país que transforma o lixo em dinheiro. *Correio Braziliense*, Brasília, 16 maio 1964. 1º Caderno, p. 06.

USO de área na Estrutural divide petistas. *Jornal de Brasília*, Brasília, 16 ago. 1995, Cidade. s.p.

VIA Estrutural totalmente desmatada. *Correio Braziliense*, Brasília, 27 maio 1977. Cidade, p. 17.

VOTO secreto derruba a Estrutural. *Jornal de Brasília*. Caderno Cidade. Capa. 16 ago. 1995.

VOTOS nulos e brancos batem deputados. . *Correio Braziliense*, 11 mar. 1994. Cidade, p. 03.

XAVIER, Fátima. Conflito deixa saldo de 14 feridos. *Correio Braziliense*, Brasília, 25 out. 1995. Cidade, s. p.

websites

GEOPORTAL DF. Disponível em: <https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/geoportal/> Acesso em: 30 abr. 2024.

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS. *Nossa história*, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/hfa/pt-br/conheca-o-hfa/nossa-historia> Acesso em: 30 fev. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Site do TSE, 2023. Resultados das Eleições 1994 - Distrito Federal – governador. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/distrito-federal/resultados-das-eleicoes-1994-distrito-federal-governador> Acesso em: 18 dez. 2023.

